VI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

50 anos

Ex-Prefeita Luiza Erundina, ex-Ministro Jamil Haddad, Primeiro Secretário Carlos Siqueira, Governador Miguel Arraes, Secretário James Lewis, Governador Cristovam Buarque, Senador Ademir Andrade, Deputado Alexandre Cardoso (Líder na Câmara) e a Prefeita Kátia Born.

"Na verdade, pode-se dizer que um
Partido jamais se completa e se forma,
no sentido de que cada
desenvolvimento cria novas
missões e encargos."

ANTONIO GRAMSCI

VI CONGRESSO NACIONAL DO PSB
CONGRESSO DO CINQUENTENÁRIO

PSB
Socialismo e Liberdade

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
1997

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL - 1997/1999

PRESIDENTE
Miguel Arraes de Alencar

PRESIDENTE DE HONRA
Jamil Haddad

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE
Luiza Erundina de Souza

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE
Roberto Amaral

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE
Ademir Galvão Andrade

SECRETÁRIO GERAL
Almino Affonso

PRIMEIRO SECRETÁRIO
Carlos Roberto Siqueira de Barros

SEGUNDO SECRETÁRIO
Renato Casagrande

SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Uldurico Pinto

SEGUNDO SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Alexandre Cardoso

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROPAGANDA
James Lewis Gorman Júnior

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE
Gustavo Balduino

SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÁRIA
Eudoro Santana

SECRETÁRIA DE MOBILIZAÇÃO POPULAR
Wilma Maria de Faria

SECRETÁRIO DE AÇÃO PARLAMENTAR
José Pinotti

SECRETÁRIO DO MOVIMENTO SINDICAL
José Carlos Pereira da Silva

SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO
Waldo Silva

SECRETÁRIO DE CULTURA E FORMAÇÃO POLÍTICA
Ronaldo Lessa

SECRETÁRIOS ESPECIAIS
João Alberto Capiberibe
Jacó Bittar
Beto Albuquerque

LÍDER NO SENADO
Antonio Carlos Valadares

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Alexandre Cardoso

SUMÁRIO

Apresentação 07
Sessão Solene de abertura do ato político/cultural comemorativo do Cinqüentário do PSB 09
Reunião geral no Plenário Principal (Ulisses Guimarães)
Os Desafios da Esquerda Rumo ao Terceiro Milênio
Expositor: Governador Cristovam Buarque
Debatedor: Governador Miguel Arraes 41
Grupo de Debate - Plenário 3 - Expositor: Deputado Almino Affonso 85
Grupo de Debate - Plenário 4 - Expositor: Deputado Pedro Eugênio 105
Grupo de Debate - Plenário 5 - Expositor: Dr. Roberto Amaral 125
Grupo de Debate - Plenário 6 - Expositor: Senador Ademir Andrade 141
Grupo de Debate - Plenário 7 - Expositor: Deputado José Pinotti 155
Grupo de Debate - Plenário 8 - Expositor: Governador João Alberto Capiberibe 171
Grupo de Debate - Plenário Nereu Ramos - Expositora: Ex-prefeita Luiza Erundina 189
Reunião Plenária para apreciar, discutir e aprovar as resoluções do VI Congresso e eleger o Diretório Nacional 207
Resolução Política do VI Congresso Nacional do PSB 273
Teses apresentadas no VI Congresso Nacional do PSB:
A Politização do Partido (Valton Miranda) 278
Os desafios da esquerda rumo ao terceiro milênio (João Batista Santos PSB/MA) 281
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: A caminho do terceiro milênio (Fernando Mousinho - PSB/DF) 285
Construção de um grande partido Nacional e Popular (Sebastião Abreu - PSB/DF) 289
PSB - Ontem e hoje compromisso e lutas (Valdir Rocha D'Angelis - PSB/PR) 291
Revolução, Retomar o Elo Perdido (Deputado Federal Domingos Leonelli - PSB/BA) 295
Contribuição dos socialistas de São Paulo ao Congresso Nacional do PSB 300
Construção de um grande Partido Nacional e Popular através de um Projeto de inclusão social - Delegação do Amapá 304
Resoluções do I Congresso Nacional do Movimento Sindical Socialista realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 1997 308
Propostas aprovadas no VI Congresso Nacional do PSB 312
Moções apresentadas durante o VI Congresso Nacional do PSB 313
Mensagens Internacionais 314

ANAIS DO VI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

ORGANIZAÇÃO
Carlos Siqueira

REVISÃO
Carlos Siqueira e
Yara Gouvêa

TAQUIGRAFIA
Marcelo Costa e
Lívia Costa

DIGITAÇÃO
Daniel Bueno Torres

CAPA
Ubirajara Alves Costa

IMPRESSÃO
Multigraf Produções Gráficas

APRESENTAÇÃO

Este volume reúne os Anais do VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro - O Congresso Comemorativo do seu Cinqüentenário, realizado nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 1997, no Plenário Principal da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal.

O ato político - cultural de abertura do evento partidário, marcou o ponto culminante das comemorações do Cinqüentenário do PSB, ocasião em que foram homenageados o educador Paulo Freire e o revolucionário Ernesto Che Guevara.

Consta desta edição, além dos conteúdos dos textos da história resumida do PSB, apresentados no decorrer da Sessão Solene de abertura do Congresso, os conteúdos das exposições e debates ocorridos nas sessões plenárias e nos grupos de discussões.

A presente publicação reflete, para nossa satisfação, o crescimento qualitativo da militância partidária. Tal constatação pode ser verificada através da simples leitura dos conteúdos dos debates e explanações ocorridos nos grupos e nas plenárias do VI Congresso.

O objetivo desta publicação é colocar ao alcance da militância partidária as reflexões e decisões políticas do nosso Congresso Partidário, as quais consideramos essenciais que sejam examinadas pelos dirigentes e por todos os filiados ao Partido, na medida em que elas devem servir para nortear a condução partidária e para subsidiar o conjunto dos filiados ao PSB, com informações indispensáveis à unidade política e ideológica do Partido.

Brasília DF, janeiro de 1998

Miguel Arraes de Alencar
Presidente Nacional do PSB

Membros da Executiva Nacional do PSB, após a inauguração da Exposição Fotográfica sobre a história do Partido se dirigem a plenário da Câmara dos Deputados para a abertura do VI Congresso. Ao centro o Governador Miguel Arraes, Presidente Nacional do PSB.

Sessão Solene de abertura do ato político/cultural comemorativo do Cinqüentenário do PSB, ocasião em que foram homenageados o educador Paulo Freire e o revolucionário Ernesto Che Guevara

28 de novembro de 1997
Plenário Ulysses Guimarães
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

(Foto da página anterior)

Ex-Prefeita Luiza Erundina, Vice-Presidente Nacional do PSB, Roberto Amaral, Primeiro Secretário Carlos Siqueira, Gov. Miguel Arraes, Gov. Cristovam Buarque, Sen. Ademir Andrade, Dep. Alexandre Cardoso, Prefeita Kátia Born e o Sec. Org. Waldo Silva, todos compondo a Mesa de abertura do VI Congresso Nacional do Partido.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, é com alegria que passo a palavra ao companheiro Miguel Arraes, Presidente Nacional do nosso Partido, para que faça a declaração oficial de abertura do VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o Congresso do cinqüentenário, que será aqui vibrantemente comemorado por todos nós.

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) - Declaro aberto o Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro e o faço com muita satisfação e com emoção, pois é uma hora importante esta em que aqui nos reunimos para continuar uma luta que o nosso povo trava historicamente pela democracia e pela justiça social.

Quero me congratular com todos os companheiros pelos avanços do nosso partido. (Palmas.) É graças ao trabalho de todos que o nosso partido tem avançado sem pretensões senão aquela de servir como centro de debate dos problemas nacionais. O nosso PSB é um partido aberto, democrático, que deseja acolher todos aqueles que lutem pela justiça, pela liberdade e pela democracia neste País. (Palmas.)

Nosso propósito é o de colaborar com todas as forças sociais que querem a independência do Brasil e a construção de uma sociedade justa em nossa terra. Sempre lutamos pela unidade das forças populares do País. Continuaremos nesta luta, mas o nosso partido tem de erguer também a sua bandeira, o seu programa e o seu discurso, um discurso que tem de ser construído não pela sua direção apenas, mas através da experiência de todos os companheiros que possam nos dar ensinamentos de que todos precisamos num País tão grande e tão diferenciado, para que não sejamos um partido apenas de um lugar ou de outro, mas enraizado na sociedade brasileira, pois só entendemos uma solução para este País se for feita de baixo para cima, de dentro para fora e nos distinguimos desses que ocupam o poder atualmente, exatamente porque pensam inverso, querem globalizar e querem que as soluções venham de fora para dentro e de cima para baixo. (Palmas.)

Temos caminhos opostos, não às pessoas, mas aos processos de governar nosso País. Entendemos que pouco a pouco, pelo convencimento, pelo trabalho de nós todos, vamos chegar a ter um partido nacionalmente implantado, capaz de fazer as grandes reformas de que o nosso povo precisa. É com muita satisfação que declaro aberto o Congresso do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Convido os companheiros para ouvirmos de pé a execução do Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do

PSB) - Passo a ler a mensagem do Presidente Nacional do PMDB, Deputado Paes de Andrade, que se dirije ao Líder do Partido e ao Presidente do PSB. "Companheiros do Partido Socialista Brasileiro, pedi ao Líder Alexandre Cardoso que transmitisse o abraço dos militantes do PMDB aos socialistas brasileiros neste Congresso em que se homenageiam dois grandes homens de nossa América. Um deles, Paulo Freire.(Palmas.) Deu ao nosso povo a consciência política no ministério das palavras que, definindo o universo da luta cotidiana, despertava a necessidade da justiça. O outro, no sacrifício do combate armado, mostrou-nos que a coragem não exclui a ternura e que o humanismo não dispensa a bravura.

O PSB tem sido, desde os tempos de João Mangabeira, a esperança de uma sociedade justa e democrática em nosso País. Os socialistas de hoje, 50 anos depois de que a esquerda democrática encontrou a sua legenda histórica, reerguem a agremiação sob o comando deste sertanejo do mundo, que é o homem de Estado, Miguel Arraes (Palmas.)

No Governador de Pernambuco o Brasil tem uma das mais expressivas lideranças políticas deste século. Os historiadores futuros, ao examinar-lhe a rica biografia, irão encontrar no golpe liberticida de 1964 um malefício a mais: o de haver impedido a construção da candidatura de Miguel Arraes à Presidência da República e de um destino de justiça e desenvolvimento a nossa Pátria. (Palmas.)

Companheiros, em nome da Direção Nacional do PMDB e de todos os nossos companheiros, saúdo o VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, certo de que estaremos juntos nas jornadas de luta que nos esperam nos próximos meses. Juntos estaremos lutando pela dignidade do povo brasileiro, pela soberania nacional, pela justiça e pela Pátria."

Paes de Andrade, Presidente Nacional do PMDB.(Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, anunciamos a presença do nosso companheiro Governador João Alberto Capiberibe, para quem pedimos nossos aplausos. (Palmas.)

Convido os Músicos Rildo Hora e Misael Hora para que se coloquem no local da execução da música, oportunamente.

Companheiros e companheiras socialistas, estamos no ano de 1945.

LOCUTOR - "O Brasil vive a crise do final do Estado novo. O ideal democrático e o combate a Vargas levam setores da esquerda, liberais e socialistas a organizar um movimento: A esquerda democrática. Seu objetivo era conciliar o processo de transformações sociais com as exigências de ampla liberdade civil e política. Estavam entre seus fundadores Bruno de Mendonça Lima, João Mangabeira, Domingos Velasco, Hermes Lima, Antônio Cândido, Paulo Emílio Sales Gomes, João da Costa Pimenta e Osório Borba. (Palmas.)

Já em 1937 João Mangabeira definia aquelas que seriam as idéias fundamentais da esquerda democrática. Dizia ele:

> "Não sou comunista nem integralista, porque sou contra todas as ditaduras. De mim sou homem de esquerda, declaradamente de esquerda. Assim, sou pela liberdade ampla do pensamento e da cátedra, pela exposição livre de todas as doutrinas, pelo livre exame sem restrições. Na ordem social, sou pelas reivindicações proletárias e pelos deveres maiores impostos à propriedade. Sou por todas as soluções tendentes a retirar o País do estado de colonização em que se encontra."

Em síntese, conceito amplo de esquerda, socialismo obtido de forma gradual e legal, nacionalismo e defesa dos princípios democráticos."

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Convido a companheira Luiza Erundina para prestar a homenagem dos socialistas brasileiros ao Professor Paulo Freire. (Palmas.)

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Exmo. Sr. Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Governador Miguel Arraes, em nome da pessoa de quem saúdo a todos os dirigentes, militantes, filiados e delegados neste Congresso do Partido Socialista Brasileiro. Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, na pessoa de quem saúdo e agradeço a presença de todos os representantes dos partidos que nos honram com suas presenças. Exma. Sra. Kátia Born, digníssima Prefeita de Maceió, em nome de quem saúdo os demais membros desta Mesa.

Caríssima Anita Freire, companheira, esposa do inesquecível Paulo Freire, é com profunda emoção que, em nome dos companheiros do Partido Socialista Brasileiro, neste ato solene de abertura do VI Congresso Nacional do PSB, homenageamos o mestre de todos nós, o querido e inesquecível Paulo Freire. E o fazemos na pessoa de sua honrada esposa, Profa. Anita Freire, a quem também muito devemos, por ter sido o esteio e a segurança afetiva de Paulo Freire nos últimos anos de sua vida, sem o que não teria completado a obra extraordinária que nos deixou como herança. Obrigado, portanto, "*Nita*", como te chamava Paulo Freire.

Permitam-me cumprir esta tarefa que muito me honra e que tanto me emociona, relembrando fatos e situações que me ligaram a Paulo Freire. Só vim conhecê-lo pessoalmente no dia 7 de março de 1980, logo após sua chegada do exílio, por ocasião de uma solenidade de formatura de uma turma de serviço social das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo. Era ele o patrono e eu a paraninfa. Aquele foi para mim um momento especial, pois a pessoa cujas idéias haviam alimentado meus sonhos e esperanças da juventude estava ali, perto de

mim, e pude ouvir sua fala mansa com forte sotaque nordestino e sentir o afeto que transbordava de sua figura despojada e carismática.

Todos nós, eu e os formandos, esperávamos que ele fizesse um discurso formal, próprio de circunstâncias como aquela e que denunciasse as injustiças de que fora alvo e o sofrimento dos longos e duros anos de exílio. Ao invés disso sua fala foi simples e despretensiosa, cheia de serenidade e ternura, como se estivesse reencontrando pessoas da sua intimidade, após longa espera e muito tempo de ausência.

Confesso que fiquei um pouco constrangida com o formalismo do meu discurso, que precedera o dele, diante da simplicidade e do tom familiar do seu. Foi a primeira lição que pessoalmente, e sem que ele soubesse, dele recebi.

Uma outra circunstância que me ligou a Paulo Freire foi a entrega do título de Cidadão Paulistano, que lhe foi outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo, por iniciativa minha, então Vereadora do Partido dos Trabalhadores. A entrega do referido título ocorreu numa sessão extraordinária daquele legislativo, realizada no dia 19 de agosto de 1986, à qual compareceram, além dos vereadores de quase todos os partidos, lideranças e figuras representativas dos vários segmentos da sociedade paulistana. Contou inclusive com forte presença dos movimentos populares.

Na ocasião, falei em nome da Câmara Municipal, dizendo da grande honra e da imensa alegria que era termos Paulo Freire como um dos filhos mais ilustres da cidade de São Paulo. Com aquela homenagem quisemos expressar a gratidão do povo de São Paulo pela ação extraordinária de Paulo Freire, que foi sem dúvida um dos mais importantes educadores do Brasil e do mundo.

Nordestino como muitos de nós que vivemos em São Paulo, experimentou desde cedo as agruras que afligem a maioria do nosso povo e foi a realidade concreta desse povo que inspirou sua teoria e filosofia da educação e que se expressaram na sua vida como um compromisso com os oprimidos e com o seu processo de libertação.

Eu estava na Paraíba quando Paulo Freire iniciava em Recife, em 1961, o Movimento de Cultura Popular. Começou a aplicar seu método de alfabetização de adultos nas favelas de Recife, em Pernambuco, e na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. Estendeu-se depois a todos os Estados do Nordeste com grande sucesso, o que levou o Governo Federal de então a adotá-lo em todo o País, através do Plano Nacional de Alfabetização de adultos, sob a coordenação de Paulo Freire. (Palmas.)

Com o golpe militar de 1964, Paulo Freire foi preso, sob a acusação de ser, entre aspas "subversivo" e, entre aspas "ignorante", tendo passado 75 dias na cadeia antes de partir para 15 anos de exílio na Bolívia, no Chile, nos Estados

Unidos, na Suíça e em alguns países africanos. Isso porque sua pedagogia de libertação atentava contra as relações de opressão que existiam e que ainda predominam na sociedade brasileira.

A conscientização das massas que o seu método promovia representava uma real ameaça para o projeto da elite, que na época estava sob os cuidados dos ditadores militares. Imaginavam os donos do poder destruir dessa forma o trabalho de Paulo Freire. Muito pelo contrário, os 15 anos de exílio foram os mais fecundos para as suas pesquisas e conseguiu levar aos países mais longínquos e às regiões mais pobres do mundo sua valiosa contribuição como educador. Sua obra educacional reveste-se de profundo humanismo, fruto de seu amor pelo ser humano e de sua confiança no povo.

O Movimento de Educação Popular que iniciou representou uma das mais importantes mobilizações de massa ocorridas no Brasil, criando e ampliando as oportunidades de participação popular, o que constituiu uma ameaça à manutenção e reprodução dos privilégios da minoria. Por isso as idéias e a ação de Paulo Freire precisavam ser freadas, antes que desencadeassem um processo irreversível de libertação do nosso povo.

Atento à dialética da realidade que também ocorre no pensamento humano, as concepções de Paulo Freire não pararam de evoluir, conforme se depreende de sua obra monumental, desde a Educação como Prática da Liberdade, da Pedagogia do Oprimido, retomado na Pedagogia da Esperança, entre muitos outros, até a Pedagogia da Autonomia, seu último livro lançado poucos dias antes de sua morte.

São marcos de sua trajetória intelectual, inspirando-se sempre na concepção da educação como instrumento de transformação da sociedade, a partir da ação concreta de homens e mulheres como sujeitos da história, inseridos numa situação concreta de vida que compreende múltiplas dimensões: econômica, social, política, cultural.

Com efeito, sua concepção de educação como processo de conscientização constitui uma autêntica proposta de educação como ação transformadora, o que, em conseqüência, o levou a engajar-se na luta contra a injustiça, a opressão e a dominação de classe. Injustiça, opressão e dominação que se expressam na exclusão da maioria do nosso povo com relação aos seus direitos fundamentais, inclusive o direito à educação.

O caráter revolucionário de sua proposta de educação é destacado pelo próprio Paulo Freire ao afirmar no final de sua Pedagogia do Oprimido:

> "Assim como o opressor para oprimir necessita de uma teoria da ação opressiva, assim também o oprimido para se tornar livre necessita de uma teoria da ação. O opressor elabora sua teoria de ação sem o povo, porque

na verdade coloca-se contra ele. Nem pode o povo, já que é subjugado e oprimido, internalizando a imagem do opressor, construir por si mesmo a teoria de sua ação libertadora. Apenas o encontro do povo com os líderes revolucionários em sua comunhão, em sua práxis, pode essa teoria ser construída".

O discurso de Paulo Freire, agradecendo a homenagem que recebeu da Câmara Municipal de São Paulo, revestiu-se da mesma simplicidade e humildade que lhe eram peculiares, sem conseguir esconder a profundidade de suas idéias e a sabedoria de sua concepção a respeito da vida e do mundo. Ele dizia, emocionado e demonstrando inibição:

"Vem sendo sempre mais para difícil do que para fácil sair-me de situações como esta que me agradam, que me tocam, que me desafiam, que me inquietam, que me acalmam, que me põem às vezes sem saber onde pôr as mãos. Situações em que um sentimento grande e um pouco misterioso, um pouco misturado, um sentimento grande, misterioso, uma mistura de alegria, de alegria menina, uma mistura de inibição. Até se possível um certo medo também, medo de não saber o que dizer, depois de ter dito tantas coisas pelo mundo afora, mas a verdade é que nessas circunstâncias eu sempre me experimento assim".

Mais adiante ele se percebe se comportando como educador:

"Não aprendi ainda a superar, tenho até feito experiências de assistir a homenagens que se prestam a outras pessoas dentro e fora do Brasil para ver como as pessoas se comportam. E nisso aí vai um pouco a marca do educador. E eu fico às vezes a me perguntar: e por que numa hora como esta tu não falas por exemplo sobre a politicidade da educação? Por que tu não fazes umas análises através da história, acompanhando a prática educativa, mudando, condicionando-se no tempo e no espaço? E às vezes eu digo: na próxima eu vou fazer. E a próxima chega e nunca faço". (Palmas.)

Finalmente, a certa altura da sua fala, referindo-se à homenagem que estava recebendo e como se sentia ali ele disse:

"Talvez eu pudesse, arriscando-me a perder a humildade, contar a vocês a história de uma dessas situações que a mim me honraram tanto e me alegraram tanto e que era uma espécie de doutoramento honoris causa, como também uma espécie de cidadania honoris causa, que um grupo de camponeses africanos me fez uma vez a mim e a Elza em Cabo Verde. Chegamos para

> acompanhar de perto um trabalho no campo da alfabetização, da leitura da palavra e da leitura do mundo. Ali aproximadamente uns 120 alfabetizandos, espalhados debaixo de um grande galpão coberto de palha, no terreno de uma cooperativa de produção de bananas e em certo momento os educadores pararam suas atividades, reuniram todos os alfabetizandos e apresentaram a mim e a Elza a eles. Imediatamente um deles falou e disse, falando em crioulo: "Camarada Paulo Freire, eu falo no meu nome e no nome dos meus companheiros para agradecer a sua colaboração ao fato de que aqui nós não apenas aprendemos a ler, mas aprendemos a entender o mundo". E me olhou e disse: "Espera um pouco!" Saiu correndo e de volta trouxe um balaio cheio de bananas, se dirigiu a mim, me entregou o balaio e disse: "Camarada Paulo Freire, a gente dá o que produz". Isso foi o título de cidadania. O balaio de banana naquela hora foi o pergaminho desta hora". (Palmas.)

Isso é Paulo Freire, revelando-se inteiro como educador e como pessoa. De um lado orientando-nos e apontando-nos o caminho com humildade e discrição, de outro é o ser humano compartilhando conosco seus sentimentos e emoções, e nos ajudando a descobrir o sentido da vida em cada detalhe do cotidiano para vivê-la em plenitude.

Retomo no nível da memória outros momentos da minha trajetória, nos quais tive o privilégio e a felicidade de cruzar com Paulo Freire, o que me marcou por toda a vida. Um deles foi quando eleita Prefeita de São Paulo pensei em convidar Paulo Freire para ser Secretário de Educação do meu governo. Embora sem muitas esperanças de que aceitasse, pois sabia da sua aversão a cargo público. Ousei fazer o convite. Eu estava em Campina Grande, na Paraíba, antes da posse, quando telefonei para ele, que se encontrava em Campinas, dando aula na Unicamp. Grande foi minha surpresa e alegria ao receber pronta resposta dele que me disse ao telefone: "Eu jamais pensei em assumir cargo público, mas não ficaria em paz com minha consciência se recusasse a colaborar com a primeira experiência de governo democrático e popular. Eu aceito o convite". (Palmas.)

Do outro lado da linha, há milhares de quilômetros, vibrei e me emocionei com sua generosa prontidão. Estava escolhido o primeiro nome do meu secretariado. O Nordeste e o País inteiro vibraram e aplaudiram minha escolha. A partir de 1° de janeiro de 1989 Paulo Freire foi o Secretário Municipal de Educação de São Paulo, cargo em que permaneceu durante quase dois anos e meio, marcando definitivamente a história da educação na maior cidade do País e na terceira maior cidade do mundo. As crianças pobres de São Paulo, aqueles a quem ele chamava de, entre aspas "meninos populares", tornaram-se sua paixão de educador e para os quais criou uma, entre aspas "escola alegre".

Foi competente e democrático na condução daquela pasta, conseguiu criar uma equipe de auxiliares a quem delegou poderes e autonomia no exercício

de suas funções, exercia sua autoridade de forma democrática e enfrentava situações conflituosas com muita paciência. Dizia que o trabalho educativo exigia paciência histórica porque a educação é um processo de longo prazo. Encontrou uma secretaria com seus prédios e equipamentos totalmente deteriorados, os educadores desmotivados e sem qualquer orientação pedagógica.

Em entrevista a um jornal ele afirmou, em 19 de fevereiro de 1989: "Se não apenas construirmos mais salas de aula, mas as mantivermos bem cuidadas, zeladas, limpas, alegres, bonitas, cedo ou tarde a própria boniteza do espaço requer outra boniteza, a do ensino competente, a da alegria de aprender, a da imaginação criadora, tendo liberdade de exercitar-se da aventura de criar".

Dedicou-se à formação permanente dos educadores e defendia ardorosamente melhores salários para os professores.

Após dois anos e meio no cargo pediu-me para sair, pois disse: "A equipe que formei e que vou deixar é plenamente capaz de continuar o trabalho que começamos. Quero ir para casa para escrever sobre a experiência que realizamos." Relutei em aceitar sua saída, mas sabia do quanto o cargo lhe pesava, sobretudo por causa dos problemas políticos que tinha de enfrentar.

Outro aspecto do cargo que lhe custava muito era ter de conviver com a mídia e suas críticas injustas e destrutivas, faltando-lhe às vezes até mesmo com o respeito. Todos nós que convivemos com ele no governo lembramos com emoção de sua presença humilde e discreta nas reuniões do secretariado e da profundidade e riqueza de suas intervenções.

Verdadeiramente Paulo Freire nos marcou a todos e a cada um de nós com a força da sua verdade e coerência, e com a leveza do seu afeto e compreensão humana. Eu o vi pela última vez no dia 10 de abril deste ano, no lançamento do seu último livro "Pedagogia da Autonomia". Ele escreveu no meu exemplar: "Para Erundina com a mesma esperança, com a mesma força com que briguei ao seu lado pela educação em São Paulo. Com o querer bem de Paulo Freire". (Palmas.) Vi quanto estava feliz e, brincando, disse-me: "Como vê, estou cumprindo a promessa que fiz a você. Este é o sétimo livro que escrevi depois que saí do governo".

Com todas essas lembranças ainda muito vivas na mente e no coração, a notícia do seu falecimento pegou-nos desprevenidos, deixando-nos um vazio enorme e um profundo sentimento de orfandade. O desafio está em preenchermos esse vazio e em substituir essa sensação de perda por um imenso sentimento de gratidão pelo legado inestimável que ele nos deixou. Que Deus nos dê forças para sermos fiéis ao seu compromisso que, mais do que nunca, é nosso também, compromisso de luta e de amor por um mundo "menos feio, menos malvado, menos desumano".

Obrigada, Paulo Freire, você está presente no Cinqüentenário do Partido Socialista Brasileiro! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, convido a Sra. Ana Maria Freire, viúva do Prof. Paulo Freire, a receber das mãos do Presidente Nacional do nosso partido, Governador Miguel Arraes, uma placa alusiva à homenagem que ora está sendo feita pelos socialistas do PSB ao educador revolucionário Paulo Freire, cuja atuação e primeira experiência começou na prefeitura do Recife, quando era Prefeito da cidade de Recife o nosso Presidente Nacional, Governador Arraes. (Palmas.)

Com a palavra a Sra. Ana Maria Freire.

A SRA. ANA MARIA FREIRE - Boa noite, quero cumprimentar a todos os convencionais do PSB na pessoa do seu Presidente, Governador Miguel Arraes. (Palmas.) Quero agradecer ao meu primo José Antônio pela presença, também à minha amiga Regina e meu amigo José Antônio também. (Palmas.)

Nem o que dizer a Luiza Erundina, amiga de todas as horas. Como eu sabia que realmente ia ser muito difícil, preparei um pequeno discurso, mas antes gostaria de ler a placa que me foi agora entregue:

> "Partido Socialista Brasileiro, VI Congresso Nacional. Os socialistas brasileiros, no ano do cinqüentenário do PSB, prestam homenagem calorosa ao combatente Paulo Freire, educador dos oprimidos e professor de liberdade. Brasília, 28 de novembro de 1997."(Palmas.)

Ter sido convidada para a sessão solene de abertura do VI Congresso Nacional do PSB em ato que celebra o cinqüentenário de sua fundação e homenageia Paulo Freire, meu marido, como educador, ao lado de Che Guevara como revolucionário, me diz que tenho de falar mais do que o simples. Muito obrigada por Paulo, ele merece esta homenagem.

Entre os dois homenageados, creio, há vários pontos em comum, mas gostaria de enfatizar dois. Ambos foram educadores e ambos foram revolucionários. (Palmas.) Seus exemplos de coerência, de ousadia e de coragem no dizer, fazer, denunciando com dureza e indignação as injustiças, mas sem jamais terem perdido a ternura antes com amorosidade os fizeram assim educadores políticos. Sonharam com a utopia de mudar o mundo. Che, com a força das armas; Paulo, fomentando a conscientização, uma leitura de mundo certa, como ele dizia, portanto "desopacisada" das ideologias mitificadoras e alienantes dominantes e por ter criado dentro de sua compreensão de educação mais ampla um método de alfabetização. Método que oferece oportunidade aos homens e às mulheres que lendo também a palavra se inserirem no contexto social e poderem o transformar. Se fizeram assim políticos educadores.

Em seu pequeno ensaio O Partido Comedor Político Paulo afirma: "É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político.

Portanto, ambos os homenageados foram estrategicamente políticos, tendo lutado por caminhos taticamente diferentes: a revolução armada e a revolução cultural. Um predominantemente educador, o outro predominantemente político. Justifica-se entendê-los e homenageá-los em seus campos específicos de luta por libertação, a práxis educativa e a revolução.

A revolução da qual falo foi iniciada nos anos 50, mais precisamente em 1958, quando como relator da comissão de um grupo de Pernambuco no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, Paulo inovou irreversivelmente o pensamento pedagógico então vigente. Defendia que a educação de adultos, condição indispensável para o Brasil construir uma sociedade mais justa e, portanto, mais democrática, teria que se fundamentar na consciência da realidade vivida pelos alfabetizandos, para jamais reduzir-se a um simples conhecer de letras, palavras e frases. E que o processo de alfabetização de adultos não fosse sobre verticalmente ou para assistencialmente o homem. Só posteriormente dirá homem e mulher. Mas com os educandos e com a realidade propôs uma educação de adultos, que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade política.

Nesse relatório há algo de muito importante e que foi, aliás, a tônica do intenso e profícuo que Paulo desenvolveu por mais 39 anos de sua vida: a crença, o amor e a valorização das pessoas, sobretudo as das camadas populares. Essas secularmente interditadas e oprimidas no Brasil.

Assim, entre outras coisas não ditas sobre a vida, obra de Paulo que é unidade inseparável, quero ressaltar a de ter sido ele quem ensinou ao mundo a escutar o povo. Foi a partir desses princípios dos quais Paulo jamais abriu mão, pelo contrário, os radicalizou cada vez mais durante a sua vida, que construiu mais do que o método de alfabetização Paulo Freire, construiu uma teoria do conhecimento baseada na relação esperança, libertação, mediatizada pelo diálogo dialeticamente amoroso entre os sujeitos e o mundo objetivo.

É esse legado político de Paulo que não pode morrer com ele. Não só o Brasil, mas o mundo sabe que precisa dele hoje mais do que nunca, se quisermos construir uma sociedade que negue as terríveis diferenças sociais e culturais e que queira fazer a distribuição da renda de modo justo e harmônico. Condições sem as quais certamente sucumbiremos todos e todas num mundo sem sentido, sem valores e aspirações, sem ética e sem esperança e liberdade. Enfim, sem homens e sem mulheres verdadeiramente cidadãos e plenamente humanos. Cabe a nós todos e todas, especialmente aos partidos políticos comprometidos com as necessidades e aspirações do povo, como é o caso entre outros do PSB, de proclamar a atualidade e a necessidade de prosseguir a utopia freireana de fazer das e dos oprimidos seres mais. Essa vem sendo uma de minhas metas de vida, além do chorar, prantear e viver o luto, por esse homem pequeno e franzino, mas de caráter forte e íntegro, de mãos e olhar expressivos e marcantes e de capacidade invulgar de amar e de se apaixonar por pessoas e

causas. Conheci Paulo quando tinha 4 anos de idade e ele tardiamente iniciava o curso secundário no Colégio Oswaldo Cruz de Recife, de propriedade de meu pai, Aluízio Pessoa de Araújo. Esse outro pernambucano que soube fazer de sua escola privada uma escola pública, por entender dentro de sua formação humanística que tanto influenciou Paulo, que a educação é um direito de todos e de todas. (Palmas.)

A morte de Paulo trouxe-me espanto, vazio e falta. Pouco a pouco estou recuperando sua presença na saudade pelos 10 anos de convívio cotidiano de colaboração intelectual, de paixão e de amor com os quais enriquecemos nossa relação de marido e mulher. Hoje esse é meu patrimônio maior. O momento como o desta noite, portanto, além de homenagear Paulo por sua vida, obra, aumenta meu patrimônio como sua viúva. Por tudo isso agradeço emocionadamente. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Convido os músicos Rildo e Misael Hora para executarem a música predileta de Paulo Freire, Asa Branca.

(Execução de Música)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, queremos registrar, com muita alegria, a presença entre nós do Deputado Aldo Rebelo, que representa nesta ocasião o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e também do Deputado Agnelo Queiroz, do PCdoB do DF, também do nosso Deputado Federal recém-filiado ao PSB, Domingos Leonelli, do Estado da Bahia, também Gilvan Freire, além do nosso querido Almino Affonso. Registramos também a presença entre nós da companheira Maria Laura, do Partido dos Trabalhadores, uma combativa Deputada nesta Casa. (Palmas.)

Companheiros, antes de passarmos à próxima fase, gostaríamos de ler uma mensagem do ex-Presidente Itamar Franco, dirigida ao Governador Arraes, alusiva ao nosso Congresso:

> *"Caro amigo e digno Governador Miguel Arraes, no momento em que se realiza a VJ Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro saúdo o seu Presidente, eminente homem público, Miguel Arraes, solicitando-lhe que transmita a todos os convencionais o meu abraço de solidariedade e os meus mais sinceros votos de sucesso na jornada partidária e na discussão das teses e diretrizes do PSB, expressando a minha convicção de que estarão formando patrioticamente as decisões necessárias, adequadas e coerentes ao seu programa, sempre harmonizadas às aspirações coletivas e aos sentimentos sociais do povo brasileiro.*
>
> *Cordialmente, Itamar Franco."* (Palmas.)

Companheiros e companheiras, estamos em 1947, data de fundação do Partido Socialista Brasileiro.

LOCUTOR - "A esquerda democrática transformou-se no Partido Socialista Brasileiro. Propunha-se ser um partido de todos que dependam do próprio trabalho. Defendia reformas imediatas como a nacionalização das áreas economicamente estratégicas, ampliação dos direitos dos trabalhadores, garantia da saúde e educação públicas ao lado da defesa e desenvolvimento do regime democrático.

Ao mesmo tempo, definia que apenas com a execução integral do seu programa com socialismo democrático poderia haver solução definitiva à questão agrária, industrialização, democratização da cultura e da saúde pública.

Salientava que a socialização dos meios de produção não se confundia com estatização. Tinha como objetivo e como prática fazer do partido uma escola de democracia a partir dos núcleos de base por profissão ou moradia." (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Convido o companheiro César Callegari, Deputado Estadual por São Paulo, para apresentar a homenagem dos socialistas do PSB ao revolucionário Ernesto Che Guevara neste momento. (Palmas.)

O SR. CÉSAR CALLEGARI - Presidente Miguel Arraes, socialistas do Brasil, hoje quando nos damos conta de que estamos há 30 anos da morte do grande herói latino-americano Ernesto Che Guevara, perguntamo-nos: passado tanto tempo, o que fez com que sua imagem e lembrança permanecessem como símbolo da revolução em todo o mundo e não apenas permanecessem, mas seguissem crescendo dia a dia, ano após ano? Enquanto declinam e esmaecem estrelas de tantos outros valorosos heróis nesses tempos de completa avidez globalizante, como Urso Carlo, Ben Bella, Lumumba, Kenyatta, Mao Tse-Tung, Lenin, Trotski, Gandhi, Ben Gurion, Dubsek, são homens que comandaram homens e sonhos libertários, mas é a memória legendária do Che que permanece mais brilhante e atual. Por quê? Inexoravelmente a pergunta nos remete à América Latina, continente de tantas tragédias, de tantas derrotas, tantos grilhões ainda intactos, tantos heroísmos inúteis, tantas grandezas, tantos mártires.

Trinta anos depois, trinta anos da morte de Che Guevara, trinta anos de tão heróico sacrifício aqui estamos nós com nossas misérias seculares, nossa fome, nossa desorganização, nossa dependência subalterna, nossa oligarquia velha de quinhentos anos, nossa velha hegemonia burguesa, travessia de democracia neoliberal. Talvez — e odiamos reconhecer isso — estejamos ainda pior. Não é possível que a saúde pública e a educação fossem piores há 30 anos, que estivessem mais sucateadas. Não é possível que o desemprego e o desespero fossem maiores. Sessenta milhões de trabalhadores latino-americanos foram colocados no desemprego e na miséria nas últimas três décadas. Se é assim, se produzimos mais e mesmo assim mais somos excluídos e presos nas malhas dessa forma de servidão,

qual é a saída? Isto é, a saída de verdade, para além das retóricas, demagógicas e emplumadas não há nenhuma saída à vista. Não nesse quadro, só em outro quadro. E foi nesse novo modo de ver e de sonhar que Guevara buscou décadas atrás, percebendo desde então que a inviabilidade do velho modelo sempre imposto pelas elites retrógradas de nossas Américas.

Foi em busca daquela outra e única alternativa muito bem conhecida de todos nós e que é a nossa missão, a nossa bandeira, a nossa luta, a nossa esperança que Guevara fez aposta lúcida, apaixonada e audaciosa de sua própria vida. Foi como se sempre ouvisse Danton da época da Revolução Francesa perguntando do alto de sua outra revolução e afirmando: audácia mais audácia, sempre audácia. Guevara perseguiu essa outra realidade por perceber com clareza absoluta a inviabilidade social, política e econômica de um sistema que nos mantém atrelado a uma ordem de sugestão e dominação entre países e, dentro desses países, entre os homens.

A luta desenvolvida pelo valente revolucionário na Argentina, no Brasil, em Cuba, na Bolívia, na África e onde mais fosse, foi sempre acima de tudo a luta de um libertador, foi a luta pela própria liberdade.

Para nós, porém, para a América Latina de hoje, além de tudo que nos negam, tudo que nos dizem que acabou como se tivesse acabada a história, o socialismo, a revolução, a luta de classes, a ideologia, a liberdade é e continuará sendo sempre a nossa utopia.

No entanto, conforme disse Pierre Furteur, para os países pobres a utopia é fundamental, é o único caminho. Não a utopia no sentido de sonho, quimera, fantasia ou etmologicamente o lugar que não há. Não. Utopia, sim, como a define brilhantemente o nosso outro grande querido homenageado desta noite, Paulo Freire, ou seja, a utopia como dialética entre o ato de denunciar e o ato de anunciar.

Assim Guevara não foi apenas o herói da liberdade, mas também e mais do que qualquer outro, como sabem todos os jovens no mundo todo, o herói da utopia como prática da esperança, da luta e da ação de anunciar. Anunciar um novo mundo pelo qual anseia os jovens de todas as épocas, de todas as atitudes, todas as classes. Por isso Guevara é o herói dos jovens ou daqueles que já foram e ainda são jovens, como já se disse nos anos 60, os anos de Guevara: estar vivo naquele tempo era uma glória, mas ser jovem era ser Deus.

Agora, por causa da derrocada do velho modelo soviético, querem nos fazer crer que o socialismo morreu, que a utopia acabou. É como se só pudéssemos existir como projeto alheio, como projeto de outro, enquanto futuro de outro. Triste destino dos povos que existem na servidão. Nosso projeto é o socialismo democrático e esse projeto está mais vivo do que nunca. Nunca,

porém, foi tão necessário como nesses dias de tempos de globalização exacerbada, em que nossos dirigentes decoram catecismos dos outros, observam todas as regras e normas, sacrificam por elas o nosso povo, duramente cumprem todos os compromissos impostos. E o que recebemos em troca? O privilégio e a honra de sermos o primeiro algo, a bola da vez dos ataques especulativos que se assanham a partir da manipulação de qualquer mercado ou bolsas internacionais.

É por isso que não há como não reverenciar José Saramago, o maior escritor vivo da língua portuguesa, quando perguntado sobre a globalização respondeu que no seu tempo globalização se chamava imperialismo. (Palmas.) Mais uma vez a resposta à pergunta que formulamos é que não há saída por aí, mesmo porque segundo Saramago não há nada de novo, apenas o velho e sórdido imperialismo, tão nosso conhecido de tantos anos, o verdadeiro inimigo e algoz assassino de Guevara. Então se o desafio é o mesmo as respostas não podem ser as mesmas que vêm sendo dadas há cinco séculos pela burguesia da América Latina.

Mais até do que Saramago, quem melhor coloca a questão desse eterno retorno de miséria e opressão desse círculo vicioso para o qual o nosso povo e nossos países não conseguem sair é Machado de Assis, ao dizer que ao cabo só há velhas verdades caiadas de novo. Talvez não seja assim, ou melhor, talvez não precise ser assim para os arautos das novidades do neoliberalismo, da globalização da modernidade. Não a verdade maior nem mais velha. Por isso temos de procurar outras verdades, aquelas que Guevara anunciava e que mais do que nunca se mostram essenciais e absolutamente urgentes.

O famoso Patativa de Açaré, o grande cantador e poeta nordestino, comparando o Norte ao Sul do Brasil, diz nos seus versos que seus versos são diferentes porque suas vidas também são assim. A vida é diferente, a classe social é diferente, a ideologia é diferente, os valores são diferentes, a visão de mundo é diferente, a proposta para o homem é diferente. O projeto para o País, para o continente é diferente, e o nosso projeto tem de ser diferente.

Guevara, que hoje como há 30 anos, está mais vivo do que nunca, mais vivo do que qualquer outro, mais vivo porque pagou com a morte a busca incansável e implacável da utopia sem perder nunca não apenas a ternura, mas a capacidade de denunciar e anunciar. Essa capacidade que falta lamentavelmente a todos os governos da América do Sul e ao nosso em particular, ao nosso que ironicamente, falando em modernidade, dizendo-se a própria modernidade e dizendo que o resto além dele não existe mais nada. Mas não existindo a repugnante volúpia do poder a qualquer preço acabou o nosso Governo brasileiro refém do que há de mais velho e retrógrado no País, as velhas e retrógradas oligarquias agrárias, industriais e financeiras. Por isso, repito, perderam a capacidade de anunciar, perderam aquilo que é o nosso apanágio, exclusivo daqueles que acreditam na utopia e na liberdade.

Por isso Guevara sobrevive e sobreviverá sempre porque, conforme principalmente os jovens de ontem e de hoje perceberam, ninguém acreditou mais na liberdade e na utopia do que ele, ninguém levou a voz para denunciar e anunciar, ninguém arriscou mais. Muitos deram a vida pela liberdade, pela revolução, pela causa da justiça, mas Guevara deu várias vidas e várias mortes. Por isso seu mito cresce sempre mais e mais, por ter sido o grande visionário das Américas, o grande profeta da revolução, por ter sido aquele que desde sempre enxergou o velho e corrupto atrás do cal brilhante das novidades falaciosas, ele perseguiu as verdadeiras saídas do socialismo para a América Latina.

Trinta anos depois, nessas últimas semanas, vemos como ele estava tão certo. O País inteiro refém da quebra de qualquer financeira de Tóquio ou Hong Kong e esse é o caminho único que o capitalismo imperialista reserva para a América Latina. É isso que ele denunciava e é nesse quadro que vimos como nunca a falta que nos faz a utopia, a liberdade e a esperança.

Por isso, hoje quando falamos em libertador falamos de Guevara e não em Bolívar. A grande figura do general que nunca nos cansamos de reverenciar é porém como os demais que lutaram pela independência do continente, brava e gloriosamente. Contudo lutaram pela liberdade política e econômica, mas nunca verdadeiramente pela liberdade social. Por isso como a burguesia é a mesma aqui como lá, e seus interesses são conflitantes mas idênticos, a América Latina ainda não se libertou. Quando isso finalmente se der e esse deve ser o dever e o cerne da nossa luta, há de ser erguida uma estátua para Guevara em cada praça de cada cidadezinha, de cada província de nosso martirizado e trágico continente de veias abertas.

É ele, Guevara o grande mártir e o herói da liberdade na América Latina. Por isso, para terminar, parafraseando Hemingway, não perguntes por quem os sinos dobram. Os sinos dobram por Che Guevara.

Viva o socialismo! (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - A execução pelos Músicos Rildo e Misael Hora da Internacional em homenagem a Che Guevara.

Execução da Música Internacional Socialista)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros e companheiras socialistas, a história continua. O PSB nos anos 50 e 60.

LOCUTOR - O PSB foi o pioneiro na campanha do petróleo. Com manifestação parlamentar de Hermes Lima e com organização popular através da UNE, dirigida na época por Roberto Gusmão, militante socialista.

Na questão agrária o PSB fez propostas inovadoras como as cooperativas agrícolas que criaram uma área verde em torno de São Paulo e teve lideranças expressivas como Francisco Julião, em Pernambuco, que organizou as ligas camponesas, o maior movimento pela reforma agrária até então no Brasil, e João Teixeira, o cabra marcado para morrer na Paraíba.

Por ocasião do primeiro Governo de Miguel Arraes, apoiado pelo PSB, os trabalhadores rurais iniciaram a construção de seus sindicatos, com apoio do governo e simultaneamente a luta por direitos trabalhistas básicos. Na efervescência dessa agitação social, o Governador Arraes promoveu o histórico Acordo do Campo, que propiciou aos trabalhadores da palha da cana conquistas trabalhistas significativas.

O PSB teve importante atuação na Frente Parlamentar Nacionalista, destacando-se Aurélio Viana, Rogê Ferreira e Barbosa Lima Sobrinho.

Nas administrações municipais e estaduais o PSB levou Pelópidas da Silveira, em 1955, à Prefeitura do Recife. Sua administração foi brilhante.

Em São Paulo, Jânio Quadros se elege à Prefeitura, com apoio do PSB, em 1953. A aliança com Jânio significou um crescimento inicial para os socialistas mas acabou significando uma perda na ação programática. Portanto, não basta apenas pensar em crescer, é preciso crescer bem, com conteúdo. (Palmas.)

Em 1960 o PSB participou da campanha da legalidade pela posse de João Goulart, participando no seu governo com a destacada atuação de João Mangabeira primeiramente no Ministério das Minas e Energia e depois no Ministério da Justiça.

O PSB foi extinto em 1965 por força de ato institucional."

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, queremos registrar a presença já entre nós do Vice-Governador do Espírito Santo, o companheiro Renato Casagrande, que acabou de chegar, a quem convidamos também para compor a Mesa, do companheiro Ronaldo Lessa, o futuro Governador das Alagoas, e do companheiro Eduardo Campos, Deputado Federal e atualmente Secretário da Fazenda de Pernambuco. (Palmas.)

Gostaria de ler também mensagem do Deputado Eduardo Jorge, do PT de São Paulo, e do Deputado José Augusto, do PPS de São Paulo:

> "Saudações ao PSB irmão mais velho dos nossos partidos. Ajude-nos com a sua experiência na luta por um mundo melhor. Abraços. Deputado Eduardo Jorge, PT-SP, e Deputado José Augusto, PPS-SP". (Palmas.)

Convidamos neste momento o Deputado e representante do Partido

Democrático Trabalhista, Neiva Moreira, para saudação aos Congressistas do Partido Socialista Brasileiro. É com muita satisfação que temos o Deputado Neiva Moreira, este Deputado histórico das lutas democráticas, em nosso meio, a quem pedimos que possa saudar nossos congressistas, representando aqui o Governador Brizola e o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. (Palmas.)

O SR. NEIVA MOREIRA - "Srs. Membros da Mesa, companheiras e companheiros do plenário, estamos vivendo momento muito interessante, expressivo e sugestivo das lutas do povo brasileiro pelo seu avanço democrático e pelas grandes conquistas sociais pelas quais todos batemos.

Neste momento comemoramos aqui os 50 anos do Partido Socialista e quero trazer o abraço fraterno e caloroso não apenas do Presidente do nosso partido, o Governador Brizola, que não pôde estar presente como desejava, mas também do PDT de todo o País ao partido irmão, ao partido que tem extraordinária história na vida política do nosso País e que ontem como hoje está abrindo novos caminhos ao processo democrático e social.

Não quero fazer um discurso como se referiu aqui a Erundina, um discurso formal, quero prestar alguns depoimentos muito rápidos de encontros não só com o Partido Socialista, como também e sobretudo com as pessoas simbólicas que aqui se homenageiam neste dia.

Recordo-me por exemplo que eu era um repórter dos Diários Associados quando começava o trabalho de formação do Partido Socialista, já faz muito tempo, e uma das coisas mais extraordinárias que me ficaram na memória era que quando se queria uma definição correta, uma posição justa, democrática sobre os grandes problemas que afligiam como hoje o nosso tempo, íamos procurar o Prof. Mangabeira e ele falava em nome do Partido Socialista. Marcou toda a nossa geração de jornalistas como um homem brilhante, competente, um grande patriota.

Quero também me referir a Paulo Freire, com quem me relacionei em um momento muito especial da sua vida e também muito especial da minha vida. Ambos estávamos exilados na Bolívia e decidimos fazer uma república para viver juntos naquele período que ali passávamos. Vivemos juntos, alguns outros exilados e ele também participava da nossa residência. Paulo sempre preocupado com o problema de ensino, andou dando sugestões ao governo da Bolívia, tentou fazer coisas que foram possíveis porque o momento era de grande fragmentação administrativa, e terminamos presenciando o golpe militar que derrubou o governo de Estensoro e instalou o governo de Barrientos. Da janela do nosso edifício assistimos a 300 metros a última resistência do Governo de Estensoro aos golpistas do general Barrietros. Uma bateria de artilharia antiaérea resistira até o último momento ao ataque dos aviões P-41 que bombardeavam.

Então Paulo Freire disse-me: Neiva, esse processo social é muito complicado. Veja bem, nós aqui metidos numa guerra sem estarmos absolutamente preparados para ela nem absolutamente interessados no processo que aqui se desenvolva.

Depois de uma noite chegou lá um tenente, um capitão e disse: Dr. Neiva e Dr. Paulo Freire vocês são muito bem-vindos à Bolívia mas vocês são marcados aqui pelas posições de esquerda revolucionária e o general Barrientos lhes mandou papéis pedindo que deixassem o país na manhã seguinte. Paulo e eu rumamos para Arica, no Chile, que era apenas uma referência geográfica na nossa memória. Lá passamos uma semana e nossos destinos se bifurcaram. Paulo foi para Santiago, ficou algum tempo no Chile, e eu fui para Montevidéu, de lá para outros países da América Latina.

Outro contato com Paulo Freire. Eu estava na Tanzânia, fazendo jornalismo, quando fui conhecer a nova capital, chamada Dodoma, que estava se instalando e os tanzanianos orgulhosamente diziam que era a Brasília da África. Então fui conhecê-la. Eram mais ou menos 500 quilômetros Darsalan e Dodoma. No meio daquela selva enorme vi umas árvores e uma aglomeração de garotos debaixo da árvore. Pedi ao guia: podia ver o que é aquilo? Fomos lá. Disseram: o que é isso aqui, companheiros? Aqui é uma aula do curso Paulo Freire. Fiquei profundamente emocionado, dizer que aquele homem simples, despretensioso, aquele herói do povo brasileiro, aquele herói do mundo, como herói do mundo é o Che Guevara, estava ali criando consciências revolucionárias, capazes de abrir novos caminhos para a Tanzânia e para o mundo.

Foi muito feliz essa conjugação das homenagens do Partido Socialista a esses dois libertadores. Quero dizer que estamos vivendo um momento muito especial. O companheiro Deputado de São Paulo fez referência ao momento que estamos vivendo. Este Congresso vai ser seguramente marcado por esses acontecimentos e pela leitura do perfil dos acontecimentos que estamos vivendo.

A comemoração dos cinqüenta anos também é um momento simbólico. Hoje o sistema neoliberal que dominou o mundo, que é responsável por essa tragédia que está fazendo naufragar as sociedades em muitos países, o movimento liberal está vivendo o seu momento mais dramático e seguramente o momento de crise final. Pois bem, neste momento o Partido Socialista vem a este plenário e reafirma seus ideais socialistas e se enquadra nesse admirável movimento que está não ressuscitando, mas restaurando as esperanças de um modelo político profundamente voltado para o homem e para a sua libertação, como é o modelo socialista.

Quero dizer aos amigos que me emocionei muito nesta reunião, pelas evocações de fatos que nos tocaram profundamente, na recordação desses dois heróis do mundo: Che Guevara e Paulo Freire e por que não dizer em ter

neste momento a sorte, a felicidade, a boa coincidência de termos na Presidência deste partido um dos homens que tem feito história neste século no Brasil. Uma das figuras mais admiráveis, mais coerentes, mais combativas, mais intolerantes com a agressão, com a ditadura, com a destruição dos valores humanos, como é o Governador Miguel Arraes. (Palmas.)

Lá vai outra recordação de repórter de jornal. Andamos sempre procurando essa coisa pela qual lutamos hoje, a unidade da esquerda no Brasil. Não podemos mais nos dividir, companheiros e companheiras, não podemos mais permitir que pelas nossas divisões, pela nossa incapacidade de nos unir, de dar uma resposta conjunta e coletiva a tudo isso estejamos construindo degraus para perpetuar a direita no poder. Recordo-me de Arraes em Lisboa. Fui lá a pedido do Governador Brizola para que conversássemos sobre esses mesmos problemas que estamos conversando hoje, como nos uniríamos, como faríamos um partido comum, como abriríamos novas perspectivas às novas classes para um processo de esperança no País? Depois fui a Argel, em outro momento, quando ali se reunia a IV Conferência Mundial dos Países Não-Aliados. E fui para casa de Arraes. Recordo-me daquele homem solitário, tranqüilo no aeroporto de Argel nos recebendo, quando me disse: "Você vai para a nossa casa, mas eu não estarei lá". "Por que você não estará lá, Arraes?" "Porque o governo da Argélia, a pedido do governo de Marrocos pegou todos os exilados que haviam aqui no país e mandaram confinados para o interior do país. Eu vou viver esse período a 400 quilômetros de Argel. Então eu verificava a constância, a linha reta em todos os momentos em que foi chamado para se pronunciar, se colocar diante dos problemas nacionais, Arraes o fez sempre com essa coerência, com essa valentia, com essa absoluta intolerância com a não-democracia e com a tirania.

Quero felicitar os companheiros que fizeram esse programa e me pergunto, quando ouvi ali emocionado o hino da Internacional Socialista: Que bom, companheiros que organizaram esta festa, que trouxeram para este plenário, que acaba de cometer um dos maiores erros políticos e uma das maiores agressões ao povo brasileiro, que foram essas reformas aqui aprovadas nos últimos dias. (Palmas.) Que trouxeram para esse histórico plenário brasileiro os acordes da Internacional Socialista. Não seria esse um indício do novo tempo? Não estaríamos vendo os acordes finais da marcha fúnebre do modelo neoliberal e os primeiros albores de uma nova era que está deflagrando o mundo inteiro? Na França, com a vitória socialista, na Inglaterra, com a vitória trabalhista, na distante Mongólia, com a vitória de forças progressistas, na Albânia, por todo lado do mundo, por que também não estaremos construindo nesta noite, neste dia, neste momento em que vivemos os novos fatores que possam levar à vitória no ano próximo e terminar com este momento trágico, difícil, absolutamente incapaz, agressivo contra o povo brasileiro, que é o governo que hoje nos administra.

Felicito o PSB, vamos marchar e quero dizer a vocês que o PDT

tem o maior respeito pelo trabalho socialista, o maior respeito por Miguel Arraes, uma das nossas referências mais caras nas nossas decisões e estou seguro de que sejam quais forem os caminhos do futuro há uma referência global, fundamental no País, que é a unidade do nosso partido, a unidade das nossas forças. Muito obrigado." (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, registro com alegria também a presença já entre nós do Deputado Federal Fernando Lyra, da ex-Prefeita de Salvador Lídice da Matta, recém-filiada ao nosso partido e do futuro Governador da Bahia, o Prefeito Beto Lélis, que amanhã receberá o título de Cidadão Brasiliense pela Câmara Distrital de Brasília. (Palmas.)

Tenho a honra de convidar neste instante para saudar os nossos Congressistas, o Dr. Hernán Rivadeneira Játiva, Secretário-Geral da Coordenação Socialista Latino-americana e também membro da Direção Nacional do Partido Socialista Equatoriano Frente Ampla, do Equador, a quem dou a palavra.

O SR. HERNAN RIVADENEIRA JÁTIVA - Companheiro Presidente do PSB, Sr. Governador do Distrito Federal, distinta Senhora do educador latino-americano Paulo Freire, companheiros dirigentes do partido, militantes, Dr. Oswaldo Deza, do Partido Socialista Democrático da Argentina e demais delegados internacionais, não podia faltar a este encontro com a esperança de que um coletivo de vontades propiciadoras das mudanças sociais na grande pátria brasileira, dos queridos companheiros socialistas que comemoram o qüinquagésimo aniversário da fundação do seu partido, pelo que não podemos senão congratularmos. Saúdo a todos na minha condição de Secretário-Geral da Coordenação Socialista Latino-americana e também como delegado do Partido Socialista Frente Ampla do Equador.

O empenho do socialismo latino-americano por estabelecer relações de solidariedade continental tem recebido um impulso importante com a participação dos partidos socialistas da América Latina e de maneira particular do PSB. Lembro-me de uma preparação bastante grande no continente para reagrupar os partidos socialistas que estavam dispersos, em abril de 1986, reúnem-se, em Montevidéu, na primeira conferência do socialismo latino-americano. A partir de então fomos convocados para mais cinco conferências, na cidade do México, em Lima, em Santiago do Chile, uma vez mais em Montevidéu e da última em Quito, onde tivemos a oportunidade de apreciar a vitalidade dos nossos princípios e da possibilidade de atualizar nossas propostas.

A VII Conferência do Socialismo Latino-americano precisamente se levará a cabo em 1999 nesta capital, Brasília, com os auspícios do PSB e naturalmente dos demais partidos brasileiros integrantes da coordenação socialista latino-americana.

Nossos objetivos fundamentais se orientam na busca da independência e da liberdade. A construção do socialismo, de acordo com as características e necessidades próprias de cada país, na base da unidade popular e com maior respeito às determinações de cada organização política integrante a partir da sua própria realidade: desenvolver a fraternidade e a solidariedade e as relações com todas as forças democráticas e revolucionárias, assim como o apoio aos processos integracionistas. Todos devemos construir um projeto antiimperialista e antioligárquico, que avance nos conceitos da nova democracia, de uma democracia para as maiorias, de uma democracia participativa, uma prática política que combata a corrupção em todas as formas. Devemos lutar pela instauração de estados realmente soberanos, pluralistas, democráticos, de rosto humano e com características de apoio social.

Esse modelo perverso instaurado no continente e que está sendo derrotado, o neoliberal, demonstra a sua caducidade pelos fracassos nessas e em outras atitudes pode-se também denominar modelo transnacional. Então das grandes corporações ficam suas condições políticas, o controle dos organismos de crédito internacional e os principais grupos econômicos especialmente financeiros.

O que fazer frente à hegemonia do capital financeiro e especulativo, frente às necessidades de desenvolvimento humano e sustentável, quiçá orientar-nos a ser um modelo produtivista que permita uma inversão desse critério, que estabeleça limitações a essa nova teologia de mercado, às frias forças de mercado que permitem a subsistência somente dos fortes e poderosos que existam na maioria dos habitantes dos nossos países.

Estamos suportando crises de valores nas ações neoliberais com as políticas de ajuste estrutural, com programas macroeconômicos, desestimando o direito das pessoas.

Se somos capazes de unir esforços levando em conta nossa adversidade para combater juntos, nós, os povos oprimidos, relegados, seremos capazes de empunhar as bandeiras da dignidade e da soberania, da autodeterminação, da solução pacífica dos conflitos, da proteção ambiental, da democracia e da justiça social.

Nas palavras premonitórias de Che Guevara: nós, dizia ele, socialistas, somos mais livres porque somos mais plenos. O esqueleto de nossa liberdade completa está formado, falta a substância protéica e a roupagem. Nós criaremos. Nos longos e desconhecidos caminhos, em parte, conhecêmos nossas limitações. Faremos o homem do século XXI. Nós faremos uma nação cotidiana, criando um homem novo com uma nova técnica.

Viva o VI Congresso do Partido Socialista Brasileiro, viva o meio século de luta do PSB! Obrigado." (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Registramos também a presença entre nós, com muita satisfação, pois estão aqui inclusive se sentindo representados por serem membros da Coordenação Socialista Latino Americana nas palavras do nosso companheiro Dr. Hernan Rivadeneira Játiva, os companheiros do Partido Socialista Democrático da Argentina Dr. Oswaldo Deza e Dr. Gustavo Quintana. É com muita satisfação que recebemos os companheiros socialistas e lutadores pela democracia e socialismo no nosso vizinho País e querida Argentina. (Palmas.)

Convidamos para fazer uso da palavra agora, representado o Partido dos Trabalhadores, o Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. É com muita satisfação que o temos entre nós, um grande lutador pela causa democrática. Com a palavra o nosso companheiro Cristovam Buarque. (Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - "Boa noite a todos, companheiros do Partido Socialista Brasileiro, Dr. Miguel Arraes, falo com a honra de falar em nome do meu partido, a pedido do Presidente José Dirceu, que não pôde estar aqui presente hoje, mas falo também com a honra de quem 35 anos atrás votou pela primeira vez em Miguel Arraes de Alencar, e com a honra ainda maior de até hoje carregar com orgulho, sem qualquer arrependimento e cada vez com mais convicção, aquele voto de 35 anos atrás. (Palmas.)

Falo com a satisfação e a honra diante de companheiros do PSB, partido com 50 anos de história, 50 anos de coerência. O partido que não caiu nas tentações do socialismo implantado autoritariamente, que seduziu a tantos de nós companheiros da esquerda. Partido que não ficou seduzido tampouco pelas alternativas propostas pelo neoliberalismo e que seduziu muitos dos nossos companheiros. Partido que mantém ao longo de sua história a coerência plena da confiança no socialismo democrático. Falo lembrando e chequei com Dr. Arraes, se a memória não me falhava, que 35 anos atrás, quando tomou posse em Pernambuco, e nós ali assistíamos na praça, cheios de esperança, ele abriu seu discurso com um poema de Drummond, que dizia: *"Tenho duas mãos e o sentimento do mundo"*.

Quero dizer, Dr. Arraes, que pessoas como nós que aqui estamos, independentemente dos partidos mas com a mesma crença num futuro de justiça dizemos, repetindo o senhor e o grande Drummond, que cada um de nós tem duas mãos e o sentimento do mundo e uma vontade profunda de mudar o mundo injusto no qual vivemos. (Palmas.) Cada um de nós tem duas mãos, o sentimento do mundo e a vontade de mudá-lo para que por exemplo nesse mundo diferente nenhuma criança seja obrigada a trabalhar e nenhum adulto seja impedido de trabalhar, que é um direito de todo trabalhador. (Palmas.)

Digo também que isso é perfeitamente possível no País em que vivemos. Nada impede que o Brasil seja capaz de construir um mundo, um País

onde pelo menos esses dois objetivos sejam realizados. Nada, salvo duas coisas: a perversidade, o egoísmo, a estupidez da elite que dirige o nosso País e também a falta de unidade entre nós, partidos que querem lutar para mudar o mundo. (Palmas.)

Falo aqui em nome do meu partido, não como Governador para lhes dar as boas-vindas e que aproveitem a Capital de todos os brasileiros que é Brasília, mas falo aqui como militante do Partido dos Trabalhadores para dizer a cada um de vocês que o sentimento de mundo nós temos também, que a vontade de mudar nós temos também, que a confiança na possibilidade de mudar rapidamente o Brasil para construí-lo, conforme os sonhos do nosso povo nós temos também tanto quanto vocês, socialistas, e mais do que isso, como vocês nós temos a mais profunda esperança da unidade entre nós para mudar o Brasil com o sentimento que há tantos anos Dr. Arraes transmite para cada um de nós.

Um bom Congresso para cada um de vocês, que esses três dias sejam decisivos para a contribuição que todos nós no Brasil esperamos do Partido Socialista Brasileiro para mudar o Brasil. Um grande abraço a cada um de vocês e aproveitem a Capital de todos." (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, registramos a presença, com muita alegria — e pedimos que ao ser citado seja saudado com uma calorosa salva de palmas —, de um velho militante comunista, companheiro sindicalista Arthur Andrade, de 91 anos, que está aqui conosco. É o pai da nossa companheira Aparecida e sogro do nosso companheiro Abreu aqui do Distrito Federal. É com satisfação muito grande que recebemos esse velho e histórico militante do socialismo no Brasil. (Palmas.)

Queremos também saudar calorosamente e pedir que os nossos Congressistas assim também o façam o companheiro Jorge Ferreira, que representa aqui o Partido Comunista Cubano. E na pessoa dele saudamos a bravura do povo cubano, o povo que sabe lutar pela autonomia do seu país.

Estamos em 1985, ano da reorganização do Partido Socialista Brasileiro.

LOCUTOR - "A refundação do PSB dá-se em 1985. O pedido de reorganização foi assinado por manifesto encabeçado por antigos fundadores da Esquerda Democrática e do PSB. Evandro Lins e Silva, Jader Carvalho, Rubem Braga e Joel Silveira. Seu programa foi o mesmo texto redigido por João Mangabeira, em 1947.

A necessidade de recolocar a proposta do socialismo democrático no cenário político partidário após a reabertura legal do pluripartidarismo foi motivada não só pelo fato de dar continuidade a uma proposta histórica profunda e revolucionária com relação ao socialismo, mas sobretudo porque o novo quadro partidário não estava incorporando tal proposta.

Durante todo o período da ditadura militar os socialistas atuaram das mais diversas formas e nas mais diferenciadas organizações políticas e sociais, dentro do MDB/PMDB em nível partidário legal, nos partidos de esquerda organizados na clandestinidade, assumindo às vezes o trabalho de base, outras a luta armada, conforme as circunstâncias e opções individuais, e nas igrejas e oposições sindicais. Após a reabertura de espaços de liberdade de ação, obtidos com as greves e mobilizações populares no final dos anos 70 e início da década de 80, a reorganização partidária não apresentava uma opção clara para os socialistas que acreditavam no socialismo e na democracia como pilares para o futuro das sociedades modernas.

A fé política de que o socialismo e a liberdade são inseparáveis fez com que um grupo de socialistas reorganizasse o PSB.

A primeira comissão provisória, em 1985, foi presidida por Antônio Houais. O primeiro encontro nacional, em 1986, elegeu Jamil Haddad como Presidente e Roberto Amaral como Secretário Geral.

Em 1993 é eleito para Presidir o PSB Miguel Arraes, (palmas.)que ingressou no partido em 1990.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Tenho a honra de convidar neste momento o companheiro representante do Partido Popular Socialista, Salomão Malina. É com muita emoção que o faço, porque o tive como dirigente durante 10 anos, quando militei no Partido Comunista Brasileiro, do qual ele foi dirigente durante muitos anos. (Palmas.)

O SR. SALOMÃO MALINA - "Membros da Mesa, companheiros e companheiras boa noite, é com muita satisfação e uma grande honra que me dirijo aqui a esta Convenção. Ao longo desses 50 anos da existência da antiga Esquerda Democrática, o Partido Socialista, houve muitos momentos em que nós que somos originários de uma vertente do Partido Comunista Brasileiro tivemos convergências e divergências. Acredito que até mais convergências do que divergências. De qualquer maneira, em muitas situações, em muitos momentos a vida nos obrigou a trabalhar juntos.

Estamos vivendo agora uma fase nova na história da humanidade. O capitalismo global, a economia de mercado criou uma situação onde a produtividade cresce em níveis até então impossíveis de se imaginar mas ao lado disso o mercado não cresce no mesmo nível, a velha contradição de Marx continua valendo. Isso gera um excedente financeiro que não pode se transformar em capital, ou seja, não busca o lucro, não tem como realizar isso de outra forma. Ele se desvia para outras finalidades entre as quais o tráfico de armas, o tráfico de drogas, a especulação financeira, o verdadeiro jogo que se faz às custas da economia dos países. Esses recursos que poderiam ser desviados hoje, fruto do trabalho do

homem, fruto da capacidade humana de criar estão sendo usados contra o homem. A grande tarefa que temos hoje pela frente é virar isso, colocar a chamada revolução técnico-científica, seus frutos, o que ele pode nos dar hoje a favor do homem.

O desenvolvimento hoje não pode ser olhado apenas como um fenômeno de caráter econômico, um crescimento econômico. Ele tem de ser visto por nós em primeiro lugar como homem e como centro, a questão social. Esse o futuro do Brasil, por aí é que vamos ter de fazer. (Palmas.)

Realizar isso será difícil. É uma grande batalha que temos pela frente. A sua vitória só poderá se dar se estivermos todos unidos. Não haverá mais um milagre de cima para baixo. Isso já foi dito aqui na abertura, com o que concordo plenamente. Nós vamos ter que esperar que entre nós mesmos se crie as forças necessários para nos libertarmos juntos e criar o novo modelo econômico, um socialismo que eu creio que não tem ainda uma configuração definida, que vai ter que se construir no dia-a-dia na nossa luta, sempre ao lado do povo e com democracia e com liberdade.

Muito obrigado, felicidades e boa sorte a todos!" (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria que os Congressistas saudassem com uma calorosa salva de palmas também todos os nossos Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, entre os quais estamos vendo aqui inúmeros amigos de longa data e companheiros que se filiaram inclusive recentemente, além dos Deputados Federais e todos os Parlamentares do nosso partido. (Palmas.) É com muito prazer que os temos em nosso Congresso.

Convidamos agora o Deputado Aldo Rebelo, representante do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil para saudação aos nossos Congressistas. (Palmas.)

O SR. ALDO REBELO - "Governador Miguel Arraes, estimado e querido amigo do povo brasileiro e do Partido Comunista do Brasil, companheiras e companheiros ilustres, provados na luta do nosso povo que compõem a Mesa de abertura do VI Congresso do Partido Socialista Brasileiro.

Meus companheiros e minhas companheiras, militantes, dirigentes, delegados ao Congresso do Partido Socialista, trago o abraço fraterno e caloroso do camarada João Amazonas, Presidente do Partido Comunista do Brasil, da Direção Nacional do PCdoB e de todos os militantes do meu partido, e neste momento grave, neste momento difícil da vida do nosso País e da vida do nosso povo, os militantes do PCdoB, companheiras e companheiros, sentem-se mais do que nunca irmanados com todos vocês no desafio de resistir à ofensiva criminosa que tenta deitar por terra as conquistas históricas da nossa pátria e do nosso povo na tarefa de da resistência passarmos à acumulação de forças, que permita ao

povo brasileiro, unido através das suas legendas históricas, desafiar os atuais ocupantes e os atuais mandatários do País e reescrever, reconstruir a nossa história e dar prosseguimento às lutas do nosso povo pela independência da nossa pátria, pela justiça social, pela liberdade e pela construção de um futuro de justiça.

Sou otimista nesses desafios, companheiros e companheiras, porque o nosso povo escreveu até hoje uma trajetória heróica, marcada pelo sangue e pela resistência dos heróis, trajetória que se iniciou não por acaso nas colinas dos Guararapes, contra o ocupante holandês que naquele momento foi vitoriosa, trajetória que deu continuidade à luta contra a dominação do império colonial português, que também foi vitoriosa, trajetória que teve continuidade com a luta dos negros do quilombo dos palmares contra a escravidão, que terminou sendo abolida. (Palmas.) Trajetória que teve continuidade na epopéia dos camponeses de Canudos, que lutaram no século passado pela terra e que hoje os camponeses continuam lutando espelhados naquele exemplo. Trajetória vitoriosa também quando deitamos por terra um regime caduco que era a monarquia e, baseado em forças sociais avançadas proclamamos a República para dar prosseguimento à luta pelos direitos democráticos do nosso povo. Na rebelião dos tenentes, na Revolução de 30, na luta pelo petróleo, na eleição de Arraes nos anos 60 para Governador de Pernambuco o povo brasileiro deu continuidade a essa luta. (Palmas.)

Por essa razão, companheiros e companheiras, por mais que vivamos momentos de constrangimento, com um Governo que se lança e ainda mais cinicamente sorridente aos braços do capital financeiro internacional, que impõe um pacote de desemprego, de fome, que massacra a indústria, a agricultura, o comércio, transforma o nosso País numa nação devastada socialmente, devastada na sua soberania e devastada na confiança que o povo deveria depositar em seus governantes mas que felizmente esses o povo brasileiro não tem a confiança para oferecer.

Por essa razão e por essa história tão rica e tão vitoriosa devemos, apesar das dificuldades, da encruzilhada e do impasse termos a consciência e a convicção do otimismo, principalmente quando vemos aqui o Partido Socialista Brasileiro de gloriosas e heróicas trajetórias de luta reunido no seu VI Congresso. Ao olhar, companheiros, emocionado, o rosto desses militantes, a cara mestiça do povo brasileiro, do nosso povo lutador, do nosso povo sofredor, eu tenho confiança que o Partido Socialista Brasileiro, ao lado do Partido Comunista do Brasil, ao lado do Partido Democrático Trabalhista, ao lado do Partido dos Trabalhadores e ao lado de todas as forças sociais que queiram se incorporar à luta pela liberdade e a luta pela resistência haveremos, companheiros, de triunfar, de vencer. Basta confiarmos na história do nosso povo e na sua unidade.

Quando liderou a luta pelo fim das colônias espanholas o grande

patriota latino-americano Simon Bolívar, sofrendo a primeira derrota, escreveu famosa carta na qual dizia: *"Nós não fomos derrotados pelos generais espanhóis, nós fomos derrotados pela nossa desunião"*. Por isso é importante, é fundamental a unidade das forças progressistas, a unidade do povo, na qual o Partido Socialista Brasileiro tem dado lições por intermédio dos seus militantes e da figura exemplar do Governador Miguel Arraes.

Um abraço, companheiros. Vitória ao Congresso do PSB!" (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros e companheiras, chegamos à década de 90.

LOCUTOR - "É do PSB a proposta da frente de partidos de esquerda, a Frente Brasil Popular, e sua participação nas eleições presidenciais de 1989 com a candidatura do Vice de Lula, o Senador José Paulo Bisol. (Palmas.)

O PSB integrou, durante 11 meses, o governo Itamar Franco, assumindo o Ministério da Saúde, com Jamil Haddad, que lutou pela universalização do serviço médico gratuito, público e eficiente. Lutou contra as multinacionais da indústria farmacêutica, dando um exemplo de como seria uma administração socialista democrática. (Palmas.)

O desempenho eleitoral nos últimos anos confirma a validade do PSB. Em 1994 o PSB elegeu os Governadores Miguel Arraes e João Alberto Capiberibe, respectivamente nos Estados de Pernambuco e do Amapá. (Palmas.)

Nesses Estados o partido está administrando com ações claramente voltadas para as camadas excluídas da população.

Em 1996 obteve a sua vitória eleitoral mais expressiva. Elegeu 152 Prefeitos, sendo 3 de capitais: Belo Horizonte, com Célio de Castro; Maceió com Kátia Born e Natal, com Wilma Faria, além de outras prefeituras importantes e 1.391 Vereadores em todo o País. (Palmas.)

O PSB emergiu das eleições municipais de 1996. Como o partido que obteve maior crescimento e vitalidade política, e as últimas filiações realizadas no decorrer de 1997 de personalidades políticas expressivas como a ex-Prefeita de São Paulo Luiza Erundina, (Palmas.) os Deputados Federais José Pinotti, Almino Affonso, Gilvan Freire, Domingos Leonelli, o ex-Prefeito de Goiânia Darci Accorsi, a ex-Prefeita de Salvador Lídice da Matta vieram corroborar esta certeza. O PSB atravessa seu primeiro cinqüentenário unido ideológica e politicamente, tática e estrategicamente com todas as suas lideranças de mãos dadas no esforço de construção partidária e formulação de alternativa para o País. Ele se prepara, assim, para desempenhar seu papel na grave crise a que o neoliberalismo e o conservadorismo levaram o País. Sua bandeira: lutar para tirar o País da crise econômica e habilitar as esquerdas à vitória eleitoral de 1998, (palmas)com uma

proposta democrática, progressista, transformadora e popular. Estamos enfrentando o desafio. O PSB está ousando, crescendo e se tornando a alternativa de poder.

Muito obrigado. Viva o PSB!" (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros e companheiras, registramos com alegria também a presença entre nós de dois velhos históricos militantes do socialismo democrático no Brasil, que se filiaram ao PSB em 1945, portanto há 50 anos. Trata-se do companheiro goiano Luiz Contart, a quem queremos saudar e do companheiro Hélio Gualberto(?), também aqui presente, velhos companheiros do socialismo democrático desde o nascimento da esquerda democrática. (Palmas.)

Passo a palavra ao companheiro Presidente Miguel Arraes, para que possa passar à nova fase, encerrada essa parte da homenagem ao nosso cinqüentenário e das homenagens prestadas ao educador Paulo Freire e Che Guevara, para que possa fazer a proposta da condução do Congresso a partir de amanhã. Com a palavra.

O SR. MIGUEL ARRAES (Presidente Nacional do PSB) - Companheiros, temos de, nesta Assembléia, colocar em votação o Regimento Interno do VI Congresso e em seguida a eleição da Mesa que conduzirá os seus trabalhos durante esses três dias. Uma vez instalado o Congresso, a direção do partido deixa as suas atribuições e é uma comissão eleita pela Assembléia que se reúne que irá conduzir os trabalhos até a nova eleição de uma direção nacional.

O Regimento Interno foi distribuído com antecedência por todos os diretórios estaduais, com obrigação de redistribuí-los para os companheiros delegados. Pergunto se há alguém que queira introduzir modificações ou que queira se pronunciar sobre o texto do Regimento Interno do VI Congresso. (Pausa.)

Não havendo ninguém que queira usar da palavra, em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

A Presidência vai propor nomes para a condução do Congresso. Não só a condução dos trabalhos nas assembléias, mas também a redação de todos os textos que deles decorrem. Proponho para a Presidência do Congresso o grande Deputado, grande homem de luta cuja coerência conhecemos de muitos anos, o Deputado por São Paulo Almino Affonso. (Palmas.) E para compor a direção e ajudá-lo nessa tarefa os companheiros Roberto Amaral, Carlos Siqueira e Waldo Silva. (Palmas.)

Creio que estando todos de acordo, a Mesa Diretora do Congresso se instalará e começará a funcionar a partir dos trabalhos de amanhã.

Quero novamente registrar a minha satisfação por esse nosso encontro, pois verifico que há no partido uma disposição de avançar e de se organizar, e é fundamental que estipulemos o partido em todos os lugares. Nosso partido é um partido em formação, nosso partido recebeu pessoas em muitos Estados, tem de haver um trabalho de homogeneização e de adaptação dos que entram mas também dos que já estão. É a hora de acabarmos com os vícios e defeitos do partido, de nos voltarmos para dentro da nossa casa e limparmos aquilo que não seja conveniente para a estruturação correta e democrática. (Palmas.) Olhar as nossas falhas, pois não podemos avançar sem ter consciência de que não estamos apenas querendo avançar por avançar, mas queremos avançar com cada vez maior consciência do que fazemos, e uma das primeiras coisas que temos de fazer dentro do partido é agir democraticamente, com fraternidade com os nossos companheiros, mas também não vacilarmos diante dos erros e das ações que se façam apenas por conveniência de grupos que querem se senhorear da sigla para si próprio. É fundamental que o partido se abra, mas é fundamental — já disse uma vez — não que ele se abra de qualquer jeito. É fundamental que olhemos quem entra para a nossa casa, sobretudo se é para morar dentro dela, como os que entram para o partido. (Palmas.) Não entra qualquer um, pode entrar todo mundo, conversar, falar, mas para ficar é necessário que exista a consciência de que vai haver uma militância efetiva de quem mora conosco, pois aqueles que sempre tiveram essa militância não podem ficar arrastando os oportunismos que porventura existam e as deficiências que existem em todos nós, mas que são mais graves em determinados setores. Precisamos chegar junto a esses companheiros, fraternalmente, e dizer não contra eles, mas contra os vícios que porventura existam, para que possamos ter um partido justo, corajoso, um partido que se apresente ao povo de cabeça erguida e com a consciência de que vai trabalhar pelo povo brasileiro, pelo nosso País.

Agradeço a todos o comparecimento e espero que amanhã continuemos os trabalhos, sob a Presidência do nosso companheiro Almino Affonso, para a eleição da nova Direção do partido do ano em que vamos consolidar a sua estrutura para dar novos avanços no futuro.

Muito obrigado e boa noite. (Palmas.)

Reunião geral no Plenário Principal (Ulisses Guimarães)
para debater o tema: OS DESAFIOS DA ESQUERDA
RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO

EXPOSITOR: Governador CRISTOVAM BUARQUE
DEBATEDOR: Governador MIGUEL ARRAES
MODERADOR: Deputado ALMINO AFFONSO
RELATOR: Dr. CARLOS SIQUEIRA

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Está aberta a nossa primeira reunião ordinária da VI Convenção do Partido Socialista Brasileiro.

Como está programado, hoje nós teremos a oportunidade de debater um tema da maior significação para nós e para o mundo: "Os Desafios da Esquerda Rumo ao Terceiro Milênio".

Com toda a perplexidade da vida dos nossos dias, com os problemas que todos nós sabemos que a Esquerda passou a enfrentar a partir da dêbacle do chamado socialismo real, é inquietante às vezes a gente unir a utopia que sempre nos alimentou em confronto com as dificuldades dos dias em que vivemos.

Para isso é preciso pensar, é preciso refletir e sacudir outra vez as idéias para continuarmos em frente.

A direção do Partido Socialista Brasileiro, em muito boa hora, convidou o nosso Governador de Brasília, Dr. Cristovam Buarque, para fazer uma conferência sobre o tema. Em seguida, fará os comentários que lhe pareçam pertinentes pelo nosso Governador Miguel Arraes. Ato contínuo, a palavra estará liberada para quem queira livremente debater, seja perguntando, seja objetando, seja acrescentando, como convém a uma reunião eminentemente democrática.

Não quero fazer gentilezas especiais, mas, sobre o tema — em outros casos também — dificilmente nós teríamos escolhido alguém mais adequado do que o nosso Governador de Brasília. Isto porque ele é um apaixonado pelo tema, tem escrito sobre ele, tem obras publicadas sobre o tema, é um fascinado pelo tema. Por conseguinte, ele traz para a nossa reunião já um acervo de reflexões que, muitos de nós, provavelmente, não tenhamos ainda tido. Tenho certeza de que todos nós sairemos ganhando, ouvindo o nosso Prof. Cristovam Buarque.

Com a palavra, Governador. (Palmas.)

O SR. GOVERNADOR CRISTOVAM BUARQUE - "Bom dia a todos os companheiros do PSB.

Agradeço ao Deputado Almino Affonso as palavras. Agradeço-lhes muito a honra de ter aqui a presença do Dr. Arraes, que, na verdade, é o nosso mestre para este tema na prática. Mas quero, sobretudo, agradecer ao Partido Socialista Brasileiro o exemplo que dá com este tema em debate. Isso mostra uma das qualidades fundamentais de um partido de Esquerda hoje.: a modéstia. A modéstia de perceber que nós temos que entender quais são os desafios, saindo da visão tradicional da Esquerda de achar que não tem que pensar quais são eles. Pensam que são apenas dois: tomar o poder e implantar o socialismo. Até há alguns anos eram estes os dois desafios. E não se tinha que conversar sobre desafios, tinha-se que discutir qual era a estratégia para tomar o poder e quais eram as medidas para implantar o socialismo.

Hoje a situação é diferente. Temos que ter modéstia suficiente para dizer que não temos — falo em meu nome, obviamente, como palestrante — clareza de qual é o retrato do socialismo que nós queremos e vamos um dia implantar.

Ao mesmo tempo, sabemos que a tomada do poder já não se dará mais naquele simplismo de antes, em que um grupo de revolucionários — como aconteceu na União Soviética, em Cuba e na China — através da luta armada ou até através de outros caminhos tomava o poder de uma maneira monolítica e em condições de implantar as reformas de que o povo precisava.

Hoje a tomada do poder se dá de maneira mais difusa, não apenas pela falta de clareza de qual partido que é o poder e qual será no nosso tempo e também pela diferença de qual é e como é o próprio poder limitado pela Justiça, limitado pelas forças democráticas que se retratam dentro do Congresso e que não serão, na sua totalidade, socialistas. E, mesmo entre os socialistas, divergirão profundamente.

Por isso, fico muito feliz, Dr. Arraes e meu caro Deputado Almino Affonso, por estar aqui debatendo com companheiros socialistas a idéia de quais são os desafios das Esquerdas nos próximos anos no Brasil e, como disse Almino — e vou repetir isso durante a palestra — e no mundo, porque faz parte dos desafios entender que o Brasil não está isolado e que não temos mais que importar propostas, e sim exportar propostas do novo socialismo que nós vamos construir um dia.

Como o desafio não é tão simplista tal qual tomar o poder e implantar o socialismo, eu poderia fazer uma lista de três ou quatro desafios ou de vinte desafios. Escolhi o número de dez. Pura escolha. E começo pelo primeiro desses desafios.

O primeiro desafio hoje, a meu ver, da Esquerda é formular qual o retrato de futuro que desejamos para os nossos povos. E no caso do Brasil, para o nosso povo. Não havia este desafio há algum tempo. Tempos atrás havia uma nitidez e uma clareza na cabeça de quase todos os militantes de esquerda que sabiam qual era o retrato que havia de país depois da tomada de poder. Os meios de produção estavam na mão do Estado e, graças a isso, a serviço do povo.

Tenho a convicção de que esta simplicidade acabou. O retrato do futuro, a meu ver, não é a estatização dos meios de produção. Mas, também, longe de ser a privatização total dos meios de produção.

Então, já começa a dificuldade. No retrato de futuro nós privatizamos o quê e não privatizamos o quê?

Outra diferença: nós tínhamos profunda clareza de que nos anos

seguintes à implantação do socialismo haveria igualdade plena entre todos os habitantes do país em que o socialismo estivesse implantado. Para mim, hoje, faz parte do desafio redefinir o conceito de igualdade. E delimitar qual igualdade será plena para todos e quais os graus de desigualdades que são toleráveis dentro dos princípios éticos.

Há desigualdades que, a meu ver, não ferem os conceitos éticos. Há outras desigualdades que ferem profundamente os conceitos éticos. A desigualdade de uns terem possibilidade de mais e melhor saúde, não por vontade de Deus, mas pelo acesso aos meios técnicos da Medicina. Essa desigualdade para mim é imoral. A desigualdade de algumas pessoas hoje quando nascem, já sabem que poderão, se tiverem a natureza facilitando, viver até os 90 a 100 anos. E outros — como média, já temos 88 — que sabem que não vão passar dos 40. Essa desigualdade é imoral. A desigualdade de alguns comerem e outros não comerem é imoral. A desigualdade de alguns poderem chegar até o fim do segundo grau e outros não poderem é imoral.

Agora, a desigualdade de alguns comerem mais coisas sofisticadas em restaurantes finos e outros não, para mim não fere meus valores éticos. A desigualdade de alguns virarem grandes doutores e outros não, não fere os meus princípios éticos, desde que todos tenham a possibilidade de disputar isso. A desigualdade de alguns terem carros bonitos e outros não, não fere os meus princípios éticos.

Fere a minha ética, sim, alguns terem que passar três horas para irem do trabalho para casa e outros nem poderem ir à casa depois do dia de trabalho, porque não podem pagar o ônibus!

É por isso, companheiros, que a reformulação do conceito de sociedade utópica é um desafio para os socialistas. Lamentavelmente, muitos de nós, premidos pelo dia-a-dia da prática política, esquecemos de discutir qual é o retrato futuro da sociedade. Mais grave ainda: muitos de nós da Esquerda, sobretudo aqueles que ficaram presos ao movimento sindical e que se apegaram como utopia ao salário alto, deixamos de sonhar com a possibilidade de um mundo utópico. Não igual à utopia sonhada no começo do século, mas, ainda assim, uma nova utopia para o próximo século.

Tínhamos que trazer para dentro dos nossos partidos a vontade de entender, formular e desenhar o retrato futuro do Brasil que desejamos. E não estamos, muitas vezes, fazendo isso.

E algumas complicações vão haver, como tratar a natureza em contraposição aos projetos do crescimento econômico. Aonde limitar o uso da natureza, o equilíbrio ecológico em detrimento da riqueza material?

Faz parte por isso, para resumir esse primeiro desafio, a redefinição do próprio conceito de riqueza.

Tenho dito por aí, para provocar meus companheiros dentro do PT, que eu nem discuto mais, nem defendo, nem brigo pela distribuição da renda apenas. Eu quero é redefinir riqueza. Distribuir a renda que aí está para mim não basta para um socialista revolucionário. Para mim é preciso mais do que distribuir a renda: é inventar um conceito novo de riqueza.

Todas as crianças na escola não é igual ao aumento da renda, mas é uma bela riqueza que nós precisamos para o nosso País. Todo adulto com emprego não é necessariamente uma distribuição da renda, mas é um belo projeto para o futuro do Brasil. Manter o equilíbrio ecológico é até muitas vezes contra a distribuição da riqueza no presente, mas é um belo projeto para o futuro. O pleno exercício das manifestações espirituais não aumenta a riqueza tradicional e nem a distribuir melhor a renda, mas é um projeto belo para um socialista contemporâneo. Não vejo manchetes dizendo que mais pessoas foram convertidas para tal ou qual igreja; até porque isso não aumenta o produto interno bruto. Mas isso faz parte da riqueza. Eu não vejo manchete no jornal dizendo que diminuiu o número de analfabetos e que aumentou o número de crianças que terminam o segundo grau. Mas isso aumenta uma outra riqueza nacional, ainda que não aumente o produto interno bruto e não o distribua necessariamente melhor.

Companheiros, para mim o primeiro desafio — não em ordem de importância, mas apenas na apresentação — é a reformulação da nossa utopia a qual queremos construir, através de uma redefinição do conceito de riqueza e nos processos eleitorais. Esse temos perdido. Quando ficamos prisioneiros do mesmo conceito de riqueza que a direita apresenta e nos limitamos apenas a defender a estabilidade monetária, uma melhor distribuição da renda e até um aumento do salário, e só defendemos isso, nós ficamos iguais a eles. Só que do lado do trabalhador, em vez do celular e do capital. Mas, ainda assim, muito parecidos a eles.

Temos que trazer uma utopia nova desde já no projeto nacional, um conceito novo de riqueza como o próprio Juscelino trouxe em 1955 quando defendeu a industrialização, em contraposição à visão tradicional da riqueza como sendo o produto agrícola que prevalecia ainda.

É preciso fazer uma revolução na mensagem que vamos levar ao povo nos próximos anos com um novo conceito de riqueza.

Mas há um segundo desafio também na Esquerda: é o desafio de que não podemos esperar o dia em que os socialistas forem o poder para começar a fazer as coisas.

E aí está outra diferença em relação ao passado. Até há alguns anos, só tínhamos que lutar pelo poder para nesse dia mudar. Hoje, temos que começar a lutar pelas mudanças até antes de sermos poder. Isto pode ser feito através

desta Casa, através de propostas, através de idéias que até as próprias forças conservadoras podem adotar, mas que serão fruto das nossas propostas e da nossa luta.

O partido comunista italiano deu um exemplo ao mundo ao forçar mudanças dentro da Itália, mesmo antes de ser poder.

Nós não podemos esperar. Temos que começar a dar os primeiros passos para essa utopia que ainda nem definimos, mas para a qual já temos que estar caminhando. Não vamos começar a fazer a coisa depois de tomarmos o poder. Temos que começar desde já nos Municípios, nos Estados, enquanto não chegamos à República, e através mesmo de ser Oposição antes de sermos poder.

Este é o segundo desafio: como começar hoje, ontem até a fazer as mudanças em direção a uma utopia que nós nem desenhamos com clareza.

Para mim, isso parte do terceiro desafio: definir quais são os objetivos imediatos, antes mesmo do socialismo ser uma realidade daqui a algumas décadas, ou séculos. Eu não me preocupo com o prazo para isso.

E aí quero colocar, como terceiro objetivo, talvez a parte central do que eu quero falar. Hoje eu trabalho com seis objetivos como sendo desafio dos socialistas, como sendo desafio das Esquerdas para o Brasil. Seis objetivos. E um deles, dividido em mais seis subobjetivos.

O primeiro objetivo é a democracia. A democracia incluindo aí as liberdades individuais e incluindo aí um conceito novo dos últimos trinta anos, que é o respeito às minorias como parte específica da democracia. Não mais a democracia dos séculos XIX e XX, da maioria sobre as minorias. Não, uma democracia tão complicada e difícil em que a maioria exerce o seu poder, mas faz com que esse poder não se choque com os direitos específicos de cada minoria: das minorias religiosas, das minorias dos gêneros, das minorias das opções sexuais, das minorias até mesmo da política dentro das forças de Esquerda.

Nesse sentido, considero que foi contra os objetivos da democracia e os objetivos da Esquerda a política eleitoral que restringe o direito dos pequenos partidos. Vou mais longe ainda: na democracia que eu vejo hoje, nesse caos ideológico, acho que deveríamos deixar espaço para fazer política até mesmo àqueles que nem partido queiram ter; até mesmo aqueles que dizem que, dos partidos existentes, nenhum traz para eles o retrato da utopia que querem construir.

Este é o primeiro objetivo: a democracia. Incluindo aí liberdade individual. E vou dar um salto mais na provocação: incluindo como parte da democracia e das liberdades individuais o direito de algumas pessoas de usarem o potencial de empresários para fazer aumentar a riqueza dentro das definições de riqueza que vamos fazer.

A Esquerda, durante muito tempo, achou que defendia as liberdades sem respeito às minorias e sem considerar o direito empresarial do exercício de seu potencial. Creio que a Esquerda hoje deve se conscientizar de que o potencial empresarial bem-administrado sob leis do Estado é positivo para a sociedade e para a humanidade, Tanto quanto a liberdade religiosa, tanto quanto a liberdade de idéias, deve estar no mesmo nível a liberdade empresarial regulamentada de acordo com os novos conceitos de riqueza, obviamente. Não vamos deixar que alguém realize o seu potencial empresarial no tráfico de drogas, porque a droga não faz parte do conceito de riqueza das Esquerdas. Não vamos deixar que faça parte do potencial empresarial livre a exploração sexual de menores ou mesmo de adultas e adultos, porque isso não faz parte do nosso conceito ético de riqueza. Mas, dentro dos limites daquilo que significa aumento da riqueza, temos, sim, que incluir na nossa democracia o respeito ao potencial, à competência e à capacidade empresarial.

Depois dessa democracia com liberdade individual, respeito às minorias, inclusive ao potencial empresarial, o segundo objetivo, dentro desse terceiro desafio, o que mais claramente vai definir ser Esquerda hoje para mim eu chamo de abolir o *apartheid* social no Brasil, eliminar o *apartheid* social, dando aos excluídos tudo aquilo que os caracterizam ser parte dos sonhos do futuro. E o que é acabar o *apartheid* social? Não é fazer com que todos sejamos iguais no consumo. Isso não é o fundamental. Acabar o *apartheid* social, esse segundo objetivo sagrado das Esquerdas, é fazer com que todos tenham acesso a seis coisas diferentes,

Em primeiro lugar, à alimentação. Ninguém passar fome. Passar fome é *apartheid* social.

Em segundo lugar, todos terem acesso à educação. Ninguém ficar excluído de poder chegar ao fim do segundo grau.

Em terceiro lugar, é a saúde. Todos terem direito a um sistema de saúde que seja capaz de lhes dar aquilo que a modernidade técnica lhes oferece: ninguém morrer antes do tempo ou ficar sofrendo por falta de atendimento médico, como hoje acontece. Ninguém ter dor de dente por falta de onde ir ser atendido com competência.

O quarto é todos terem acesso a um sistema de transporte urbano ao nível da sua renda.

Vejam que eu não estou colocando todos irem a restaurante francês, todos irem fazer doutorado no exterior, não estou colocando todos poderem ter seus carros japoneses importados. Estou dizendo todos poderem ter um sistema de transporte urbano competente, confortável, eficiente ao nível da sua renda.

O quinto é a justiça e a segurança iguais. *Apartheid* é alguém saber que por ter nascido e vivido naquele bairro, vai morrer provavelmente de um tiro de bala perdida em maior probabilidade do que se tivesse nascido e vivido em outro bairro. É a segurança e justiça iguais.

O sexto subobjetivo é todos terem direito a um endereço, e esse endereço ser limpo, com água potável, coleta de lixo e esgoto.

Vejam que eu não coloquei a casa; vejam que eu não disse todos terem casas do mesmo tamanho. Isso vai ser uma opção familiar. Isso vai ser fruto de querer ou não fazer, de dedicar-se mais ou menos, até com o uso de recursos do Estado. Mas será uma tarefa da família, será uma tarefa privada.

Agora, o direito a ter um endereço não é privado. O Estado tem que garantir nessa imensidão de terras que tem o Brasil. Mas não vai ser aonde a pessoa quer, vai ser aonde a sociedade considera correta.

Aqui vivemos essa tragédia: as pessoas querem ficar em lugares que ameaçam a qualidade da água que nós bebemos. Por isso, ali não é o lugar de elas ficarem. E não são elas que vão determinar esse lugar. O Estado tem obrigação de usar a força, dentro dos limites da decência, para tirá-las desse lugar, mas tem que colocá-las em algum outro lugar, e não jogá-las fora como se não fossem gente.

São seis subobjetivos que a Esquerda tem que ter como seu compromisso central para hoje: todo mundo comer, todo mundo ter acesso aos serviços de saúde. Não digo todo mundo ter saúde, porque depende em parte de Deus. Digo ter acesso ao sistema de saúde. Isso depende da sociedade. Todo mundo ter acesso à educação, ao transporte urbano, à justiça e segurança e a um endereço limpo. Ser nômade, como hoje uma parte da população urbana brasileira, é prova do mais radical atraso da nossa modernidade. São seus subobjetivos que caracterizariam o fim do *apartheid* social. Para mim, deveriam ser a grande bandeira imediata das Esquerdas. A grande bandeira não é o socialismo que nós não vamos implantar amanhã. A grande bandeira de hoje, não a grande bandeira do futuro, é acabar com o *apartheid* social brasileiro, como foi para Mandela, e está sendo, acabar o *apartheid* racial na África do Sul. Mandela é um socialista, mas a sua bandeira de hoje não é a implantação do socialismo na África do Sul, a sua bandeira de hoje é acabar com o *aparteid* racial. A nossa bandeira de hoje é acabar com o *apartheid* social que existe no Brasil.

O terceiro objetivo, depois da democracia e fim do *apartheid* é uma economia eficiente. Não basta para a nossa sociedade, não basta como proposta dos socialistas dizer que vamos ter uma pobreza geral sem *apartheid* social. Até os pobres, até os excluídos hoje sonham com um nível de consumo mais alto que não vai ser acessível para todos, mas tem que ficar como possibilidade para todos. Por

isso, precisamos de uma economia eficiente que mantenha a estabilidade monetária, mas não às custas da submissão à especulação, não instável por conta da vontade dos magnatas de Hong Kong. Precisamos de uma estabilidade monetária, de um processo de crescimento e precisamos, sim, de colocar também aqui a produção dos bens que fazem parte das necessidades e desejos da sociedade.

Vejam que primeiro é o espaço da necessidade, o segundo aqui é o espaço do desejo. A necessidade é aquilo que acaba com o *apartheid;* o desejo é aquilo que vai além de um consumo até mesmo suntuoso que muitos de nós todos no Brasil hoje sonhamos.

O quarto é o equilíbrio ecológico. Não adianta resolver esses três destruindo a natureza e inviabilizando o futuro das nossas gerações.

O quinto é a descentralização. Não podemos defender o futuro brasileiro, mas o futuro imediato, não o futuro daqui a vinte, trinta anos, não podemos querer um futuro em que a riqueza brasileira, seja qual for sua definição, esteja toda concentrada num pequeno quadrilátero do Brasil. É preciso que essa riqueza cultural, espiritual e material se espalhe por todo o território.

O último objetivo é não ter medo da abertura internacional. Coloquei este objetivo em último lugar de propósito. A abertura, que deve ser um desejo de todos a convivência internacional, tem que estar subordinada à democracia, ao fim do *apartheid* social, realização das necessidades, à eficiência econômica de longo prazo, ao equilíbrio ecológico e à descentralização.

Realizados esses cinco objetivos, devemos caminhar, sim, para ter abertura nas relações com o resto do mundo.

Companheiros, debater este terceiro desafio hoje, que são os seis objetivos a que me propus, isso já daria margem para um bom congresso do Partido Socialista Brasileiro, para formulação de um programa de governo para os próximos anos no Brasil.

Mas eu não vou ficar só nesses três desafios. Eu quero entrar no quarto.

O quarto desafio é a idéia de que é preciso ter medidas muito concretas para dar os primeiros passos em direção a esses objetivos. Não vou dedicar muito tempo a isto, mas creio que se vocês tiverem tempo, se alguns quiserem ficar além do período do congresso para visitar algumas das medidas que nós estamos implantando aqui no Distrito Federal, na direção de construir uma sociedade sem *apartheid* social, gostaria muito de acompanhá-los nessa visita. Coloco um ônibus, ou dois, ou três, ou quatro à disposição dos socialistas que quiserem visitar os nossos projetos. (Palmas.)

Quero mostrar a vocês como foi possível aqui inventar algo chamado

Agroindústria Familiar que nega a idéia de que era impossível fazer uma revolução e uma reforma agrária por falta de dinheiro para cada assentamento. Com 3 a 5 mil reais nós colocamos uma indústria completa à disposição de cinco ou seis pequenos produtores. E eu não estou falando em teoria. Já há 100 indústrias como esta no Distrito Federal. Parte do que vocês compram nos supermercados, às vezes sem saber, vem dessas pequenas agroindústrias familiares. Este é um pequeno passo na direção de uma sociedade, que nós nem sabemos ainda como é que queremos ainda com clareza, mas sabemos como não queremos. Temos que começar a dar os primeiros passos.

Convido a todos para verem um pequeno projeto que faz com que a cultura dos livros se espalhe pelas cidades em que nunca chegaram. Isso foi possível através da chamada "Mala do Livro", É o conceito de colocar a biblioteca de cabeça para baixo. A biblioteca é um local em que juntamos um bocado de livros, num bonito prédio, e longe do povo. O povo nunca vai lá pegar um livro emprestado! Ao invés disso, espalhamos os livros pela cidade em pequenas malinhas de 300 volumes. Em uma casa de cada rua nós colocávamos aquela mala e dizia: você é a biblioteca desta rua. Quando as pessoas tiverem lido esse livro, ou se não desejaram ler nenhum daqueles livros porque não prestassem, que telefonassem e nós levaríamos aquela mala e traríamos outra de volta. Hoje nós temos 500 dessas malas espalhadas pelo Distrito Federal. São 150 mil livros, provavelmente uma das maiores bibliotecas do Brasil. E, em breve, vai chegar a mil malas. Esta é uma maneira diferente de levar a cultura, acabando o *apartheid* social que faz com que o povo não possa ir à biblioteca, não entre na biblioteca, tenha medo de livro que nunca viu. Nós colocamos o livro dentro da casa dela.

Nessas mesmas cidades havia muito desemprego e muito lixo na rua. Em vez de uma licitação para comprar belos caminhões a preços caríssimos, concurso público para contratar garis, nós simplesmente financiamos uma carroça de cavalos para cada grupo de dois, três desempregados e ensinamos como poderiam ganhar dinheiro vendendo lixo depois de selecionado. E pagamos um salário mínimo pelo trabalho dele. E ele ganha tudo o que ele vender do lixo. (Palmas.)

Hoje temos 2.200 desses carroceiros trabalhando. As cidades talvez sejam mais limpas do que esta, Brasília. O gari quando passa e vê jornal na rua ele diz: não é meu trabalho! E nem pode, porque o caminhão vai em disparada. Esse, pára a carrocinha dele e pega o papel. Isto, porque ele sabe que aquilo vale alguns centavos no final do dia, quando ele for vendê-lo.

Não vou continuar dando idéias destas. E elas existem em todo o Brasil. É por isso que, em final de março, vamos fazer aqui uma grande exposição das soluções criativas que aqueles que acreditam no futuro do Brasil estão construindo, em qualquer que seja a cidade. E, mais ainda, não me importa o

partido que esteja inventando soluções, como esta nós vamos trazer para que exponham aqui.

Temos aqui em Brasília cerca de trinta projetos como este, sobre os quais poderia ficar o tempo todo falando. E até gostaria muito, com projeções e tudo o mais. Mas eu vim falar dos desafios da Esquerda, e este é apenas um dos desafios: como dar os primeiros passos.

O quinto desafio, companheiros, é ter uma pauta que unifique trabalhadores do setor moderno e as massas excluídas. Esse talvez seja o mais difícil dos desafios da Esquerda brasileira. Nessas últimas décadas a Esquerda brasileira ficou concentrada nas mãos dos trabalhadores do setor moderno e ela perdeu, sobretudo, o amor ao povo.

Muito recentemente, num debate aqui dentro do Partido dos Trabalhadores, em uma pequena provocação de um dos militantes — e eu passo o meu tempo debatendo com os militantes, porque eu acho que o papel de ser Governador é ser um pouco aluno e professor daquilo que fazemos — ele perguntou em que eu me sentia diferente dos outros militantes do PT. Era uma provocaçãozinha para tentar me fazer diferente, quando hoje sou parte do meu partido. E eu lhes tenho uma série de diferenças.

A primeira diferença — e sem nenhuma arrogância nordestina, porque acho que isso pode ser dito de pessoas de todas as partes do Brasil — eu disse: a primeira diferença entre mim e a maioria do PT é que, como nordestino, o meu compromisso é muito maior com o pobre do que com o trabalhador. O trabalhador no Brasil, em grande parte, já deu um salto de qualidade. (Palmas.)

E é nisso que eu quero aqui de público, mais uma vez, sem arrogância de pernambucano fazendo uma diferença, quero aqui fazer uma explícita saudação ao que significou, tem significado e significa o Dr. Miguel Arraes, como uma daquelas forças de Esquerda (Palmas.), como uma das raras vozes das Esquerdas, entre as grandes lideranças, que põe o compromisso com o povo na frente do compromisso com o trabalhador do setor moderno.

Esta é uma qualidade que nós perdemos ultimamente, porque vem do tempo em que a Esquerda não precisava enfrentar o problema do *apartheid* social. E todos os explorados eram trabalhadores, alguns com emprego, outros sem emprego. Agora, não. Agora parte não vai ter jamais emprego se nós não tivermos uma política explícita e específica para isso. São excluídos, não são mais desempregados. O Presidente da República chegou ao ponto de chamá-los de inimpregáveis!

Hoje, ou temos um discurso para essas massas excluídas ou não somos de Esquerda. Por mais greves que façamos, por mais reivindicações que tenhamos, por menos pelego que seja um líder sindical, se ele lutar só por salário,

ele não é de Esquerda. É um líder sindical comprometido com a sua classe, mas sem compromisso com o povo, porque neste País uma parte do povo não conseguiu ainda ser trabalhador.

Mas, ao mesmo tempo, não basta preocupar-se apenas com os excluídos. Será um equívoco nosso das Esquerdas se nos transformarmos num partido de excluídos contra os trabalhadores do setor moderno. O nosso desafio é construir uma ponte entre esses dois grupos sociais. Esse é um desafio difícil. Até aqui são formulações teóricas e algumas ações práticas. Aqui é que vem a grande dificuldade da política. Até aqui eu falei como engenheiro que procurava fazer o conserto com "s". Agora, esse quinto desafio é o mais difícil, porque não é o trabalho de engenheiro nem de economista, é o trabalho do maestro. Não é o trabalho do concerto com "s", é o concerto com "c" da grande sinfonia brasileira de pôr o povo junto. (Palmas.)

Engenheiros, economistas, políticos pragmáticos, tecnocratas a Esquerda tem bastante como a Direita. Agora, capaz de fazer o grande concerto com "c" nacional, capaz de reger as massas todas do Brasil, excluídas e trabalhadoras, esse é o desafio que ou a Esquerda faz ou ninguém fará. A Direita não vai fazer essa ponte. A Esquerda é que poderá vir a fazer. E hoje não estamos conseguindo fazer com clareza. Daí a resistência de grande parte dos sindicatos dos servidores aqui no Distrito Federal contra grande parte das minhas políticas sociais.

Implantei aqui uma saúde em casa que hoje atende à metade da população do Distrito Federal. O médico não fica esperando que venham. Ele vai lá como agente social. Isso foi implantado graças à colaboração de médicos cubanos, pois o Sindicato dos Médicos é contra, diz que essas pessoas não estão dentro do programa usual da máquina da saúde.

Para vocês terem uma idéia, para tocar 1 milhão de pessoas, metade da população, nós gastamos por ano o que é gasto por mês com o salário dos atuais médicos e servidores.

O sindicato de servidores é contra essas carroças de retirar lixo que vocês aplaudiram, porque dizem que essas pessoas não são formalizados como servidores públicos. Eles são autônomos contratados pelo Estado e em ligação com o povo.

Essa ponte, esse concerto com "c" é o maior desafio da Esquerda brasileira neste momento.

O sexto desafio tem a ver com o que o Deputado Almino Affonso falou quando falou no mundo. É um desafio da Esquerda brasileira sair de dois tipos de provincianismo que a Direita brasileira tem. Primeiro é o provincianismo que tivemos no passado de receber receitas de fora para implantarmos o socialismo

no Brasil. O socialismo no Brasil ou é um socialismo brasileiro ou não será socialismo. (Palmas.)

Temos que perder essa subserviência lá fora. Mas não só a subserviência aos especuladores de Hong Kong. Também a subserviência aos pensadores de Esquerda de lá de fora. Eu não estou propondo aqui que reneguemos as coisas bonitas e boas que lemos de fora. Proponho é que não copiemos nem o melhor que vier de fora, do ponto de vista de formulação social, porque as especificidades brasileiras só os brasileiros vão entender. Não sou xenófobo. Um estrangeiro que vier e morar aqui por cinqüenta anos é capaz de fazer como nós. Mas, lá de fora, ele não faz. Lá de fora ele não consegue captar as sutilezas da realidade brasileira.

Há um outro provincianismo que quero romper e que é mais arrojado e arrogante até. É o contrário. Se tem um país hoje no mundo que tem condições de formular uma proposta alternativa para o mundo, este país chama-se Brasil. (Palmas.) E para que isso não fique como uma frase solta eu vou mostrar o porquê.

O Brasil é hoje o melhor retrato em 3 x 4 do corpo inteiro da civilização mundial. A Europa e os Estados Unidos não parecem como a civilização mundial, é uma coisa esterilizada, pura, razoavelmente bem-sucedida. A África não parece com a civilização. É algo que está mais destruído, perverso, em pior situação do que a civilização mundial. A China, a Índia, esses estão fora do planeta Terra, são realidades específicas demais. A África do Sul não parece com a realidade da civilização mundial, porque a diferença que aí existe é de um *apartheid* racial, uma coisa muito específica da África do Sul.

O Brasil, com o tamanho que tem, com a crise ecológica que tem, com o *apartheid* social que tem, com a riqueza que tem, com desenvolvimentos tecnológicos que já tem, é o melhor retrato da civilização mundial com as suas contradições e a sua potencialidade. É por isso que é daqui, mais do que qualquer outro lugar, que pode sair uma proposta para as Esquerdas do mundo inteiro. (Palmas.)

Não sei o que os historiadores um dia vão dizer do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas acho que, sem dúvida algum, algum dramaturgo fará uma peça de teatro nos moldes que Sheakspere fez para os príncipes europeus.

Aqui está o Almino que, certamente, o conhece muito mais do que eu. O Dr. Arraes também. E eu falo com o respeito que tenho pelo Prof. Fernando Henrique Cardoso e até pelo homem público Fernando Henrique Cardoso, por toda a sua luta. Eu diria até mais o que poucos petistas diriam, falo até com certo carinho pelo Presidente da República. Mas eu acho que os dramaturgos vão fazer a peça de uma figura trágica que perdeu a grande chance

histórica mundial de formular uma proposta alternativa para o planeta e para a civilização. (Palmas.)

Com o seu passado de Esquerda, com o poder de Presidente do Brasil com 160 milhões de habitantes, com as características específicas deste País, teria sido possível sim, desde o começo do seu Governo, ter proposto uma mudança radical no sistema financeiro internacional, nas características imperialistas que as Nações Unidas muitas vezes exercem, ter tido aqui uma proposta para o desemprego que a Europa não precisa ter e que a África não consegue nem pensar em ter. Foi uma pena. Três anos se perderam sem que essa proposta alternativa saísse do Brasil.

Este é o sexto desafio: o desafio de não sermos provincianos e olharmos o mundo inteiro como a grande chance da Esquerda brasileira formular uma proposta.

O sétimo desafio é a unidade que nós precisamos construir em nossos partidos. Nada disso vai adiantar se ficarmos com diversos partidos isolados brigando entre eles. Este é um desafio: a construção da unidade. A ponte e o concerto do povo só serão feitos quando tivermos o concerto das lideranças das Esquerdas brasileiras. Enquanto nossos partidos brigarem mais do que se aliarem, não vamos construir uma proposta alternativa. E enquanto estamos brigando hoje em relação a 1998, o PFL já sabe o que vai fazer em 2002 e em 2006. E a gente brigando entre nós ou sem encontrar um rumo entre nós que nos una. Este é o sétimo desafio.

Oitavo desafio: transformar a unidade entre nossos partidos em uma política, em um discurso e um programa comum a todos os partidos de Esquerda. (Palmas.) Esse é um desafio difícil. Não bastam os acordos eleitorais para escolher candidatos a Presidente, candidatos a Governador e a Prefeitos. Não basta se não levarmos isso ao nível das linhas centrais de um discurso.

Não quero com isso quebrar a identidade de cada partido, até porque a democracia brasileira não resiste a um partido sozinho. E não diria nem único, mas nem mesmo que seja hegemônico. Hoje, quando vejo a possibilidade do meu partido, o PT, ganhar eleição sozinho em um Estado, eu fico triste, porque nenhum governo no Brasil é hoje bom se ele for exercido por um partido sozinho no poder. (Palmas.)

Houve tempo, sim, em que um partido sozinho era capaz de governar, até monoliticamente, até ser um partido único. Era o tempo da nitidez e da clareza ideológica de programa. Quem disser hoje que tem nitidez e clareza de projeto eu acho que não parou para pensar direito. E se não temos clareza, a única maneira de errar menos é ter partidos diversos juntos, cada um corrigindo os erros dos outros. Com disputas, sim, agora, com unidade de discurso, com

unidade de programa e de propostas, ainda que divergindo e brigando naquelas diferenças que são fruto da democracia e característica da realidade que vivemos.

O nono desafio é retomar a esperança e a crença nas possibilidades da Esquerda. Os últimos anos foram de pancadas fortes nas Esquerdas do mundo inteiro e do Brasil em particular. O rolo compressor que funciona nesta Casa faz com que seja difícil ser de Esquerda e ter esperança. Dá impressão que um pensamento único tomou conta do mundo e que ninguém vai conseguir criar uma brecha nesse pensamento único, atravessá-lo e chegar do outro lado com uma proposta alternativa.

É preciso trazer de volta a esperança de que só a Esquerda é capaz de formular uma proposta nova. E o momento é propício, companheiros. Graças ao espirro de algum especulador de Hong Kong que abalou a economia brasileira, o povo inteiro, o Governo que aí está todos descobrimos que ou temos uma proposta alternativa ou não vamos colocar o Brasil no caminho devido. E o que acho positivo é que dentro das Esquerdas começa a se consolidar também a crença de que o pós-neoliberalismo não é voltar ao passado pré-neoliberal. O pós-neoliberalismo é algo novo, diferente do passado que a gente defendia. Os princípios são eternos, mas os preconceitos com o passado devem morrer. Temos que ser capazes de quebrar os preconceitos que criamos ao longo de décadas. Agora, não transigir nem um milímetro nos princípios de séculos, os princípios dos direitos, dos valores fundamentais do ser humano aos quais a Esquerda deve seguir, cumprir e construir, esses são sagrados. Se isso se faz de uma maneira ou de outra, temos que estar abertos a mudar.

Esta esperança, esta crença numa utopia com a qual comecei os desafios, é o desafio fundamental das lideranças de Esquerda no Brasil. Fazer com que ser de Esquerda volte a ser um entusiasmo só na cabeça das nossas pessoas. Só vamos mostrar isso quando plenários como este tiver uma quantidade expressiva de jovens. E hoje estamos perdendo a disputa para conquistar os jovens. Hoje, grande parte de jovens olham os nossos discursos com perplexidade e desconfiança, até porque nós próprios desconfiamos deles. Temos que ter crença nos nossos discursos, nas nossas possibilidades, no nosso futuro. (Palmas.)

O décimo e último desafio, para não dizerem que eu fiquei falando apenas distante, o nosso décimo desafio, o maior deles no momento também é formulado em números. O nome dele é 98. (Palmas.) O nome do nosso maior desafio hoje é 1998. Não que o Brasil acabe em 99 se nós falharmos. O Brasil é maior do que todos nós. Não que 98 seja uma data fatídica a partir da qual tudo será diferente se nós não ganharmos, ou tudo será diferente se ganharmos. Não, 98 é mais um ano na história do Brasil. Mas 98 é a grande chance se não de começarmos já a implantação de tudo isso, se não o momento em que chegamos ao Governo e ao poder, mas que 98 seja pelo menos o momento em que o Brasil

começa a ver que há um discurso novo nas Esquerdas olhando o próximo século. Que o Brasil inteiro veja que a Esquerda nunca esteve tão viva, nunca acreditou tanto em utopias, nunca teve propostas tão claras para construir o futuro do Brasil.

Este é o desafio maior que vocês aqui neste congresso tem, que no próximo fim de semana o Diretório Nacional do PT vai ter também, que em março ou abril todos os nossos partidos vão ter. É o desafio de dizer o que vamos dizer em 98 ao povo brasileiro. O que vamos propor? Qual será a nossa diferença fundamental e radical em relação às forças conservadoras? Em vez de gastarmos todo o período eleitoral tentando mostrar qual é a diferença entre cada um de nossos partidos, vamos juntos mostrar qual é a diferença dos nossos partidos em relação à Direita que está destruindo este País. Este é o maior dos desafios. (Palmas.)

Vocês me pediram para vir aqui falar dos desafios. Colocaram no plural. Vocês é que fizeram o título. E eu falei de dez deles. Mas se tivessem colocado no singular — qual é o desafio — eu teria falado apenas deste último. Eu teria falado apenas do desafio de 98. E quero dizer a vocês, porque não vou continuar até porque acredito que talvez haja tempo para um debate, que vejo hoje o meu papel mais do que como militante do Partido dos Trabalhadores, o meu papel é como militante das Esquerdas brasileiras. Mais do que ficar preso aos limites traçados dentro do discurso do meu partido, o meu papel é fazer com que esse discurso do meu partido se amplia. Para isso tenho lutado desde, como disse o Almino, desde que voltei do exílio e comecei a trabalhar na idéia de uma Esquerda unida para mudar o Brasil. (Palmas.)

Hoje eu quero que vocês saibam que o meu papel não é de um militante específico de um dos partidos de Esquerda. Sou militante, sim do Partido dos Trabalhadores, com o maior orgulho. Mas sou militante, antes disso, das Esquerdas brasileiras, à disposição das Esquerdas brasileiras para prestar um serviço ao povo brasileiro. (Palmas.) E quero que vocês me tenham como uma pessoa que, dentro do seu partido, arraigado com o seu partido, está preocupado com o conjunto do povo brasileiro e querendo que o meu partido seja apenas um — e não o — mas apenas um dos elementos da revolução que temos que fazer neste País ao longo de anos, ou décadas que seja, mas que pode sim, deve sim, e vai sim, queiramos ou não, começar em 1998 a partir de um discurso novo para um Brasil diferente que nós temos a obrigação de construir.

Estes são os desafios da Esquerda. E sou um soldado desses desafios. Como soldado, convidado por vocês, vim aqui dizer isso que penso. Espero que tenha pelo menos provocado em vocês duas coisas: a necessidade de retomar a esperança, a confiança e pensar um projeto novo para o Brasil e a certeza de que esse discurso, esse projeto não sairá de nenhum partido isolado, mas só se for

inspirado no conjunto do povo brasileiro, trabalhadores e excluídos, nesse conjunto de lideranças das Esquerdas brasileiras olhando o futuro.

Um grande abraço para vocês e feliz congresso. (Palmas prolongadas.)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Depois desta intervenção mais do que brilhante, porque foi a um só tempo profunda e prática, do nosso Governador Cristovam Buarque, tenho a alegria de passar a palavra ao nosso Governador Miguel Arraes, que fará os comentários que achar adequados. (Palmas.)

(É entoada uma canção em homenagem a Miguel Arraes.)

O SR. MIGUEL ARRAES - Companheiro Almino Affonso, prezado amigo Governador do Distrito Federal, Prof. Cristovam Buarque, companheiros presentes, quem vai enfrentar um grande desafio é quem tem obrigação de falar nesta hora, depois do brilhante discurso de Cristovam Buarque, em que levanta coisas novas as quais tenho refletido durante muito tempo. Dez anos passados, que ele vez por outra me lembra, tendo lido alguns dos seus escritos, disse-lhe que ele era dos poucos deste País e de outros lugares que começavam a enxergar um caminho diferente e novo para a Esquerda, capaz de nos levar a uma reflexão abrangente e à criação de um pensamento que pudesse orientar as lutas do povo. E dizia que era fundamental que ele continuasse nesta linha, pois a maioria das cabeças ficava presa a esquemas já vividos e ultrapassados. Isso não tinha nada a ver com a queda do Muro de Berlim, que estava lá ainda erguido. Foi antes dessa queda que tivemos esta conversa.

Aquela conversa decorre de algumas poucas observações que tivemos oportunidade de fazer nas andanças que o exílio nos proporcionou, pois tive oportunidade, nos quatorze anos que fiquei fora, de visitar muitos lugares, no Ocidente e no Oriente, visitar países como o Kweit, por exemplo, que não tem nada de socialista. É um pequeno país que nos anos 60 nem água tinha para beber e que hoje tem uma das rendas per capitas maiores da terra por causa do petróleo. Estive na China, várias vezes em Cuba, na Hungria, na União Soviética, na Alemanha do Leste e na Alemanha Ocidental, na França, na Itália. E nessas viagens e conversas algumas coisas aparecem na minha cabeça ao ouvir Cristovam. Essas coisas já apareciam naquela época. E as diferenças que tive oportunidade de observar em atos a que compareci, por vezes coisa simples, por vezes observações vindas de alguns companheiros que não eram sequer dirigentes macros de países em que eu estava.

A noção do tempo é algo importante para se distinguir muitas coisas. Um general francês, Boffle, num livro bem interessante sobre estratégia militar e política, dizia quais eram as mudanças introduzidas, a estratégia desde o século

passado. E cita alguns personagens responsáveis por essa mudança. Hitler introduziu mudanças na diplomacia e na sua utilização da guerra, pois no passado e no século passado a diplomacia ia até um certo ponto e acabava depois da guerra. E ele introduziu a diplomacia como complemento da guerra. Foi Mao Tsé Tung que, segundo ele, introduziu o tempo e a noção do tempo nas lutas e das lutas populares.

E a introdução do tempo faz com que não sejamos imediatistas, faz com que não tenhamos a pretensão de implantar, do dia para a noite o socialismo para todo mundo. E essa noção do tempo que Cristovam expôs aqui ao colocar os diferentes passos que precisamos dar até mesmo para ir educando a população.

Vejam vocês eu falando com Samora Machel, que foi Presidente de Moçambique, que conduziu a guerra em Moçambique, Machel era uma inteligência viva, homem atuante de profissão enfermeiro, de cursos que fez apenas o de enfermeiro e um curso de guerrilha na Argélia. Quando ele ia à Argélia para falar com o capitão do exército argelino que o tinha instruído, ficou meses com ele se instruindo para a guerra. E foi isso que Samora aprendeu. E foi um dos homens mais vivos, interessantes, inteligentes, ligado ao seu povo e com uma grande expressão dentro de Moçambique. Também Samora quando Portugal começou a querer negociar, ele passou pela Argélia e disse: Arraes, essa paz veio cedo demais, eu preciso de cinco anos de guerra. Sem ter mais cinco anos de guerra, eu não sei o que vou fazer em Moçambique, porque me entregam a capital e eu ainda estou num terço do país para educar no curso da guerra. Um povo que nunca aprendeu a ler. Lá existiam 95% de analfabetos, depois de 500 anos de dominação portuguesa. Ele queria tempo para ir organizando o povo, pois ele sabia das dificuldades que teria num país dominado e cuja população não tinha ganho consciência para implantar a independência de Moçambique.

A noção do tempo levantada por Cristovam, sem falar em tempo, é importante para que possamos avançar num País diversificado como o nosso, devagar, conforme os lugares onde nós atuemos. Em certos lugares, o simples fato de quebrar o poder tradicional local é o avanço, porque melhora as cabeças e abre-se uma nova discussão.

A noção da democracia também tem que ser alargada, pois estamos habituados com a democracia, que é o voto, as eleições, e a democracia pode até prescindir de voto se o conceito que dela se tem é outro.

Falam de Cuba, da China, do poder centralizador ditatorial de Fidel e dos chinenes. E eu conheço. Conheço Cuba, fui lá seis vezes, passei muito tempo lá, andei de um lado para outro de Cuba, fui para a praia, conversei na praia, conversei na rua e compareci a alguns lugares onde se faziam reuniões. Os cubanos têm um ar de brasileiros, são meio indisciplinados também, falam e ninguém tapa a boca do cubano. Os cubanos falam, reclamam de Fidel,

carinhosamente às vezes: "porque tal, porque Fidel deveria fazer assim, devia fazer assado", e isso no meio da rua. E também fazem observações a respeito de ações lá dentro do país.

Só para ilustrar, já estive lá visitando a periferia de Havana, vendo coisas que tinham sido feitas, e os companheiros lá me mostraram o que tinha dado certo, o que tinha errado. E depois fomos para um balanço das atividades que tinham se realizado ali, com dois companheiros cubanos que eram encarregados da área para nos explicar. Então, o visitante de um país sul-americano sindicalista levanta-se e pergunta: quem foi que dirigiu esse trabalho? Foi o Estado, o partido, o sindicato, como é que foi? O que deu certo e por que deu errado em outra parte? E eles disserem que ele deveria conversar com a central de trabalhadores, porque a eles não cabia dá resposta desse tipo. Mas, em todo o caso, do ponto de vista deles, ali se tinham experimentado de tudo: o Estado, o partido, o sindicato e fizeram uma descrição dos erros, dos acertos, mostrando que não era através da formalização das coisas, mas da discussão delas que se podia acertar, fosse ali, fosse onde fosse. Pois há uma grande discussão de Cuba. Cuba é um país onde se discute tudo, onde se discute a guerra, onde se discute a paz e a vida das pessoas. E Cuba não é um país rico, é um país pobre, é um país sem energia, importa toda a sua energia.

E eu acho que a democracia em Cuba, onde o poder popular se discute até em parada de ônibus, é um lugar onde as pessoas podem viver e discutir, e não só botar o voto e largar governantes para fazerem o que eles bem entendem.

Na China, onde estive por vinte e um dias há vinte anos, os chineses reuniam — estávamos eu e minha mulher — numa escola, por exemplo, com o diretor, o representante do partido daquela escola, os professores, os alunos, e eu vi uma discussão grande entre os chineses. Uma discussão muito forte a respeito do que fazer ali. E escutei o professor, pelo interprete, dizer: "se eu não estou de acordo, não ensino a ninguém que venha para cá para aprender para ir embora para Pequim. Eu só ensino a quem tem compromisso com a sua origem, que pelo menos vai ajudar os lugares pobres de onde nasceu e ensinar a população a trabalhar. Sou professor para isso, sou professor para ensinar a gente que vai ensinar o povo". Houve essa discussão em uma certa elite intelectual e gente voltada para esse lado e disse lá. E eles mesmos, em muitas escolas, disseram: "aqui, em certas oportunidades nós fomos para o "pau", quer dizer, brigaram fisicamente por causa de teses que defendiam uns e outros.

Há uma diferença para o Leste, onde eu também estive e onde eu nunca vi uma discussão. Quando eu perguntava — porque fiz esta mesma pergunta em toda parte — ao médico se ele tinha a relação com as empresas estatais fabricantes de remédios, o médico da União Soviética nem sabia disso, que é pior

com os laboratórios internacionais que pedem aos médicos pelo menos para dizerem se o sujeito morreu ou não morreu, para ir regulando as coisas. Lá não havia nada disso. Não havia discussão vertical, a discussão era feita por camadas. Isto ocorreu tanto neste como em outros lugares, porque essa pergunta eu fiz freqüentemente.

Visitando em Pequim uma grande plantação que fornece para a cidade, conversei com trabalhadores que estavam revolvendo a terra, e fiz essa pergunta. Eles me responderam que ali era preciso, para eles mudar o que faziam,, que viessem o agrônomo falar com eles, para discutirem e saber por que as coisas se passavam daquela forma. E se tivesse algum ensinamento iria introduzi-lo ali, de acordo com aquilo que eles sabiam, para melhorar, se necessário, as culturas que faziam.

Acho que a discussão e o tempo influíram nas coisas, nos caminhos do socialismo de muitos lugares. Também li e acompanhei as divergências dentro do mundo socialista, que acabaram por trazer a derrocada do Leste, pela pressão externa.

É necessário que se faça uma revisão da história dessas lutas, porque a História e a forma que assumiram essas lutas têm importância no desfecho. E os condicionamentos externos também tiveram influência para a fixação de certos erros no Leste europeu. A revolução soviética se fez rapidamente. Ela implantou-se e, ao mesmo tempo em que ela se implanta, implanta-se a contra-revolução, que durou durante todo tempo em que existiram esses regimes, com maior ou menor atividade interna desses países. E o Leste foi condicionado, pela pressão externa, desde a contra-revolução abafada ainda por Lenine, nos seus começos, mas nunca deixou de viver essa confrontação permanente que condicionava as questões internas e que ajudaram os desvios feitos naquela oportunidade.

Na China a guerra durou trinta anos. 30 anos são seis vezes o que queria Samora Marcel para Moçambique. Houve tempo e condições de preparar uma massa muito maior de gente para sustentar embaixo as mudanças que foram sendo feitas. E uma coisa é fundamental: sem sustentação embaixo, sendo que as coisas vinham debaixo para cima, como tive a oportunidade de dizer ontem, sem que elas venham da população e do povo, sem que haja essa consciência generalizada do que fazer, não há quem sustente em cima nem há mudanças que permaneçam. Elas só permanecem se nós organizarmos e sistematizarmos a luta no seio da população.

Grave erro que existe na política governamental é que ela faz o contrário disso, ela quer importar soluções. E nós sabemos que a solução só pode vir da população brasileira, da sua organização, da sua capacidade de trabalho. Não é do dinheiro que se importa, é do trabalho dos brasileiros. Com o trabalho dos brasileiros que podemos construir esta Nação.

E o grande desafio feito sobretudo para o nosso professor Cristovam de ir vendo quais são esses caminhos e medindo os tempos em que devemos trabalhar, pouco a pouco, na construção e na realização dessa grande tarefa, que é de organizarmos o povo para irmos conquistando as condições, que ele fala, para que no futuro se implante o socialismo em todo o País.

É o desafio que tem Cristovam pela frente, é o de comandar essas reflexões.

Muito obrigado. (palmas)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Antes de franquear a palavra, me pedem para comunicar ao Plenário que a Fundação João Mangabeira começa a reunir-se no Plenário 3 e, se eventualmente haja aqui quem queira dela participar, estão avisados.

Segundo, vamos começar o diálogo direto com os companheiros aqui presentes. Daremos a palavra a cada um que se inscreva por três minutos. Sei que é pouco para um debate maior, mas se nós considerarmos que somos muitos e que é legítimo que muitos tenham chance de falar, é fundamental que procuremos cumprir o tempo de cada um. três minutos.

Estão inscritos, a essa altura, os companheiros Gustavo Balduíno, nosso Presidente do Partido Socialista aqui do Distrito Federal; o Deputado Domingos Leonelli, da Bahia, e o nosso Governador João Alberto Capiberibe. (Palmas)

Vou dar a palavra a cada um deles e, ao término, pediria para o nosso Governador para fazer os comentários que lhe pareçam necessários.

Então, dou a palavra diretamente ao companheiro Gustavo Balduíno.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO - Muito bom dia a todos.

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Deputado Almino Affonso, Sr. Governador Cristovam Buarque, Sr. Governador Miguel Arraes. Tenho a impressão de que talvez o maior desafio seja o desafio que o Governador Cristovam Buarque colocou, como fazer a ponte entre os excluídos e os incluídos, em todos sentidos políticos. Este desafio, por si só, a meu ver, já resume todos os outros dez pontos que o senhor levantou.

Agora, é importante fazer esse desafio, construir essa ponte sem contudo renegar todo passado histórico socialista. Este talvez, seja o outro desafio. O mais importante foi o que o senhor colocou, o mais difícil é fazer isso sem renegar o passado socialista. Como, por exemplo não aceitar o discurso de liquidacionista de que o socialismo acabou, não aceitar as facilidades e as benesses que a globalização trás para a inclusão daqueles que, como nós já somos incluídos

e não aceitar que, como única forma de disputa e de transformação social seja a forma institucional: a disputa pelo poder formal colocado.

Talvez, por isso, Governador, seja importante termos a clareza de que, mesmo que alguns setores incluídos não tenham tido ainda a percepção de que é preciso trabalhar politicamente para a inclusão daqueles outros, nós não podemos, sob o argumento de incluir os excluídos, liquidar e renegar todo trabalho histórico.

Por quê eu coloco isso? O senhor citou o exemplo dos carroceiros, que os servidores públicos e os sindicatos reclamam. Nós temos que entender que o processo de construção do socialismo não se dá em quatro anos de mandato de nenhum governante, por melhor que seja, por mais socialista que o seja, porque estamos combatendo um processo histórico de capitalismo de anos e anos. Senão teríamos a situação de que, terminado o mandato de um governador, de um governo, de uma a proposta política por mais competente, por mais eficiente que fosse, ao final desse mandato, teríamos vários carroceiros na rua e teríamos as organizações sindicais dos trabalhadores organizados, que é instrumento de luta mais eficiente construído ao longo de vários e vários anos, destruído. E deixaríamos como seqüela, como rastro não à construção da inclusão, mas sim a destruição daquilo que foi construído com muito sacrifício por socialistas que hoje não estão aqui.

Talvez este, Governador, seja o maior desfio da Esquerda e do PSB também. Inovar sim, incluir sim, mas sem destruir aquilo que foi construído com muito sacrifício por socialistas que, possivelmente, não estão aqui hoje, muitos deles que combateram, que se sucumbiram na luta.

Finalmente, Governador, companheiros da Mesa e socialistas, é importante termos clareza de que não será nos próximos quatro anos, como não é nesses quatro que estamos vivendo, que vamos transformar a nossa sociedade em uma sociedade socialista. E para nós, do PSB, socialismo deve ser combater, sim, efetivamente, o capitalismo, que é uma contradição. E que para isso ocorra, é preciso ser claro que, simplesmente, seja ocupando cargos no Governo, seja estando no Parlamento, não vamos fazer essa transformação. Para isso é preciso compreender a nossa visão, demora muito mais do que quatro anos, demora muito mais do que simplesmente uma política de reorganizar, ou organizar um conjunto político de Centro-Esquerda para ganhar o poder Federal. Tendo essa clareza, vamos continuar construindo na base social, nos nossos sindicatos, nas nossas juventudes, incluindo, sim, mas no dia-a-dia da nossa batalha, não simplesmente a perspectiva fácil, eu diria neste momento, imaginar que, ganhando as eleições, vamos transformar o País, vamos transformar a sociedade. Vamos transformar o País organizando aqueles excluídos.

Para isso é preciso dizer também, pegando a sua fala, que, em respeito à democracia, devemos respeitar alguns companheiros que não queiram se organizar em partido, que não queiram vir para um sindicato. Temos que ter, sim, como respeito à democracia essa posição, mas, mais do que isso, ter como desafio nosso trazer todos esses companheiros à militância partidária e, de preferência, à militância partidária no PSB.

Muito obrigado. (palmas)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Com a palavra o Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI - Presidente Almino Affonso, Governadores Miguel Arraes, Cristovam Buarque e João Capiberibe, companheiros da Executiva nacional, companheiros militantes do PSB, permita-me, Sr. Presidente, que eu desconte do tempo da minha intervenção trinta segundos, nem um minuto para dizer a cada um dos companheiros da minha alegria, da minha emoção por ter voltado para o Partido Socialista Brasileiro. (Palmas) Estou muito feliz e muito grato aos dirigentes do Partido e à minha bancada por terem me recebido tão carinhosamente. Creio que voltei à minha própria casa.

Voltei para o PSB, Presidente, por uma decisão política e ideológica muito profunda. As razões regionais, locais que me fizeram sair um dia não se modificaram. E, apesar disso, como mesmo quadro com que saí, no meu Estado, voltei. Voltei por uma razão nacional e uma razão política ideológica muito forte: o Presidente da República, meu amigo, amigo de Almino Affonso, amigo de todos que estão aqui, companheiros de tantas jornadas históricas, em quem não votei — mesmo no PSDB votei em Lula, como todos o fizemos na Bahia — mesmo assim, acreditava que ele pudesse realizar aquilo que o Cristovam disse: iniciar um processo de transformação da civilização brasileira.

E, ao contrário, o Governo que aí está dirigido por Fernando Henrique traz o programa do seu próprio partido, traiu a social democracia e se entregou. Hoje é um governo sob a hegemonia da Direita brasileira mais conseqüente, mais eficaz e a mais cruel que a Direita nordestina, o PFL da Bahia e o País inteiro está assistindo.

Portanto, quero dizer, meus companheiros, da minha emoção de aqui estar.

Mas quero usar os meus outros dois minutos para tentar iniciar uma discussão que me persegue, um tema que me mobiliza.

Ouvi com muita atenção as intervenções de Cristovam e de Arraes. E inclusive achei muito bom que o Gustavo tivesse imediatamente colocado o dedo na ferida essencial, no desafio principal, que é a definição do caráter da

revolução brasileira hoje. Vamos dar prioridade aos excluídos, vamos ser, nós do PSB, a voz daqueles que não têm voz ou vamos apenas dividir com outros partidos da maior competência e seriedade, com o maior partido de Esquerda, por exemplo, que é o PT, mas que já tem a responsabilidade, e que realize isto muito bem, de ser a voz daqueles trabalhadores organizados.

Esta é uma discussão fascinante. Não há necessidade de fazer uma opção excludente. Mas não se pode deixar de conhecê-la. E achei muito importante que o Gustavo tivesse imediatamente percebido e levantado essa questão. É a prova de que estamos atentos para isso e precisamos resolver. É um impasse, não é uma questão simples de ser resolvida.

Governador Cristovam e Governador Arraes, compreender que as suas dissertações, todas as duas trataram de um único tema: a palavra revolução. Este o elo perdido da Esquerda brasileira. Talvez seja a tragédia da nossa juventude. Quando vejo hoje a juventude envolvida no mundo clandestino das drogas, transformando a sua necessidade de rebeldia, de transgredir num único canal de rebeldia que existe hoje, na única coisa que parece com revolução, que é esta coisa monstruosa do capitalismo selvagem, que é o mundo clandestino das drogas, eu me pergunto: se não temos a obrigação de retomar essa questão.

Estou apresentando neste congresso um trabalho, uma proposta no sentido de que realizemos um encontro socialista especificamente sobre a retomada do sentido da revolução. Não adianta, nós não vamos convocar os jovens, a juventude para realizar tarefas administrativas, por mais importantes que sejam. Não vamos conseguir convocar a juventude para ser burocrata de governo. Temos que conseguir mobilizar trabalhadores e a juventude para transformar a estrutura social do Brasil, em termos bandeiras sintéticas.

Acho que para o sentido da expressão "juntar as bandeiras utópicas" é preciso que a Esquerda latino-americana tenha a ousadia de compor, por exemplo, um governo mundial, único. Aquele governo sonhado por Marx, como um única forma de enfrentar a selvageria e a volatividade do capital financeiro internacional que esta destruindo nações. Mas é preciso ser capaz de juntar bandeiras tão generosas e amplas, e transformadoras e utópicas como essa, com a idéia concreta e revolucionária lá de Arraes, de Pernambuco, no campo garantindo o mínimo de instrumentos para sobrevivência, para recuperar a dignidade do homem, da idéia do carroceiro e lixeiro aqui, que é uma idéia revolucionária, sim, porque devolve a primeira coisa de que o homem precisa para pensar em qualquer coisa, quanto mais em revolução, que é dignidade.

A nossa luta continua e creio que o caminho, a linha correta, a visão certa da construção de um governo já em 98, que não vai realizar a revolução, mas que pode abrir o caminho para um processo com este é o caminho apontado por Arraes: o caminho da construção de um governo de Centro-Esquerda capaz de derrotar esta força poderosa, que está levando nosso País à contra-revolução.

Muito Obrigado.(Palmas.)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Antes de dar a palavra ao nosso Governador, eu queria chamar para participar da Mesa nossos convidados de honra, Dr. Gustavo Quintana e Dr. Oswaldo Desa, do Partido Socialista da Argentina, e o Dr. Rivadaneira Játiva, Secretário - Geral da Coordenaria Socialista na América Latina. (Palmas)

Com a palavra o Governador João Alberto Capiberibe.

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE - Meu caro Presidente, meu companheiro Cristovam, acho que você nos trouxe um discurso novo e uma prática nova. Um discurso novo e uma prática de governo, uma prática nova de governo voltada para os cidadãos excluídos, aqueles que não tinham políticas públicas. Isso é muito concreto para nós. E o conjunto da sociedade espera de nós, das Esquerdas brasileiras, formulações concretas, soluções concretas para seus problemas.

O discurso novo do Cristovam certamente será aprofundado aqui no nosso congresso. Levanta questões, para mim, que estão na ordem no dia de cada cidadão. Ele amplia, quando inclui aí, aqueles que são inimpregáveis, como classificou o Presidente da República, até os empresários nas preocupações da Esquerda. Acho que para nós é fundamental formular política para o conjunto da sociedade.

> Fomos marcados, ao longo da história, pela dicotomia e, neste momento, nos cabe proposição. A sociedade brasileira espera de nós formulações concretas e soluções, incluindo aí os setores organizados e essa imensa massa de setores que compõem aquilo que chamamos de economia informal, que acredito que é o que sustenta este País. Ou nós temos formulações concretas, abrangentes para o conjunto da sociedade brasileira, ou não há como mobilizar essa sociedade com as transformações necessárias. Os aspectos levantados pelo Cristovam são fundamentais: melhorar a qualidade de vida do povo, criando-lhes oportunidade de acesso ao endereço, à saúde e à educação. Esta tem que ser a nossa bandeira. E criar aspirações futuras quando se definem políticas econômicas. O Brasil, com esses 160 milhões de consumidores, não pode pretender, envolver-se nessa de globalização, excluindo, cada vez mais, o povo brasileiro das possibilidades de acesso mínimo às satisfações de suas necessidades.

A Esquerda tem que encarar a realidade que é o processo de globalização e temos que estar dentro para discutir. A globalização não pode se

dar com a monstruosiedade da exclusão social. Isso está ocorrendo no País de ponta a ponta. Temos que ter ousadia de participar dessa discussão e de recriar o que está fazendo Cristovam aqui. Ele está reformulando conceitos econômicos, sociais, e ambientais. Na verdade, ele está unificando e tomando decisões. Temos que fazer dessas decisões do Cristovam, das ações, temos que nos apropriar, o conjunto da Esquerda tem que se apropriar dessas formulações novas do Cristovam, mas também das práticas novas. Quando Cristovam coloca milhares de famílias sem renda monetária para receber um salário mínimo, isto é um peso determinante para quem não tem nada e passa a ter um salário mínimo com a condição de colocar seus filhos na escola. Isto, para mim significa o despertar da cidadania. E acho que isso nós temos que valorizar pelo conjunto da Esquerda. Temos que nos apropriar não só desse novo discurso, mas da nova prática que está sendo conduzida, e em Brasília, tudo o que se faz aqui tem visibilidade. E Cristovam caminha na contramão. Todas as formulações de políticas econômicas e sociais de Cristovam, estão na contramão das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. (Palmas.)

O Governo Federal eliminou as políticas sociais, e os nossos governos estão criando novas políticas sociais abrangentes que vão para os setores excluídos da nossa sociedade para sobreviver esse processo de exclusão generalizada do País.

Eu queria concluir, dizendo que a convicção com a qual Cristovam fala das soluções para o País, elas são minhas também. Tenho absoluta convicção de que podemos formular políticas capazes de atender e satisfazer ao povo brasileiro que habita do Chuí ao Oiapoque. Basta definirmos com mais clareza políticas que coloquem a nossa utopia, em que esteja presente à nossa utopia, mas que respondam às necessidades do conjunto da população brasileira.

O povo não pode esperar que façamos a revolução para melhorar sua qualidade de vida. Temos que fazer essa revolução melhorando a qualidade de vida da população.

Muito Obrigado. (Palmas)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - A Coordenação do VI Congresso avisa a todos que o credenciamento será encerrado às doze horas. Eventualmente, alguém que tenha se esquecido, ainda é oportuno.

Passamos agora a palavra ao Governador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - Quero fazer comentários gerais sobre as três colocações, começando pela do Gustavo.

Estou totalmente de acordo com que não podemos abandonar nenhum dos valores e princípios do socialismo. Mas devemos abandonar todos

os preconceitos que foram criados em nome do socialismo. (Palmas.) E muitas vezes são usados para defender interesses de grupos e corporações, e não do povo inteiro. A pergunta é que como é que separamos um do outro num debate aberto no meio do povo.

Como podemos combinar e fazer a ponte entre o setor moderno, os trabalhadores e os excluídos? Só há uma maneira para levar isso adiante. É colocar na cabeça dos nossos trabalhadores sindicalizados que a riqueza não é sinônimo apenas do salário; que quando colocamos todas as crianças na escola, inclusive as crianças que não são seus filhos, eles estão ficando melhor de padrão de vida também. Enquanto o sindicato entender que a única coisa que interessa é a renda dele, o salário, vai ser difícil compatibilizar os trabalhadores, com o setor moderno e os excluídos. Só quando os sindicatos e os nossos trabalhadores entenderem que, melhorar a escola pública vale mais do que aumentar os salários deles em certas quantidades, quando entenderem que um sistema de saúde público para todos vale mais que um seguro privado de saúde para sua corporação.

Este é o nosso desafio. Eu disse que é desafio. Desafio significa que não se conseguiu fazer ainda. Vai demorar muito, mas não tem outro jeito. Não podemos abandonar tudo aquilo que as idéias socialistas construíram. Mas tudo aquilo a serviço do povo inteiro, e não a serviço apenas de corporações.

Mandela defendeu os interesses do povo sul-africano, defendendo os interesses da maioria que era negra. Então, não dá para dizer que era uma corporação, porque era a imensa maioria. Mas ele deixou claro que não ia destruir o que os brancos fizeram. E ele está sendo a ponte entre as massas negras e a minoria branca.

Aqui, é igualzinho. Tirando a raça, e até com um pouco de raça também porque a minoria dos nossos excluídos são de raça negra. É como fazer essa ponte que Mandela está fazendo na África do Sul.

Eu gostei muito de Leonelli trazer de volta a palavra "revolução", é uma coisa que tinha caído de moda: o caráter da revolução brasileira. Tem que trazer de volta isso para a agenda brasileira. A minha geração, quando jovem, passava horas e horas discutindo o caráter da revolução. Se era socialista já, se era ainda da burguesia. Acho que está na hora de fazermos outra vez este debate.

Para mim, o caráter da revolução brasileira hoje significa abolir o *apartheid* social no Brasil; garantir escola de qualidade para todas as crianças e emprego com dignidade para todos os adultos. Isso é uma forma.

E eis a pergunta de alguém inscrito, dizendo que aqui nós já temos uma política para colocar toda criança na escola, que é a Bolsa-Escola e o que temos para emprego, moradia e segurança. Veja bem, a própria Bolsa-Escola é um emprego. A família tem um emprego, a mulher, a mãe, ou o homem no caso

— são raros, em geral é a mãe que recebe; só pais solteiros que recebem ou viúvos, mas são casos raros. Esse é um emprego. São 22.400 famílias no Distrito Federal que recebem um salário. Aqui são 10% das famílias que têm crianças na escola que já recebem essa ajuda. Isso é um emprego.

Fizemos com que o BRB tivesse uma parte que empregasse o pequenininho: 100 reais, 200 reais, 300 reais, 500 reais. Vocês não sabem como é difícil fazer com que isso passe na burocracia do banco. Descobri que banco nenhum gosta de povo, nem banco privado e nem banco estatal também. (Palmas.) É tão difícil vencer a burocracia do banco estatal — do qual eu, teoricamente, sou dono, por ser o governador — quanto vencer a de um banco privado. Não é por ser estatal ou privado, a lógica do banco é que nega entrar lá dentro dele um homem de pé descalço e pedir 100 ou 200 reais para colocar uma moenda de caldo de cana.

Hoje, posso dizer a vocês que já tenho mais de 2.500 empréstimos feitos dessa forma.

A agroindústria também é um tipo de emprego. As carroças, como falei, é um tipo de emprego. Nós temos, além disso, no setor moderno também fazendo Brasília ser mais do que Capital do Brasil, ser um centro de turismo, um centro de indústria que começa a ser.

Quanto à moradia, tivemos um trauma aqui por conta do fisiologismo na distribuição de lotes para pessoas que nem aqui moravam. Foi preciso dar um basta nisso, por ordem nisso. Hoje, temos programas. Por exemplo, damos bolsas, com outro nome, para as pessoas construírem a própria casa se estão desempregados. Fomos buscar dinheiro no Governo Federal para isso. Pegamos dinheiro do FAT. Ele vai aprender a ser pedreiro, fazendo a sua casa em mutirão com os vizinhos. E isso está funcionando, vocês podem ver no ônibus que ofereci numa cidade chamada Riacho Fundo.

Quanto ao plano da segurança, esse sim, é um tema que os socialistas devem debater de duas formas: primeiro, segurança não é sinônimo de polícia. (Palmas.) Quem achar que segurança é sinônimo de polícia, não é socialista. Agora, quem achar que segurança nada tem a ver com polícia, é ingênuo. Para um socialista, segurança é mais do que polícia, mas é polícia também.

Quando eu vi no jornal Folha de S. Paulo e em outros jornais que uma mulher foi presa em São Paulo, por estar roubando remédio para seu filho, eu usei como exemplo que ali naquele caso não era uma questão de polícia, era uma questão de saúde pública ela ter o remédio. (Palmas.)

Com o programa Saúde em Casa, as famílias que recebem saúde em casa aqui no Distrito Federal, não vão precisar roubar para dar remédio ao seu filho, até porque evitamos que ela precise até do remédio, com um pequeno cuidado que se faz antes de ficar doente.

Quando se vê grande parte de crimes neste País não é por causa de falta de polícia, é por falta de política comprometida com as massas excluídas. Emprego para todos não acaba com a violência, mas a reduz bastante. (Palmas.)

Agora, polícia é um tema que nós precisamos discutir. Depois de três anos de Governo, quero dizer a vocês que ainda não aprendi como controlar plenamente a polícia. Poucos meses depois de assumir, soube que alguém tinha sido torturado na Polícia Civil. Mandei apurar, porque isso não é possível num governo democrata e popular. Dois meses depois não chegou a resposta. Eu mandei cobrar, porque eu tenho no computador as coisas que eu peço. E fui descobrir que a polícia, em vez de estar estudando se houve ou não tortura, estava tentando descobrir como é que eu soube que tinha havido tortura!

Essas distorções são algo extremamente difícil, com ter de fato a mudança na cabeça do corpo policial e tê-la sob o controle de uma política comprometida com a democracia e o popular.

Os partidos socialistas, todos eles, têm que debater com mais cuidado, com mais seriedade a nossa relação com o aparelho policial e mesmo com aparelho militar deste País. Sem polícia, não há segurança. Só com polícia, não há segurança. Pode haver até o contrário, mais violência ainda. É preciso manter a hierarquia, é preciso de capacidade de comando sobre a polícia, é preciso respeitar algumas idiossincrasias deles, mas é preciso mudar a cabeça deles.

Estamos fazendo esse esforço aqui, mas eu digo à vocês que esta é uma das tarefas mais difíceis que tem um Governo que quer caminhar para o socialismo. É isto sob segurança. Temos que mudar a sociedade e mudar a polícia. Mudar só um deles, não resolve o problema da violência. A violência no Brasil é uma característica intrínseca da sociedade, e não um aspecto psicológico de alguns indivíduos que temos que mandar para a cadeia. Este é um desafio que vamos ter que aprender a enfrentar daqui para frente.

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Pediram-me os companheiros de Diadema que comunicasse a todos que o II EDIPRON - Encontro em Defesa da Indústria e Produção Nacional para a Geração de Empregos, realizar-se-á no dia 2 de dezembro, às 10 horas, em Paulínea. Trabalho esse que vem sendo articulado pelo nosso companheiro Vereador Zezito, do PSB, de Diadema.

Sem nenhuma palavra direta ao nosso líder na bancada, Deputado Alexandre Cardoso, quero fazer uma ponderação à todos. Estamos com dezesseis inscritos. Em tese, deveríamos terminar ao meio-dia, porque às duas da tarde nós retomaremos. E é pouco provável que se saia e se volte em menos de duas horas. É pouco provável.

Então, quero fazer um apelo para se ver se, na medida do possível,

as coisas que já foram ditas talvez possam ser deixadas de dizer e se digam outras. Ou seja, se resuma o uso do tempo para que possamos, mais ou menos, estar perto do horário previsto.

Dou a palavra ao líder da bancada do PSB na Câmara Federal, Deputado Alexandre Cardoso. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE CARDOSO - Sr. Presidente Almino Affonso, Governador João Capiberibe, Governador Miguel Arraes, Governador Cristovam Buarque, convidados das delegações internacionais, Senador Antônio Carlos Valadares, acompanhei a explanação do Governador Cristovam Buarque e o grande desafio que temos que enfrentar hoje é o princípio de tratar de forma desigual os desiguais.

Quando se apresenta hoje no Brasil que o real é um projeto ou um plano nosso, isso é uma falácia. Não é! Como não foram as ações da ditadura militar, como não foram os congelamentos. Se se fizer só uma análise da América Latina, esses acontecimentos tiveram antecessores, principalmente, no modelo apresentado atualmente, que foi o México, a Argentina e o próprio Chile.

Então, o primeiro desafio que temos que enfrentar é encontrar um modelo para o Brasil. Este é o primeiro desafio. Quando vejo o Ministro da Previdência falar em tempo de contribuição neste País, a primeira pergunta que me vem é se a rigidez laborativa do trabalhador rural do interior do Piauí é igual à rigidez laborativa do trabalhador rural do interior de São Paulo. Não é! E, não sendo, com é que podemos falar em um tempo máximo de contribuição social?

O princípio de fixar o homem no interior deste País, nos últimos nove anos, foi criar cidades a cada dois dias e meio. Isto mesmo. Em 1988, o Brasil tinha 4.170 Municípios. Hoje, tem 5.506. Se se fizer uma matemática simples, vamos observar que o mecanismo de fixar o homem no interior, nos últimos nove anos, foi o de criar cidades. E qual foi a repercussão dessa criação de cidades? É que o Município passou a ser o grande empregador do interior e não foi preciso fazer a reforma agrária.

Então, a criação de Municípios foi um mecanismo anti-reforma agrária, porque maqueou-se o princípio de empregar no interior e não criaram empregos em função da vocação da região. Esta discussão tem que ser feita com maior profundidade. Não haverá justiça social neste País se não houver um mecanismo de fixar o homem dignamente no interior.

Então, a proposta da reforma agrária é muito mais social do que econômica. (Palmas.) O mecanismo de se fixar o homem no interior é o grande modelo que temos que encontrar.

Neste plenário aqui, nesta semana, se quebrou a estabilidade do

servidor público. Vão ser demitidos no País, 280.000 servidores municipais. E eu pergunto a essa sensibilidade do governo FHC: onde arrumarão empregos essas pessoas? Haverá uma migração normal para as grandes cidades.

E aí, acho que o Governador Cristovam colocou com muita propriedade: quem acha e quem pensa que a polícia é uma conquista do excluído e que a violência é uma conquista daqueles que não tem, não pode estar sentado nesta sala e não pode ser socialista. Está claro, quando o Governo tem uma enorme preocupação em militarizar a segurança pública é que não existe nenhum compromisso com a sociedade. Este Governo, que ora se apresenta por uma expressão que cada dia sai mais do meu vocabulário, como um governo moderno, como um governo atual, os números estão aí para desmentir.

Conversava ontem com o Governador Miguel Arraes e os dados de desemprego em São Paulo fixados pelo DIEESE chegam a quase 18%. E o Presidente da República, que há cinco anos instruiu os seus discurso com base no DIEESE, hoje diz que o DIEESE não serve mais como referência a este País!

Será que o mudou o DIEESE ou mudou o Presidente da República? Mudou o Presidente da República, que não tem mais compromisso com a verdade que tinha antes. (Palmas.)

Companheiros, não há como um partido se inserir na sociedade se não tiver um programa atual de descentralização. Se não tiver um programa atual de descentralização e um programa de fixação do homem no interior. Este, para mim, é o grande modelo, porque os modelos que importamos são concentradores.

Se observarmos que o mecanismo da caderneta de poupança foi o grande mecanismo concentrador de capital deste País, basta ver a quantidade de recursos aplicados nas cadernetas de poupança em seus Municípios. Um município pequeno tem 100, 200, 300, 1000 reais. E quanto desse dinheiro retorna? Retorna sabem como? Financiando o liqüidificador, financiando a televisão, financiando a roupa, com juros mensais que hora nenhuma o Município consegue recuperar.

Então, Governador, eu gostaria que saíssemos daqui com uma discussão sobre a que o partido tem que avançar: qual é o programa que o partido tem de resgatar a cidadania dos Municípios brasileiros? Não avançaremos e não construiremos um partido ou modelo que não passe pela recuperação dos Municípios, que não passe pela recuperação do direito que o homem tem, de viver dignamente na sua terra, que não passe por um mecanismo de criar uma nova reformulação nessa mentira, que é o Fundo de Participação dos Municípios.

Hoje, Sr. Presidente, existe uma fraude instalada nos recursos de FPM no Brasil. Existe uma manipulação por parte do Tribunal de Contas da União nos repasses de FPM. Existe uma falta de sensibilidade quando se aprova um FEF nesta Casa que retira mais dinheiro dos Municípios. (Palmas.)

Não há modelo que possa nascer dentro do Brasil quando fazemos uma simples análise da própria indústria têxtil. Há quinze anos o Brasil era exportador de algodão. Há cinco anos passou a ser importador de algodão. E, hoje, é importador de fazenda! E desempregou, na cadeia da indústria têxtil, mais de 1 milhão de pessoas! E qual foi o projeto que encontramos para fixar esse homem e de apoiar a pequena e média empresa na base agrícola? Ninguém discutiu isto.

Hoje, Sr. Presidente, no meu Estado do Rio de Janeiro, um produtor rural vende um litro de leite a vinte centavos na cooperativa. Para ele tomar uma simples garrafa de cerveja, tem que vender oito litros de leite! Esse modelo aí resolveu a questão do produto agrícola na prateleira dos supermercados.

Agora, se para resolver o preço do produto agrícola na prateleira do supermercado tem que falir a agricultura deste País, este preço nós não podemos pagar. Então, esse modelo apresentado não é nosso, é um modelo concentrador. E a unidade que temos que fazer é simplesmente para derrotar o modelo e para termos um modelo brasileiro.

Acho que a bancada do Partido Socialista Brasileiro tem dado neste plenário exemplos de unidade e de construção. Agora, o nosso Partido não pode abrir mão de uma estratégia firme para derrotar este modelo, uma estratégia que cria unidade entre os partidos aliados, mas uma estratégia que tem um perfil que traga o eleitorado e que se una pela indignação a esse modelo.

Che Guevara, quando falou que a indignação tem que nos unir, o modelo que temos que construir é reunir todos que estão indignados com este modelo.

E aí, não podemos nos furtar de falar de perfis que criam essa unidade. Eu, como líder do Partido Socialista Brasileiro, na Câmara dos Deputados acho da maior importância que, neste plenário, neste Partido nós discutamos perfis que criem unidade para derrotar este modelo.

Presidente, muito obrigado, e quero dar os parabéns ao nosso Deputado Almino Affonso pela condução dos trabalhos.

Muito obrigado. (Palmas.)

Sr. Presidente, antes eu queria fazer uma comunicação, que, felizmente me foi passada, primeiro, principalmente, pelo aspecto da emoção que eu tenho em comunicar aos senhores.

O nosso ex-companheiro deputado Beto Lélis, hoje Prefeito de Irecê, na Bahia, receberá hoje, o título de cidadão honorário de Brasília. (Palmas.) A história do Beto é uma das que mais acrescentam ao Partido Socialista Brasileiro quando é a história de um homem que começa como garoto de rua e vem para este plenário ter dignidade, ter a competência e, principalmente, a honestidade que o Beto Lelis teve aqui.

Então, como líder do Partido, quero anunciar a entrega do título de cidadão honorário de Brasília ao Beto e pedir o comparecimento de todos, que será hoje, após o término desta reunião.

Muito Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria ter o prazer de comunicar isso.

O SR. RIEDEL - Vou ser sintético em razão do pouco tempo que temos.

Presidente Almino Affonso, nosso Governador Arraes, Presidente do Partido, Governador Cristovam, Governador Capiberibe, demais companheiros de Mesa, meus companheiros, quero concentrar as minhas palavras para fazer uma indagação ao nosso grande Governador Cristovam Buarque, que fez uma exposição agora maravilhosa, mostrando a sua percepção clara a respeito dessa transformação e das mudanças que precisamos fazer.

Governador Cristovam, estamos às vésperas de 1998, quando teremos eleições nacionais e as forças de Esquerda precisarão estar unidas e aonde precisamos derrotar essa filosofia individualista do neoliberalismo que está aí. Governador Cristovam, na sua avaliação, qual deve ser o programa principal, quais devem ser as metas principais, quais devem ser os pontos principais a ser defendidos por nós nesta campanha de 1998 para que possamos chegar à vitória?

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Dou a palavra ao companheiro Valton Miranda.

O SR. VALTON MIRANDA - Companheiro Presidente Almino Affonso, Presidente do PSB, Governador Arraes, companheiro Cristovam Buarque, Governador do Distrito Federal e demais companheiros da Mesa e companheiros do Plenário, eu queria começar com uma idéia que o Governador Buarque colocou sobre formulação. O Governador começou dizendo que é preciso formular um novo caminho. Eu, inclusive, quero parabenizá-lo pelo otimismo e pela esperança que ele imprime com as suas palavras, um otimismo que parece estar desaparecendo com a indiferença e a passividade na maioria do povo brasileiro, se não dos povos do mundo inteiro.

Até que ponto o modelo que o Governador coloca não é um modelo para o gerenciamento do Estado capitalista? Quer dizer, desse gerenciamento, naturalmente, nós não discordamos, na medida em que é feito com objetivos sociais definidos, a partir de pressupostos e princípios socialistas. Mas acreditamos que não ultrapassá-lo cria barreiras e dificuldades para o desenvolvimento do movimento socialista.

Creio que, nesse sentido, é muito difícil ultrapassar a despolitização dos atos que ocorrem quando um governante socialista está à frente do Estado capitalista.

Por exemplo, o Governador, por mais que trabalhe em determinado sentido e na contramão do projeto neoliberal, não tem as suas ações suficientemente politizadas. Sendo assim, ocorre que a grande maioria da população não acompanha o seu Governo numa dimensão de compreensão e de aceitação que se gostaria que tivesse, exatamente porque as ações desse Governo são despolitizadas pelo sistema de mídia, pelo mecanismo comunicacional.

Mas não só isto. Esta é uma questão que diz respeito a como podemos ampliar esse caminho, no sentido de articular a organização do trabalhador com a exclusão. Acho que este é o ponto mais difícil que o Governador tocou.

Creio que o único exemplo que existe neste sentido na América Latina é o do movimento zapatista em que realmente aconteceu um processo de politização da massa, realmente aconteceu um processo de politização popular a partir de um lema, a partir da colocação de uma legenda — e o Governador também falou sobre isso — a legenda democrática, ou seja, a palavra de ordem do zapatismo é democracia. E não sei se a palavra de ordem democracia social do Brasil teria qualquer apelo, no sentido da politização. Creio que, nessas circunstâncias, a necessidade de politização se impõe e nós ficamos, de certo modo, numa encruzilhada entre o gerenciamento do estado capitalista e a necessidade de politização que parte de uma necessidade de estabelecer esquemas táticos e estratégicos adequados a situação atual em que nós vivemos neste País.

Muito obrigado.(Palmas)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Antes de passar a palavra ao nosso Governador para os seus comentários, dou a palavra ao Dr. Siqueira que dará informações sobre os trabalhos de tarde.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional) - Companheiros e companheiras, queremos chamar a atenção para o desenvolvimento dos trabalhos da parte da tarde.

Às 14 horas em ponto estaremos instalando os oito grupos de debates, que funcionarão nos Plenários 3 a 9, no corredor das Comissões do Anexo II, da Câmara dos Deputados, e no auditório Nereu Ramos.

Todos os grupos debaterão dois temas basicamente: construção de um grande partido nacional e popular através de um projeto de inclusão social que assegure: a) a preservação da autonomia nacional; b) o fortalecimento da Federação; c) a consolidação e unificação dos movimentos populares; d) a solução das desigualdades sociais e regionais. E o ponto dois: Política de Alianças para as Eleições de 1998.

Os companheiros podem participar de qualquer um dos grupos, porque todos estarão debatendo estes mesmos temas. Em seguida, será feito um

relatório a ser submetido à deliberação dos companheiros delegados. Após isso, será feito um relatório geral que será submetido amanhã, como documento político, à deliberação desta Assembléia de Delegados do VI Congresso Nacional do PSB.

Assim sendo, companheiros, apelamos para que todos os expositores, debatedores, relatores e, sobretudo, também os delegados, possam comparecer exatamente às 14 horas nos locais indicados na programação que consta na pasta de cada companheiro.

Muito obrigado.

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Meus companheiros, estamos diante de uma situação de fato difícil de ser contornada. Primeiro, o horário nosso. Mas, mais premente do que o horário nosso, o horário do nosso Governador que tem ainda hoje compromissos de sua administração, como a inauguração de uma estrada, segundo me disse, para o que já está convenientemente atrasado.

Então, vou pedir a compreensão de todos para que ouçamos o nosso Governador nos seus comentários finais. Nos damos, após a palavra dele, quinze minutos para intervenções, sem respostas do Governador, pois ele não estará aqui, e, ao meio-dia e trinta, impreterivelmente, encerramos os trabalhos, para dar continuidade à tarde.

Se não houver divergências fundamentais, considero esta uma norma aprovada.

Com a palavra o Governador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE - As duas perguntas que foram feitas e eu acho que exigem que eu fique de pé para respondê-las: a do Miranda e a do Ulisses, até por uma questão da hora, porque são perguntas fundamentais. Vou ficar de pé para responder, e vou começar pela do Miranda.

O Miranda perguntou se tudo o que eu coloquei aqui sobre os desafios não implicam em um gerenciamento do capitalismo. A minha resposta, Miranda, é nítida e clara: sim, vamos gerenciar o capitalismo, sim.

O socialismo tem duas alternativas: uma, optar, como ele próprio lembrou, pelo caminho armado dos zapatistas e dizer: só queremos chegar ao poder quando for para implantar o socialismo no lugar do capitalismo. Mas se nós optamos pelo caminho democrático da eleição, não tenha dúvida, quem for eleito em 98, vai ter que gerenciar o capitalismo, sim. Não vai implantar o socialismo. Agora, gerenciar como? Essa é que é a nossa diferença para com os outros. Primeiro, eles não gerenciam o capitalismo, meu caro Miranda, eles gerenciam o capital. Eu não quero gerenciar o capital, mas o capitalismo, sim. Como? E aí, vem o segundo ponto: colocando certos valores éticos fundamentais e exigindo

que o capitalismo, mesmo mantendo a mais valia e a exploração sobre o trabalhador, seja obrigado a cumprir certos valores éticos. Como? Primeiro, respeitando a ecologia. Já é uma forma. Segundo, através de uma política fiscal que coloque todas as crianças na escola, como o capitalismo fez na Europa, aliás, no mundo inteiro o capitalismo colocou todas as crianças na escola, salvo alguns países malditos hoje de política social como o Brasil, Colômbia, Venezuela e México.

Gerenciar o capital não é nossa função, mas gerenciar o capitalismo para por todas as crianças na escola justifica, sim, sermos governo por um partido socialista (Palmas).

Não estaremos implantando o socialismo, até porque eu estou convencido — e sou um otimista inveterado desses bravos — mais quem vai implantar o socialismo no Brasil, me desculpem vocês, não será a nossa geração, será uma próxima geração. Nossa tarefa é colocar a geração de hoje na escola, para que ela invente o socialismo que ela vai implantar (Palmas).

Não acredito que vai ser na minha geração que vamos ver o socialismo implantado no Brasil, salvo alguma mudança muito radical, inesperada e imprevisível.

Isso não me frustra como militante, isso não me incomoda como militante nem como humanista se conseguirmos gerenciar o capitalismo perverso brasileiro para acabar com o *aparteid* social. O que Mandela faz hoje na África do Sul, é gerenciar o capitalismo para acabar com o *apartheid* social. E isso justifica a vida inteira dele gerenciar o capitalismo sul-africano hoje. Como? Definindo os valores éticos. Em função disto, definindo os objetivos sociais, mudando a racionalidade econômica, ainda que mantendo os princípios capitalistas. E, finalmente, escolhendo as técnicas que sirvam para isso.

E aí é que entra a pergunta do Ulisses Riedel que casa com isso. Muito bem, e qual é a nossa diferença em um programa de governo para gerenciar o capitalismo, diferente desses caras que estão aí?

Obviamente, esta deveria ser a primeira pergunta para um grande debate que durasse uma semana, nós todos trancados aqui debatendo isso. Mas não vou fugir dela, não. Não dá para responder tudo, até porque eu não sei. É um processo de construção coletiva.

Agora algumas coisas eu sei e bem concretas. Por exemplo, nós podemos no governo do Brasil garantir de saída 1- milhões de bolsas-escola para as famílias brasileiras colocarem suas crianças na escola (Palmas). Sabem quanto custa isso? Custa 5 bilhões. O que são 5 bilhões de reais neste País que está juntando 20 para atender aos especuladores internacionais!? (Palmas.)

Obviamente, para que vocês, quando fizerem as contas, não vejam

contradição nos números, não estou falando de bolsa-escola de 120 reais, como eu pago aqui. Eu estou falando de 40 reais em média, o Governo Federal dando 20 e o Governo local dando os outros 20. São 5 milhões para 10 milhões, que cobrem todas as famílias com crianças na escola.

Agora, se não quiserem fazer esses 10 milhões de uma vez, até porque não temos competência administrativa para fazer isso em um ano, comecemos com as 4 milhões de crianças que hoje trabalham neste País, o que é uma vergonha. Só acabar com o trabalho infantil no Brasil justificava um programa de governo de 5 anos de socialistas. (Palmas.)

Pois bem, para colocar todas as crianças na escola com a bolsa-escola, nos números que eu disse, precisava de apenas meio bilhão de dólares, E este Governo está gastando 20 para resolver problemas de especulação. Ou seja, seriam quarenta vezes menos para por as crianças para trabalhar.

Mas eu digo mais, meu caro Ulisses, se quisermos criar 4 milhões de empregos pagando salário mínimo, custa 6 bilhões de reais. E ainda é pouco comparando com isso. E eu digo mais... (Palmas).

(Manifestações do Plenário)

Democraticamente, eu não vou inverter a proposta, porque eu sou um aqui e vocês são quinhentos. Mas cabemos todos nós numa esquerda brasileira (Palmas,)

E vou mais: como proposta de Governo para por todas as crianças na escola nós precisamos construir salas de aulas e contratar professores. Aqui, desde o começo do meu Governo, nós construímos 1,3 salas de aula por dia, quando se pega o número de salas de aula e divide pelo número de dias úteis.

Mas eu vou fazer mais: esses 4 milhões de empregos poderiam ser para construir e recuperar as escolas no Brasil. O nosso Governo tem como contratar 500 mil novos professores no Brasil. Hoje nós temos 1 milhão e 200. Sabem quanto custam 500 mil professores, pagando 500 reais por mês, em vez do que se paga por aí afora, custaria 3 bilhões de reais por ano. Isto num país que gasta 20 para atender aos especuladores.

Temos como fazer isso neste País, até porque não se contratam 500 mil professores em um ano. Isto é num calendário de cinco ou seis anos.

Agora, o Governo da Esquerda dizer que em cinco anos não haverá uma criança fora da escola no Brasil e a nossa escola terá a qualidade das melhores escolas do mundo, é uma meta viável que justifica um governo socialista no Brasil. (Palmas)

Para resumir e concluir, acho que nós temos como no Brasil dar o

salto de que precisamos e justifica um governo reformista e que realmente comece a caminhar para um socialismo que a gente não conhece ainda. O que é preciso? Tem que mudar a lógica que a gente pensa.

Vi, por exemplo, uma grande disputa das Esquerdas nesta Casa sobre o aumento do Imposto de renda proposto pelo Governo. E não enfrentamos o problema correto, porque temos que ser contra uma política do Governo Federal que aumente o imposto da renda das classes médias e altas brasileiras, para atender às especulações internacionais.

Vou dizer a vocês: fiz minhas contas com meu salário e estaria disposto a aumentar um pouquinho o meu Imposto de Renda se fosse para por todas as crianças na escola. E estaria disposto a isso egoístamente, porque, quando se colocassem todas as crianças na escola, a minha qualidade de vida melhora. Eu estou disposto a sacrificar, um, dois, três, quatro sapatos por ano se é que compraria. Estou disposto a comprar um pouquinho menos de livros e ir menos a restaurantes, se puder viver em um país com dignidade. (Palmas.)

Agora, o que este Governo está propondo é aumentar imposto, sem aumentar dignidade da sociedade brasileira. Tem que quebrar a lógica como nós raciocinamos, a lógica que cada um de nós de Esquerda tem usado, prisioneiros de preconceitos do passado e esquecendo os princípios que a que temos obrigação de servir.

Companheiros, fiquei muito feliz com as perguntas, acho que respondi a cada uma delas. Gostaria de ficar aqui muito mais tempo debatendo com vocês, mas ser Governo implica em mostrar que não apenas falamos, mas fazemos o que aqui disse.

Vou ter que fazer uma pequena viagem — claro que no Distrito Federal toda viagem é pequena — para uma cidade mais distante para inaugurar uma estrada.

Um grande abraço para vocês, e estamos juntos! (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Eu quero, em nome do Partido Socialista e de todos os convencionais, agradecer, com muito calor, ao nosso governador Cristovam Buarque a beleza de sua exposição, o quanto houve de inovador o tema que ele abordou e a gentileza com que ele atendeu, um a um, a que lhe indagaram. Sei que, tanto quanto todos nós, ele pessoalmente sai amargo daqui em não poder ficar mais tempo e dar resposta a todos aqueles outros que estão inscritos e que já não terão condições de falar diretamente com o Governador. São cerca de quinze companheiros.

Desgraçadamente, não somos um país de horário habitualmente respeitado. Se tivéssemos começado às nove horas, como estava programado,

teríamos tido uma hora a mais para debater. Não o fizemos, cada um de nós está com seus problemas hoje um tanto quanto delimitados.

Governador, o nosso grande abraço e parabéns pela gestão e parabéns pela sua palavra. (Palmas)

O companheiro Gilmar Nogueira não se encontra. Companheiro Nivaldo Queirós.

O SR. NIVALDO QUEIRÓS - Companheiro Presidente, companheiros do plenário, confesso aos companheiros que está um pouco complicado se estabelecer aqui um caráter de congresso. E acho fundamental que o nosso Partido, em nível nacional aqui reunido, se debruce profundamente em um debate com responsabilidade sobre os rumos da esquerda no Terceiro Milênio.

Temo muito quando ouço um plenário socialista aplaudir a afirmação de que a nossa vocação talvez seja gerenciar o capitalismo. (Palmas.) Eu não quero ser gerente do capitalismo. Este Partido, se quer ter um futuro na história política brasileira, se quer interagir na construção de uma sociedade igualitária, se quer interagir para ser referência da Esquerda não pode hesitar da crença e da atualidade da sua cartilha socialista e que rompa o ciclo do capitalismo. (Palmas)

Companheiros, isso que aí está com Fernando Henrique, que já esteve com Collor, que esteve no regime militar, isso tem um nome: é capitalismo. Não há que inventar, tergiversar e interpretar isto que aí está. O que nós precisamos é ter juízo, vergonha na cara perante o povo brasileiro e romper com o ciclo de denominação do capitalismo neste País.

Ouvi aqui nessa tribuna gente estranhando a conduta de Fernando Henrique Cardoso. Ora, desde que ele se juntou ao PFL esses companheiros esperariam o quê, desse homem com passado na Esquerda!?

Portanto, o que compete a nós neste congresso é reafirmarmos o desejo do Partido Socialista de romper com o ciclo de denominação. Não basta apenas mudar as moscas na política brasileira. Este Congresso está infestado de vendilhões da Pátria, está infestado de cupinchas do capitalismo, está infestado de parlamentares e de partidos que têm o discurso, mas têm uma prática entreguista e irresponsável com o povo.

> *O que nós precisamos é de um partido militante, de um partido que pense nas soluções para o povo, esteja com o povo, milite com o Movimento dos Sem-Terra, milite com a sociedade organizada, organize a sua juventude, construa, portanto, o seu futuro e o seu caminho. Queremos romper com esse ciclo e afirmar que somos socialistas.*

José Saramago diz uma verdade, que eu espero que toque nos nossos corações aqui. Há muitos socialistas, o que tem faltado é socialismo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Ricardo Aires, da Juventude Socialista do Tocantins.

O SR. RICARDO AIRES - Bom dia! Eu quero cumprimentar, em nome da delegação de Tocantins, todos os convencionais que estão aqui a construir este Congresso que quer mostrar a cara de um País, um País que quer a participação da juventude e a participação nossa como agente político das transformações de que necessitamos.

Nós, não podemos nos esquecer de reafirmar o nosso compromisso com a noção de Estado que esteja a serviço da população e não a serviço da sua própria manutenção como instituição. Aqui, na Câmara dos Deputados foi aprovada a reeleição, dando provas de que o Estado está a serviço da sua própria manutenção e não a serviço da população, enquanto ele existe com esse objetivo.

E não podemos também deixar de frisar a que justiça nós buscamos neste País: se é a justiça da dignidade humana, respeitando a liberdade individual de cada um. Como disse o meu amigo que me antecedeu, o pior exemplo que pode ser dado para a sociedade brasileira é acreditar que todos nós somos iguais. Esse socialismo exacerbado utópico. Esse socialismo que prega que todo homem é igual perante a natureza já não mais existe, porque tem que ser respeitada a liberdade individual de cada um, para que cada um, respeitando as instituições políticas, possa somar na consecução desse objetivo, que é a luta pela dignidade humana.

Então, queremos trazer aqui o caloroso abraço do PSB do Tocantins, que está nascendo com esse firme propósito, o propósito de propor um projeto alternativo para este País que saiba unir, com todas as frentes de Esquerda, para que possamos mostrar para esses neoliberais disfarçados de social-democratas que o nosso programa de Partido é único, é o uso do poder em benefício do povo e não como instrumento de sua própria manutenção.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Luiz Garcia.

O SR. LUIZ GARCIA - Quero cumprimentar a toda a Mesa, os Presidentes e todas as autoridades aqui presentes.

É com muito amor e satisfação que faço parte deste Partido Socialista Brasileiro. Quero também parabenizar a todos vocês que vieram dos quatro cantos

deste País com o verdadeiro objetivo de cidadania, de participação cívica, no sentido de fazer com que a verdadeira democracia não fique somente na teoria, mas que venha a ser praticada nesta Pátria mãe, que é o celeiro do mundo.

Digo para vocês que quando D. Pedro I deu seu grito de "Independência ou Morte", o nosso País era província de Portugal. O nosso País ainda continua sendo província dos países de Primeiro Mundo.

E convido cada um aqui de vocês em um só objetivo de unidade para que possamos dar o nosso grito de independência ou morte para que o PSB seja destaque nacional.

Creio que as verdadeiras ideologias, do mais simples operário que seja, sobre educação, saúde, que possamos realmente colocar esta ideologia e fazer com que os nossos brasileiros venham a ter uma vida mais digna.

Mas isso depende da nossa união, depende do que possamos plantar hoje e que venha a ter frutos o mais breve possível.

Eu me orgulho de fazer parte do PSB. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Com a palavra a companheira Jaci Proença.

A SRA. JAÇI PROENÇA - Talvez não com a mesma veemência do companheiro Beto Albuquerque, mas eu quero reafirmar a minha posição, enquanto socialista, que eu tenho na minha convicção como maior desafio, que se confunde com nosso maior objetivo enquanto socialistas, é a construção de uma nova sociedade e, concomitantemente, a suplantação do capitalismo.

Para tanto, evidentemente, necessitamos construir e conduzir um processo que seja capaz, competente, responsável, e eu acrescento um outro ingrediente: que seja altamente atrativo, capaz de promover mudanças e, mesmo que essas mudanças sejam pontuais conjunturais, mas necessárias enquanto elemento constitutivo, construtivo de relações que sejam mais justas, mais democráticas e mais igualitárias.

O que não queremos nós sabemos. O que queremos, julgo que temos o sentimento e várias propostas. E julgo também que temos a capacidade e a competência adquirida ao longo de nossa existência, da nossa luta, capacidade para construí-la.

Dentro desses desafios que foram apontados pela Mesa, quero dar ênfase a uma questão que talvez ainda não tenha sido conduzida de forma positiva, a ponto de reverter questões maiores para a construção da nossa Esquerda: é com relação ao nosso sistema de comunicação. Creio que temos que promovê-lo entre nós e no conjunto da sociedade. Para isso, temos que nos utilizar do diálogo e da

construção de uma linguagem, que seja compreendida, que seja desejada, que seja assimilada pelo conjunto dessa sociedade.

E, nesse sentido, digo que às vezes o discurso que utilizamos é entendido algumas vezes por parte de nós, por uma pequena parcela da população, mas é compreendido em sua totalidade pela nossa elite, porque ela é elite pela classe dominante.

Nesse aspecto também é que coloco que esse discurso, essa linguagem que nós temos que construir tem que vir ao encontro de interesses e desejos dessa população. Mesmo porque nós fazemos parte desse povo, dessa população. E, nesse aspecto, tem, sim, que contemplar a maioria, porque a minoria a compreende, que é a classe dominante.

Temos que construir um discurso que seja atrativo, que seja simpático, que vá ao encontro do interesse, por exemplo, das mulheres deste País, que compreendem a grande maioria da população. Até hoje vemos a grande maioria da população rejeitar a política, os políticos e os partidos políticos. E as nossas propostas não são entendidas por essa maioria.

Temos, por exemplo, que construir um discurso, uma linguagem que seja entendida pelo conjunto dos jovens deste País que sequer vão ter a possibilidade de vir a ser trabalhadores no Brasil. Então, vejo que esse processo de comunicação tem que se constituir num grande desafio, numa grande missão nossa enquanto Partido Socialista.

Muito obrigada, em nome da delegação do Mato Grosso e da Fundação João Mangabeira.

O SR. MODERADOR (Deputado Almino Affonso) - Transmito um aviso que me pedem que passe à todos. A Coordenação do movimento sindical do Partido Socialista convida os companheiros Joacir da Silva Leite, Joilson Cardoso do Nascimento e Cidrônio Fonseca Neto para uma reunião no intervalo do almoço, no gabinete da Liderança do PSB.

Meus companheiros, chegamos ao término. Lamento, imensamente, que quinze companheiros inscritos ainda fiquem sem condições de falar. Acho que, apesar disto, tivemos uma reunião brilhante, com a participação de muitos e a contribuição valiosa tanto do Governador do Distrito Federal, quanto do nosso Governador Miguel Arraes, enriquecedoras. Portanto, a primeira parte operacional deste Congresso está cumprida.

Muito Obrigado a todos. (Palmas.)

Grupo de Debate - Plenário 3

EXPOSITOR: Deputado ALMINO AFFONSO
DEBATEDOR: Ex-prefeito DARCI ACCORSI
MODERADORA: Prefeita KÁTIA BORN
RELATOR: Dr. HENRIQUE ANTÃO

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

A SRA. MODERADORA (Kátia Born) – Convidamos o Deputado Almino Affonso, nosso expositor, a fazer parte da Mesa. (Palmas.)

Convidamos o ex-Prefeito de Goiânia, Darci Accorsi, o debatedor do nosso Grupo de Debates, a quem temos muito prazer em ter agora no Partido Socialista Brasileiro. (Palmas)

Convidamos o Relator Henrique Antão e o Deputado Federal Almino Affonso também a fazerem parte da Mesa.

Vamos ler aqui alguns critérios a serem utilizados durante os nossos trabalhos. O tema central do congresso é a consolidação do PSB através da "Construção de um Grande Partido Nacional e Popular". O subitem será: as diretrizes para as alianças partidárias do PSB para as eleições de 1998.

Cada expositor terá 25 minutos para a sua exposição, e o debatedor terá 10 minutos. Após a exposição e comentários do debatedor, a Mesa vai franquear a palavra aos delegados que terão três minutos, podendo ser ampliados para 5 minutos. As intervenções dos delegados deverão ser sempre sobre o tema do VI Congresso, nunca sob temas diferentes daqueles constantes da pauta do dia. No final das intervenções, o Relator fará um relatório geral e, em seguida, colocaremos o seu conteúdo em votação, registrando as divergências dos grupos e os assuntos ou temas que não lograram êxito de consenso. Após o encerramento dos debates, passaremos à Plenária Geral, para discussão e aprovação dos temas.

Todos concordam com este encaminhamento?, Há alguma observação? Vamos esperar cinco minutos, para ver se o Henrique localiza o Deputado Almino Affonso.

Então, o Darci Accorsi será o expositor. Na realidade, ele seria debatedor, mas, tendo em vista o Deputado Almino Affonso ter saído para almoçar e não tendo regressado até agora, com todo o prazer, transferimos a atribuição para o Darci Accorsi. Sabemos da sua história e, acima de tudo, que a sua opção hoje de ter vindo para o PSB é porque, dentro do crescimento do Partido Socialista Brasileiro, um crescimento sem radicalismo e com coerência dentro da política nacional, daquilo que nós defendemos. Dentro deste contexto está inserido o nosso querido Prefeito Darci Accorsi.

Passo a palavra ao Darci Accorsi, que terá 25 minutos para a sua exposição.

O SR. DARCI ACCORSI - Quero saudar aqui a nossa companheira, Prefeita de Maceió, e dizer que nos sentimos muito feliz em pertencer a um partido que tem uma prefeita com a disposição que estamos vendo aqui da prefeita. É uma alegria, porque isso demonstra que este Partido — e ela comentava há pouco — o socialismo é sempre novidade. E acho que é esse tipo de juventude e determinação que faz com que o socialismo também seja sempre uma novidade.

Quero saudar o Henrique Antão, como Relator deste trabalho, e a todos vocês. Para mim é uma alegria muito grande, e talvez eu nem mereça estar aqui tendo em vista que há poucos meses nos filiamos ao Partido Socialista Brasileiro. Para nós, é uma honra muito grande poder participar já do primeiro congresso como debatedor. Além disso, as circunstâncias nos levaram a ser também expositor.

É claro que não queremos aqui substituir o Deputado Almino Affonso, cuja história extraordinária se confunde com a história da liberdade no Brasil. Creio que seria uma audácia muito grande da nossa parte querer substituí-lo. Desejo apenas trazer algumas idéias em relação a esses pontos que foram determinados para o nosso debate. Em seguida, farei uma reflexão sobre o assunto: "Construção de um Grande Partido Nacional e Popular.

Antes de entrar propriamente no assunto, faria, rapidamente, um quadro que se desenha em nossa frente. Esta é uma luta que eu também, mesmo fora do PSB, travei durante quase toda a minha vida: a idéia de construir um partido , e um partido de massa. Um grande partido e um partido popular. Não um partido que se fecha em si próprio e que fale a respeito de si mesmo e de suas próprias divergências, mas um partido que tenha um diálogo com a população, que tenha presença no meio da população e que, fundamentalmente, seja o porta-voz dessa mesma população.

É claro que temos que levar em consideração que hoje existe no Brasil uma situação que, muitas vezes, nos entristece e nos leva assim a dizer: "será que temos condições de ainda acreditar na própria Esquerda no Brasil?" É uma pergunta que todos nós, com sinceridade, temos que fazer. Acredito ainda. E coloco a minha vida e a minha luta em prol desse tipo de trabalho. No entanto, temos que reconhecer também que muitas vezes a Esquerda ficou isolada dentro do próprio processo histórico de desenvolvimento do Brasil e do desenvolvimento da própria questão de democracia no Brasil. E isolada por quê? Porque se fechou dentro de dogmas, dentro de princípios, dentro de regras pré- estabelecidas que, muitas vezes, mantinham fidelidade a uma tradição, mas que se afastava da realidade na qual nós vivemos.

Não podemos confundir que hoje existe uma situação diferente do que existia há vinte anos no Brasil. E não podemos também ter o mesmo discurso que tínhamos há vinte anos. As forças populares e democráticas avançaram. Devemos ter presente isso se quisermos construir um partido grande de massa e um partido popular. Muitas vezes é essa a impressão que se tem, que muitos setores da Esquerda já desistiram de atingir o poder e, por isso mesmo, não vendo possibilidades de atingir o poder, radicalizam de tal forma que acabam se afastando da própria realidade e da própria população. Ficam falando para eles mesmos, e isso leva a criar uma geografia interna dentro da própria Esquerda que é resolver os problemas internos, muito mais que propor soluções para os problemas que a

população está passando. O PSB não pode cair, não pode cair de forma nenhuma se quiser ser um partido grande, um partido de massa, um partido nacional e, antes de tudo, um partido popular. Ele tem que saber que o trabalho dele é exatamente na relação com a população, com a realidade e buscar não apenas criticar uma realidade existente, não fomentar uma política do confronto apenas e do conflito. A política do confronto e do conflito é necessária em certos momentos, mas o fundamental para um partido político é que ele tenha condições de apresentar propostas e propostas viáveis, concretas e objetivas para as soluções dos problemas que temos aí.

Então, eu colocaria como primeiro elemento da nossa reflexão, a necessidade de, se quisermos ser um partido nacional grande, de massa e popular, voltarmos exatamente ao diálogo com a população e com as forças organizadas da população.

Aqui entra o segundo subitem, ou melhor, a segunda assertiva dentro do próprio título através de um projeto de inclusão social. O que significa essa inclusão social? Hoje sabemos que praticamente 40 ou 50% da população brasileira vive uma ou outra forma de marginalidade. E aí é que está a necessidade de um partido igual ao nosso ter a sua presença, no sentido de organizar aqueles que, de uma forma ou de outra, são excluídos. Ou são excluídos na participação da riqueza nacional, ou são excluídos na participação das decisões nacionais, nas decisões políticas, sejam elas locais, ou regionais ou nacionais e, mais do que isso ainda, são excluídos da própria vida, porque não têm o sentido da liberdade. A liberdade nasce, cresce e se desenvolve na medida em que não apenas tenha a questão de sobrevivência resolvida, mas também que eu tenha a questão da decisão política resolvida. É aquilo que hoje nós chamamos a luta pela cidadania. A luta pela cidadania é exatamente o direito que cada cidadão tem de participar, quer seja no âmbito local, quer seja no âmbito regional ou nacional. É aí que entra um trabalho de um partido igual ao nosso, um partido que tem necessariamente que organizar esse setor através de uma presença mais ativa dentro dos movimentos sindicais.

E aqui eu gostaria de fazer um pequeno parênteses; mais uma vez, não dentro de uma atitude que muitas vezes caracteriza o sindicalismo brasileiro: o radicalismo, mas de ter presente a necessidade do diálogo. Conversando com sindicalistas ainda quando pertencia ao Partido dos Trabalhadores, fazíamos uma análise dizendo que praticamente depois de 1979, naqueles grandes movimentos do ABC Paulista, não aconteceu nada de novo dentro do sindicalismo brasileiro. De lá para cá vivemos, de certa maneira, as conseqüências daquele grande movimento de 79. Hoje temos em Vicentinho, como Presidente da CUT, alguns lampejos de clarividência quando, por exemplo, em alguns momentos, propôs um diálogo maior, inclusive com o próprio Governo. Ali parecia estar nascendo um momento novo no sindicalismo brasileiro. No entanto, o radicalismo mais uma vez das forças da Central Única dos Trabalhadores e de certos setores fez com

que o próprio Vicentinho, voltasse atrás e continuasse, como fruto de certas pressões, aquela tradição do sindicalismo de 79.

Quando dizia antes que não podemos comparar a situação que vivemos hoje com a situação de 20 anos atrás, aqui também podíamos colocar com muita clareza essa diferença: vivemos um momento diferente hoje, em 1997, do que vivíamos em 1979.

Então, há necessidade de o PSB estabelecer uma política sindical. Se queremos construir um partido popular, temos que ter uma intervenção, não de transformar o sindicalismo numa correia de pensamentos. Muitas vezes já se discutiu demais isso. Mais do que isso, o partido precisa ter condições de orientar a sua militância, no que diz respeito à participação e à intervenção no movimento sindical.

Em segundo lugar, há necessidade de intervimos também, da mesma forma, no movimento popular. Hoje temos praticamente um único movimento popular no Brasil: o MST — Movimento dos Sem-Terra, um movimento que nasce inclusive à revelia do próprio PT e, em certos momentos, o PT percebe que, enquanto partido, está perdendo seu espaço. Nós vamos agora a reboque do próprio MST. Mas acho que não se resolve única e exclusivamente o problema da reforma agrária através da luta do MST. Precisamos ter uma política de intervenção global do movimento popular, quer seja ele urbano, quer seja ele rural.

Na questão urbana, por exemplo, precisamos ter uma proposta clara para a habitação, uma proposta clara para o solo urbano, uma proposta clara, por exemplo, para a questão do desemprego que hoje está presente em todas as casas, em todos os lares, em todas as famílias brasileiras. Precisamos ter uma proposta.

E aí as administrações municipais do PSB têm um trabalho extraordinário sendo desenvolvido e podem dar uma grande contribuição também ao próprio Partido, no sentido de se discutir, de se valorizar e de se fazer com que essas experiências de Maceió, de Natal, de Belo Horizonte sejam incorporadas ao próprio Partido.

Quero aqui ficar em silêncio, porque vem chegando o grande mestre e a ele cabe exatamente este trabalho. (Palmas)

Precisamos ter uma intervenção no movimento popular e uma intervenção de forma organizada, mais uma vez, tendo presente que não adianta irmos nem para o movimento sindical, nem para o movimento popular unicamente com uma proposta, a proposta de criticar aquilo que está aí. Não, temos que ter uma proposta de construção.

Há poucos dias ouvi a declaração de um dirigente de um partido de

Esquerda em relação ao pacote, com a seguinte afirmação: "somos contra, somos radicalmente contra o pacote e temos uma proposta alternativa". E qual é a proposta alternativa? Não adianta dizermos que temos uma proposta alternativa. E tenho certeza de que aquele dirigente e aquele partido não têm proposta alternativa para isso.

Então, enquanto vivermos nos iludindo de que, em nome de uma proposta alternativa, vamos conter qualquer coisa e nos omitir de apresentar essa proposta alternativa, não vamos fazer absolutamente nada. Vamos ficar como viúvas em cantos de rua, chorando, lamentando e deixando a história passar. O povo não quer choro, a população não quer lamentações, a população tem consciência hoje de que vive um estrangulamento na educação, na segurança, na saúde e desemprego. Qual é a proposta que o PSB tem para essas áreas? Não adianta chegar lá e dizer: o neoliberalismo para cá , o neoliberalismo para lá, porque temos que combater o neoliberalismo. Oitenta por cento da população que está nos ouvindo nem sabe o que é o neoliberalismo. Nem sabe o que significa essa palavra. Agora, quando se diz que nós, do PSB, vamos resolver o problema da saúde com esta e aquela medida; o problema de educação com esta e aquela medida; o problema do desemprego etc., etc., etc., aí talvez eles tenham condições de entender também o que é neoliberalismo e o que é socialismo.

Lembro-me de que na primeira conversa para entrar no PSB que tive com o nosso Presidente e Governador Miguel Arraes, ele dizia o seguinte: "nós precisamos falar com uma linguagem que o povo nos entenda" Dizia ele que em Pernambuco, a partir de uma cidade citada por ele, não adiantaria ele falar em socialismo. Se assim o fizesse iriam perguntar se era para comer ou para beber!

Então, temos que também saber falar a linguagem do povo, aquilo que eles querem ouvir, não para amortecer a consciência de ninguém, não. Mas só é possível ter um processo de conscientização, na medida em que aquele que está à sua frente, cria confiança em você e na sua proposta.

Eu estou dizendo isto e não quero ser de forma nenhuma o primeiro a falar nisso. Em todas as obras de Paulo Freire que eu vi aqui há pouco se falando, é exatamente esse respeito à população que nós temos que ver e que o Paulo Freire coloca de uma forma muito clara. Ele também criticava muitos segmentos da Esquerda na época que desprezavam a cultura do povo, mesmo sendo uma cultura intransitiva. Se eles não tiverem consciência dessa cultura intransitiva, não adianta querermos fazer qualquer coisa em relação a eles.

Portanto, precisamos ter essa capacidade, não apenas enquanto pessoa, mas enquanto partido, de entender a alma do povo se queremos realmente ser um partido democrático, de massa, nacional e principalmente um partido popular.

Em segundo lugar, não conheço ainda toda a linguagem do PSB e posso até criar aqui algum problema, mas não vou me negar a dizer isso: acho que a solução da reforma agrária no Brasil hoje não passa necessariamente pelo MST, não passa pelos métodos do MST e não se resolve o problema única e exclusivamente assentando pessoas. Venho de um Estado de grandes propriedades, aonde muitas famílias foram assentadas. Ficaram um, dois, três anos e desaparecerem daquela terra. O micro e o pequeno produtor rural está sendo obrigado a vender a sua terra porque não têm lucro. Apenas o grande projeto agrícola, o pequeno não tem lucro. Por isso, vemos terra e mais terra com criação de gado e com soja. É que existe um mercado externo para resolver o problema da soja.

Então, precisamos, ao lado de uma política de reforma agrária, ter uma política agrícola também. Não adianta apenas distribuir terra.

E falo assim um pouquinho forte, mas é o meu jeito, vocês vão me conhecer no decorrer da história que vamos conviver juntos.

Acredito que o PSB mais uma vez tem que inovar nesse sentido. Ao lado da luta pela reforma agrária, temos que colocar a luta por uma reforma agrícola também, de preços, de recursos, de tecnologia, de assistência e assim pôr diante.

Aqui falei em relação a esse primeiro ponto. Depois vou deixar para o nosso irmão o tema "A Preservação da Autonomia Nacional, porque, só olhar para ele já é suficiente para nós entendermos toda a luta que tem em relação à autonomia da preservação nacional, ao fortalecimento da federação etc. Antes, queria apenas colocar aqui duas palavras para 1998.

Venho de um partido em que fazíamos dez encontros por ano e sempre se definia que deveríamos formar alianças com a Esquerda. Em todos os encontros retirávamos esse tipo de afirmação. Depois, no final, tínhamos os partidos já pré- estabelecidos e, fora dali, não se podia fazer aliança nenhuma. Cada final de encontro tínhamos uma alegria muito grande, porque dali para a frente o nosso partido iria crescer. Quando chegava na hora mesmo nós dizíamos: é permitido só única e exclusivamente com esse, esse, e aquele partido.

Se o PSB quiser crescer, se quiser única e exclusivamente manter durante dez, quinze, vinte, trinta anos uma posição ideológica, então, tudo bem. Mas se quisermos nos transformar numa alternativa de poder, se acreditarmos que o nosso programa, que a nossa proposta é a melhor para governar o Brasil, temos que ir atrás para viabilizar isto. E só se viabiliza isto na medida em que se tem a condição de fazer parcerias com outros setores da sociedade. Se ficarmos sozinhos, acredito que não vamos muito longe. Podemos ficar aqui fazendo belos encontros e até cinco, seis, sete por ano, tirar as melhores decisões, e o Brasil continuará na mesma.

Desculpem-me por ter falado por tanto tempo.

Muito obrigado. (Palmas).

A SRA. MODERADORA (Kátia Born) – Agradecemos o nosso ex-Prefeito Darci Accorsi. Claro que ele começou antes do Deputado Almino Affonso, até pelo atraso, mas em relação à política do PSB, sabemos da contribuição que o Darci traz da sua experiência do PT. São experiências que levam o PSB também a errar pouco, e talvez até não errar na sua condução nacional. Como Moderadora tenho que fazer exatamente esse paralelo entre a falação do Deputado Almino e a falação do nosso querido ex-Prefeito.

Passo a palavra ao Deputado Almino Affonso. Todos aqui sabem da sua história de resistência e de luta neste País em relação à integridade, no sentido de não se vender este País ao capital internacional. A sua vinda para o PSB junto com o Darci e com a Erundina faz com que mostre ao povo brasileiro que a política do PSB tem crescido; e tem crescido de uma forma orgânica, tem crescido de baixo para cima das bases. E o Deputado Almino Affonso, que tem toda a sua base localizada em São Paulo, pessoa que pela sua história de luta só tem crescido e engrandecido o País.

Passo-lhe a palavra, durante 25 minutos. (Palmas)

O SR. EXPOSITOR (DEPUTADO ALMINO AFFONSO) - Começo com duas palavras, uma delas de desculpa. Na verdade, o estilo da manhã nos deu uma hora de atraso para começar os trabalhos. Deveríamos ter começado às nove e começamos às dez. E não há nada mais desagradável do que ser pontual, com uma totalidade de companheiros não pontuais. E foi, lamentavelmente, o que prevaleceu pela manhã. Deveríamos terminar ao meio-dia e terminamos às quinze para a uma. Isso vai atrapalhando o restante da programação e, enfim, houve um encargo que eu não esperava a partir do gesto do Governador Miguel Arrais indicando, sugerindo-me para virar Presidente da Conferência, do Congresso. Portanto, peço desculpas pelo atraso. Juro que imaginei que chegava aqui e ainda ia esperar, mas vejo que temos aqui um grupo compatível. Eu não sei se é a nossa moderadora, não sei se é o Darci, não sei se é o Henrique ou se são cada um de vocês, o fato é que me deram aquilo que se chama quinau. Cheguei e já encontrei o pessoal em pleno galope!

Em segundo lugar, gostaria de fazer um agradecimento à Kátia pela forma gentil, generosa com que se refere a mim ao me passar a palavra.

Segundo o programa, cabe-me fazer uma exposição especificamente sobre o partido, como ele deve ser, que temas específicos o partido precisa levar em conta. Não vou entrar nos problemas diretamente sociais, econômicos e institucionais, porque não são objeto deste debate específico. Não é que as outras coisas não sejam da maior importância. Elas são. Mas, por isso ou por aquilo, a

direção do Partido escolheu que o tema Organização Partidária com essa temática aqui descrita no programa era algo que mereceria uma atenção muito especial de todos nós. E tenho impressão de que estão certos, pela importância do Partido que começa a retomar ares novos. Por toda parte ouço falar do Partido crescendo, ganhando novas expressões, lideranças políticas e sociais. Tudo isso, colocado como um desafio ao Partido. Por isso, talvez os dirigentes partidários tenham colocado a questão da organização do partido, que eles chamaram partido nacional e popular. A mim cabe analisar o que fazer para isto e que temas estão ligados a esta questão e quais desafios passamos a ter, ao lado de todos os desafios que o Darci enunciou, porque se fizermos um belo partido nacional e popular e não tivermos prática política e social que responda ao que ele falou, vamos virar acadêmicos, provavelmente faremos conferências, muitos escreveremos livros, mas não viraremos nem partido nacional nem muito menos popular.

Antes de dizer as palavras que me cabem dizer, quero também, pela primeira vez, porque é o primeiro contato que tenho com os militantes do PSB, dizer que eu me sinto muito orgulhoso de estar aqui. Suponho que vocês saibam que estou chegando à Casa agora. Vim do PSDB, partido, como todos sabem, ligado ao Governo.

Rompi com o Governo. Rompi com o Governo por tudo que ele é e passou a ser, por tudo aquilo que contraria a razão de ter nele ingressado. O programa do PSDB não é o programa de fato realizado pelo Presidente Fernando Henrique. Não é. O que está no programa lá é perfeitamente diferente na maioria das coisas. Ou seja, o que Sua Exa. passou a fazer não representa absolutamente nada do compromisso com os membros do partido. Por isso rompi. Romper com o PSDB seria uma razão de ordem pessoal. Eu tinha que optar para que rumo iria.

Analisei se voltava à casa de origem, porque o primeiro partido em que militei na vida foi o Partido Socialista, quando era mais jovem do que hoje. Com 23 anos de idade entrei para o Partido Socialista em São Paulo, fui candidato a Vereador, tive 872 votos. Até hoje não esqueço até os dois finais. São lembranças antigas que me orgulham muito. Então, me pareceu que a forma dos meus 68 anos de hoje de retomar caminho — quem sabe, espero, o derradeiro caminho partidário, porque gostaria de não mudar mais de Casa — era voltar às minhas origens.

Não sei se vocês receberam o folheto que eu mandei distribuir hoje pela manhã no plenário, ao qual até dei o nome de "Retorno às Origens". É uma crítica ao Governo Fernando Henrique, constam as razões da minha ruptura com o Governo e o compromisso do meu retorno às minhas raízes.

De forma que, como estou aqui diante dos militantes do Partido, é o primeiro contato que tenho direto com os militantes, quero dizer que estou

muito feliz em estar aqui, e espero que juntos possamos ter uma bela convivência e fazer um bom trabalho político. (Palmas)

A programação do congresso solicita que faça exposição sobre o tema: Construção de um Grande Partido Nacional e Popular, tendo em conta alguns aspectos como a autonomia nacional, como o problema da Federação, como o problema da consolidação e unificação dos movimentos populares, o problema da solução de desigualdade social e regional e, por fim, uma palavra específica sobre a política de alianças para o ano que vem.

Vou tocar em alguns aspectos que, provavelmente, são conhecidos. Portanto, vou ser repetitivo muitas vezes. Paciência é uma forma de poder alinhavar as idéias e ganhar lógica.

O primeiro grande ponto que eu gostaria de lembrar é que os partidos políticos podem ser de dois modos: pode ser um partido político de quadros e pode ser um partido de massa. É uma primeira grande opção. O que é um partido de quadros? É um partido de lideranças, de personalidades, de figuras ilustres que, de quando em quando, se reúnem para articular os meios de formar sua chapa eleitoral, de ir para as campanhas políticas e cumprir, de quando em quando, esse papel de ponte entre a sociedade e a organização partidária. É um partido típico dos Estados Unidos. Os partidos americanos são partidos de quadros, eles não tem uma militância, uma permanência de luta no meio social etc. O partido de massa, como o nome sugere, é o contrário; é um partido de participação no movimento social, é um partido de presença nas lutas sociais, é um partido, portanto, que supõe uma integração entre os movimentos sociais e o partido. Imaginar um partido de massas que tenha pretensão de ser nacional e de ser popular e não ter um vínculo com os movimentos sociais é uma formulação rigorosamente fantasiosa, não vira partido de massa nunca.

Insisto em dizer que estou chegando no Partido agora e não sei avaliar até onde o Partido Socialista hoje tem ou não vínculo com os movimentos sociais. Presumo que não tenha muito, para ser talvez simples na minha análise, porque os outros tem tão pouco, é provável que o nosso também não tenha muito. Mas sem um vínculo entre o partido e os movimentos sociais, quero dizer, os movimentos sindicais do campo, de luta pela terra, dos jovens nas universidades, das mulheres, dos negros, enfim, os vários movimentos sociais que encarnam reivindicações concretas, sem isso o partido vai enunciar: "sou a favor disso, sou a favor disto, sou a favor disto" e não consegue transformar isto em realidade, porque ele tem apenas um meio de atuar, que é o Parlamento ou, quando ele pode chegar ao Executivo.

Ora, como somos um Partido pequeno e ainda não temos presença real no Executivo, salvo em muito poucos Estados e Municípios, proporcionalmente a nossa presença tem sido mais nos Parlamentos, seja o Legislativo Municipal, o

Estadual ou o Nacional, e ainda assim, numericamente em pequena quantidade, logo a capacidade de influirmos e mudarmos as coisas pela ação parlamentar pura e simples é pobre.

Logo, volto ao ponto de partida. É preciso que haja relação direta entre os movimentos sociais e o partido, para que a palavra política do Partido seja casada com as lutas sociais.

Quando dizemos que somos a favor da reforma agrária, não pode ser o enunciado político aqui no Parlamento, nem um discurso mais brilhante e tecnicamente mais bem formulado. Deve ser isto e deve ser mais. Devemos saber como o movimento social no campo está atuando, de que maneira podemos nos inserir nele, como podemos ajudá-lo, como podemos aprender com eles nas lutas concretas. Isto vale para o campo, para a luta sindical, como vale em relação aos bolsos. Um partido político que pretende ser de massas, que não tenha realmente relação estreita com a juventude, é um partido que morre, que se esclareça, que não se inova.

Hoje qualquer homem público ir às Universidades é uma dificuldade, porque o jovem não tem exatamente o interesse efetivo no debate. Eles o observam assim com a indagação: quem é este? Por que isto ocorre? Porque não estamos tendo um vínculo efetivo com a luta dos universitários, dos estudantes. Precisamos, portanto, ter como política nessa área agrupar estudantes, acompanhar jovens na militância do Partido, para podermos captar o que o jovem hoje levanta realmente como tema fundamental. E posso até imaginá-los. Um técnico pode estudar, um sociólogo pode estudar. Desde logo todo mundo sabe que moço hoje se indaga: e amanhã quando eu me formar, que emprego eu terei? É uma indagação que sei que é constante. Ou então: como vou me formar se as universidades públicas não têm espaço suficiente para todos? O jovem acaba tendo que bater na porta da faculdade privada, cara, muitas vezes ruim, atrasada, para que possa ter um canal de acesso. E esse canal não se dá porque, muitas vezes, ela não dá mais do que um canudo. Ora, esta é bem uma temática do jovem. Suponho que seja. Mas seria bom que esse jovem pudesse dizer fortemente diante do Partido, para que o Partido não abandonasse essa tese.

Muitas vezes fazemos conferências pelo interior no meu caso, São Paulo, às dez da noite. A conferência tem que terminar quinze, vinte minutos antes, porque os jovens têm que sair dali correndo para pegar o ônibus e ir para seus Municípios, porque aquela cidade não é mais do que um lugar onde há o curso e a suas cidades são outras ao redor.

Como consigo que o Partido Socialista realmente tome a juventude em atenção, se eu não estou relacionado com eles?

Posso dizer o mesmo em relação à mulher. As mulheres conseguiram

muitas conquistas na Constituição de 1988. Houve um avanço notável. O novo Código Civil que acabou de ser aprovado no Senado e vem agora para a Câmara também dá várias conquistas a mulher. Mas não tenho nenhuma dúvida, mesmo falando diante de mulheres, de que a mulher no Brasil continua sendo cidadã de segunda classe, ou seja, os seus direitos não são respeitados (Palmas), as suas prerrogativas legais ficam na gaveta e as grandes conquistas que a mulher obteve, de repente, viraram uma espécie de faca de dois gumes. A mulher conseguiu o direito de ir ao trabalho, portanto, sai de casa e vai trabalhar, mas volta para casa e tem outro trabalho, ou seja ela virou uma trabalhadora de duas jornadas em vez de uma só. Como fazer para poder falar mulher? Eu quero dizer que sou um homem sensível à questão da mulher. Analiso, estudo, mas eu sei mais do que a mulher? Não, se a mulher não está presente na luta do Partido. E quero dizer nos órgãos de direção do Partido, nas reuniões onde ela intervenha e diga o que o Partido não vai ter condições de poder expressar com fidelidade a causa da mulher. (Palmas)

A palavra, na linguagem política e em tudo, até na linguagem do amor, soa se é real ou não, não basta falar se não se diz aquilo que efetivamente lá dentro corresponda àquilo que lhe sente. Caso contrário, a palavra é morta, sem maiores alcances. Mas para que eu diga algo que o outro sinta que eu estou falando com alma, eu preciso conviver com aquele problema ou eu não consigo falar com o mesmo nível de expressão.

Ora, tenho a impressão de que o nosso Partido ainda não pode ser exatamente classificado como de massas. Falta esse tipo de vínculo a que estou me referindo.

Este, no meu entender, é o primeiro grande desafio. Não teremos um partido nacional, um partido popular enquanto não nos convertemos num partido de massa. Para sermos um partido de massa precisamos que a nossa direção partidária tenha no seu órgão diretivo o representante dos trabalhadores, o representante dos negros, o representante da mulher, o representante dos estudantes para que possamos captar o que esses movimentos sociais vivenciam e possamos, politicamente, expressar com acerto.

Nós não somos isso. Estou diante de militantes e tenho impressão de que não somos, mas os militantes me corrijam se já formos e vou ficar muito feliz .

Um ponto importante que em seguida o programa que propõe que conversemos sobre ele quando vamos falar de partido político nacional é preservarmos a autonomia. E acrescentei aqui a idéia da unidade nacional. Parece até meio anedótico, mas o Brasil está correndo risco de quebra da unidade nacional, o risco de que nós nos fracionemos. Isto parece uma fantasia.

Quero dizer que eu não acho. Pelo contrário. Foi muito bem posta está preocupação com a autonomia que está muito casada com a idéia da unidade nacional, porque, se olharmos toda a nossa história, vamos ver que fizemos um verdadeiro milagre histórico. Olhem para toda a América Latina, para a América do Sul. A chamada América espanhola subdividiu-se em quantos países? Era um todo antes, era uma unidade e subdividiram-se. Nós conseguimos manter essa vastidão territorial que é um verdadeiro milagre.

Devemos isso a dois grandes fatores: em primeiro lugar, aos velhos portugueses, porque souberam preservar as nossas fronteiras de uma maneira fantástica. Cerca de trezentas fortalezas foram montadas ao redor do Brasil para nos preservar de avanços eventuais dos espanhóis vindos do outro lado; mas, sobretudo, devemos isso a uma figura chamada José Bonifácio, o homem da nossa Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva. Na hora em que chegou aqui, vindo de Portugal, e começou a tramar a nossa independência, seu grande cuidado era preservar a unidade Nacional. Enquanto os outros países da América Latina fracionaram-se, este "Brasilão" de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, Bonifácio dizia que tínhamos que preservar aquilo a todo custo. Qual foi a tese dele? Inicialmente, manter a Monarquia, para ter um eixo unificador. As lideranças políticas da época, Clemente e outros, defendiam a República. Ele dizia que a República num país frágil, que está nascendo, sem unidade política maior iria nos fragilizar e nos levar a uma subdivisão. Logo, fiquemos com a Monarquia, dizia Bonifácio. Essa foi a segunda grande tese.

Esse fenômeno, que terminou nos dando essa grandeza de País, hoje pode começar a entrar em risco, porque a crise econômica vai criando uma série de fatores desagregadores.

Vou lhes dar dois exemplos: São Paulo, até pouco tempo atrás, era uma espécie de centro articulador. Como ele se desenvolveu muito, como ele cresceu muito, como ele se tornou o grande centro industrial para o qual iam os que tinham que comprar, os que tinham que vender, era uma espécie de centro articulador do País pelas várias ações idas e vindas. Hoje, gradualmente, isso está sendo perdido, porque até São Paulo também entrou na roda viva da crise e, aos poucos, perde essa função articuladora.

Além disso, há o processo de globalização que o mundo está vivendo. Cada vez mais começamos a nos situar para fora, para outros horizontes, desde o nosso MERCOSUL que começa a alongar-se, como por exemplo, no extremo norte da Amazônia. A geração vai sendo crescentemente com os Estados Unidos mais do que com o Sul do País. Tudo isto vai levando interesses econômicos para fora e, na hora em que os interesses abrem um caminho novo, ao lado dele, vêm os interesses sociais, políticos e humanos. Se é uma área de trabalho nesta direção, vão se articulando os interesses sociais e humanos e, quando menos se espera, não

há razão nenhuma para dizer por que eu tenho que continuar sendo o Brasil se eu nesta direção ganho mais, se eu tenho mais perspectiva de vida, mais desenvolvimento social, mais bem-estar? Esse risco está em marcha.

Há no País também, desde muitos anos, gradualmente, desde 1940, sobretudo, as estatais. As estatais cumpriam um papel articulador nacional muito grande, porque eram formas de injetar recursos nas regiões mais pobres. Tomemos a PETROBRÁS, que investe aqui, ali e acolá. E esse tipo de investimento esparramado pelo País concentra interesses em torno daquela grande empresa que era, mais que todos os Ministérios juntos. Assim, as outras grandes empresas estatais, com uma política dominante é, ao contrário, é da quebra da empresa estatal, é da venda, é a da modernização em nome da privatização, gradualmente, os interesses privados vão passar a ir dominando e, portanto, se eu aqui aplico ou não aplico, passa a ser não mais um interesse nacional, mas um interesse de lucro daquele grupo, daquela empresa.

Por tudo isto, me permitam dizer, temos diante de nós um horizonte cheio de interrogações, não imediatos é claro, mas cheio de interrogações a respeito da manutenção dessa unidade territorial dessa unidade Nacional.

Eu sou apaixonado pelo tema. A mim me dói profundamente imaginar que o tema não seja fortemente analisado para orientar os políticos brasileiros, sobretudo os que têm deveres como são os que têm chefia de Estado, para impedir que aquilo, que os nossos avós, os nossos antepassados conseguiram deixar para nós, não tenhamos a infelicidade de não saber deixar para os nossos netos.

Ligado a este aspecto, há um outro que o programa também pede que façamos consideração a respeito: a Federação.

Como ainda agora o Darci lembrava, com muita freqüência dizemos coisas que as pessoas não sabem o que são e, portanto, é difícil raciocinar sobre elas. Tomo a liberdade de lembrar que Federação é um modo de organização do Estado. O Estado pode organizar-se através do sistema unitário. Há um chefe de estado aqui, os demais âmbitos territoriais estão subordinados a ele. Suponhamos, se tivéssemos um Presidente da República num país unitário, ele mandaria e desmandaria, nomearia aqui, ali e acolá. No país inteiro todas as chefias regionais resultam da denominação da nomeação daquele que está à frente do governo central. A Federação, ao contrário, pressupõe a existência de regiões autônomas que têm o direito de ter o seu auto-governo que, portanto, elege os seus representantes ao nível do Executivo e do Legislativo.

Foi a opção que fizemos, tomando como modelo, o modelo americano. Isso tem importância, eu diria ter uma importância fantástica, porque, um país do tamanho do nosso, se imaginarmos sendo dirigido por alguém aqui do

centro mandando e desmandando no País inteiro, gradualmente, as rebeliões vão brotando. Eu deixo de ser atendido aqui, me rebelo, outro deixa de ser atendido acolá, levanta-se e, pouco a pouco, isso poderia nos levar aos fracionamentos.

Havendo a Federação, havendo as autonomias regionais, o que passa a haver, bem ou mal, apesar de todas as nossas limitações de autonomia regional, pouco a pouco há uma presença maior da cidadania ali. Então se defendem ali os interesses do Norte, do Nordeste, do Rio Grande e isso tudo acaba dando uma síntese que é o Brasil.

Há riscos hoje contra a Federação, eu diria, imensos. Por incrível que pareça, o Governo Federal cada vez mais invade atribuições próprias dos Estados ou até próprias dos Municípios. Na medida em que ele vai invadindo mais atribuições que são dos Estados, os Estados vão perdendo aquela autonomia a que me referi e, gradualmente, existem aqueles riscos todos que eu tentei aludir.

Vejam, por exemplo, não faz muito, a chamada Lei Kandir. A Lei Kandir foi uma forma através da qual o Governo Federal, como não tem hoje, pela sua política cambial etc. etc., estímulos à exportação e precisando exportar, porque de alguma maneira sem isso ele não fecha a balança de pagamentos, quer dizer, venda e compra no exterior, ele precisou cortar o ICMS dos produtos de exportação dos Estados, para que com isto pudesse estimular a exportação. Mas essa medida prepotente do Governo Federal significou prejuízos brutais para os Estados. No meu Estado, por exemplo, embora seja homem do Norte, sou representante político de São Paulo, foram 800 milhões. No Rio de Janeiro foram quase 600 milhões e no Nordeste não sei quanto. Ou seja, os Estados perderam uma brutalidade de recursos por conta de uma medida de ordem federal.

Ora, no instante em que isso começa a ocorrer, os interesses regionais começam a levantar-se e dizerem: "eu não estou sendo atendido por aquilo que é o centro convergente de todos os interesses que é a União, que é o Governo Federal."

Ora, este então é um tema de também este Partido que nós sonhamos não pode deixar só na linguagem. Estou falando aqui descritivamente, mas nós temos é que ter atuação na hora em que o ato do Governo federal fere o interesse regional, porque ao ferir o interesse regional, nós estamos levando o País a este conjunto de conseqüências.

E há uma outra conseqüência também, que é o problema da democracia. Num país onde se tem a lei da liberdade, onde se tem o chamado alto governo, quer dizer, eu próprio vejo o que é que me interessa na minha Região, no meu Município, isto aumenta a nossa identidade com o interesse estadual, com o interesse nacional. A política agora é algo abstrato. A política é algo que responde de maneira muita direta a interesses objetivos. Se os meus interesses

objetivos eu não tenho, não tenho casa, não tenho emprego, não tenho escola, não tenho saúde, não tenho agricultura, não tenho terra, eu não tenho nada, porque a política do Governo não resolve esses problemas. Eu dou uma banana gradualmente a isto, porque a minha vida não está sendo atendida. Daí, as rebeliões que muitas vezes nascem pelo mundo afora.

Ora, o alto governo, permite que eu passe a fazer a defesa desses interesses, porque eu tenho ali a minha Assembléia, eu tenho ali o meu Governador, eu tenho ali o meu Prefeito e não apenas o chefe nacional aqui de longe. Eu tento atingir a Federação, não por meio teórico, é um problema de uma série de conseqüências práticas que o Partido Socialista tem o dever de analisar, porque encarna no seu programa a defesa da Federação, tem o dever de defender como bandeira permanente.

De certo modo, já falei o necessário, mas, só para encaixar os temas, no meio disso está a consolidação dos movimentos sociais. Tudo o que estamos falando vai, desde agora, em quem? Na abstração? Não, vai desaguar no povo? Ou é uma unidade abstrata? Não! O povo é um somatório de vários movimentos sociais, de vários interesses sociais. O empregado, o empregador, o pequeno proprietário, o sitiante, o grande proprietário, o industrial, o intelectual. A soma de tudo isto é que forma o povo.

Se eu não tenho, através dos movimentos sociais a que fiz referência, um vínculo com isto, eu não mantenho também esta unidade nacional, porque ela se fraciona pouco a pouco. De repente há interesses que estão sendo levados por este ou aquele grupo para rumos diferenciados, em função dos seus interesses e não em função do interesse nacional.

Vocês podem talvez dizer, ouvindo isso tudo que nós temos ouvido, e de certo modo até em contraste com a parte que ouvi inicial do companheiro Darci, que isso são coisas para o amanhã e que, portanto não interessam a nós. Mas a vida de um partido, se ele quer pretender cumprir um papel, é plantar o hoje para o amanhã. Se não tivermos estas preocupações todas, a partir de hoje, amanhã, quando nos dermos conta, já é tarde para darmos as respostas aos desafios que temos diante de nós.

Por isso a preocupação do programa em chamar a atenção para os movimentos sociais, para a sua consolidação. Mas o que significa consolidação? Significa que vamos mandar no movimento social? Significa que o Partido Socialista pretende ter os dirigentes dentro do sindicato tal, dentro do Movimento dos Sem-Terra, dentro do centro acadêmico e ali mandar o movimento social? Não isso seria absolutamente absurdo, isso seria contrário a uma prática democrática. Mas seria contrário aos interesses objetivos daquele setor. O que nós temos que ter é a ponte. É o representante do Partido lá para que ele capte o que ocorre lá e nos traga aqui. Além disso, para ele levar o que é um projeto político e o defenda

lá. Mas o representante do Partido no movimento social não pretende absolutamente ser uma figura férrea que represente o Partido, tentando impor a vontade do partido. Não! Ele defende, ele sustenta, ele advoga, mas ele perde se o movimento social vota contra ele, ele se submete à decisão democrática do seu movimento, porque é com isso que ele vai crescer, é com isso que vai ser um líder respeitado no seu movimento.

Se não tivermos esse tipo de visão e nos preocuparmos realmente com esse tipo de organização, acho que o Partido Socialista tem hoje todas as condições para um grande crescimento no âmbito social, um grande crescimento.

Não quero fazer comparações com "A" ou com "B", mas esse setor do PT que, bem ou mal, tem a sua organização, não vejo mais ninguém com condições de uma disputa efetiva no que estou dizendo. Podemos rapidamente crescer e termos uma expressão efetiva na área social. E tendo uma posição efetiva na área social, isto vai desaguando naquelas outras teses que eu tentei aqui, de maneira resumida, expor.

Por fim, o desafio que temos próximo. Isso que falei são os desafios constantes que se projetam na história. Mas temos um desafio mais próximo, que são as eleições. O que fazer diante delas? O tema pode de tal maneira nos apaixonar que nos dificulte uma reflexão mais madura.

Eu vou ser muito sumário, até para dar tempo para que os companheiros comecem a opinar.

Acho que hoje o divisor de águas é quem está a favor e quem está contra a política neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta é divisão de águas: quem está aceitando a posição do Governo em matéria de política econômica que se reflete no plano social de uma maneira tão pesada para o povo; quem como empresário aceita que suas empresas estejam indo à falência em nome da abertura dos portos como ele está fazendo; quem está rompendo o amanhã, quem está destruindo a Federação, quem está destruindo os Estados.

Se há alguém que é a favor disto, o seu lugar não é do nosso lado. Se, ao contrário, os que estamos contra isto, se tivermos percepção nítida disso, a grande estratégia nossa tem que ser somar esforços para isso. Temos o dever de estender a mão a quantos hoje tenham esse mesmo tipo de visão.

E é por isso que o Partido vem, sucessivas vezes, pela palavra do Governador Miguel Arraes e pela palavra de muitas das lideranças socialistas, defendendo a tese da chamada candidatura de Centro-Esquerda. Quando se fala na candidatura do Centro-Esquerda não se está agredindo a candidatura de alguém que tenha um perfil nitidamente de Esquerda. Não vamos fugir ao tema. Não se está agredindo o companheiro Lula, do PT; não se está agredindo a nenhuma outra figura das várias agremiações partidárias da Esquerda. Não. Nós estamos

apenas reconhecendo aquilo que parece óbvio. De um lado, um poder quase onipotente, com uma massa de apoio da grande imprensa, como eu nunca vi, com o apoio das elites dirigentes do País, como eu nunca vi! Eu nunca vi — e já sou um homem maduro, gostaria de ser mais jovem — eu nunca vi no tempo do Juscelino Kubitsheck o Presidente ter tanto controle das classes dirigentes, como hoje o Presidente Fernando Henrique tem. Nem Getúlio Vargas teve. O Sr. Fernando Henrique hoje logra-se a expressão dominadora das classes dirigentes. Portanto, tem tudo à mão, portanto, é uma candidatura forte, apesar de tudo quanto começa a declinar, ainda é uma candidatura forte. É um nível de desafio que temos a enfrentar, sem nenhuma dúvida.

Sendo assim, precisamos abrir o leque para que este leque político permita que se amplie a mensagem e nós tenhamos uma base eleitoral mais ampla. Daí a tese de Centro-Esquerda. Quem há de ser da figura? Aquela que melhor possa expressar isto e possa representar a aceitação das várias forças da Oposição de Esquerda. No instante em que nós lograrmos esta síntese, estaremos pronto para batalha.

Alguns dizem que neste congresso teríamos que lançar um nome. Eu digo que isto é uma ingenuidade. Se não temos ainda um nome, que tenha realmente logrado está aceitabilidade nas outras forças, vamos lançar para quê? Só para dizer que estamos apressados e atendendo a vexames alheios? Acho que não, temos que realmente aguardar esse amadurecimento, para que possamos lançar com precisão, no momento oportuno, o candidato que nós deveremos apoiar.

Receio ter-me estendido além do necessário, fugindo, portanto, às regras. A minha querida Moderadora foi gentil comigo, com absoluta certeza. Paro por aqui e fico à disposição depois se quiserem debater, se quiserem indagar ou contestar.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. MODERADORA (Kátia Born) - Agradecemos ao Deputado Almino Affonso, que se estendeu só três minutos e meio, estava dentro do nosso prazo, mas cumpriu exatamente a pauta dos trabalhos do Partido Socialista Brasileiro.

Queremos registrar a presença do Deputado Fernando Lyra e pedir a ele que (palmas), se não tiver outra tarefa, nos acompanhe aqui também na Mesa.

A exposição do deputado Almino Affonso complementa o que o nosso querido prefeito colocou. O Partido tem crescido, mas o Partido precisa trabalhar mais nas suas bases, nas inserções dos movimentos sindicais, dos movimentos populares e com a sua cara própria. Não adianta. Este movimento

sindical, este que está aí, tem perdido muitas batalhas, porque não tem modificado em nada a cara do movimento sindical do País nos últimos quarenta anos.

Então é preciso que o PSB tenha a sua proposta, que é a proposta que também Darci coloca, de uma negociação, sem perder o cumprimento do nosso objetivo, que é desenvolver esse País e fazer com que os trabalhadores ganhem mais. Além disso, não percam aquilo que ganhamos durante tantos anos. Durante tantos anos de luta os trabalhadores tiveram alguns ganhos e hoje estão perdendo, graças à política neoliberal.

E em relação à política de alianças o Deputado Almino Affonso junto com o Darci Accorsi lançam exatamente aquilo a que o Partido se propõe: fazer uma aliança de Centro-Esquerda.

Grupo de Debate - Plenário 4

EXPOSITOR: Deputado PEDRO EUGÊNIO
DEBATEDOR: Ex-prefeito RONALDO LESSA
MODERADOR: Prefeito GILSON MENEZES
RELATOR: Dr. ELOÍZIO GUIMARÃES

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Gilson Menezes) - Pediríamos que os companheiros se acomodassem, porque vamos abrir o nosso debate de hoje, dessa sala, que, na verdade, é um tema só, mas aqui teremos o nosso Expositor, que é o companheiro, Deputado Pedro Eugênio, o ex-Prefeito – e se Deus quiser futuro Governador de Alagoas – Ronaldo Lessa, eu estou como moderador, Gilson Menezes, Prefeito de Diadema, e Eloízio Guimarães, que fará parte dos relatores de todas as salas. Tudo o que colhermos aqui, ele fará parte dessa Comissão.

Agradecemos a presença dos companheiros nessa sala, desejando ao nosso Expositor e Debatedor um sucesso para a contribuição desse Congresso do PSB. Gostaria de abrir a palavra, e que os senhores prestassem bastante atenção no nosso Deputado Pedro Eugênio, para que tivéssemos o melhor proveito possível nessa sala, na contribuição da construção do Partido.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

O SR. EXPOSITOR (Deputado Pedro Eugênio) – Preparei um texto para orientar a minha intervenção, que deve estar em torno de vinte a vinte e cinco minutos. O Eloízio até sugere que o reproduzamos, mas a minha idéia não é fazer uma exposição longa, é tentar colher os pontos principais que estão aqui colocados, para suscitar o debate, que será iniciado pelo Ronaldo, e depois por todos os senhores, coordenados pelo nosso Gilson.

O tema é "Construção de um Grande Partido Nacional, Através de um Projeto de Inclusão Social", como construir, como fazer o partido. O Partido, hoje, já tem condições de fazer um congresso como esse, que está sendo realizado aqui, que já não é um congresso típico de um partido pequeno, já reúne condições de um partido que está em processo vigoroso de crescimento, não apenas no mérito, mas com um qualitativo muito evidente, com expressão nacional.

No momento em que se coloca essa questão da construção de um grande partido e pensamos a questão do conteúdo e não apenas da quantidade, alinha-se nesse tema, que está proposto aí – creio que todos os senhores têm à mão -, não só a questão da construção do grande partido, mas condicionado a pelo menos quatro pontos que estão aqui colocados: a preservação da autonomia nacional, o fortalecimento da federação, a consolidação e unificação dos movimentos populares e a solução das desigualdades sociais e regionais.

Com essa preocupação, fui pegar o estatuto do Partido e verificar como é que ele balizava esse pano de fundo doutrinário, porque acredito que para ter consistência do início ao fim, da estratégia até a tática, é importante que verifiquemos como está a doutrina do Partido nos seus documentos definidores das suas linhas de ação.

Verificamos que o nosso estatuto é uma referência histórica importante, mas é insuficiente para nos dar um balizamento claro de uma doutrina

para enfrentar os desafios que temos pela frente. Ele é muito sintético, tem essa vantagem, mas coloca pontos, por exemplo, que o Partido quer estabelecer, no Brasil, um fim das contradições de classes sociais, através de um processo que leve a total apropriação coletiva dos meios de produção, com exceção, apenas, dos bens individuais quando não se confrontem com o interesse público.

Ora, sabemos que, quando em 45, meados da década de 40 se coloca isso, tinha-se um modelo soviético implantado em processo de consolidação e com a questão da apropriação coletiva dos meios de produção via estatização como algo concreto, que tinha sido estabelecido. Então, parecia algo que estava muito à mão.

Hoje em dia, vimos que o processo na União Soviética foi distorcido. O que era apropriação coletiva das fábricas, dos meios de produção, etc. , na realidade, virou um processo de apropriação por uma elite burocrática e, hoje, penso que todos estamos convencidos de que a questão da propriedade coletiva dos meios de produção como um sistema diferente do capitalismo é algo muito complicado, que pode ser colocado como uma utopia, no bom sentido, de imaginarmos uma sociedade em que não existam, no futuro, patrão e empregado, em que tudo seja organizado e decidido coletivamente, mas que não temos clareza e nem um modelo em funcionamento que mostre como isso possa ser estabelecido.

Ao ler o programa do Partido e seu estatuto, fico com a sensação de que temos um pensamento a construir. Esse pensamento, na realidade já existe, mas precisamos de ter elementos de apoio, não vou falar em revisão do programa, porque ele tem esse caráter histórico importante, mas creio que é importante distinguirmos ou detalharmos qual a nossa visão doutrinária para o momento, algo que possa ser, efetivamente, um instrumento para utilizarmos como elemento de transformação da sociedade e, em cima dessa doutrina, estabelecermos uma estratégia de ação e as táticas correspondentes.

Parece-me que, lado a lado com a utopia de termos um dia uma sociedade sem classes, pois acredito que ela deve permanecer como referência para um processo futuro, hoje, isso jamais será nacional e, sim, mundial, dado o processo de globalização que já existe. Teríamos que agregar, na minha opinião, com clareza, que algo que está muito mais à mão e que podemos ter como um objetivo a ser batalhado e alcançado é o do controle social sobre os meios de produção e sobre a apropriação do excedente. Consigo ver com mais clareza como podemos influenciar, mesmo no âmbito de um sistema capitalista, que onde atuamos, mesmo no âmbito de um sistema, temos cada vez formas mais aperfeiçoadas de, através da organização popular, através da atuação do Partido e interação com a sociedade, controle social sobre a produção, sobre o Estado, sobre a apropriação do excedente social das riquezas.

Esse era um ponto importante que entendo que deveria ser

estabelecido. Além disso, alguns pontos também que acredito importantes de listarmos e tentarmos cada vez mais trabalhar como uma doutrina devem ser levantados. Primeiro, está claro que o sistema capitalista, que se diz vencedor da batalha contra o socialismo real – não é isso que os seus ideólogos colocam, dizendo que o socialismo real ruiu -, mais do que nunca, mostra-se excludente, concentrador e gerador de desigualdades. Ou seja, ele, se é vitorioso no embate externo, mostra-se cada vez mais incapaz de responder internamente pela suas características próprias aos anseios das pessoas da nações, que se estabelece cada vez mais algo que é antigo, não é novo, mas cada vez mais se aprofunda a contradição entre o desenvolvimento capitalista em nível mundial e em nível nacional. A crise que está aí e ainda não terminou é uma expressão clara disso. O capital financeiro não obedece mais fronteiras. O capitalismo não gerou um sistema mundial de gerenciamento de seus próprios interesses em nível mundial, ou seja, em nível mundial é terra de ninguém. O capital financeiro vai para onde os ventos sopram e indicam a possibilidade de realização dos lucros da especulação financeira com mais rapidez. Isso desequilibra tudo e contraria interesses de todos os países, inclusive dos países centrais, no que se refere às suas estabilidades internas.

Existe, portanto, espaço político de resistência a tal caminho. Ora, se ele próprio é desestabilizador do ponto de vista dos interesses nacionais, se ele é gerador de desigualdades pessoais, regionais e nacionais, concentrador de renda, há um espaço concreto para desfraldarmos uma bandeira de um modelo de desenvolvimento que garanta ou que seja a contraface desse tipo de tendência e seja a nossa bandeira de atuação política, mesmo no âmbito do capitalismo vigente, mas na perspectiva de construção de uma sociedade nova e de características fundamentalmente diferentes, por observar essa sociedade os interesses das amplas massas populares.

Esse modelo que temos a obrigação política e ideológica de defender, de formular teórica e praticamente, não pode ser um modelo simplesmente de preservação do equilíbrio do País ou do desenvolvimento do País, dizendo que o País está sendo ameaçado por essa tendência internacional de globalização e por isso vamos preservar o País internamente. Não pode ser só isso, porque se existe essa instabilidade em nível internacional, internamente o modelo capitalista é também muito desagregador, concentrador, criador de miséria, portanto, não cabe apenas defender um modelo que dê uma estabilidade ao desenvolvimento, mas que dê ao País um desenvolvimento qualitativamente diferente. O que significa dizer que a questão da distribuição da riqueza nacional tem que ser considerada no modelo de desenvolvimento que defendamos.

Isso posto, gostaria de levantar alguns pontos, que não são muitos: como garantir para o País e defendermos um modelo de desenvolvimento que seja capaz de mexer com a distribuição de riqueza e que tem viabilidade econômica. Quando coloco isso, penso na questão concreta do poder. Somos um partido.

Acho que isso é uma das grandes coisas que têm caracterizado o crescimento de nosso Partido. É um Partido que tem vocação para o poder. Não é um Partido de pessoas que se consideram iluminados ou, com todo o respeito, Partido de acadêmicos; venho da academia, sou professor universitário. Mas não é um Partido que, simplesmente, está se propondo a discutir teses. É um Partido que tem vocação para o poder, que gosta de ganhar eleição, que quer intervir na realidade nacional fortemente e ser, portanto, um Partido que saiba conciliar as visões teóricas com o sentido prático das coisas, de intervir na realidade.

Pensar na questão da Presidência da República....Já temos alguns governos estaduais e muitas prefeituras de diversos portes, inclusive algumas estratégicas, temos uma perspectiva clara de ganharmos novos governos estaduais, mas também temos a convicção de que aquilo que tem, em termos de ocupar espaço no poder do estado, o que tem grande poder de transformação é a conquista da Presidência da República, não como um dom de um indivíduo, de um iluminado que, de repente, cavalgue numa aventura e consiga, qual um Collor fez no passado, chegar lá até de forma, aparentemente, fácil. Mas através de uma proposição de transformação para o País.

É essa preocupação, pensando na questão do poder em nível nacional que me parece que é fundamental sabermos fazer alianças. Aqui temos alguns prefeitos presentes. Em nível municipal, a tarefa de costurar alianças com os diversos grupos que representam a sociedade é algo que é corriqueiro, é do dia-a-dia, é de você ter apoio de determinados comerciantes que não vêem só aquele lucro do comércio, mas que querem ver o município se desenvolver. Neste caso, você isola aquela turma que só quer ganhar dinheiro e prejudicar a prefeitura, coloca ela em um canto, chama outras pessoas. Esse tipo de jogo que é complexo, mas é relativamente simples de fazer em nível municipal, torna-se mais complexo em nível estadual, porém se colocamos a questão da transformação da nação é muito complicado. E ninguém chega à Presidência da República sem ter clareza de alianças em nível nacional. As nossas alianças estratégicas são evidentemente com os grupos despossuídos, os excluídos. Isso tem sido uma tônica no nosso discurso e na prática que temos tentado, a diversos níveis, construir.

Não podemos esquecer, entretanto, que os excluídos, muitas vezes, são caracterizados por uma dificuldade de organização muito grande. Abrirei aqui um parêntese de um exemplo, discutindo como Deputado um processo de determinação não só de tarifas, mas de parâmetros de controle do transporte urbano em Recife, verificamos que vêm grupos localizados, organizados, que representam interesses corporativos. Inclusive vêm os estudantes querendo a gratuidade, vêm os deficientes, através de uma associação, querendo gratuidade, e você, de repente, procura: e o usuário? Aquele que representa a grande massa de pessoas que estão utilizando os transportes e que é o principal a falar nesse momento. Você não encontra interlocutor com facilidade. Existe uma associação dos usuários,

mas é algo que não tem rebatimento, porque é muito amplo. Então, quando se fala em excluído, tem-se uma ampla faixa de desempregado, de subempregado. Não é fácil você consolidar isso num interlocutor concreto, real, através de uma associação ou de associações de organização de massa.

A nossa aliança fundamental é uma aliança com os grupos mais despossuídos, que são justamente os grupos menos organizados da sociedade. Isso é uma questão que coloco até para debatermos. Identificar esses aliados passa por aí; não só identificá-los, mas descobrir como representá-los. Vemos a questão do movimento dos sem-terra. Constituiu-se e existem formas de organização no Brasil todo e como o PSB está nacionalmente se inserindo nesse processo. Tem que haver uma aliança. Um partido só se alista, que tem como doutrina se aliar com os despossuídos, tem que ter uma aliança e uma forma de inserção organizada no movimento do sem-terra. Quais são os passos que o Partido está dando nessa direção.

Essas são as nossas estratégias, mas que não podemos deixar, num País complexo como o nosso, de lado alianças com os segmentos médios. E, neste caso, vem outro perigo: o grande corporativismo que caracteriza esses movimentos e que me parece que perturba tanto a ação política do PT, que muitas vezes se vê como que capturado por interesses específicos corporativos de segmentos, até de trabalhadores de centros em que um salário médio de um trabalhador é muito maior, por exemplo, do que um salário médio de um profissional liberal em regiões periféricas do País.

Como estabelecer essas políticas de aliança é que me parece que é o ponto fundamental da nossa estratégia. Sabermos estabelecer alianças de classe, que consolidem a nossa capacidade de chegar a controlar ou a ganhar o controle político da nação de forma consistente, através de um programa que não seja considerado um programa inviável, pois muito radical. A questão do radicalismo de um programa ou do não radicalismo só tem a ver com as alianças que são estabelecidas para dar respaldo. Portanto, se a questão da terra, que já foi tão estigmatizada no País, a ela respondemos por um conjunto de medidas propostas, respaldadas em uma aliança que seja com segmentos importantes da sociedade, colocamos a questão da terra sem problema algum.

Parece-me que a cada segmento social a que devamos nos aliar tem que estar associado um movimento; um movimento com formulação própria, com objetivos claros, com programa, ou seja, os sem-teto, a eles há que se corresponder uma política de habitação para o País, senão fica o discurso vazio de defesa do teto.

Darei outro exemplo: a questão das empresas de ponta ou das grandes empresas. É importante que não caracterizemos o nosso Partido como partido que só dá valor à pequena e à média produção. Se você vir o programa a que me

referia, parece que ele não nos permitiria sequer conversar com os detentores do grande capital. O que é impossível hoje. Não se pode ter um projeto de poder para o País, sem se ter uma política clara de relacionamento com as grandes corporações nacionais e multinacionais. Há corporações e corporações. Há empresas multinacionais, por exemplo, que tem contradições enormes com o capital financeiro internacional e que estariam dispostos a bancar politicamente ou ver com simpatia um governo que tivesse, por exemplo, uma política séria de transporte de massas, de trens. Existem multinacionais que atuam nessa área que sempre estiveram muito contrariadas pelas políticas de privilégios da indústria automotiva.

Pela construção de um objetivo econômico mais democrático, você pode consolidar alianças estratégicas, inclusive com o grande capital. Não é o principal, mas é algo importante e que deve ser feito.

Parece-me que, então, dessa visão estratégica de que temos que olhar o poder e nessa perspectiva de chegarmos ao poder temos que estabelecer estrategicamente uma aliança de classes, onde o fundamental sejam as classes populares, os despossuídos, os trabalhadores, e na seqüência as outras categorias, em nível de tática, o Partido precisa investir na formação de movimentos amplos, de caráter nacional e local; movimentos que sejam, na prática, a contrapartida a essa visão estratégica.

Conversava há pouco com Ives, que está aqui conosco hoje e é Prefeito de Igarassu, na região metropolitana do Recife e já foi Prefeito de Tapissuma, uma cidade vizinha. Segundo Dr. Rainer, nessa marcha ele chega no Recife. Falávamos sobre isso: as nossas prefeituras têm coisas extraordinárias feitas, programas, iniciativas, muitas são similares. Outras, só Ronaldo fez lá, ou só Ives fez, e, de repente, não conseguimos, mas temos que conseguir, unificar isso. Então, uma iniciativa voltada para habitação popular que aconteça em uma determinada prefeitura, precisa ser discutido no âmbito das demais e acabarmos tendo uma política para isso; a política para as nossas prefeituras, para os nossos governos estaduais e para a nação, em uma perspectiva de um programa nacional, o que não é o mesmo, porque, às vezes, podemos fazer em uma prefeitura e não pode fazer na nação. Temos que ver se aquilo se adapta. Mas temos que transformar a base política que temos junto a prefeituras e governos em insumo para construir uma imagem pública de competência em cima de iniciativas concretas, na área de habitação, na área de saneamento, na área da saúde pública, na área da educação, criando movimentos, para que possamos, em outras áreas, que não temos governo, que não somos governo, chegar com o movimento dos sem-teto e dizer que isso que estamos fazendo nas prefeituras do PSB queremos que seja feito aqui. Ou seja, não é só uma ação administrativa. Tenho muito medo do aparelhamento da nossa relação enquanto PSB com a sociedade. Se só soubermos nos relacionar com as classes sociais tendo uma prefeitura na mão ou um governo, estamos perdidos. Temos que ter a capacidade de organizar a população através

de seus movimentos, e onde formos governo, seja prefeitura, seja governo estadual, evidentemente, isso seja potencializado.

Como tática, repito, creio que é fundamental a formação de amplos movimentos de caráter nacional ou local em cima dessas áreas que são fundamentais para os interesses da maioria da população, chegando até a áreas mais sofisticadas, como a área de ciência e tecnologia, respondendo a perguntas do tipo: que tipo de intervenção o Estado brasileiro deve ter para garantir que tenhamos, dentro do território nacional, competência técnica de ponta para não nos deixarmos ficar subordinados a essa nova fase de acumulação do capitalismo mundial que tem como elemento fundamental não mais a propriedade do capital em si, que continua sendo importante, mas mais importante do que isso é a propriedade do conhecimento.

Aquele foguete caiu há pouco tempo, que foi malogrado, aquilo é detalhe, porque se caiu, se manda outro, mas existe dentro do País, na Aeronáutica um conhecimento importantíssimo, que tem vinte anos de pesquisa, de como colocar um satélite no alto. Só existem dois ou três países no mundo que fazem isso: Estados Unidos, França, Inglaterra, China, etc. O pessoal lá vive, pelas notícias que li no jornal, por abnegação, porque a pessoa ganha R$ 1.500,00 e se fosse para a NASA ganharia US$ 10.000,00 por mês, mas é brasileiro... E aí? Não vamos ter como um país que tem uma política para esse tipo de coisa? Temos que ter. Então, desde os movimentos populares até políticas de desenvolvimento tecnológico que garanta o interesse nacional, a soberania nacional, temos que ter definições claras e segurarmos essas bandeiras.

Vem aqui uma série de pontos que foram propostos pela direção do Partido para discutirmos, mas que imagino que essa intervenção que fiz dá conta, digamos assim, do arcabouço geral das nossas preocupações. Por que autonomia nacional? O discurso de autonomia nacional não bate na maioria das pessoas. Tenho ficado muito chocado, mas tenho ouvido muita gente séria falar que isso aqui é uma bagunça, era bom até que os americanos tomassem conta. Já cheguei a ouvir esse tipo de coisas. Os senhores podem dizer que essa pessoa é de direita, não. É uma pessoa comum, que não tem um perfil político bem definido e começa a ter um sentimento de desvalorização das coisas nacionais.

A autonomia nacional, portanto, não pode ganhar essa discussão abstratamente. Temos que identificar onde é que o calo está doendo e, em cima disso, da concretude, a luta pela autonomia nacional. Por exemplo, a questão da cultura. Na questão da cultura, temos uma série de iniciativas tomadas de forma sistemática de mídia e de marketing que esmaga a cultura nacional e temos uma quantidade imensa de artistas, de homens e mulheres que criam a cultura do povo, que não encontram o espaço nem às vezes nos nossos palanques das festas, que as nossas prefeituras e governos dão. Temos que ter uma política de valorização

dessas manifestações culturais e é outra história. Estamos falando de autonomia nacional e a pessoa está entendendo, porque ele é um artista e ele sabe que estamos dizendo que autonomia nacional significa dar autonomia ao artista nacional perante uma invasão predatória de músicas e ritmos que agridem a nossa cultura. Por exemplo, a valorização do teatro, do cinema. Está havendo até um festival de cinema em Brasília. Esse tipo de política de incentivo à cultura é um exemplo que estou dando, pois não vou me estender em outros planos, mas creio que não venceremos a discussão como está proposto aqui: como construir o grande Partido através da preservação da autonomia nacional. Como preservar a autonomia nacional, a não ser através de programas concretos, de movimentos concretos. Pode parecer algo segmentada. A cultura para cá, ciência e tecnologia para lá, mas não vejo como começar essa discussão de cima para baixo, falando em autonomia nacional genericamente e tentando convencer as pessoas que é mais importante ter uma empresa nacional do que uma empresa estrangeira. Por quê? Às vezes a pessoa olha a empresa nacional e vê que ela está fazendo um serviço vagabundo, e a estrangeira está se propondo a tecnicamente fazer melhor. Como você insere essa discussão.

Qual é a importância do Brasil ter capacidade de colocar o satélite através do conhecimento próprio. Como é que damos concretude a isso? A pessoa diz: gastando dinheiro com satélite? Contrata a NASA e coloca esse satélite. Essa é a opinião da maioria das pessoas. Por que não contrata a NASA? Sai muito mais barato do que manter as pessoas em São José dos Campos. Tenho certeza de que muitos pensam assim. Como transformar isso em consciência das pessoas de que é importante o País ter essas tecnologias de ponta? A não ser conseguindo estabelecer movimentos claros, de ampla base popular em que essas questões, de alguma forma, possam ser demonstradas e capazes de intervir no seu dia-a-dia.

Fala-se no fortalecimento da federação. É outra questão. Fortalecer a federação é importante, está no nosso programa. Penso que tem uma base democrática muito forte, porque a centralização em um País como o Brasil é um desastre. Então, tem que se ter, realmente, autonomia relativa no nível de federação e no nível dos municípios, sem perder uma coordenação. Não é fragmentação que estamos falando. É importante a federação, mas se não tivermos cuidado, daqui a pouco isso ficará estranho. Podem dizer para que existe o Estado. Talvez fosse muito melhor ter uma pessoa nomeada. Temos que ter uma visão clara de que são importantes os estados e municípios, como elementos de difusão de iniciativas administrativas e políticas, que transformem a vida das pessoas. E volto àquela questão das experiências das prefeituras e dos governos, que precisam ser disseminadas para que fique muito claro na cabeça das pessoas que independente da questão nacional ou da União, há um espaço importante, em que prefeituras e estados, administrativamente, mas com capacidade de coordenação política, possam atuar.

É o mesmo que acontece com o movimento popular. O movimento popular, que muitas vezes me parece confundido com aquela relação do poder, de programas governamentais com o movimento popular, está a exigir que possamos definir objetivos claros a serem conquistados, que independam de termos ou não prefeituras em nosso poder e que possamos, em cima desses objetivos, ter movimentos que tenham a relativa autonomia política e que neles nosso Partido possa estar inserido.

Creio que a questão dos sem-terra está colocada aí concretamente. Ou o Partido tem condição de se inserir nesse processo, ou ele fica sempre como interlocutor onde tem participação governamental, porque está sendo reivindicado pelo movimento a ele. Isso não é o que o Partido Socialista propõe. O Partido tem que estar dentro do movimento, tem que estar articulando o movimento, e o movimento não pode ser confundido com o Partido, tem que ser mais amplo do que o Partido, mas o Partido tem que ter uma proposição programática e orgânica para esses movimentos.

Finalmente a questão das desigualdades sociais e regionais é uma questão extremamente extensa, que se fôssemos discutir agora pelo menos em relação ao detalhe que trouxe aqui, só pelas páginas que estou passando, os senhores já viram que é uma discussão que vai muito além do tempo, que, aliás, já extrapolei. Já passei em cinco minutos do meu tempo.

No entanto, gostaria de dizer que desigualdade social e regional não se corrige sem que haja conflitos muito sérios. Esse é um grande desafio que temos pela frente. Temos que fortalecer o mercado interno, temos que fortalecer a produção de alimentos e bens de primeira necessidade. Neste caso, já vem políticas de fomento, por exemplo, que não vão privilegiar o automóvel, que é o grande recebedor de subsídios e de vantagens neste País. É visto como a locomotiva em isenção de IPI, de ICMS, porque dá emprego. Como é que o Partido, nas suas bases do ABC, pode encarar essa questão *versus* a da necessidade de, ao invés de estimular o transporte rodoviário e individual, privilegiar-se, no plano do transporte, do transporte coletivo e, no plano da industrialização como um todo a produção de bens de massa, das confecções, dos bens de consumo de massa mais baratos, de maior utilidade às amplas massas despossuídas.

É fundamental estimular os bens de uso coletivo, os serviços coletivos, como os de trem, de ônibus, como já colocados aqui.

Descentralizar a produção com base na produção local. Há uma tendência em São Paulo das indústrias saírem do ABC e começarem a ocupar cidades médias do entorno. Mas essa é uma descentralização dentro da centralização e uma política de descentralização vigorosa da industrialização para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Como administramos a contradição entre essas regiões e os interesses econômicos de São Paulo, onde é importante o Partido

estar estabelecido e onde, recentemente, recebeu importantes apoios e adesões de quadros políticos da maior qualidade, como a do companheiro que coordena essa Mesa, da companheira Luiza Erundina e outros.

Definirmos tecnologias avançadas e adequadas ao novo modelo, tecnologias que o Estado deve incentivar e que apontem muito na linha, por exemplo, de potencializar a produção agrícola dos pequenos e médios produtores do que a produção agrícola das grandes empresas do chamado agro *business*. É outro conflito.

Não tem um item desse processo aqui de empreender a luta pelo fim das desigualdades que não tem embutido nele o forte conflito de classes e não apenas entre os grandes, poderosos e o povo, mas dentro da classe média, que está envolvida no processo.

A questão da autonomia das localidades. Isso significa a União perder espaço político. Pequenas e médias atividades produtivas dinamizadas. Infra-estrutura econômica e social mais voltada para as amplas massas. Incentivos financeiros a questão da redistribuição da propriedade industrial, financiando muito mais a pequena e a média propriedade do que a grande, e a questão da terra, a questão da reforma agrária.

O Estado, nesse contexto, sendo o grande fator de execução de um programa desse tipo. Evidentemente respaldado em um processo político vigoroso em que o Estado assim, com esse programa e com esse compromisso, constituído através do processo democrático e eleitoral, em cima de um programa que tenha amplo respaldo popular. Esse o grande desafio que teríamos pela frente; um desafio que penso que está apenas começando, porque, quando analisamos o segundo ponto que teria que abordar agora para concluir, que é o ponto da nossa política de alianças para 1998, vemos que estamos bastante distantes da construção desse consenso nacional.

Acredito que, do ponto de vista eleitoral – permita-me o coordenador, pois estou entrando no segundo item da pauta, que é a questão de política de alianças- , fica difícil vencer Fernando Henrique Cardoso com uma candidatura única que seja marcadamente de esquerda. Creio que é isso que ele quer. Se ele puder escolher, ele escolherá um candidato que só represente a Esquerda para ele ficar com o resto.

Não sabemos, ao longo desse ano, como vai se desenvolver o desgaste do governo dele, que vem acumulando desgaste, porque a moeda única que ele tem é a estabilização da própria moeda. E, a medida que o Plano Real vai precisando de escoras aqui e acolá, ao colocar essas escoras, ele vai reafirmando e evidenciando o seu caráter excludente, recessivo, concentrador, as suas características perversas, ele vai acumulando desgaste. Até o ponto de um possível colapso do próprio

processo de estabilização da moeda, que acho que não interessa a ninguém, que seria o desgaste total do seu governo. Ninguém sabe até que ponto vai esse desgaste no sentido de facilitar muito uma vitória de uma Oposição.

Temos que partir do princípio que o desgaste dele não será tão grande para podermos estar preparados para vencê-lo mesmo assim. E, nesse sentido, teremos que ter ou várias candidaturas, cujo leque correspondesse a um leque de centro-esquerda , que pudesse dividir votos do lado, também, de Fernando Henrique e pudéssemos trabalhar na perspectiva de um segundo turno, de uma chapa que em si já sintetizasse esse conceito de centro-esquerda dentro dela. Se conseguíssemos juntar PSB, PT, PC do B, PDT, dentro de uma chapa que tivesse essa conotação, creio que isso seria o ideal.

Os partidos que historicamente foram os nossos aliados, esses, evidentemente, devem continuar, aprovados pelo nosso congresso, como nossos aliados históricos.

No nível dos estados e municípios, evidentemente que há sempre um espaço de alguma acomodação, porque as realidades locais, às vezes, tem marcas bastante específicas.

Temos que estar preparados para uma eventual aliança com o PMDB, dependendo do resultado da luta interna do PMDB. Parece-me que, do ponto de vista daquilo que devemos trabalhar como prioridade, seria construir a unidade das forças de centro-esquerda dentro de uma chapa que fosse única e que englobasse a que me referi, mas que nessa chapa não tivesse a marca de ser uma chapa de Esquerda, como essa pré-anunciada que seria Lula e Brizola. Essa é a chapa para perder.

É basicamente isso que tinha a colocar, pedindo desculpas pelo dobro do tempo que acabei ocupando.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. MODERADOR (Gilson Menezes) - Gostaria de informar aos companheiros que estamos solicitando cópias de todo o material que o nosso companheiro, Deputado Pedro Eugênio, expôs. Ele não pôde, logicamente, detalhar todo esse documento. Portanto, estamos providenciando cópias para os companheiros que estão participando, hoje, da plenária.

Temos o nosso Debatedor, ex-Prefeito de Maceió, e vamos trabalhar no sentido de que ele chegue ao Governo de Alagoas também no ano que vem para o crescimento das nossas lutas. Temos que ter mesmo essa tendência pelo poder. O nosso Expositor falou muito bem. Temos que ter essa tendência, a vontade de ter o poder para poder consolidar nossas próprias lutas. Penso que isso seja possível. O Ronaldo mostrou isso na prefeitura de Maceió, com todas as

dificuldades. Creio que no governo do Estado ele possa ajudar a consolidar muitas lutas dos companheiros, que vêm lutando há muitos anos naquele Estado.

Com a palavra, o nosso querido Ronaldo Lessa.

O SR. DEBATEDOR (Ronaldo Lessa) - Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer essa força que o Gilson nos transmite. É bom para o PSB ganhar, principalmente em um estado como Alagoas.

Na verdade, vamos tentar estimular o debate. Aparentemente, duas coisas que podem ser simples, são muito complicadas, com a amplitude que nos é posta. Quer dizer, um grande partido de massas, que possa, na verdade, contemplar esses aspectos todos. Tanto é que Pedro Eugênio nem se limitou a ler. Seria rápido o que ele preparou, quanto mais detalhar os pontos todos que estão no trabalho dele, que o Relator terá para ajudar na hora de unir todos os resultados de diversos grupos que trabalham no mesmo tema.

A primeira questão que ele traz é a questão da doutrina. O aspecto teórico da compreensão, sobre a qual o Partido se estabelece, a visão mais ampla. Que tipo de sociedade propomos, onde fala na apropriação dos meios de produção, como objetivo de lutarmos por uma sociedade em que possamos chegar a isso. Ele faz a referência, embora não proponha a mudança disso, coloca outros aspectos novos, impostos, inclusive, pela realidade que estamos vivendo, ou seja, as diversas correntes, hoje, do pensamento da Esquerda já consegue conviver com o caminho, no qual a questão da apropriação completa dos meios de produção não é mais o ponto central.

As relações de produção alteraram de tal maneira, depois desse processo de industrialização que sofremos e de acumulação do capitalismo, que o aspecto passa por outro campo. A acumulação feita em cima da tecnologia nos remete a raciocínios diferentes. Creio que, inclusive, é o que nos espera o próximo século, o novo milênio que entraremos. De certa forma, o Pedro colocou isso, embora tenha sido *en passant*, mas o grande capital de tudo está na cabeça, no cérebro, na criação. Na verdade, o mundo caminha para isso. Ganha a competição quem tem esse poder de criação. Para os poderes bélicos, há uma nova configuração. A queda da guerra fria altera, e os países estão buscando isso.

A forma da organização do capitalismo, no final do século passado para esse, também deu à organização espacial, vamos dizer assim, dos países, alterações que, hoje, a meu ver, é preciso que avaliemos isso até na conceituação da própria forma do Partido interferir. O que quero dizer com isso? Venho para um aspecto que ele colocou e que está posto no trabalho, que se chama autonomia dos países. Um dos aspectos é a preservação da autonomia nacional, que o Pedro dá o exemplo da cultura, etc. Como fazemos isso? Essa tem sido a pergunta de todas aquelas pessoas que têm a responsabilidade, são líderes que procuram

fortalecer partido e não é fácil. Aqui tem pessoas que já tem terceiro ou quarto mandado e que mandam fazer uma pesquisa sobre o seu partido, e o seu prestígio pessoal não corresponde ao prestígio do seu partido. Não consegue haver uma simbiose na sociedade do que você é, do que você desempenhou, ou de um trabalho coletivo de governo com o seu partido político. Na verdade, temos aqui, tenho certeza de que em vários estados do nosso País, pessoas que se preocupam com isso. O que está faltando, em que estamos errando, qual é o aspecto cultural do nosso povo, que não estamos conseguindo fazer direito?

Não tenho respostas para tudo, por isso que venho provocar aqui esse debate, mas algumas coisas acho que erramos, porém só detecto agora, porque agora estamos procurando caminho. Uma dessas questões é a questão da base, a questão do poder local. Falávamos sempre nisso, a Esquerda sempre falou na base, na questão de baixo para cima, do povo para o poder central, mas, na prática, sempre obrigamos a base a receber a política imposta de cima para baixo e queria, quer e leva para o vereador, dizendo que ele tem que fazer essa política. Tem sido essa a nossa realidade. E nem sempre acontece, porque o vereador vai dizer que tem aliança é com o deputado tal. Por que tudo isso? É porque, na verdade, não praticamos a política da base. Sempre achamos que o vereador de Coité do Noé, de Alagoas, não tem muita importância, o prefeito muito menos. Temos um discurso e não conseguimos, na prática, realizar o que dissemos. Isso está sendo modificado agora. É essa a minha visão.

Sabe como estamos descobrindo isso? Estamos descobrindo porque é isso que está nos dando a cidadania – esta cidadania que está sendo construída, está sendo construída onde deveria ser, que é nos poderes locais nas cidades. Quer dizer, os prefeitos conseguiram envolver ou a sociedade conseguiu envolvê-lo, não sei quem é o primeiro, quem é a galinha ou quem é o ovo, mas, na realidade, é lá onde está havendo uma maior participação, uma maior democratização. Essa relação está se gerando, está se criando.

Se fôssemos fazer uma avaliação, no meu aspecto, a própria configuração do capitalismo e os pesos que as cidades tiveram geopoliticamente no mundo foram um dos fatores, inclusive que para nós veio retardado, porque América Latina e, principalmente um País, enquanto nas outras partes do mundo você já tinha, no começo do século, uma urbanização grande, você só teve isso no Brasil de 1930 para cá. No final deste século, é que invertemos esse patamar de ter hoje 70% na cidades e 30% no campo. Até se entende, pois saímos quase de um sistema feudal para um pulo, não houve aquela transição que teve na Europa e na América do Norte. Isso nos serve como referência. Não dá para descobrirmos, procurarmos aqui e tentar trazer o debate para isso, porque seria extenso. Seria até bom, para que pudéssemos avaliar onde erramos. Não tenho essa avaliação completa, só sei de pontos. Lá, a cidade está encarando isso, está resolvendo. Acho que, neste caso, junto com isso, junto com a escola que a sociedade, hoje,

administra, através do seu conselho, ela está gerando essa nacionalidade que queremos, essa autonomia, em que a cultura faz parte, Pedro. Você deu um exemplo que é fundamental. Isso não virá de cima para baixo, não nasce no meio do campo, ele vem da cidade.

O outro aspecto é que a questão da federação é uma questão realmente complicada, também. A federação pode ter sido muito importante, por exemplo, no que nem todos os países tem, os Estados Unidos têm, o México tem, Argentina, o Brasil, mas não é uma questão que exista de um modo geral. Assim, em determinados momentos, principalmente em países de extensões maiores, o papel da federação já foi mais importante. Hoje, com as concentrações urbanas, a federação passou a não ter o mesmo peso. Esse que é outro aspecto que precisamos entender, o papel do Estado mudou, o papel do Estado como elemento federado. Quer dizer, é o ente intermediário entre o poder central e o poder local. Na medida em que o poder local foi avançando, hoje, só se entende o ente federado, os estados, como instrumento de descentralização do poder e de elemento complementar, ou seja, coordenada, aperfeiçoa, cobre as deficiências. Ele equaciona as divergências regionais que podem existir dentro do próprio estado. Esse é o papel, e não ser ele o que era antes. Por exemplo, antes, o papel do poder local era mais de um gerente das relações superficiais, como a limpeza da rua, o embelezamento, as questões de segundo ou terceiro plano. A questão da política macro. Vejam bem, a questão da água, quem fazia? Era a política estadual. Foi assim, inclusive concebida por Brasília. Os estados tinham suas empresas estaduais, que substituíam a fundação onde esta existiu. As companhias de energia eram estaduais. Companhia de gás, onde existia, também estadual. Embora a concessão da água seja municipal.

Esse papel não cabe mais. O estado não pode mais, as cidades não podem mais e a prática mostrou que ele não é o melhor gerente. Não pode o governador de Pernambuco administrar Olinda melhor do que o seu prefeito. Não pode o governador de Alagoas administrar Rio Largo melhor do que o seu prefeito e a sociedade de Rio Largo. Esse aspecto mutante que o ente federado passa a ter nesse final de século é que é preciso que compreendamos e o absorvamos na macropolítica.

Esse é um aspecto fundamental para que o PSB também se compreenda para ter a competência da inserção do seu papel na sociedade. Quando o Pedro coloca que os movimentos sociais devem ser maiores que os partidos e mais amplos, mas é preciso que tenhamos uma política para o movimento? É claro.

Pedro, diferentemente do que você colocou, quando disse que somente podemos estar inseridos quando temos um Poder Executivo no local. A nossa cultura foi ao contrário. Ficávamos bem situados onde não tinha Poder

Executivo. Nesse aspecto o PSB tem dado um pulo qualitativo em relação ao PT. Qual a diferença que existe e que entendo estejamos ganhando em relação ao Partido dos Trabalhadores? É que quando conseguimos nos inserir, mesmo que debilmente e sem posição, por exemplo, no Maranhão tínhamos um avanço maior no campo, nos sindicatos rurais; em Alagoas, por exemplo, você pode dizer que o PSB tem uma certa inserção. O PSB tem isso variado, não tem uma configuração, por exemplo, como o PT teve no Sudeste.

Estamos mostrando que existe exceção mesmo quando não há Poder Executivo e consegue-se ter uma certa inserção. Consegue também, aí é que a grande vantagem nossa. O PSB está tendo leveza e outra coisa: tem mais abertura para se discutir as questões, onde estamos errando ou não; como você trabalhar com esse movimento sem aparelhá-lo, entendo o papel do movimento e o do Poder Executivo. Inclusive um sendo complemento do outro. Sabemos que há uma política, que ainda há uma comprometimento. Estou me referindo a todos, inclusive comunitário. Em vez de enfraquecer, a relação da prefeitura com o movimento comunitário aumentou. Não melhorou em Alagoas? A nossa inserção não aumentou? Às vezes acontece em outros estados que esse grupo que está inserido lá passa a ser oposição ao governo.

Estive em Goiás ou em São Paulo, para um debate do PT, onde a turma dos movimentos populares só faltou matar o Darci Accorsi, que hoje está com a gente. Eu era o único convidado que não era petista e pedi a palavra para dizer que aquilo não se fazia com um companheiro. Até com um adversário você deve ter cuidado, quanto mais com um companheiro. A forma com que estava sendo agredido pelos companheiros do PT. Eu estava em uma reunião apenas como convidado, porque a minha vice era do PT, mas era um seminário interno do PT. Tal era a forma violenta que os companheiros do movimento social tratavam com o prefeito. Parecia que ele era um bandido, torturador e coisas desse tipo, que ainda eram de menor relevância, porque até de corrupto já o haviam chamado. Isso não significa dizer que o meu governo foi perfeito, nem que o da Kátia está sendo, mas o que está ocorrendo? Aumentou a relação. O movimento comunitário melhorou, existe mais participação da sociedade dentro do próprio poder e a própria relação de governo melhorou.

Outro ponto que gostaria de colocar, para ver se concluo essa parte a fim de abrir para os debates, é o seguinte: também temos um discurso da esquerda e quando fazemos o governo e vai, por exemplo, colocar em prática complica. Darei um exemplo: falamos na criação das regiões administrativas de Maceió, já que o pessoal está aqui para me bater, vamos lá, na hora de tentar fazer a distribuição das regiões administrativas o maior problema que tive foi interno, no governo. Porque os nossos secretários na hora de fazer divisões sempre encontravam obstáculos. Diziam que não tinham máquina, prédios etc. Na verdade, não existia mesmo e não que estivessem imaginando. Sabemos que tem poucas

condições, mas a vontade política deve ser maior. "Companheiro vamos fazer a descentralização de qualquer jeito e depois vamos criando as condições." Dessa forma, você tem, pelo menos, o povo com você, porque vai até ele e diz: "Está aqui, está dividido o seu bairro, mas não tenho patrol, não tenho nada. Por isso, vamos sentar e discutir porque só tenho essas condições. Vamos decidir fazer aquilo e depois isso." Esse tipo de ação fará com que a pessoa se sinta, no mínimo, respeitada. Você não mentiu, jogou limpo e abriu o jogo.

Inclusive, atribuo a nossa aceitação ter crescido a essa nossa estratégia e termos terminado o governo com índice maior do que quando entrou. Na verdade, não foram grande obras. Não tinha como buscar. Oposição do governo federal, do governo estadual, o ICMS a pessoa não repassava. A única coisa que pude fazer foi aumentar a receita e, graças a Deus, dobramos, mas não é brincadeira. O que mudou foi a relação e o respeito do governo.

Para mim, essa é a grande virtude do PSB, que não perde o lema da esquerda, consagra a utopia que o pessoal quer perder, não tem medo de defender o socialismo, mas tem a compreensão de conviver com os conflitos que temos. Outra coisa, saber que se governa com pensamento socialista numa sociedade capitalista, porque as leis não foram feitas por nós. Uma vez o pessoal estava discutindo e eu disse: "Olha meu amigo, entendo que num governo socialista esse ponto não se discute, porque teríamos outra estrutura. Mas não é verdade. Na sociedade em que vivemos alguns parâmetros tributários devem ser colocados."

Por isso, creio muito nesse partido e esse é um dos grande pontos que não podemos perder, essa vontade de aprender e de acertar. Essa abertura para o diálogo, não ser o dono da verdade e não ter medo da discussão. "Não vou no confronto do discurso socialista porque não domino essa tese ou será que as pessoas irão me provar que acabou". Não pode ter medo, pois o que queremos é construir uma sociedade que seja mais justa possível.

Se até agora acumulamos alguns vícios ou pontos errados, e daí? Corrige, e por que não? Não podemos ter medo.

Segundo, bem rápido, que é a questão das alianças. Não tenho muitos comentários ou discordâncias em relação ao que o Pedro colocou sobre as alianças nossas para 1998. Entendo que o campo é esse. Somente gostaria de fazer algumas recomendações: primeiro, que não fiquemos muito no campo, com ficamos, assim: a prioridade do partido é fazer parlamentares. Dizíamos isso e não era verdade, era mentira. Dizíamos e não trabalhávamos vereadores e o que adiantava? Na verdade, concentrávamo-nos, quando podíamos, no prefeito. Todas as áreas são prioridades. É prioridade sobre tudo no Legislativo para que construamos a base e dê substância, porque senão depois o prefeito ganha e os vereadores não entendem nada do que ele está querendo fazer ou acontece igual comigo, quando ganhei sozinho sem nenhum vereador. Vinte um a zero, porque

não consegui eleger nenhum. É um desastre. É preciso que coloquemos os pés no chão e andemos com as duas áreas juntas. Não tem essa história de dizer que o nosso lema será privilegiar o Legislativo. Antigamente dizíamos isso porque não tínhamos força no Executivo e já demonstramos que não temos problemas nesse aspecto e temos força sim. Segundo, entendo que o meio de campo está muito embaralhado com relação aos nomes colocados para Presidente da República. E esse embaralhamento, o Pedro também colocou um ponto que concordo com ele. Será que, com essa confusão que temos, o nome mais forte da esquerda hoje, se fizer uma pesquisa, é Lula, mas quem sabe se Lula passa daquilo ou não? Quem sabe se outras opções juntas não vão abrir uma discussão na sociedade de, ao invés de inviabilizar, fazer com que no segundo turno tenhamos aquela frente que nos interessa? Por que temos que estar com tudo pronto agora? E se esse quadro não está definido, por que não temos candidato a Presidente da República? O próprio PT não tem unidade sobre eles. Era Tasso Genro, queimaram-no. Era o Cristóvam, mas o próprio PT é contra. O Lula só está convencendo a eles. Estou à vontade para colocar isso, porque as minhas relações com o PT vão muito bem obrigado. A Eloísa deve ser a minha Senadora. Não estou pregando não fazer a aliança eleitoral, pois pode ser que para mim seja muito melhor.

Não posso estar vendo somente a questão do Estado de Alagoas. Até porque também lá será uma ciranda tremenda. O PPS está com o Ciro e PPS está na minha coligação. O PT já disse que está com uma candidatura. Na pior das hipóteses teríamos duas dentro da mesma coligação. Já há essa dificuldade que teremos que discutir num palanque local e um nacional, como iremos comportar. Já imaginou se ainda vem Itamar no meio, que beleza para mim? Três como é que faço? Por isso, vamos aproveitar e lançar nosso candidato. Lança do PSB até onde vai dar. Porque essa história de também não termos candidato, como é que os "caras" estão ganhando? Estão ganhando porque não há espaço vazio em política. Quem é o candidato? É o Lula. No dia seguinte de qualquer coisa a imprensa irá ouvir o Lula, que é o contraponto do Fernando Henrique e é o que eles querem. Eles querem escolher o adversário do Fernando Henrique, essa que é a verdade. Quem está fazendo a agenda da esquerda e da oposição é o Palácio do Planalto e todos estamos nos submetendo a isso. Por que não fazemos a nossa agenda? Por que a pressa de decidir hoje? Por que não experimentar o nome do Dr. Arraes ou da Erundina. São dois nomes nacionais. Em que eles são melhores do que a gente? (Palmas.)

Não tem porque serem melhores do que a gente. Não quero subestimar e nem quero fazer com que criemos uma fobia e tenha que ser uma pessoa, mas entendo que devemos ocupar esses, pois temos nomes de inserção nacional, respeitados e iremos contribuir para esse pessoal abrir a cabeça. Pedro Eugênio, do jeito que o pessoal está caminhando estamos fora. É o Lula na porrada, porque muita gente não aceita, não temos saída. E daí? Vai descer

novamente goela abaixo sem uma discussão maior, sem termos um convencimento, sem estar um leque mais espaçoso e sem a certeza de que esse governo do Lula poderia ampliar. Já fizemos duas experiências, que davam a vice para nós e depois fomos atropelados na outra, que nem o vice tivemos. O PT era tão sabido que quem indicava o vice era ele dentro do partido e ainda indicava o nosso vice. Será que esse partido não cresceu? Essas são minhas propostas e minhas provocações.

Muito obrigado. (Palmas.)

Grupo de Debate - Plenário 5

EXPOSITOR: Dr. ROBERTO AMARAL
DEBATEDOR: Deputado PEDRO DALLARI
MODERADOR: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
RELATORA: Dra. YARA GOUVÊA

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Senador Antonio Carlos Valadares) – Boa tarde a todos. Vamos dar início ao nosso Debate. O Debate terá como Expositor o Dr. Roberto Amaral e como Debatedor o Deputado Pedro Dallari. Como Relatora deste Grupo funcionará a nossa companheira Yara Gouvêa.

Os trabalhos serão ordenados da seguinte forma: num primeiro tempo, o Expositor falará durante 25 minutos, o Debatedor por 15 minutos e os congressistas que quiserem participar do Debate terão direito a um tempo de 3 minutos. Ao final, o Relator deverá apresentar, no relatório, a posição do Grupo, resumindo os pontos concretos dentro da pauta. A pauta consta do documento distribuído pelo Partido Socialista Brasileiro.

1° - Construção de um grande partido nacional e popular, através de um projeto de inclusão social que assegure:

a – a preservação da soberania nacional;

b – o fortalecimento da federação;

c – a consolidação e unificação dos movimentos populares; e

d – a solução das desigualdades sociais e regionais.

2° - A política de alianças para as eleições de 1988.

Com a palavra nosso Expositor, intelectual de nosso Partido, estudioso dos problemas sociais e econômicos do Brasil, Dr. Roberto Amaral.

O SR. EXPOSITOR (Roberto Amaral) – Meus amigos, antes de mais nada, criticando a escolha que os organizadores do programa fizeram do Expositor, quero agradecer e atribuo a esta escolha uma honra para mim ter o Dallari como Debatedor da minha exposição, é uma honra para mim participar de uma mesa coordenada pelo meu nobre, ilustre e querido amigo Senador Antonio Carlos Valadares, mas isso vai me deixar um pouco mais tenso do que habitualmente e pode ser que ao meu cansaço e às minhas limitações pessoais se some a dificuldade de ficar à altura da Mesa que compuseram.

Antes, penso que tenho que fazer uma outra observação de que os dois temas e a especificação do primeiro tema não sugerem uma intervenção factível em 25 minutos. Isso precisaria de alguns dias de debates e talvez pudesse produzir algumas teses. No entanto, a minha superficialidade vai ser uma decorrência da extensão temática. Diria, de saída, que precisaríamos fazer uma retificação no título e essa retificação já dará idéia da proposta que quero trazer. Penso que o desafio não é a construção de um grande partido nacional e popular, o desafio é a reconstrução de um partido revolucionário. É o desafio do PSB, o desafio da esquerda socialista brasileira a retomada da radicalidade socialista, ou seja, a retomada da concepção revolucionária do socialismo.

Queria fazer, antes de mais nada, alguma observação de cunho histórico, que sei que para grande parte dos senhores que aqui estão pode ser desnecessária, mas mesmo assim corro o risco de fazer essa remontagem do processo de formação política desta Nação, para que possamos compreender o papel crescentemente despolitizado e crescentemente desvirtuado dos partidos neste País, nesta democracia.

Antes de discutirmos o que é partido, por que partido, para quê partido, e se não tenho respostas para estas questões, não posso ter resposta para o tipo de partido que quero construir, talvez fosse bom lembrar que somos uma das mais autoritárias sociedades modernas. Somos uma sociedade estruturalmente autoritária, largamente autoritária, de um autoritarismo que se explicita na formação do Estado e na sua estrutura política, mas um autoritarismo que capilarmente percorre todas as manifestações da vida social.

Quero, em face do tema que temos que abordar, tratar apenas de um aspecto desse autoritarismo, que é a tentativa que veio do século passado de construir-se uma democracia, depois uma democracia representativa e uma democracia de massas, como é o título da democracia atual sob a qual nós vivemos, a tentativa da burguesia, da classe dominante de construir neste País uma democracia sem opinião pública e, conseqüentemente, sem partidos. Há uma crise ainda política, há uma crise do Estado, há uma crise dos partidos. Nesta crise os partidos se comportam de forma diferenciada, porque não há a categoria da ciência política, não existe a categoria do partido político; existem sim partidos políticos. Esta crise, a crise dos partidos no Brasil, é uma crise que remonta, tem seu radical na própria história deste País.

Vou fazer este pequeno retrocesso, começando pelo final. A rigor, este País começou a ter partidos políticos após o regime de 1946, quando já poderíamos dizer que existiam partidos políticos nos Estados Unidos, que são exemplo de democracia representativa desde 1850. O que significa o desprezo da sociedade política pelos partidos políticos? É o desprezo pela mediação. Quando, no 2º Império, que é quando se pode falar de um mínimo de democracia, quando havíamos superado o absolutismo do 1º Império, construímos uma forma muito pessoal nossa de parlamentarismo, fundada em dois partidos: o Conservador e o Liberal, que não tinham vida nacional, que não tinham diferenciação programática e que utilizavam o diferencial liberal conservador, que não era um diferencial da vida política brasileira, mas um diferencial ocidental e europeu, francês e inglês, usava-se o diferencial como uma cortina diáfana para encobrir a realidade da sua comunhão no interesse da sociedade que ambos defendiam, uma sociedade fundada no escravismo e no latifúndio, ao qual os dois partidos serviam.

Quando realizamos a república, da forma como a construímos, através de um golpe de estado e sem a participação do Partido Republicano na

construção do novo regime, de novo vamos nos encontrar com a ausência de um sistema de partidos. Nós nos dividimos de novo entre conservadores e liberais, os saquaremas e os carcomidos, se não me engano, que é uma estrutura partidária regional, fundada no coronelismo, que estoura, em 1930, com a revolução. Sabemos que vivemos, em seguida a 1930, a dois anos de ditadura, a primeira parte do Governo Vargas, o governo provisório, que vai até 1932, e pela revolução paulista se intenta um processo de democratização, findado na convocação da constituinte. Para isso tiveram que ser criados os partidos, que são de novo derrogados com o golpe que se instaura em 1934 e vai derrogado com o golpe de 1937. De novo desaparecem os partidos políticos. Estou me referindo a uma categoria de partidos políticos que eu chamaria dos partidos parlamentares.

Esse regime de não-partidos da ditadura Varguista vai até 1945, quando então o processo de redemocratização e a convocação da constituinte vai exigir a existência de partidos. Esses partidos começam a se construir em 1946; em 1947 surgem os partidos de esquerda, a esquerda democrática se transforma em PSB, resiste em ser o Partido Comunista e, logo em seguida, não mais do que seis meses de existência da constituinte, temos o primeiro golpe com a cassação do Partido Comunista. Esse regime, todavia, que foi o mais duradouro da República, chega até 1965, quando o ato institucional derroga de novo os partidos, que vinham sendo uma construção sociológica. E de novo, como no hábito brasileiro, em transformar o partido político, que é uma criatura sociológica, numa criatura jurídica. E os partidos são criados para que se mantivesse a falcatrua de uma democracia representativa, havia necessidade de partidos nominais, e foram criados, por decreto, a ARENA e o MDB.

De fato, com o rompimento do sistema de partidos, que nasce em 1946, com esse rompimento que se dá em 1965, só recuperaríamos o regime de partidos a partir de 1985, quando recomeça o período de reorganização partidária no qual nós estamos.

Por que, na hora de se discutir o futuro do PSB, estamos querendo discutir o passado dos partidos? Para que nós entendamos qual é o papel que a sociedade, que as classes dominantes, que a elite brasileira, uma sociedade de bases rurais, escravocrata, que faz a república sem transformação do mando da política, que faz todas as suas transformações essenciais, como a abolição da escravatura e depois a implantação da república, e depois a revolução dita burguesa de 1930, sem a existência de partidos que se confundissem com esses projetos.

É preciso dizer que nada obstante essa fragilidade, há uma norma na conduta da direita neste País. Uma, é a ruptura da ordem democrática sempre que estamos diante de um processo de emergência social. O exemplo típico disso é 1964. Eu não preciso ilustrar, basta lembrar. E não satisfeitos com isso, sempre que essa fratura se dá, ela se dá também como a ruptura no sistema de partidos.

Isso é importante, quero assinalar, porque não há possibilidade de nenhum projeto de democracia, mesmo nos limites da democracia do iluminismo, que é a nossa tradição, cujos valores precisam ser absorvidos muitos deles pela concepção democrática do socialismo, não há possibilidade de construção de qualquer forma de participação social como a exclusão do papel mediador que é exercido pelos partidos. Coloco essa questão como virtual, porque é uma questão virtual para a democracia brasileira a consistência e a inconsistência nos partidos políticos. Não há possibilidade de assegurarmos uma permanência da sociedade, uma permanência do limite social, uma permanência da emergência do movimento social na política, nem há possibilidade de assegurarmos a sobrevivência institucional democrática e legal se não temos atrás disso uma vida partidária, uma vida orgânica. E estou insistindo nisso porque esse tema é muito atual.

Há um filósofo que anda hoje freqüentando o nosso Partido que defende – e quero trazer isso à discussão – aquilo que, do meu ponto de vista, é o que há de mais grave no sistema presidencialista e o que há de mais grave no tipo de sociedade como a que vivemos, que é o que ele chama de efeito plebiscitário das eleições presidenciais. O efeito plebiscitário das eleições presidenciais é nada mais nada menos que a manifestação eleitoral ou a manifestação política para além, por sobre independentemente dos partidos. O outro lado disso é a organização da vida social para além dos partidos, com os partidos como um segundo momento de um sistema de manifestação popular, de um sistema de organização popular, que passa a fazer, não mais que superando a mediação partidária, o pleito direto. Por incrível, une-se nessa formulação um pensamento supostamente de uma esquerda moderna em um pensamento claramente conservador, tradicionalmente conservador da direita brasileira, que sempre professou e que ainda hoje professa o enfraquecimento e a desmoralização dos partidos e do sistema de partidos.

Recentemente – corro longo risco de ser corrigido mais tarde pelo Dallari – eu diria que muito da fragilidade do sistema político brasileiro, ainda nos termos burgueses – eu não estou discutindo o nosso projeto de sociedade, mas este projeto construído pela elite – eu diria que muito da sua fragilidade, muito dos percalços que sofremos, muito das fraturas constitucionais que foram possíveis ser executadas neste País se deveram à inexistência de um sistema de partidos, fortes estruturalmente, fortes organicamente e enraizado na sociedade brasileira. Temos dois exemplos muito presentes na história brasileira porque são recentes, porque, a exemplo da estrutura partidária, ela despolitiza a política e ela desprograma os partidos. Os partidos deixam de ser propostas de estado, propostas de políticas, para ser um conglomerado de pessoas ou mesmo de idéias, cuja liderança se deve não a um marco de idéias, não a um projeto de estado ou de governo, mas se deve a uma ordenação, mas se deve à existência de um projeto que está para além da política.

Para encerrar esse ponto, dou dois exemplos: o projeto curso, que

foi na vida política brasileira a criação, ascensão e queda do Janismo, um projeto de política abstrata, um projeto de política sem vinculação programática, um projeto de política sem vinculação partidária, um projeto de política sem vinculação institucional, mas com uma vinculação única, simples e exclusivamente a um messias, a um salvador da pátria, a um conjunto de idéias pessoais subjetivas que sequer eram formuladas.

Esse projeto deu certo. O Sr. Jânio Quadros foi à Presidência da República, mas sabemos em que tragédia ele levou o País. Sabemos o que foi a existência de um governo sem estrutura partidária, um projeto de estado sem estrutura partidária, sabemos o que foram seus 7 meses e sabemos hoje que as bases do golpe de estado de 64 começaram a ser construídas em 1961.

Tivemos, mais recentemente, o Projeto Collor. De novo, o novo salvador da pátria, de novo um homem acima dos partidos, sem compromisso com os partidos, com compromisso senão com o movimento social, com os decamisados, desorganizados, esse o programa. De novo tivemos a tragédia que ainda hoje estamos purgando. Quando eu faço essa defesa dos partidos políticos, não estou fazendo simplesmente por ser dirigente partidário, estou fazendo essa defesa pela necessidade de um sistema de partidos dando sustentação à institucionalidade democrática.

Com essas observações, queria entrar em dois temas bem rapidamente. O primeiro seria: que partido, por que partido? Não pode ser por acaso que estamos aqui em um partido, neste e não em outro. É evidente que há uma variável de partidos. Podemos classificar os partidos de qualquer forma. Há os partidos parlamentares, há os partidos extraparlamentares, e vou usar uma categoria sem nenhuma pretensão científica, apenas para facilitar o nosso discurso. Apenas para poder ter um apoio nas observações que se seguirão, poderíamos classificar os partidos para esse efeito em três linhas: os partidos que chamaríamos de reacionários, no sentido de aqueles partidos que querem alterar para trás o *status quo*, seriam os partidos de direita; teríamos partidos conservadores, aqueles partidos que diante da realidade querem pura e simplesmente conservá-la tal e qual; teríamos os partidos reformistas, que diante da realidade tentam nela intervir, não para modificá-la, alterando o seu desempenho ou a qualidade do seu desempenho. E diria, por fim, a existência de uma outra categoria, outra classificação, que chamo de partidos revolucionários, revolucionários na mais precisa expressão Marxiana, não é de dar tiro, embora possa, são aqueles partidos que, diante da realidade, intentam não apenas modificá-la, mas sub-rogá-la, eles intentam a substituição da sociedade em outra sociedade, é um embate de modelo.

Do meu ponto de vista, num raciocínio de pura lógica formal num país capitalista, um partido socialista só pode ser socialista se for um partido revolucionário, se for um partido que pretenda, não apenas administrar a sociedade

do assalariado, mas, fundamentalmente, acabar com o assalariado. Iam apenas minimizar os reflexos da exploração do homem pelo homem, mas acabar com a fonte da exploração do homem pelo homem, não apenas tornar civilizado o capitalismo selvagem, mas fundamentalmente trocar a sociedade de classe por uma sociedade sem classes, a sociedade capitalista por uma sociedade socialista.

Os modos, as maneira de fazer isso podem estar nos programas, mas, na verdade, elas vão ser definidas pelas condições objetivas diante das quais nós construímos o processo histórico. Nós não escolhemos esta forma. Dizia-se: não sou eu que estabeleço a minha tática; quem estabelece a minha tática sou eu e o meu adversário. Também dizia-se que quem organiza, quem transforma – de uma certa forma repetindo Marx – o operário no proletário, ou seja, quem organiza o proletariado é o próprio capitalismo.

Portanto, a primeira questão que eu queria trazer é o caráter revolucionário do Partido. Queria colocar algumas questões, agora precisamente sobre o Partido. Além disso tudo o Partido precisa ter com muita clareza o espaço no qual vai atuar e o espaço social que ele pretende representar. Do meu ponto de vista é impossível pensar em partido sem representação de interesses. Todo partido é uma representação de interesses. Eles divergem, eles se distanciam, diferenciam-se em função de que interesse eles representam na sociedade ou da sociedade. Nesse ponto de vista existem os partidos – vamos ficar à esquerda – que chamaríamos de uniclassistas, que tenho impressão – vou evitar dar exemplos com partidos irmãos, digamos assim – mas o partido uniclassista é um partido que na atual sociedade brasileira é um partido que está perdendo a sua essência. E a crise de alguns dos grandes partidos de massa da esquerda deste País talvez tenha radicalidade nesse ponto. Por outro lado, não há possibilidade de avanço na sociedade de um partido de esquerda que se proponha a ser o partido de todas as classes. Há um partido ao centro que tentou ser isto e é um partido com futuro demarcado. Tenho impressão de que temos que construir um partido pluriclassista, mas fundamentalmente como prometido com os interesses dos assalariados, empregada aqui a categoria no seu conceito mais extenso; um partido que tenha capacidade de propor a construção de uma nova sociedade, formular o projeto de uma nova sociedade, de representar os interesses dos assalariados e dos não-assalariados, daqueles que ingressaram no mercado de trabalho, daqueles que estão sendo expulsos do mercado de trabalho e daqueles que não têm mais hoje condições de ingresso no mercado de trabalho. Não podemos ser apenas o partido dos organizados, mas temos que ser não apenas o partido também dos desorganizados, mas fundamentalmente o partido que tem uma proposta de organização da sociedade, que abarque o que estamos chamando de excluídos, mas que abarque o pequeno proprietário, que abarque o pequeno empresário, que abarque os intelectuais, um partido que, portanto, assim armado possa ser a representação dos interesses majoritários da sociedade, que possa formular uma proposta de

nova sociedade, uma proposta exeqüível seja hoje, seja amanhã, e que saiba diferenciar o nosso papel de hoje, como eventuais dirigentes socialistas da sociedade capitalista, mas também de dirigentes de um partido que pretende a realização da revolução socialista.

Entendo que este Partido tem que construir uma teoria revolucionária. Desculpem-me se a citação *demodè*, mas é de Lenin a lembrança de que não há possibilidade de organização revolucionária sem teoria revolucionária. Tiremos a revolucionária organização; poderíamos dizer que não há possibilidade de organização, não há possibilidade de clareza do que fazer se eu não tenho condições de interpretar a realidade. E nós precisamos mais do que interpretar a realidade, nós precisamos intervir na realidade. O nosso papel não é apenas de analista da realidade, nós precisamos entender a realidade para nela intervir, de acordo com o nosso projeto, de acordo com o nosso interesse de classes.

Este é o Partido que pode amanhã enfrentar a crise atual dos partidos de esquerda, a crise atual da política, a crise atual dos partidos e a crise do neoliberalismo.

O último item – que discorreria em um minuto – é a questão da política e de alianças. Temos que ter – aí vamos sair de todas as questões teóricas e vamos discutir questões práticas – uma especificidade que é um desafio para o nosso partido. Não somos um partido parlamentar no conceito clássico, como é, por exemplo, o PMDB, mas não somos puramente um partido social, como era o Partido Comunista Brasileiro, quando existia esse partido; nós somos um partido que ao mesmo tempo que é social, tem a sua ação parlamentar, a sua inserção no movimento social. E quando eu falo inserção no movimento social é a existência de uma atividade não apenas parlamentar, mas uma atividade também na sociedade, permanente na sociedade, uma atividade constante na sociedade. Este partido elegeu, como via de conquista do poder, a via eleitoral, o que nos obriga a associar a associação na sociedade, com existência de um projeto eleitoral e com uma organização apta a ganhar eleições. E temos um desafio para as eleições de 1998, que é ultrapassar a barreira dos 5%. Precisamos, sem prejuízo dos nossos projetos estaduais de eleição de governadores, eleger o maior número possível de parlamentares federais e eleger o maior número possível de deputados estaduais. Isso é fundamental do ponto de vista jurídico, mas isso é fundamental do ponto de vista político, porque um partido com apenas 13, 14, 15 ou 16 deputados federais não tem presença efetiva, não tem presença política efetiva numa casa como a Câmara dos Deputados, como não temos a oposição com presença efetiva ou a presença que precisaríamos ter, que a sociedade nos cobra, com 95, 95, 97 votos num colégio de 513. A nossa política de alianças tem que corresponder a isso. Do ponto de vista da sucessão presidencial, não podemos renunciar a história ao processo de seis meses, nós que não temos no momento um candidato a Presidente da República, não temos por que nos precipitar e ter a nossa agenda, o nosso

calendário organizado por interesses de outras candidaturas. Temos seis meses para trabalhar. Pode ser que amanhã o quadro esteja claro e tememos decisão amanhã, pode ser que a clareza só seja oferecida daqui a três meses, mas não temos por que tomar uma decisão que vai nos comprometer para todo o processo, não temos por que tomar essa decisão hoje. Temos uma decisão, que esta é permanente, estratégica e que nos diferencia no quadro da política nacional: vamos defender até a última instância, até o último momento uma candidatura de centro-esquerda; por uma razão muito simples: diante do quadro sucessório, que também não é uma tragédia, nós temos apenas uma de duas posições, ou bem entendemos que o processo eleitoral é um processo já ganho pela direita, já ganho pelo sistema e nele nós nada temos o que fazer, é marcar posição, ou nós entendemos que podemos intervir no processo eleitoral e aí nós temos que construir uma candidatura com possibilidades eleitorais, até porque se o caso é de marcar a posição, não sei se é marcar a posição da esquerda ou se é marcar a posição do PSB.

Por fim, uma proposta que deixo é que seja uma proposta nossa como tarefa para a próxima executiva a construção, de forma participativa, mobilizando todo o Partido, mobilizando todos os estados, se possível, todos os estados mobilizando todos os municípios, abrirmos dentro do Partido uma grande discussão para elaborar o programa de governo do PSB. Vamos continuar contribuindo para a construção do programa das esquerdas, mas temos que ter o nosso projeto diferenciado, a forma mediante a qual o PSB vê a crise nacional e as alternativas que o PSB aponta para a crise nacional. E a conclusão desses estudos ser levada para o congresso de 98, o congresso que vai indicar o nosso candidato a Presidente da República e transformado no Programa do PSB.

Eram essas observações que eu tinha a fazer, lamento ter excedido o prazo, lamento a forma corrida que fiz e digo aos senhores que as fragilidades da minha intervenção vão ser superadas pelas críticas e os comentários do Dallari e pelos debates que vocês proporcionarão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Senador Antonio Carlos Valadares) – Felicitando o Dr. Roberto Amaral pela oportunidade de sua Exposição, colocada de forma brilhante, inteligente e, acima de tudo, objetiva, agradecemos os ensinamentos transmitidos a todos aqueles que se interessaram por este debate, o nobre companheiro, uma das figuras maiores do nosso Partido, como um verdadeiro cientista político, cujo aconselhamento certamente calou bem fundo em todos os presentes.

Como Debatedor, convidado para esta reunião pelo nosso Partido, temos a honra de passar a palavra ao Deputado Pedro Dallari, do Estado de São Paulo, jovem parlamentar que vem despontando no seio do nosso Partido, não mais como esperança, mas como realidade viva pelos estudos que ele vem fazendo

em torno do Socialismo e da efetiva colaboração do nosso Partido para a consolidação democrática do nosso País.

Com a palavra o Dr. Pedro Dallari.

O SR. DEBATEDOR (Deputado Pedro ... ari) – Muito boa tarde. Quero saudar inicialmente os integrantes da Mesa, que realmente tornam de enorme responsabilidade para mim esses 15 minutos que vou utilizar para fazer alguns comentários à magnífica Exposição do Prof. Roberto Amaral. Sou admirador, há muitos anos, dos trabalhos do Prof. Roberto Amaral, acompanho a sua intensa atividade literária e para mim também é uma grande honra estar nesta Mesa, Presidida pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Como Deputado Estadual, em São Paulo, recebo sempre a produção legislativa do Senador e principalmente os trabalhos voltados à investigação do Sistema Financeiro Nacional são de grande valia para a nossa atividade legislativa. E também a nossa Relatora, Dra. Yara, com quem tenho a honra de participar na Fundação João Mangabeira.

Gostaria, rapidamente, de problematizar algumas das questões levantadas pelo Dr. Roberto Amaral e já digo, deliberadamente, à luz da experiência do meu Estado, que é o Estado de São Paulo, onde atuo junto com outros deputados, está presente aqui o Deputado César Calegari, ao fundo, que é Deputado também na Assembléia Legislativa de São Paulo, na medida em que o Partido vive, em São Paulo, uma realidade completamente diferente daquela que vivia há menos de um ano. O Partido teve um bom desempenho eleitoral no ano passado, mas neste ano, por fatores diversos, acabou sendo um espaço escolhido por lideranças políticas de diversos partidos que o elegeram e sob o partido, em São Paulo, dirigido à época também pelo Presidente da Comissão Executiva Provisória, Edmundo Carvalho, que está aqui, ter a sensibilidade para verificar a possibilidade de abrigar companheiros dispersos por diversas legendas e que viram no PSB o espaço para promover uma aceleração da atividade política paulista, que vinha modorrenta, que vinha realmente num diapasão extremamente fraco. Eu vim do Partido dos Trabalhadores, um pouco antes da Prefeita Luiza Erundina, a quem sou ligado há muitos anos, fui Vereador à época que ela era Prefeita, fui seu líder na Câmara Municipal, sou até hoje advogado pessoal dela, vieram do PSDB diversas lideranças, a mais destacada delas a do Deputado Federal Almino Afonso, vieram do PMDB também diversas lideranças, destaco, além do Deputado César Calegari, aqui presente, o Deputado Federal José Pinotti; do PDT recebemos diversas lideranças, enfim, o Partido mudou e eu diria que menos por uma deliberada estratégia de ampliação e muito mais por circunstâncias políticas que fizeram com que ele se tornasse um espaço de agregação dessas forças todas. E o mérito da direção do Partido foi perceber este movimento que se dava na sociedade. Hoje, o prestígio que o PSB goza, em São Paulo, eu diria que é maior do que a estrutura do Partido, do que nós, lideranças do Partido, o prestígio que ele goza é pelo que ele representa de esperança para a sociedade que estava sem uma representação política convicta,

pelo menos para a parcela da sociedade. De um lado, o PT vinha e vem perdendo representação pela incapacidade de se posicionar na política paulista como uma força voltada à formulação de políticas públicas e à viabilização de políticas públicas de melhoria das condições reais da sociedade, o PT funciona muito mais como uma espécie de *ombudsman* da população, ele faz os diagnósticos, faz a crítica, mas não formula, não organiza, não inclui; e o PSDB e o PMDB, de São Paulo, duas forças que têm uma tradição democrática, porque em São Paulo nós temos um fenômeno que não se reproduz da mesma maneira nos outros Estados, que é uma direita populista extremamente forte, representada pelo Malufismo, que vem na seqüência de uma tradição populista de direita que tem no Janismo e no Ademarismo das décadas de 40, 50, 60, o Janismo até 80, uma força política real, essas forças de centro acabaram ficando reféns de uma política econômica que é efetivamente um fator de inviabilização de mudanças estruturais que a sociedade necessita e paga hoje o preço pelo desgaste que vem oferecendo, tanto é que em São Paulo existe setores do PSDB, por exemplo, um forte movimento de defesa de um afastamento do PFL, ao contrário dos outros Estados do Brasil o PDL, em São Paulo, deverá caminhar junto com a direita, junto com o Malufismo, e mesmo no PMDB, em São Paulo, há um forte movimento no sentido de não dar sustentação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas o fato é que essas legendas de centro acabaram ficando reféns de políticas de direita.

Essas forças de centro, vinculadas à direita de um lado, e com o PT, inviabilizando-se como alternativa real capaz de representar expectativa de poder para a sociedade em São Paulo, o fato é que se abriu um espaço político enorme e, insisto, menos por uma deliberada estratégia organizacional e mais por uma confluência de fatores históricos e pela habilidade da Direção do Partido, o fato é que o Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo, tem hoje uma expectativa de crescimento extraordinária. E o ingresso da Prefeita Luiza Erundina, que é a maior liderança de massas no Estado de São Paulo, sem dúvida nenhuma, a liderança popular mais efetiva, representou então um salto de qualidade e de potencial no crescimento do Partido enorme.

Então, aqui quero fazer uma ponderação e já uma indagação ao Dr. Roberto Amaral. Nós temos uma estrutura na perspectiva tradicional dos partidos políticos que não dá conta da tarefa política e da expectativa que a sociedade tem de nós. O PSB, de São Paulo, o que ele é para as pessoas, a expectativa que ele tem, a presença nossa nos meios de comunicação de massa como referência política, toda hora sendo discutido, é muito mais efetivo do que a nossa força, nós temos que reconhecer isso. Portanto, qual é o nosso receio? É que operando nas formas convencionais e tradicionais organizativas dos partidos políticos podemos ser o elemento de frustração para a sociedade. Se nós não dermos um salto, e quando se dá salto corre-se o risco de se machucar, é verdade, mas, por outro lado, é assim que se cresce, se nós não formos inovadores, se nós não formos capazes de

responder a esse novo que a sociedade deseja e optarmos por caminhos mais seguros, mas mais convencionais, esse idílio amoroso que existe da sociedade em relação a nós pode-se dissolver. Assim como vem, vai; assim como num determinado momento a história dá tarefas, responsabilidades, poder, ela tira, e o momento para nós é um momento extraordinário.

Então, o risco – e aqui serei provocativo pelo respeito que tenho ao Professor – é o risco da decisão que temos que tomar. E diria, Professor, o seguinte: quando, na sua fala, você diz – permita-me, como companheiro, chamá-lo assim – que nós não temos que nos precipitar, temos que esperar, temos que aguardar, o quadro não está definido, eu diria, Professor, que não há palavras de maior bom senso do que essas, é tudo o que realmente a liturgia política recomenda. O quadro está indefinido, a situação econômica é indefinida, cada vez que a Bolsa de Hong Kong cai um pouco, sobe um pouco, isso impacta o Brasil, todo mundo vai aguardar a definição do cenário político até o ano que vem, se a situação estiver relativamente estável, tudo leva a crer que a agregação em torno de Fernando Henrique será forte e nos caberá o papel de verificar taticamente o que vamos fazer diante de um inimigo organizadíssimo, se a situação econômica deteriorar-se pode haver uma fragmentação do campo do Plano Real e uma divisão de tal sorte que o PFL possa fazer uma opção por um distanciamento inclusive do PSDB no plano nacional, o que hoje não parece provável, mas há uma possibilidade. Enfim, diria que temos todos os motivos para não nos precipitarmos, mas há um preço nesta opção. Digo até já com a segurança de que me parece será esta a decisão deste Congresso. O preço desta opção é que teremos dificuldades de contemplar essa expectativa que existe em relação a nós, porque a demora nos levará necessariamente, como estrutura pequena que somos, a ter que daqui a seis meses optar entre as grandes alternativas que se tiverem colocado e nós termos um papel secundário nesse processo. Se for para acompanhar o Partido dos Trabalhadores, reproduzir de certa maneira o que tem sido a trajetória do Partido Socialista Brasileiro, inclusive em São Paulo, de aderirmos a uma formulação de um partido que é maior do que o nosso, que tem uma presença efetiva. Se for para acompanhar outras alternativas, no caso de São Paulo existe a possibilidade inclusive de um diálogo com o Governador Mário Covas, será também para acompanharmos uma posição que é sólida, onde nós teremos um papel secundário. Por quê? Porque é da própria lógica das organizações. Os partidos grandes, pelo tempo na televisão que dispõem na campanha eleitoral, pela possibilidade de arregimentação de recursos, pela existência de uma estrutura capilar de diretórios, núcleos, quadros espalhados por todo o país tem condições de, uma vez tomada uma decisão, rapidamente implementá-la, dar vida, dar corpo político a ela. Não é o caso do Partido Socialista Brasileiro. É o que tenho procurado argumentar. Ou seja, o que existe é uma expectativa em relação a nós, o papel que a sociedade nos reservou é maior do que a nossa organização. Mas do ponto de vista estrutural, nós temos clareza das nossas limitações, do tempo restrito na televisão que temos.

Portanto, o tempo para sairmos a campo procurando construir este caminho diferente é um aliado importante para nós. E se o bom senso recomenda a espera, por outro lado, a espera tende, a meu ver, a gerar opções menos atraentes para esta expectativa que a sociedade tem em relação a nós.

No caso de São Paulo, por exemplo, para ilustrar qual é a nossa problemática, o que o Partido discute hoje é a hipótese de ter ou não uma candidatura própria ao Governo de São Paulo. Ontem mesmo eu discutia com o Dr. Roberto Amaral. E há evidentemente, por parte da militância e por parte da sociedade, uma expectativa de que isso aconteça, pelo peso que o PSB começa a ter em São Paulo e pela liderança inquestionável de Luiza Erundina. E essa é a decisão que temos de tomar. Se nós vamos ir para essa aventura, no bom sentido, e como o Partido Socialista Brasileiro, ou com uma política de alianças, onde o nosso papel seja preponderando, nós vamos a campo, ou se nós vamos aguardar a definição do cenário político e daqui a seis meses optar entre a aliança com o PT ou aliança com Mário Covas, que são as duas alianças que nos darão certa segurança em relação a eleger alguns parlamentares, que nos darão certa possibilidade de estar presente, como figura coadjuvante, mas presente no cenário político. Esta é a definição que temos que tomar e que me parece de certa maneira a angústia dos socialistas em todo lugar. Em todo lugar nós vemos isso: a expectativa de dar certo, a expectativa de crescer, mas não necessariamente os recursos e a estrutura para isto. Vale o risco ou não vale o risco?

Digo, com franqueza, que tenho optado no debate interno do Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo, por apostar no risco, tenho defendido que deveríamos responder a esta perspectiva ou expectativa da sociedade brasileira com uma intervenção ousada no cenário político brasileiro, mesmo correndo certos riscos e mesmo tendo que dialogar com o inesperado, com aquilo que é talvez um desafio e que talvez nos traga problemas que vamos ter que equacionar. Tenho defendido, em São Paulo, por exemplo, e sei que é polêmica a posição, mas tenho acompanhado Luiza Erundina nesse sentido, o apoio à candidatura presidencial de Ciro Gomes. Penso que ela responde, pelas suas características, ela se casa com essa expectativa que existe em relação ao papel do Partido Socialista Brasileiro. E penso que deveríamos até sair na frente com essa perspectiva exatamente para construirmos esta candidatura e esta alternativa, para que ela não seja apenas objeto de uma opção lá na frente, ou ela ou outra, mas para que nós venhamos a elaborar o programa dessa candidatura para que nós façamos essa candidatura acontecer, para que ela seja a nossa candidatura. E vejo nessa candidatura a possibilidade de isto ocorrer. Há riscos? Há riscos, não há nenhuma dúvida disso, sou o primeiro a reconhecer que estaremos especulando com um campo difícil, um campo de inúmeras possibilidades, mas estaremos com a nossa cara, estaremos fazendo com que o Partido Socialista Brasileiro apareça não como mero agregado

de alguma outra força política, mas apareça em condições de estar dialogando com essa sociedade que tem essa expectativa. Isto implicaria não só na escolha do nome, na elaboração de um programa inovador que enfrente realmente a questão do financiamento do Estado, que a esquerda tradicionalmente se recusa a verificar, a crítica da esquerda à economia dificilmente envolve o problema fundamental do financiamento do Estado, envolveria um posicionamento eleitoral onde correríamos o risco até de um certo isolamento num determinado momento, embora vejo até e chamo atenção, lamentando a pouca representatividade das lideranças de esquerda dos chamados partidos irmãos, penso que a representação do Partido dos Trabalhadores e mesmo do PDT, ontem, sem que seus quadros de maior expressão nacional estivessem aqui, mostrou que o PSB já está sendo colocado numa posição de certo isolamento político; portanto, temo que estejamos, com todos os ônus, no isolamento e sem os bônus que é apostar realmente numa perspectiva que possa nos dar uma condição melhor no cenário político brasileiro.

Sei que as minhas colocações são polêmicas, mas as faço exatamente para que possa ouvir os comentários do Dr. Roberto Amaral, do Senador e da platéia, para que possa trazer um pouco para o debate o que eu sei que é uma angústia nossa dos socialistas de São Paulo e é, em geral, uma situação vivida pelos socialistas em todo o Brasil.

Concluo, apenas ponderando que não vejo essa angústia como um problema no sentido de gerar dificuldade, de ser algo que não devêssemos querer. Esta angústia é fruto do nosso crescimento e não há nada mais agradável do que estar vivendo os problemas decorrentes do crescimento. Então, temos que encarar esses problemas até com certa satisfação. Ainda bem que temos esses problemas. Ainda outro dia comentava, com o Edmundo, que de cerca de três meses para cá volta e meia notas no jornal começaram a aparecer críticas até pesadas ao Partido Socialista Brasileiro. E comentávamos, dizendo o seguinte: que coisa ótima, os outros começaram a se preocupar conosco, os outros se preocupam inclusive em nos atacar, o que é a melhor coisa para uma força política, ou seja, nós estamos incomodando, nós estamos com presença. Outro dia uma própria dirigente do Partido dos Trabalhadores, importante, mencionava numa entrevista à imprensa, em São Paulo, que o problema sucessório de São Paulo iria agora ficar na expectativa dos desdobramentos do Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Não há nada que nos deixe mais felizes do que isso, ou seja, os outros agora estão esperando que nós tomemos as decisões, o que mostra a vitalidade. Até algum tempo atrás, em São Paulo, um congresso ou um grande evento do PSB não daria mais do que algumas poucas linhas no jornal; agora, isso virou um fato político importante em São Paulo.

O meu sentimento, portanto, é o sentimento de que a história nos está dando uma oportunidade que nós não devemos deixar de aproveitar, porque é uma oportunidade que pode ser muito boa para o PSB, mas, mais do que isso,

pode ser boa para o Brasil, pode representar realmente a abertura de uma nova perspectiva, esta sim capaz, pela possibilidade de agregação, inclusive de forças que têm dado sustentação ao Real e a Fernando Henrique Cardoso, de impor uma derrota a esse projeto absolutamente autoritário, excludente que é encarnado pelos atuais dirigentes do País. Penso que essa possibilidade que o PSB tem deve ser vista com desprendimento por nós e com a capacidade de estarmos dialogando com o inesperado, com o incerto, mas com aquilo que realmente pode fazer com que tenhamos esta possibilidade de dar uma grande contribuição para a emancipação do povo brasileiro.

Eram estas as considerações que tinha a fazer, nesses comentários um pouco provocativos, mas que creio poderão nos ajudar.

O SR. MODERADOR (Senador Antonio Carlos Valadares) – Agradeço ao Deputado Pedro Dallari, realmente as suas observações demonstram, de forma clara, a atualidade do seu conhecimento à realidade de São Paulo e do Brasil; esta dúvida de ser ou não ser existe em praticamente quase todos os estados, assumir o risco de marchar na luta eleitoral encampando a coordenação de uma campanha ou ser um mero coadjuvante de outros partidos tradicionais. Esta é uma questão realmente importante, certamente está chamando a atenção de todos os congressistas.

Grupo de Debate - Plenário 6

EXPOSITOR: Senador ADEMIR ANDRADE
DEBATEDORES: Deputado EDUARDO CAMPOS
e Dr. JACÓ BITTAR
MODERADOR: Deputado DJALMA PAES
RELATOR: Dr. ADRIANO SANDRI

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Deputado Djalma Paes) - Boa tarde, companheiros. Vamos iniciar nosso grupo de debates com o tema "Consolidação do PSB – Construção de um Grande Partido Nacional e Popular", através de um projeto de inclusão social que assegure a preservação da autonomia nacional, o fortalecimento da federação, a consolidação e unificação de movimentos populares e a solução das desigualdades sociais e regionais.

O segundo ponto é a política de alianças para as eleições de 1988.

Iremos conceder a palavra ao nosso Expositor, Senador Ademir Andrade, que terá vinte e cinco minutos para fazer a sua apresentação. Logo após, passaremos a palavra ao Jacó Bittar, que terá o tempo de quinze minutos para debater. Em seguida passaremos a palavra para a platéia, que terá três minutos. As inscrições serão sobre cada tema específico que comunicarei anteriormente e serão feitas com o companheiro Alexandre. Portanto vamos iniciar o nosso debate, concedendo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. EXPOSITOR (Senador Ademir Andrade) - Caro Deputado Djalma Paes, companheiros de Mesa, Jacó Bittar, Adriano Sandri, companheiros do PSB, ao discutirmos a construção de um grande partido, devemos ter em conta o papel desse partido no momento em que vivemos.

Hoje eu prestava atenção à palestra do Governador de Brasília, Cristovam Buarque, e notei que ele ressaltou, entre os inúmeros desafios que temos pela frente, um que talvez seja o mais fundamental de todos eles, que é a questão das eleições de 1998.

É preciso fazer uma análise do que está acontecendo no Brasil e no mundo com relação a essa questão que se chama globalização. Na verdade, nós somos massacrados diariamente por uma maciça propaganda de televisão, de rádio, dos grandes jornais e de articulistas que escrevem sobre a matéria, mostrando para todos nós a globalização não no seu sentido verdadeiro e real, mas como se fosse uma coisa positiva, como se fosse integração mundial, como sendo algo inevitável, sobre o qual ninguém pode fazer absolutamente nada. Portanto, o nosso dever seria aceitar esse fato consumado e entrar numa situação de conformismo. Isso é o que vemos acontecer atualmente no nosso país, nos países da América Latina, nos chamados países emergentes. Quando se fala em globalização, é preciso compreender qual é o sentido real dessa palavra. Não é o que a televisão diz em termos de integração, modernização, tecnologia, automação e todas os outros avanços que a ciência nos trouxe, como se isso estivesse produzindo uma integração no sentido de resolver os problemas do mundo como um todo.

Na verdade, é preciso ter compreensão muito clara do que está acontecendo, porque este é o momento de dar um basta a essa situação. O poder

e o processo de decisão mundiais deixam de ser conduzidos pelo povo ou pelos políticos que, pretensamente, o representam. O poder do mundo está, com esse processo que estamos a viver, concentrando-se na mão das corporações transnacionais. Se não dermos um basta a essa situação, chegaremos a um nível em que seremos governados por fantasmas, por pessoas que não vemos, não conhecemos e não sabemos quem são, pelos banqueiros, pelos donos das grandes corporações transnacionais que não aparecem, que levam uma vida privilegiada em função de tudo o que fazem e produzem, ou que exploram, mas não aparecem. Os vários governos e o segmento político, principalmente, passam a ser, nesse processo, instrumentos dessas corporações e o povo não participa de mais nada. O povo fica fora do processo, os políticos o comandam a serviço dessas corporações e o poder político desaparece no mundo. Esse é o processo que estamos vivendo.

A violência com que somos bombardeados, como se isso fosse uma questão positiva, pelos meios de comunicação leva os trabalhadores a uma posição de conformismo. O trabalhador brasileiro hoje está preocupado com o seu emprego, porque o mundo globalizado, a tecnologia avançada, a automação, a informática, tudo isso cancela empregos. É um processo normal. O trabalhador, principalmente o sindicalizado, aquele que tem uma formação profissional e que está inserido num processo de organização, considera fundamental se aperfeiçoar para competir com os seus companheiros. Ora, esse não é o mundo que queremos, porque se ele avançar para um ponto em que não haja emprego para todos, quem trabalha deverá ser responsável por quem não trabalha. A solidariedade, os direitos humanos e os direitos sociais que todo socialista prega e quer que aconteça só poderão ocorrer se houver compreensão política desse processo e se o trabalhador entender que ele tem que estar no processo não apenas para salvar a sua categoria ou para obter o aprendizado e a tecnologia para garantir o emprego de um segmento. Ele deve entender que tem que estar dentro do processo político para fazer com que o poder seja político, que tenha uma ligação direta com a sociedade, e que o desenvolvimento econômico seja condicionado ao interesse da sociedade como um todo. Este é o grande conflito do momento em que estamos vivendo.

É preciso ressaltar também que a globalização só atua e trabalha nos países desenvolvidos e nos chamados países emergentes. Ela não atua em grande parte do mundo e não resolve os problemas da humanidade. Ela não tem solidariedade, não tem compreensão em relação às necessidades do povo. A globalização não acabou com a fome nos países da África, não acaba com a guerra em alguns países do mundo. Ela não integra, só visa o lucro e o poder. Essa é a globalização real e não o que nos é apresentado. Ela não resolve o problema do desemprego e muito menos atende aquele que não tem oportunidade de emprego. A preocupação que o trabalhador tem de se aperfeiçoar para competir no mercado de trabalho não é o rumo certo, porque se pensarmos em globalização com solidariedade, compreensão e busca de resolução dos problemas da nossa

humanidade, que tipo de globalização vamos querer? Vamos querer uma globalização em que haja emprego no mundo inteiro, produção, atendimento da necessidade de consumo.

O que quero ressaltar, para chegar na questão do nosso partido, é que o mundo tem necessidade de consumo, portanto de aumento da sua produção. Essa necessidade não está sendo atendida, porque existem países onde as pessoas não têm acesso a nada. Então é preciso aumentar a produção. Portanto, há oportunidade de trabalho, há espaço para esse trabalho e potencialidade para criá-lo. Vamos fazer algumas comparações. Vamos citar como exemplo a Inglaterra, que é menor do que Altamira, no interior do Pará. Aliás, diga-se de passagem que a Europa como um todo é quatro vezes menor do que o Brasil inteiro. Não existe um único país na Europa que seja maior do que o estado de Minas Gerais ou maior do que metade do estado do Pará, por exemplo. A Inglaterra tem cerca de 60 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto da Inglaterra chega a um bilhão e trezentos milhões de dólares, enquanto o do Brasil, com população duas vezes e meia maior do que a Inglaterra, não chega a 800 milhões de dólares. Isso demonstra que temos um potencial e uma capacidade produtiva que não estão sendo usados. Isso não acontece só com o Brasil, mas com todas os países chamados emergentes ou subdesenvolvidos, portanto há uma capacidade e um potencial de trabalho, há um espaço de produção a ser criado, mas o mundo do capitalismo, o mundo da globalização não quer saber disso. Eles querem controlar o lucro. Aqui no Brasil, por exemplo, quantas vezes fomos obrigados a queimar a produção de café para não diminuir o preço no mercado internacional? Ainda anteontem eu via na televisão que no Mercado Comum Europeu os produtores franceses de leite faziam uma greve, porque a comunidade econômica européia não admitia que eles produzissem mais do que estava estabelecido para atender a necessidade de mercado e não o interesse da população, porque o mundo inteiro está precisando de leite. É esse o mundo globalizado do capitalismo que estamos vivendo. Não é possível aceitarmos isso.

O que quero colocar é a farsa da globalização, no sentido de que isso é algo absolutamente inevitável e que temos que nos conformar com essa situação. Queremos, sim, integração mundial, mas lutando para defender os interesses do nosso povo. A globalização não acaba, por exemplo, com as diferenças salariais, porque o trabalhador europeu, por viver num mundo mais civilizado e consciente politicamente, tem uma vida digna, razoável, um salário que não cria dificuldade com sua família, ele tem acesso ao conforto, o que não acontece conosco. A globalização não vê essas dificuldades.

Poderíamos entrar especificamente na nossa questão e no papel do Partido Socialista Brasileiro nesse processo. Essa globalização, que é o comando do capital internacional, tem aqui um atendimento perfeito pelo nosso Governo. Fernando Henrique é um instrumento desse processo. Um instrumento obediente,

adequado aos interesses desse capital internacional. Fez um plano que para muitos pode parecer algo excepcional. Ele acabou com a inflação, mas que grande mágica foi essa que todos aplaudem sem compreender o que está acontecendo com o nosso país? Ele simplesmente colocou numa moldura o real e o dólar. Feito isso, é evidente que não haverá inflação. A Argentina fez isso, assim como o Paraguai e o México. Não é nenhuma novidade, mas é preciso fazer um balanço do que está acontecendo com o nosso país.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso pegou um país com um imenso patrimônio: empresas, indústrias de mineração, uma dívida interna de 60 bilhões de reais e uma dívida externa em torno de 100 bilhões de reais. Passados dois anos e dez meses do seu governo, apresento o balanço do final de outubro: a dívida interna brasileira subiu de 60 para 190 bilhões de reais. Ou seja, a cada mês o Brasil aumentou em quatro bilhões de reais a sua dívida interna. Num período de estagnação, de não-inflação, como justificar o aumento de 150 bilhões de reais em dois anos e dez meses de governo? A dívida externa aumentou em cerca de vinte bilhões de reais e o pior de tudo é que ele se desfez de grande parte do patrimônio nacional. Vendeu todas as empresas siderúrgicas do país, as empresas de mineração, grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica e vai, no processo que está comandando, vender todo o sistema de energia elétrica brasileiro, todo o sistema de telecomunicações do nosso país, e o Estado vai ser instrumento do poder econômico que já tinha muita influência sobre o nosso país e agora terá um poder maior ainda. Que governo é esse, que competência é essa, que eficiência é essa que pega a administração de uma casa com uma dívida desse tamanho e, ao longo do período de governo, faz essa dívida triplicar e se desfaz de metade do seu patrimônio? Onde está a competência tão propalada desse Governo passada pela mídia diariamente? Aliás, é um Governo que gasta 500 milhões de dólares em propaganda por ano. Esse valor consta do orçamento para 1998 e é praticamente o que ele gastou em 1997. Portanto os meios de comunicação devem estar muito felizes com o que estão arrecadando do Governo Fernando Henrique Cardoso.

É um Governo que não tem responsabilidade com os interesses da pátria brasileira. Observem, por exemplo, o que está acontecendo com a nossa pauta de exportações. Há um déficit na balança comercial. Particularmente não acho isso ruim, é até bom. Não sei por que qualquer país tem a obrigação de ter superávit na balança comercial. Muito mais da metade do que nós exportamos é produto semi-elaborado, é matéria-prima, é produto que não agregou mão-de-obra, que não gerou renda, que não gerou emprego. 70% da exportação brasileira é produto semi-elaborado. Do que nós importamos, 92% é produto final para utilização do consumidor brasileiro. Ora, o Presidente Fernando Henrique nunca fez nada para mudar isso, muito pelo contrário. Essa malfadada Lei Kandir que foi aprovada nas vésperas das eleições das prefeituras municipais, quando o

Congresso estava esvaziado, desmanchou algo que construímos na Constituição brasileira. Em 1988, quando éramos constituintes aqui, trabalhamos muito na obrigação de qualquer produto semi-elaborado ou matéria-prima sofrer imposto, justamente para estimular a industrialização em nosso país. Vem o Sr. Fernando Henrique Cardoso, depois de sete ou oito anos, seguindo as determinações do capital internacional, e acaba isentando todos os produtos de pagar qualquer imposto. A Amazônia está sofrendo terrivelmente com isso. A nossa madeira e o nosso minério de ferro estão indo embora sem deixar absolutamente nada para nós.

Ele está seguindo as orientações que recebe de fora: acabar com os direitos trabalhistas. Agora vai ser criado um novo tipo de trabalhador no Brasil, com o tal contrato temporário de trabalho. As empresas terão dois tipos de trabalhador: aquele que tem todas as garantias da Constituição e da CLT e um outro tipo de trabalhador que vai ter um décimo dessas garantias. É uma lei que já passou na Câmara, está no Senado e provavelmente será aprovada dentro de poucos dias. Abrirão o comércio aos domingos para que o trabalhador também possa trabalhar nesse dia. Enfim, é uma redução total e absurda de direitos. Paralelamente, ele traz investimentos estrangeiros para o nosso país, dando todo o tipo de isenção e subsídio. Assim será a implantação das empresas multinacionais montadoras de automóveis no nosso país. As indústrias vêm para cá ganhar dinheiro e receber todas as benesses do Governo, concedendo alguns empregos para os brasileiros, quando poderia ser trilhado um caminho bem diferente, que seria o de estimular a construção civil no nosso país e de fazer reforma agrária, que, aliás, é outra grande mentira do governo Fernando Henrique Cardoso. Pelo menos na minha região não conheço um único trabalhador que tenha sido assentado por este Governo. O que ele faz é regularizar a situação de quem tem a coragem de invadir a terra, enfrentando a polícia, morrendo. Ele vem atrás do processo e regulariza uma situação que já está criada, inclusive favorecendo o pagamento de grandes latifúndios na nossa região, mas nunca se antecipou ao processo para assentar alguém. Então a reforma agrária no nosso país é uma falácia, até porque os recursos destinados a ela são insignificantes.

Poderíamos fazer o que os países europeus estão fazendo. Por exemplo, a Alemanha reduziu a sua carga horária para 35 horas por semana; a Holanda baixou para 32 horas semanais, porque há muita gente, a produção não pode aumentar, todos precisam trabalhar, então dividiu-se o tempo para dar oportunidade a todos.

Ele deve cobrar de quem pode pagar, porque quem menos paga imposto neste país é quem mais tem dinheiro. Não existe uma política de transferência de "royalties", de capitais e de lucros absurdos. Ele vendeu uma empresa como a Vale do Rio Doce. Para a informação dos senhores, quando houve essa quebra na bolsa de Hong Kong e os especuladores estrangeiros que

têm dinheiro aqui no Brasil e mantêm as reservas com que o Fernando Henrique permite esse déficit na balança comercial ameaçaram correr, o Governo aumentou os juros para manter esse capital especulativo dentro do nosso país. Para que os senhores tenham uma idéia, só com o aumento dos juros que o Fernando Henrique implementou, em quinze dias ele jogou fora os 3 bilhões e 300 milhões de reais que recebeu pela Companhia Vale do Rio Doce. Quando o Governo aumenta os juros, aumenta para ele, porque quem toma o dinheiro emprestado dos investidores estrangeiros é o próprio Governo. É por isso que estamos com a dívida interna quase em 200 bilhões de dólares. Ao perder a Companhia Vale do Rio Doce, nós perdemos o poder de definir uma política de industrialização daquilo que era produzido nessa empresa para gerar empregos, criando metalúrgicas e indústrias de perfil de alumínio, enfim, utilizando o nosso produto em nosso próprio benefício, como fizeram os países produtores de petróleo através da sua organização. Nós não sabemos valorizar a imensa riqueza que possuímos em nosso país.

Como associamos todas essas dificuldades que vivemos a essa questão da nossa pauta: "A Consolidação do PSB - Construção de um Grande Partido Popular e Nacional? Primeiro com a preservação da autonomia nacional. Só vamos preservar a autonomia nacional enquanto tivermos compreensão política. Então o nosso papel é fazer política, é estar junto à sociedade, organizando-a e mostrando a verdade, politizando-a, porque a grande realidade é que o nosso povo está a longa distância de um processo de conscientização política. Ainda ganha eleição no nosso país, principalmente no Norte e no Nordeste, quem faz obras e favores de última hora, quem se apresenta com recursos financeiros custeados pelos grandes grupos econômicos que têm interesse em fazer dos políticos instrumentos do seu poder. É o que está acontecendo no nosso país hoje, haja visto o que vocês têm assistido nas votações da Câmara dos Deputados e no Senado da República e a total subserviência do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O fortalecimento da federação se dá prestigiando determinados estados e fazendo investimentos. Os governos incentivam empresas de São Paulo. Elas deixam de pagar imposto de renda e têm a opção de pegar aqueles 40% de imposto que devem para aplicar numa indústria no Norte ou no Nordeste. Este é o incentivo que o Governo dá. Ora, não seria muito mais lógico que o Governo recebesse o dinheiro total, criasse a estrutura necessária no Norte e Nordeste e chamasse a empresa para lá, sem subsídio nenhum, dando a ela a infra-estrutura? São opções que precisam ser pensadas, mas que o Governo não utiliza.

O Brasil é um país com muitas diferenças regionais que precisam ser combatidas para que tenhamos um nível de desenvolvimento. Poderia dar o exemplo da hidroelétrica de Tucuruí, do projeto Carajás, entre tantos outros, para ilustrar a questão das desigualdades.

Finalmente, a questão das alianças políticas para as eleições de 1998. Isso merece uma atenção especial. Temos que pensar na nossa grande responsabilidade neste momento que não é dos nossos comandantes nem dos nossos líderes. É responsabilidade de cada militante do Partido Socialista Brasileiro, de cada filiado, compreender esse momento de dificuldade. O fim do socialismo de estado que existia na Europa Oriental e na União Soviética, contestado pela sua própria população, fez com que o capitalismo e a globalização tomassem um impulso muito grande. O Fernando Henrique está nesse processo. Se esse cidadão ganhar as eleições no ano que vem, será um desastre para a sociedade brasileira, porque é difícil lutar contra um instrumento tão poderoso como são os meios de comunicação neste país. Ele vai atender alguns segmentos da sociedade para enganar aqui e acolá e vai liquidar o Estado brasileiro. Ele vai tornar o poder político instrumento do poder econômico, e o povo vai ter que combater entre si, competindo pela esmola de um emprego, quando poderíamos estar de braços dados para fazer um país fraterno, igual, em que esse desenvolvimento econômico estivesse submetido ao interesse da sociedade. Na Europa, onde o nível de informação é melhor, onde há compreensão do cidadão, onde todos são alfabetizados, quando o trabalhador não tem emprego, tem um seguro-desemprego digno; não é essa indecência que chamam de seguro-desemprego no nosso país. Lá não existe a situação do funcionário público brasileiro, que é posto na rua sem indenização nem direito algum. Temos que trabalhar na compreensão desse processo para ajudar a crescer a economia, mas o lucro desse processo de desenvolvimento não pode ser transferido para a mão de meia dúzia que gozam desses privilégios nos chamados países desenvolvidos de primeiro mundo, esses fantasmas que não conhecemos, mas que estão mandando na nossa vida.

Portanto, companheiros, é preciso dar um basta nisso. É preciso derrotar Fernando Henrique Cardoso e o seu projeto de subserviência, de liquidação do Estado, de atrofiamento do poder político do povo brasileiro, porque é isso que ele está produzindo na nossa pátria. Para derrotá-lo é preciso dizer ao povo brasileiro que não somos idiotas, muito menos egoístas. É preciso dizer ao povo brasileiro que o nosso partido tem história de luta nessa pátria, que tem homens que sacrificaram a sua vida pela solidariedade, pelo amor, pela fraternidade. Nós, que temos essa história e esse passado de luta, temos que dizer ao povo que não podemos marchar separados nesta eleição. Temos que marchar juntos, unidos, coesos. Vamos superar as nossas dificuldades e dizer para o povo que esses partidos têm história: o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Democrático Trabalhista e o Partido dos Trabalhadores e que vamos caminhar de mãos dadas. Vamos dizer ao povo que teremos um único candidato a presidente e um único candidato a vice-presidente da república.

Essas alianças já estão se consolidando nos estados. O PT é um partido que amadureceu muito nesse processo e creio que vamos chegar ao nosso

objetivo de termos um único candidato a presidente da república. Não creio que esse nome deva sair de hoje para amanhã. Talvez demore mais um pouco, afinal temos até junho do ano que vem para definir isso. Não há por que ter pressa. Os nossos quatro partidos já colocam seis nomes à disposição da sociedade brasileira, três do PT, Lula, Cristovam Buarque, Tássio Genro, um do PSB, companheiro Célio de Castro, de Belo Horizonte, um do STF, que não pertence a partido nenhum, Sepúlveda Pertence e outro, que é Leonel Brizzola. Vamos deixar que a sociedade reflita, que se manifeste. Não vamos impor nenhum nome, mas deixar que a sociedade traga alguma idéia a respeito desses seis nomes. É preciso dar um tempo.

Vou defender um ponto de vista que não é só meu, mas de todos os companheiros do Partido Socialista Brasileiro no estado do Pará: esse possível candidato não pode ser de outro partido que não seja de um desses quatro. Não pode ser um candidato de mídia. Temos que ter um candidato com vinculação estreita com a história dos nossos partidos e dos nossos companheiros que deram a sua vida para que chegássemos hoje aqui. Portanto, creio e proponho que o nosso partido, neste congresso, saia com um resultado claro e nítido a respeito dessa questão. Vamos formar uma frente com esses quatro partidos. Se ela puder se ampliar, tudo bem. Queremos que ela seja o mais ampla possível, mas não dá para aceitar candidato de mídia. Não podemos aceitar candidato que não tenha história conosco. Na minha opinião - e falo em nome dos companheiros do PSB do Pará - não dá para aceitar candidatos do PMDB, do PPS, não dá para aceitar gente que quer se filiar a um partido para ser candidato. Queremos gente que tenha vinculação com a nossa história e acho que é sobre isso que temos que trabalhar para garantir a construção dessa aliança. Se o nome será Cristovam Buarque, Lula, Sepúlveda Pertence, Tássio Genro ou Brizola, não sabemos, vamos dar tempo ao tempo. Pela primeira vez na história haverá a vitória de alguém que tem vinculação estreita com uma luta e com um processo e não alguém fabricado de última hora, que se elege e depois diz que é dono de si mesmo.

Para o meu amigo Adriano, que escreve a história do nosso partido e que é um grande colaborador, quero lembrar que o Pará tem uma grande história de luta no Partido Socialista Brasileiro. Lembro Cléo Bernardo, fundador, nas décadas de 50 e 60, um grande articulador e muito respeitado na luta do estado do Pará. O PSB foi recriado no Pará em 1987. São dez anos que eu, junto com outros companheiros - o companheiro Bordalo, que é presidente, tem muita militância nesse partido - representamos o partido. No nosso estado oito companheiros, ao longo do nosso processo, foram assassinados na luta pela reforma agrária e um deles, deputado estadual eleito e constituinte, no pleno exercício do seu mandato, João Carlos Batista, filiado do PSB, foi assassinado naquele estado pela sua luta contra o latifúndio e a violência. É por isso tudo que digo que o nosso candidato deve ter vinculação com a nossa história. Muito obrigado.

O SR. MODERADOR (Deputado Djalma Paes) - Depois da exposição do nosso companheiro Ademir Andrade, vamos passar a palavra ao companheiro Jacó Bittar.

O SR. DEBATEDOR (Ex-prefeito Jacó Bittar) - Senador Ademir Andrade, companheiro Deputado Djalma Paes, companheiro Adriano, companheiros e companheiras, debater esse tema depois da fala do Senador é humanamente impossível. Tenho acompanhado muito a televisão, pelo canal do Senado, e recebido informações quase que diariamente sobre a atuação do Senador no Congresso Nacional.

Gostaria de adicionar algumas idéias quanto ao processo da globalização e o que ela procura no Brasil, além dos interesses maiores da internacionalização da economia e a sua comercialização. Somos o país com a pior distribuição de renda do mundo. Temos uma população de mais ou menos quinze milhões de pessoas, o que corresponde a 10% da nossa população, com um dos maiores poderes aquisitivos do mundo. Para ilustrar, digo que corresponde à população de Portugal, constituída de dez milhões de pessoas. É quase um quarto da população da Itália. Isso é um grande "filé mignon" para o imperialismo e a globalização, porque encontram-se brasileiros em toda parte do mundo pertencentes a esses 10%. Não pode ser esquecido ou ignorado o efeito que isso possa trazer na economia, principalmente com essa população de tal poder aquisitivo.

Temos que nos preparar e estar juntos no sentido de não só ficarmos no campo da constatação e da contestação. Há uma necessidade premente de vencermos essa grande aliança que existe entre PFL e PSDB, da qual o representante é Fernando Henrique Cardoso. Ele representa um processo, um sistema que é importado, presente na Argentina e no Peru. Nós, da oposição, infelizmente, buscamos um candidato para, talvez, vencer as eleições, o que vai ser muito difícil, mas não impossível, porque o bloco é monolítico, é quase que imbatível. Há muito dinheiro de sustentação para o próprio sistema continuar funcionando, pelo menos até as eleições. Mesmo a exclusão social não chega a atingir e mobilizar a sociedade brasileira para uma reação maior.

O que buscamos nessas próximas eleições de 1998? Muito mais um projeto político de inclusão social que seja realmente uma alternância de poder neste país, e não simplesmente um candidato para ser uma alternativa de governo. Temos que construir isso. Já perdemos oportunidades na história muito recente deste país, em 1989, quando as forças progressistas conseguiram 31 milhões de votos. Jogamos pela janela tudo isso. Talvez se naquela oportunidade, Senador, tivéssemos criado uma frente institucional das forças progressistas, não existiria esse sistema que aí está hoje. Naquela oportunidade, eu estava no Partido dos Trabalhadores e defendi a tese da frente institucional. Por um erro, por um

equívoco histórico, o Partido dos Trabalhadores saiu para o governo paralelo. Novamente se isolou, separou-se. Novamente as corporações partidárias prejudicaram o sentido de unidade e de unificação das forças progressistas; não só o PT, os outros partidos também. Hoje há necessidade de um desprendimento muito grande das corporações partidárias para que busquemos realmente essa alternativa, esse projeto político, que se não for para 1998, há de construir alguma coisa em termos de resistência até. Nesse momento representamos a resistência das forças excluídas da sociedade. A busca da unidade das forças progressistas se faz necessária, muito mais que a vitória de 1998, como uma perspectiva de consolidação da democracia. O contraditório é necessário neste país. Não existem somente ditaduras militares, do autoritarismo; existe também a ditadura de um sistema econômico que está sendo implantado neste país que passa a ser quase que uma unanimidade até no envolvimento da ilusão daqueles que estão só pensando na estabilização da moeda contra a inflação.

É necessário um projeto econômico. Em São Paulo discutimos uma tese para trazer para este congresso. A direção do partido no estado de São Paulo a resumiu num documento para que possamos debater - e a finalidade das comissões é essa: trazer os temas, fazer um relatório e levá-lo a debate no plenário. Não vou lê-lo agora. Depois vamos distribuí-lo para não tomar mais o tempo tão precioso do debate que tem que surgir aqui. Mas gostaria de alertar para a extrema necessidade de estarmos unificados, unidos, de buscar um candidato, como disse o Senador, identificado com as forças populares, com o compromisso de incluir na sociedade aqueles que estão excluídos. Esse é o nosso papel neste momento. O crescimento do PSB tem que ser usado num sistema de desprendimento e não com pretensões para começar, a partir de um dado momento, a excluir possibilidade de determinados candidatos de esquerda. Pelo contrário, temos que buscar um candidato que seja consenso dos partidos aqui citados. Não é possível que não saibamos buscar o caminho da construção desse projeto político. Precisamos parar de dizer "as esquerdas deste país" e começar a dizer "a esquerda deste país". E o PSB, com o charme que tem neste momento, com a mensagem de uma oposição madura, não uma oposição raivosa, tem atingido o conjunto da sociedade, inclusive a própria classe média. Precisamos ter a humildade de saber que este é um momento de crescimento para não permitir o inchaço nem a pretensão de um partido que queira comandar como os outros quiseram comandar a esquerda. Temos que nos irmanar, ser solidários, ser mais objetivos nas conclusões das nossas unidades. Temos que eliminar definitivamente esse grande vício das corporações partidárias.

Fico por aqui para que possamos debater esse nosso problema, que é muito sério. A nossa responsabilidade neste congresso é a maior de todos os partidos de esquerda. Somos o pêndulo neste momento e precisamos saber usar a nossa força para o bem não dos partidos políticos, mas da sociedade brasileira,

principalmente desses 35 milhões de pessoas excluídas da participação econômica, social e política deste país. É essa a reflexão que temos que fazer. Deixar as questões regionais, as questões de governo, a questão de simplesmente governar para determinado grupo em determinado estado e pensarmos no país, que é rico, mas possui uma nação pobre, enfraquecida. Há possibilidade de transformarmos este país, que é forte, numa nação forte. Mas não existe nação forte com o povo excluído. Essa é a nossa tarefa. Muito obrigado.

Grupo de Debate - Plenário 7

EXPOSITOR: Deputado JOSÉ PINOTTI
DEBATEDOR: Secretário JAMES LEWIS
MODERADOR: Dr. SERAFIM CORREA
RELATORA: Dra. MARGARIDA VIEIRA

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Serafim Correa) - Boa tarde. Vamos dar início aos nossos trabalhos relativamente ao painel "Construindo o Socialismo do Terceiro Milênio". A Mesa será moderada por mim, Serafim Correa, Presidente do PSB do Amazonas, e terá como Expositor o Deputado Pinotti, como Debatedor, James Lewis, do PSB do Distrito Federal, e como Relatora a Professora Margarida Vieira, da Fundação João Mangabeira.

Com a palavra, portanto, o Deputado Pinotti.

O SR. EXPOSITOR (José Pinotti) - Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença do James e da Margarida, o convite, a presença de todos que estão aqui nos ouvindo e dizer que é uma honra estar expondo essa questão para que possamos debatê-la e formar um documento que servirá, entre outros, para o relatório final sobre a postura do PSB no cenário nacional.

Penso que, muito sinteticamente, devemos, em primeiro lugar, situar um pouco o nosso país no mundo em que vivemos hoje, nesse cenário da globalização. O cenário da globalização nasce, como todos os momentos históricos, numa visão Hegeliana da história, da síntese, da tese e da antítese. Mas é preciso entender como esse cenário ocorre para que possamos, fazendo esse diagnóstico, saber como nos inserir nele. Uma das coisas que caracterizam o momento político brasileiro é uma inserção totalmente acrítica do Brasil no cenário da globalização. Então, se nós não conhecermos o cenário e suas origens, não vamos poder nos inserir adequadamente nele.

Sem buscar fatos históricos mais antigos, nem tão pouco querendo esmiuçar os mais recentes, diria que é importante saber que a globalização nasce como um subproduto do fim da guerra fria, que não foi tão fria assim, porque houve Coréia, Vietnã, houve muita morte e guerras escondidas.

De qualquer maneira, quando o capitalismo consegue derrubar o comunismo, quando caem as ditaduras militares na América Latina, em nome da democracia, acontecem fenômenos sociológicos da maior importância e os donos do capital tentam controlar esse processo de tal forma a assumir os espólios da guerra. O nacionalismo acaba se tornando arcaico com o fim das ditaduras militares. Quanto ao socialismo, mesmo que nós, socialistas, entendamos que nunca os seus princípios estiveram tão vivos quanto agora, apesar da queda do comunismo internacional, é evidente que aqueles que venceram a guerra fria tentam contestar até os princípios da igualdade defendidos pelos socialistas. Nasce um poder do capital, que é relativamente apócrifo, e, portanto, muito difícil de ser atingido, contestado. Esse poder do capital nasce em nome do liberalismo. Quem leu Locke, Tocqueville, Stuart Mills e os outros filósofos e cientistas políticos que, de alguma maneira, introduziram a questão do liberalismo, sabe que o que se está praticando não é nada daquilo que eles defenderam. É uma caricatura desse liberalismo. De fato, o que acontece é que o objetivo é completamente diferente

e, na realidade, o que vimos foi a substituição rápida da palavra "liberal" e "neoliberal" pela palavra "globalização da economia", que significa o fim da guerra fria, a assunção da vitória pelo capital e uma nova ordem internacional, em que o capital, através dos países centrais, tenta explorar os países periféricos. A mesma teoria liberal, a mesma globalização, tem um sentido completamente diferente quando tratada no país central e quando tratada em um país periférico. A globalização é uma arma para que os países centrais assumam o mercado dos países periféricos, que devem estar subservientes, de joelhos.

De certa forma, é isso que está acontecendo no Brasil de hoje. O que vemos na globalização, vis-à-vis o Brasil, são dois vetores fundamentais: um vetor internacional de assunção do mercado e dominação do país por parte dos países centrais e do capital internacional, principalmente, mas também do capital nacional que se associa ao internacional para ajudar e explorar o próprio país, e, ao mesmo tempo, o fato desse grupo ter encontrado um grupo interno no país, transfigurado de esquerda, que aceitou fazer um pacto com o capital e ajudou totalmente a dominação por via dos recursos econômicos e do oferecimento do nosso mercado interno, que é uma riqueza totalmente brasileira, para que seja explorado pelos capitais nacionais e internacionais. Estou falando do Fernando Henrique e das pessoas que estão com ele claramente.

Ao lado do poder do dinheiro, no panorama internacional, criou-se uma hegemonia unipolar militar nunca antes vista na história da humanidade, que são os Estados Unidos. Quando eles não podem resolver os problemas pela força da barganha política, resolvem pela força do dinheiro. Quando não podem resolver através da barganha política nem do dinheiro, ou pelos bloqueios econômicos, como estão fazendo com Cuba, resolvem com as armas, porque têm essa hegemonia unipolar militar. Veja-se o caso do Oriente Médio, Irã, Iraque, Kwait, etc., onde eles usaram as armas de uma maneira científica, perfeita, inclusive comprando a imprensa do mundo para que aquilo virasse um ato heróico.

Não podemos ignorar esse cenário internacional. Digo isso, até adiantando um pouquinho o conceito, porque se não nos modernizarmos numa visão de esquerda um pouco diferente daquela arcaica que existia no mundo há vinte anos, não existirá nenhuma possibilidade de nos contrabalançarmos, de nos opormos a essas forças todas que visam a explorar o país e que possuem, internamente, um companheirismo, uma parceria muito forte com o nosso Governo. Então é preciso enfrentar essas forças com o conhecimento delas e com um mínimo de inteligência para podermos sair minimamente vitoriosos dessa luta. Não vamos ter a ingenuidade ou o arcaísmo, se quiserem, de imaginar que a globalização não existe ou que vamos poder destruí-la. A globalização existe, é um determinismo histórico, mas voltando à visão Hegeliana da história, é um fenômeno que passa. O que precisamos é negociar adequadamente, inteligentemente, altivamente, com ousadia e coragem, com a globalização que está aí. Tentar

destruí-la é uma forma quixotesca de atuar. Talvez esse seja um dos pontos que diferenciam uma esquerda moderna, um socialismo moderno, de uma esquerda arcaica, que não se modernizou para poder enfrentar as questões novas do mundo contemporâneo.

Pois bem. O que acontece no Brasil quando ele se insere nesse processo de globalização? Em primeiro lugar, ocorre essa parceria que conhecemos muito bem, que tem agentes internacionais infiltrados. Não podemos nos esquecer que o Sr. Pedro Malan esteve durante dez anos nos Estados Unidos, sofreu lavagens cerebrais muito bem feitas e é o ideólogo do modelo econômico que aí está. Na realidade, existem apenas duas questões que predominam no modelo de gestão do país atualmente. A primeira é um modelo econômico absolutamente financeiro, baseado exclusivamente na âncora cambial, e, em segundo lugar, é uma vontade política de perpetuação do poder. Posso garantir aos senhores que não existe nada mais na cabeça desse Governo. Ele simplesmente pensa em se manter no poder e tudo está estruturado para que isso aconteça. O instrumento, a ferramenta é o modelo econômico financeiro da âncora cambial com o qual ele gostaria de ter passado esses primeiros quatro anos de Governo dando um pouco de poder aquisitivo a mais para o povo, o que realmente deu. Ele quebrou o imposto inflacionário. Com isso, o povo, particularmente as classes menos favorecidas, teve um imposto a menos para pagar aquela inflação, aumentou um pouco o poder aquisitivo, o que deu enorme prestígio a esse Governo. Mas, para fazer isso, ele deixou de fazer o que? O povo não percebeu, porque a imprensa sempre encobriu, que ele deixou de desenvolver o país, destruiu a indústria nacional, aumentou a dívida interna e externa a níveis nunca vistos na história deste país, arrebentou com nossa economia e acentuou a exclusão social. A única coisa que eles não imaginavam é que tivessem que adotar as medidas que estão tomando durante estas semanas antes da reeleição. Foi um acidente histórico inclusive revelado por eles mesmos, porque o próprio Presidente da República, quando foi surpreendido por essa crise internacional, num momento de sinceridade, disse: "Não fui avisado disso." É evidente que ele imaginava que deveria ter sido avisado pelos seus parceiros externos, que estavam absolutamente acertados com ele nesse processo, mas que não tiveram o tempo de avisá-lo, até porque também foram um pouco surpreendidos pelo próprio processo e agora isso cria uma dificuldade importante. Sem dúvida nenhuma, o que vemos hoje nesse Governo é isto: um projeto financeiro com uma âncora cambial com o qual eles imaginavam que pudessem resolver temporariamente os problemas brasileiros, porque, para o segundo e terceiro governos, eles têm outros planos e, ao mesmo tempo, um acordo muito bem feito com o poder econômico nacional e internacional para a manutenção do poder e para que o país seja usufruído de uma maneira dócil pelo capital internacional.

Acho que vale à pena citar um ou dois exemplos para mostrar como

isso é absolutamente real. A lei das patentes acabou com a indústria farmacêutica nacional. Tínhamos uma indústria farmacêutica nacional e multinacional instalada no Brasil, com os laboratórios oficiais, com algumas universidades produzindo sais básicos e farmoquímicos, que se fossem minimamente protegidos e incentivados poderíamos ter uma indústria farmacêutica competitiva no plano internacional em quatro, cinco ou seis anos. Não éramos obrigados, em hipótese alguma, a seguir o acordo do GATT. É claro que existia uma pressão internacional para que fosse adotado, mas o próprio acordo do GATT da Organização Internacional do Comércio, na rodada do GATT, no Uruguai, permitiu a todos os países que entrassem, aceitando a lei das patentes e assinando esse acordo, usufruir de um período de carência de cinco anos. A França teve esse período há vinte anos, a Espanha, há 8 anos, a Argentina e o Uruguai usufruíram desse período recentemente. Esse prazo significa dizer à indústria farmacêutica nacional que assinamos o acordo e as patentes vão valer no país. Ela teria cinco anos para se modernizar e se tornar competitiva no terreno internacional. O Governo a ajudaria a se modernizar através das universidades, dos institutos de pesquisa, do desenvolvimento científico e tecnológico. Criaríamos uma indústria forte porque dali a cinco anos teríamos que competir no mercado internacional. Apesar de poder, o país não fez isso, o Governo não deixou. Passou de trator em cima do Congresso e assinou a lei de patentes sem o prazo de carência. Trinta e seis indústrias farmoquímicas mudaram-se do Brasil para os Estados Unidos e para a Europa. Acabou a nossa indústria farmoquímica. Hoje até embalagem de remédio que era feita no Brasil está sendo fabricada nos Estados Unidos e na Europa. Os nossos medicamentos aumentaram 50% de preço em dezoito meses e não existe mais fabricação nacional de medicamentos, a não ser, excepcionalmente, coisas banais. E, mais do que isso, não exigimos um item fundamental da lei das patentes que era a fabricação local. Tínhamos o direito de exigi-lo através do acordo do GATT. Ou seja, aceitaríamos a lei das patentes, porém exigiríamos que as patentes aceitas pelo Brasil tivessem os seus produtos fabricados no país, por causa da mão-de-obra. Nada disso foi aceito. Demos muito mais do que nos pediram, acabou a nossa indústria farmoquímica e o nosso desemprego aumentou terrivelmente.

Estou citando esse exemplo com um pouco mais de detalhes, mas o mesmo se aplica à indústria automobilística brasileira. Acabou a indústria de peças automobilísticas. Aplica-se à indústria têxtil brasileira e à agricultura. Isto é, estamos destruindo ao invés de construir. Por causa desse modelo da âncora cambial e da vontade de poder desse pequeno grupo, estamos destruindo a nossa indústria e a nossa agricultura, diminuindo o nosso emprego, destruindo a nossa capacidade competitiva. Por que isso? Só por burrice? Claro que não. É porque estamos atendendo aos interesses do capital de fora e de dentro do país que estão mancomunados com os interesses políticos desse grupo que está no poder. Para quê? Para que se explore o nosso mercado interno, que é uma riqueza do povo brasileiro. Não existe riqueza maior no país, falando em termos econômicos, do

que o nosso mercado. Temos cento e sessenta milhões de brasileiros com um poder de consumo incrível. Se essa população for educada, se tiver um bom salário, poderemos ser quase auto-suficientes no nosso mercado interno, se ele for realmente nosso. Pois bem, estamos dando esse mercado interno de presente, assim como as nossas estatais, que são vendidas para o capital nacional e internacional, na maior parte das vezes financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, como aconteceu recentemente em São Paulo com a CPFL.

Esse é o modelo. Se ele conseguisse, pelo menos, fazer com que a balança de capital externo e interno tivesse equilíbrio, fazer com que a dívida externa ou interna diminuísse ao invés de aumentar, mas não o faz. Pagamos, em 1996, 40% da arrecadação bruta, que é a arrecadação fiscal, mais toda a venda de estatal, mais empréstimos, foram usados para o pagamento das dívidas externa e interna, mas elas cresceram. Desde o início do Plano Real duplicamos a dívida externa e multiplicamos por seis a dívida interna com esse projeto da âncora cambial.

Por que a crise atinge de uma maneira brutal o Brasil? Pela fragilidade do modelo econômico, do modelo de gestão que o país adotou, fragilidade esta decorrente dessa submissão ao capital internacional e dessa vontade dos governantes de se perpetuarem no poder e de não governarem o país. Se eles quisessem governar o país, estariam promovendo o combate à inflação de uma forma definitiva, estariam desenvolvendo o país e praticando políticas públicas compensatórias adequadas na área da cidadania, educação, saúde, moradia, segurança, etc.

A análise da crise feita pelo Governo é simplesmente ridícula: a culpa é do Congresso porque não passaram as reformas. Que reforma não passou? Passaram todas as reformas que o Governo quis, contra o meu voto, contra o voto de cento e vinte pessoas da oposição, mas passaram todas. Não ganhamos uma votação sequer. Portanto, não foi por falta de reformas, mas apesar delas. Se a crise veio da Ásia, por que não atingiu o Chile? Porque o Chile tem um modelo muito parecido com o nosso, mas ocupa o espaço de negociação com inteligência; negocia adequadamente com o capital internacional e com os países centrais. Não cede, não fica de joelhos, não se deita frente à imposição do capital.

Portanto fica claro que a crise decorre da fragilidade do modelo implantado neste país por este Governo. E a forma pela qual o Governo quer resolver a crise não é senão pela acentuação desse próprio modelo. Todas as medidas que estão sendo tomadas não diferem em nada das que já foram adotadas, apenas as acentuam. É mais juros, mais imposto, menos gasto, menos dinheiro para a saúde, para a educação, é mais exclusão social que já está sendo causada por este modelo. Portanto mostra que o Governo, além de ter um modelo errado,

acentua-o, porque suas intenções continuam exatamente as mesmas: perpetuar-se no poder e ceder à pressão dos países centrais e do poder econômico.

Isso me faz concluir, antes do fim da minha preleção, que não existe outra forma, senão trocarmos de modelo. E não há outra maneira de trocarmos de modelo, senão trocando de Governo. Ou fazemos isso ou tudo que está acontecendo agora será uma transição para o abismo.

Como se desenha, dentro desse contexto, o panorama político em que nos encontramos agora, na minha visão? Temos um Governo que saiu da esquerda, mas que nunca foi tão de direita quanto agora e que reuniu em torno dele as forças de direita. As mais conservadoras do país estão todas em torno do Governo, sem exceção. Temos uma esquerda que se caracteriza, quase hegemonicamente, pelo Partido dos Trabalhadores, partido este que tem grandes méritos, mas que não conseguiu se modernizar, não conseguiu sair da "mesmice" em que se encontra há muito tempo. Portanto, não consegue, tão pouco, ocupar um lugar competente de oposição. Quando ocorre a crise, quando acontecem as cinqüenta e uma medidas do Governo, qual é a oposição que foi ouvida neste país e que saiu vitoriosa nos jornais de hoje? A oposição mais conservadora da direita mais extrema que tem este país nem é de um partido, é de um homem do PFL, Antônio Carlos Magalhães, que consegue fazer com que o Governo cobre menos imposto da população mais pobre. Isso mostra como nós, da oposição, que fica muito nas mãos do PT, estamos frágeis até para exercer alguma forma de oposição num momento de crise, que dirá em outro momento.

Mas essa bipolarização do quadro político brasileiro abre um enorme espaço, que é o de centro-esquerda. É o espaço do momento histórico que estamos vivendo. Por onde o Jospin foi eleito na França? Por onde o Tony Blair foi eleito na Inglaterra? Por onde os socialistas assumiram o poder na Itália? Tudo isso aconteceu nesse espaço de centro-esquerda e numa visão muito mais moderna do processo, muito mais contraditória da globalização, em que países que tinham assumido o estado de bem-estar social e não queriam perdê-lo contestaram a influência da globalização sobre si mesmos e fizeram uma verdadeira revolução democrática, como está ocorrendo na França, na Itália e na própria Inglaterra conservadora. Nós, que nunca chegamos a assumir o estado de bem-estar social, estamos navegando na contramão da história, aceitando a globalização de joelhos - não é nem da forma mais altiva como o Chile está assumindo - dentro desse modelo da âncora cambial e da perpetuação do poder dos governantes que estão de plantão.

É o espaço de centro-esquerda que está aberto e acho, com toda a sinceridade, que o nosso partido é quem tem a vocação para ocupá-lo. É o partido que tem uma tendência ao crescimento, é o partido que conseguiu ficar fora do arcaísmo da esquerda, que nunca se ligou à direita, que tem uma visão do

socialismo absolutamente moderna e correta, sem perder os seus princípios de igualdade de oportunidades, que significa educação, saúde, moradia e segurança igual para todos, para que todos tenham a mesma oportunidade de transitar pela vida, mesmo que cheguem a espaços e a momentos diferentes.

Como o nosso partido pode tentar assumir esse espaço? Não é fácil, mas é possível. Se existe algum partido que tem essa oportunidade, creio que é o Partido Socialista Brasileiro neste momento que estamos vivendo. E não é só uma oportunidade, é também uma responsabilidade. Por isso dedico esses últimos minutos a um rascunho tentativo de uma visão estratégica para o Partido Socialista Brasileiro assumir esse espaço. O primeiro passo que se deve tomar é termos uma proposta. Tenho discutido, em diferentes ambientes, com os peessedebistas, com os peemedebistas, com o Governo, com os ministros e a forma mais comum e até mais eficiente de eles desqualificarem a discussão é dizer: "O senhor está criticando, mas qual é a sua proposta?" Na realidade, não temos obrigação de ter uma proposta, mas de ter princípios. Sem dúvida nenhuma, se tivermos princípios entendendo que desenvolvimento do país é cidadania e não âncora cambial, que desenvolvimento do país são aquelas coisas simples que compõem a qualidade de vida do cidadão: saúde para a família, educação para os filhos, segurança para todos, emprego como direito, casas, se tivermos isso orientando os nossos objetivos, vamos construir uma proposta. Isso é completamente diferente do que defender uma moeda eufemisticamente e convencer, pela Rede Globo, a população de que a moeda é o novo deus desse neoliberalismo, cujo templo é o "shopping center", convencer o sujeito pobre, excluído, desempregado, sem saúde e sem educação, que ele deve sair à rua e defender com armas e sangue uma moeda, quando o Governo sacrifica a ele, aos filhos, à mulher, ao futuro, ao emprego para defender a moeda. Essa moeda, nesses anos todos que se passaram de controle à inflação, não significou nada para a vida dele. A concentração de renda, que é o maior mal deste país, não mudou nada nesses dez anos e muito menos no período do real. Mas a imprensa está do lado deles, está cooptada com eles. Independente do fato de achar que não cabe à oposição ter proposta, mas princípios, para qualificar a discussão, para impedir que eles nos desqualifiquem, temos que ter uma proposta. Não nos basta ter princípios.

A proposta é simples. Não vou descrevê-la, mas sintetizá-la. Acho que fica fácil deixá-la clara depois desse preâmbulo. Em primeiro lugar, temos que aceitar a globalização como um determinismo histórico. Não podemos ser neuróticos a ponto de não aceitá-la, mas precisamos tratar do país, das suas questões, com a altivez suficiente, usando o espaço de negociação que a globalização nos dá e que outros países já estão utilizando, como a França, a Itália, a Inglaterra e o Chile. Nós não o usamos porque estamos de joelhos. E esse espaço de negociação permite que se façam todas essas modificações necessárias à proteção do país e

do povo brasileiro. Permite, por exemplo, uma proteção inteligente do mercado. Citei aqui a lei das patentes. Poderíamos assinar a lei das patentes, obrigar a fabricação local, usufruir os cinco anos de carência e estimular a nossa indústria farmacêutica a ser competitiva no prazo de cinco anos. Isso seria perfeitamente possível, desenvolvendo ciência e tecnologia para que tenhamos uma agricultura e uma indústria modernas. Vamos ser competitivos no cenário internacional, fabricando produtos de alto valor agregado, desde que façamos isso de uma maneira inteligente, protegendo o nosso mercado e abrindo-o gradualmente como os Estados Unidos fizeram com o Japão e vice-versa. As quotas de importação de automóvel sempre foram definidas pelo interesse mútuo desses dois países, assim como vários outros produtos. Não poderá haver uma abertura escancarada a ponto de arrebentar com a nossa indústria e com a nossa agricultura, entregando o nosso mercado docilmente. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é o combate concreto às raízes da inflação. Não adianta imaginar que possamos passar a vida inteira valorizando a moeda através de um decreto, que é um passe de mágica presidencial. Para combater a inflação, precisamos ir às suas raízes que são muito simples. Tem-se inflação no país quando se gasta mais do que se arrecada. As duas únicas reformas que o Governo não mandou para o Congresso foram as reformas tributária e fiscal, porque ele tem medo de contrariar o poder econômico que não paga imposto de renda neste país, e a reforma de estado para definir quais são as funções de estado, acabando com as outras. O que ele quer é um desmonte do estado. Essa reforma administrativa que ele acabou de fazer não é uma reforma de estado; é apenas um arremedo de reforma administrativa. Eles estão desmontando o estado. Vão mandar para a rua funcionários sem saber se são médicos, professores ou burocratas. Uma reforma de estado é dizer que as funções prioritárias de estado são: saúde, educação, segurança, moradia. O resto não nos interessa. Então vamos mandar para fora burocratas que não estão colaborando nas funções precípuas, aprimorar aquilo que é função precípua do estado e gerenciá-las bem. Esse é o segundo ponto, de combate às raízes da inflação. O que queremos com isso? Um estado forte, apesar de ser enxuto, e necessário para intervir na economia e cumprir as suas funções precípuas. Então não estamos fora da modernidade. Não queremos, de fato, um estado inchado, paternalista. Queremos um estado enxuto, mas que cumpra as suas funções e que interfira no processo econômico do país, protegendo-o e ao povo.

Finalmente, o último ponto: precisamos ter políticas públicas nessas áreas que são essenciais para a vida do cidadão que sejam descentralizadas, mas não do jeito que esse Governo quer fazer com a educação, com a saúde. Descentralização para o Governo significa tirar responsabilidade dele e colocá-la no município. Deve ocorrer também a descentralização do poder, acima de tudo com o estabelecimento de uma parceria, em que, a nível central, fica o controle, a

avaliação, a normatização e, a nível dos municípios, a gestão, a execução e o poder para gerir e executar inclusive com os recursos. Essa é a descentralização que queremos das políticas públicas. Toda vez que isso foi feito no Brasil em experiências isoladas o poder do dinheiro se multiplicou por cinco, ou seja, com o mesmo dinheiro se faz cinco vezes mais, porque não se rouba, é simples e se faz somente o que é preciso.

Outro ponto importante é romper com a barreira da imprensa. Para tanto, precisamos ter ousadia. Precisamos ter ousadia para criar fatos políticos. É absolutamente necessário. Um político amigo meu dizia que era preciso criar fatos políticos, mas ele não poderia ficar nú na Praça da Sé. Não se trata de criar fatos políticos tolos. Existem tantas áreas tão importantes em que podemos atuar e precisamos fazê-lo. E uma das formas, a meu ver, de criar fatos políticos importantes é o PSB, que está nesse espaço aberto de centro-esquerda, fazer alianças. Precisamos ter competência para fazer alianças e começar, a partir de janeiro ou fevereiro do ano que vem, a definir candidaturas. A imprensa é ávida pelo fato político das candidaturas e das alianças. Quando começarmos a fazer alianças com o Partido Verde, ou com outro partido pequeno, ou quando lançarmos uma candidatura em Recife, em São Paulo, na Bahia, no Brasil, vamos quebrar esse paredão que a imprensa nos coloca na frente.

Para isso precisamos ter noção e aceitar o crescimento do nosso partido. Ele já não é um partido pequeno. É um partido médio. Ele tem que usar os valores do partido, tem que integrar o novo com o velho, tem que integrar o que entra com o que já estava, tem que se reformular em face da situação atual e ousar politicamente. Ousando politicamente, com os princípios e a militância que o PSB tem, seguramente vamos criar fatos políticos. Se, ao lado disso, tivermos uma proposta e os princípios de acabar com a exclusão social, o nosso parceiro principal será o povo brasileiro, o povo excluído brasileiro, e nós vamos avançar. Se avançarmos, sem nenhuma modéstia, vamos assumir o poder neste país, aqui, acolá ou até central. E a forma de se fazer política é a forma de se buscar o poder. Com ética, princípios e boas propostas, mas sem a vontade do poder, não podemos fazer política.

Eram essas as considerações que queria fazer a título de provocação. Estou ávido por ouvir as observações, as críticas e eventuais indagações sobre aquilo que falei. Mais uma vez, muito obrigado pela confiança.

O SR. MODERADOR (Serafim Corrêa) - Agradecemos a exposição do Deputado José Pinotti, nosso companheiro do PSB de São Paulo. Na seqüência ouviremos o Debatedor James, do PSB de Brasília. Com a palavra o James.

O SR. DEBATEDOR (James Lewis) - Boa tarde a todos. É um grande prazer ter a oportunidade de debater e de participar desta mesa com o

nosso Deputado Pinotti, particularmente porque, como já imaginava, tenho com ele convergências bastante amplas com relação às preocupações aqui manifestadas.

Gostaria de aprofundar um pouco mais, no sentido do temário colocado pelo nosso congresso. Inclusive algumas pessoas de fora do Partido comentavam que o PSB estava enveredando pelo esotérico, porque propõe uma reflexão sobre o terceiro milênio. Creio que não. Pelo contrário, o Partido Socialista Brasileiro está retomando a boa e saudável tradição dos partidos de esquerda de recuperar a ideologia e a estratégia. Tem sido uma característica da esquerda brasileira, nos últimos anos, o que chamamos de oposição pavloviana. Então reagimos às ações da direita. Reagimos às ações e iniciativas das forças hegemônicas das elites. Em poucos momentos conseguimos inverter a pauta. Destacaria, por exemplo, as diretas. Foi um momento em que conseguimos inverter a pauta e colocar o que o regime à época não queria. Outro momento foi o próprio "impeachment" do Collor, em que se conseguiu deter um processo que depois foi retomado pelo atual Governo.

A globalização, concordo, seria a primeira questão altamente polêmica. Na minha opinião, ela é um fato inevitável. Seria equivalente à Revolução Industrial. Estamos vivendo um momento em que o modo de produção, a estrutura básica da economia está se alterando profundamente. Podemos pensar a partir daí, mas não há como reagirmos. Na época da Revolução Industrial, alguns trabalhadores, irados por terem perdido seus empregos, quebravam as máquinas. Uma reação irracional a esse processo seria similar à reação daqueles trabalhadores que, na Revolução Industrial, enfrentaram o problema com a quebra das máquinas. A globalização está aí, é uma alteração profunda da forma de acúmulo do capital e foi prevista pelos grandes teóricos da esquerda, como Marx. Se fizermos uma releitura crítica do próprio "O Capital" e dos textos básicos dos marxistas do final do século passado, início deste século, veremos que estava previsto o processo. Naquela época - esse é mais um paradoxo - as esquerdas mundiais defendiam a internacionalização. Surpreendentemente o que ocorre é que a primeira reação nessa última década tem sido a contrariedade à internacionalização. Então temos que estar muito atentos, porque estou cada vez mais convencido de que existem bandeiras, por exemplo, do movimento sindical que se forem encaminhadas apenas no plano nacional põem em risco a economia. Dou como exemplo a redução da jornada de trabalho. Se isso não for motivo de uma campanha internacional, poderemos, ao contrário de criar os empregos pretendidos, estar diminuindo a nossa capacidade de competição num mercado que é altamente competitivo. A China é um país, em tese, socialista, mas hoje é a vanguarda capitalista da Ásia, tem uma jornada de trabalho de treze, quatorze horas e paga um salário de trinta e seis dólares para o trabalhador industrial. Então é preciso que retomemos a tradição das esquerdas de pensar o mundo como um todo.

A globalização também traz uma novidade extremamente perigosa.

Temos que ter vanguarda em alertar, primeiramente aos brasileiros, toda a humanidade. Até hoje todos os sistemas de produção necessitavam da força de trabalho. O escravo era uma propriedade pela qual o seu dono precisava zelar. Se aquele escravo morresse, haveria um prejuízo para o seu patrimônio. No capitalismo, até meados deste século, a reprodução da força de trabalho era uma preocupação do empresário. Era a época das vilas operárias. Quando se construía uma indústria, eram previstas as vilas operárias. Lá no Rio, a Fábrica Bangú tinha que construir uma vila, porque havia a preocupação de ter a mão-de-obra ao lado dela. O confronto entre o socialismo real e o capitalismo gerou os grandes direitos sociais. A própria social-democracia nasce em contraposição à ascensão dos estados do socialismo real. Se observarmos, grande parte das legislações protetoras do Direito do Trabalho do mundo inteiro são de 1920, 1922, 1925, 1930, exatamente como uma reação dos empresários ao perigo vermelho. Então era preciso conceder os anéis para não entregar os dedos.

O problema que existe atualmente é que não há mais essa necessidade de mão-de-obra. Mesmo quando havia mais gente trabalhando, o desemprego sempre foi um fator para regularizar o mercado de trabalho. Se houver mais gente querendo emprego do que gente empregada, haverá uma pressão do salário para baixo. Todos sabemos que o período mais difícil da luta sindical é o do desemprego, porque uma coisa é lutar por aumento de salário, outra coisa é lidar com o fechamento de uma fábrica. No Brasil vivemos fortemente essa situação no período de 1983. Mesmo assim, até vinte anos atrás, essa mão-de-obra excluída do mercado de trabalho vivia uma situação conjuntural. Passava a crise, o capitalismo se recuperava, retomava-se a produção e esses trabalhadores eram reincorporados.

Qual é a novidade perigosa com a qual a humanidade se defronta hoje? Primeiro, a indústria dispensa cada vez mais trabalhadores. A mão-de-obra é cada vez menos necessária. Segundo, formaram-se levas e levas de pessoas que estão excluídas não conjunturalmente do mercado de trabalho, mas permanentemente. Temos na Europa, hoje, gerações, algumas até perto de se aposentarem, que nasceram, criaram-se e vão morrer no bem-estar social, não vão exercer uma atividade produtiva, não terão a oportunidade sequer de trabalhar, porque o mercado está fechado e reduzindo-se cada vez mais.

A vitória das forças de centro-esquerda aqui registradas pelo Deputado Pinotti está, pela primeira vez, alterando a pauta da Europa, porque o que se discutia ali era essa mesma "cretinice" que se discute aqui do monetarismo. A preocupação era o euro, era o déficit público, que é a pauta dos neoliberais. Pelo menos as forças de centro-esquerda trouxeram à pauta novamente a política de criação e de proteção do emprego e não estão conseguindo resolvê-la bem. Há várias tentativas mal sucedidas.

Quero alertar que estamos chegando a uma situação em que a lógica do extermínio pode voltar a ser tranqüila, porque há hoje milhões de pessoas completamente à margem da cidadania, que não são necessárias à reprodução da economia e que amanhã serão consideradas um problema ecológico inclusive. Então há o ovo da serpente do fascismo nesse contexto. Os homens não serão mais eliminados como foram no passado, por razões de religião ou de raça, mas por estarem ou não incluídos no processo. Pouco importa se a elite num país é negra e no outro é branca. Elas se entendem, globalizam-se, trocam-se. A questão não será mais racial.

Então, no terceiro milênio, o Partido Socialista Brasileiro e os socialistas do mundo terão que recuperar a tradição libertária e humanista. Teremos que ser os primeiros a retomar a discussão, como foi no Iluminismo, no passado. Podemos fazer um paralelo com a Idade Média. É uma nova idade média em que os valores sociais da solidariedade estão se dissolvendo. A lógica agora é a do poder arrogante mesmo: quem tem, tem; quem não tem está fora. É o discurso do "iuppy", o vitorioso e o derrotado, e este não terá nem mais direito a viver. Então nós devemos recuperar os valores humanistas e a tradição libertária da esquerda na sua origem, até porque temos, como disse o Deputado Pinotti, todas as credenciais históricas para fazê-lo.

O Partido Socialista Brasileiro nasceu da contestação ao que já se dizia na época serem os desvios do socialismo real. Nasceu contestando a ditadura do proletariado e o fato de que as esquerdas mundiais tinham que girar em torno dos interesses de estado da União Soviética. Portanto, estávamos e ainda estamos atuais, mesmo com a queda do Muro de Berlim. O PSB foi um partido de alta vanguarda no pensamento da esquerda continental latino-americana e é preciso retomar essa vanguarda. Temos hoje um conjunto de quadros extremamente representativos de diversas correntes de pensamento, com histórias diferentes, que convergem para um leito comum, que é o leito desse novo PSB que, ao completar cinqüenta anos, também realiza o maior congresso de sua história, iniciando uma nova etapa da nossa vida. Sou fundador do PSB. Participo desde 1985. Não há como comparar o PSB que instalou esse congresso em que estamos vivendo com o que conseguiu ser até hoje o PSB. Nossas responsabilidades efetivamente aumentam.

Quando o Deputado Pinotti coloca a questão da centro-esquerda, creio que temos que ter essa discussão abertamente dentro do nosso partido, porque existem alguns companheiros que aceitam pragmaticamente, pela ausência completa de uma alternativa clara, que haverá uma candidatura como foi, por exemplo, em 1989.

A conjuntura que estamos vivendo, companheiros, não é comparável a 1989. A candidatura Lula e a candidatura Collor, na conjuntura de 1989, ambas

representavam uma ruptura com o *status quo*, uma pela esquerda, outra pela direita. Todos os candidatos do *status quo* tiveram uma votação pífia: Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, todos os políticos emblemáticos da elite da época perderam lugar. Não é esta a conjuntura que temos hoje. Alguns companheiros estão achando que se a crise se agravar viabilizará uma candidatura de esquerda. Quero alertar que penso o contrário, porque as características dessa crise estão atiçando o medo e a insegurança na população. Atualmente o povo brasileiro tem uma profunda insegurança do que vem pela frente. Medo e insegurança não apontam para a esquerda. Medo e insegurança com desemprego e um quadro de depressão econômica dão lugar a pessoas como o ACM. Ele sabe que na conjuntura que se desenha a direita tem melhores condições de se impor. Então temos que estar muito atentos. Uma candidatura de centro-esquerda é a única viabilidade que nós temos. Aí está o continente para provar: Frepaso na Argentina é uma composição de centro-esquerda; a Frente Ampla no Uruguai é uma composição de centro-esquerda; nos doze países da Europa em que se derrotou o neoliberalismo foram frentes de centro-esquerda, o que já foi registrado pelo Deputado Pinotti. Então esse é o caminho. O neoliberalismo é de uma gravidade que justifica uma frente ampla contra ele. É preciso que isso se faça.

Em pesquisa recente, constatou-se que a população brasileira acha que o real é uma questão fundamental. Não quer abrir mão dele e é por isso que questionamos junto ao PT e alertamos que a candidatura do companheiro Lula tem o estigma de quem foi contra o Plano Real. Ela não vai se ampliar. A rejeição será maior do que a capacidade de crescimento da candidatura do companheiro Lula. Isso não é uma crítica a ele. Temos admiração à história dele e ao que ele representa como a maior liderança popular contemporânea no Brasil, mas estamos discutindo candidatura. Estamos discutindo se é este companheiro que, neste momento, poderá conduzir o desafio de uma união mais ampla que racha as bases de centro do Governo para que possamos derrotar Fernando Henrique Cardoso, porque não dá para arriscarmos esse quadro que o Deputado Pinotti colocou de espoliação das nossas riquezas, ou seja, estamos trabalhando para dar dinheiro para banqueiro.

Antes a ciranda financeira era a inflação, agora é o mundo virtual do mercado internacional. Essa turma do Gustavo Franco e do Malan diz que temos que atrair capital. Temos que atrair capital produtivo. O capital parasita que entra quando se liga o computador da bolsa de manhã e sai de noite, porque vai pegar outra bolsa no final da tarde em outro país, não nos deixa nada. Gastou-se agora um grande montante das nossas reservas para repor esse capital que foi embora. Quando a bolsa do Brasil entra em operação, ele entra pelo computador, mas sai no final do dia e vai para a China, para Tóquio, passeia pela bolsa de Hong Kong, por Nova Iorque. Esse é um dinheiro parasitário.

Mais uma vez há a questão internacional: é preciso começar a se

lutar por essa bandeira de trabalhadores do mundo inteiro. Tem que haver o imposto das operações cambiais. Esse dinheiro tem que estar vinculado de alguma forma à realidade econômica. É preciso criar essas operações que são feitas diariamente e taxá-las. Esse imposto seria um fundo para criar emprego, para criar novos investimentos produtivos, infra-estrutura, porque sem ela não conseguiremos gerar os empregos necessários.

Trouxemos, pelo Governo do Distrito Federal, recentemente, um grande empresário alemão que disse claramente que o problema não é mais nacional. Ele contou a história dos japoneses, que, há dez anos, traçaram o novo mapa da sua economia e entraram por algumas províncias da China. Ele disse: "Mas esse não é um país comunista?" Eles responderam que não interessava. Chegariam lá porque precisavam do que havia ali: dos recursos naturais, da mão-de-obra, etc. E chegaram. Se se fizer uma lista dos vinte homens mais poderosos do mundo, só haverá dois presidentes nela, o resto serão presidentes de fundos de pensão, donos de empresas internacionais de telecomunicações. Esses são os homens que têm o poder. Não é mais o estado. Em termos de estado, há o Bill Clinton, que possui o maior exército do mundo. Então é um estado que tem poder real. Poderá haver algum presidente da Alemanha ou da França e talvez algum japonês, o resto são empresários. É o capital privado em diversas atividades. É um novo mundo que está sendo criado.

Para enfrentarmos o desafio do novo mundo que está sendo criado é preciso que, primeiro, tenhamos a coragem de fazer uma ampla revisão na nossa cultura, porque fomos formados nesse velho mundo. Somos socialistas, mas somos filhos do nosso tempo. É preciso que tenhamos coragem de, dentro do partido, criar a cultura do debate. Não é a cultura tradicional das esquerdas que, em vez de debater idéias, adjetiva a idéia do outro. Essa desqualificação é típica do stalinismo. Isso, infelizmente, existe também dentro do nosso partido. Não se entra no mérito da colocação do companheiro; desqualica-se o companheiro para não debater. Isso é um câncer em qualquer partido, que deve ser uma escola de cidadania. As nossas sedes regionais têm que ser escolas de alfabetização de cidadania, mesmo para o trabalhador que não seja filiado ao partido. Ele deve poder desfrutar de um local onde haja uma mesa redonda, um debate, um filme de vídeo, uma discussão. Nossas sedes têm que ser locais de troca de idéias, voltadas claramente para o nosso público, que é o trabalhador, é o público excluído, é o pessoal que está deserdado deste admirável mundo novo que a globalização está trazendo. O grande desafio para o mundo novo é um novo homem e um novo partido. Creio que a partir deste congresso teremos todas as chances de construí-lo.

Obrigado. (Palmas.)

Grupo de Debate - Plenário 8

EXPOSITOR: Governador JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE
DEBATEDORES: Deputado DOMINGOS LEONELLI
Vice-governador RENATO CASAGRANDE
MODERADOR: Deputado ALEXANDRE CARDOSO
RELATOR: Dr. IVAN RODRIGUES

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Declaro aberta a presente reunião do Grupo de Debates sobre o tema "Os Desafios da Esquerda Rumo ao Terceiro Milênio".

Inicialmente, teremos a exposição do Governador João Alberto Capiberibe. O Deputado Domingos Leonelli atuará como debatedor e o Deputado Alexandre Cardoso — este que vos fala — como moderador.

Proponho ao Plenário a seguinte forma de encaminhamento dos nossos trabalhos: o expositor disporá, no máximo, de trinta minutos. Em seguida, será aberta a palavra à platéia. O debatedor terá de dez a quinze minutos para apresentar os seus questionamentos e, ao final, o expositor disporá de cinco minutos.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Não havendo contradição, considero a norma aprovada pelo Plenário 9 que tem, como eu disse, como expositor o Governador.

Peço à Assessoria que marque o limite de tempo de trinta minutos para a exposição do Governador. Solicito, aos que quiserem fazer uso da palavra durante o período que será franqueado aos questionamentos, que usem o microfone e se identifiquem, inclusive declinando o Estado de origem.

Com a palavra Governador Capiberibe.

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE - O tema "Os Desafios da Esquerda Rumo ao Terceiro Milênio" é amplo. Assim sendo, vou abordar a questão democrática.

Iniciaria fazendo uma crítica à democracia representativa. Estamos convivendo intensamente com um processo de democracia representativa e sentimos — e o Alexandre deve ter essa sensação porque é um dos representantes da sociedade do Rio de Janeiro; não sei qual é a parcela da sociedade que ele representa — que, cada vez menos, a sociedade está representada por esta forma. É evidente que os integrantes instituições da democracia representativa — não tanto as Câmaras de Vereadores, porque estão bem mais próximas do cidadão, mas mais as Assembléias estaduais e o Congresso Nacional, a Câmara Federal têm muita dificuldade de exercer sua representação. Tenho ouvido muitas reclamações de Parlamentares nesse aspecto. A única forma que temos de construir o processo democrático ainda é através da representatividade da sociedade. Agora, é preciso, claro, criar outros instrumentos de controle social sobre a ação do Estado e de participação da sociedade. Para isso, gostaria de percorrer essa organização da sociedade para nos retermos na base de onde tudo começa: a comunidade local.

Temos no País uma tradição de centralismo. E a Esquerda tem, na sua essência, a consagração do processo centralizador. O Brasil é um país caracterizado pelo centralismo. Hoje, quando discutimos e tentamos reformular,

eu diria, atualizar idéias socialistas, é fundamental que levemos em consideração as comunidades locais, porque é ali que acontece a participação política, é ali que acontecem os atendimentos sociais básicos, enfim, é onde a sociedade vive e participa. Então, para reconstruirmos esse processo de democracia representativa, é necessário que haja instância nas comunidades locais. Além disso, é necessário que as políticas que possamos definir atendam a essas comunidades.

Acompanhei atentamente a exposição do Governador Cristovam Buarque que, com muita clareza, anuncia um discurso que corresponde ao que a sociedade moderna está vivendo e que tenta reformular alguns conceitos que são objeto de preocupação das Esquerdas, mas que precisam ser colocados de forma mais concreta. Por exemplo, a necessidade de melhorar a qualidade de vida dessas populações. Eu adicionaria aí a necessidade da valorização da comunidade local. Na verdade, este é um tema que inspira todo o nosso pensamento político, econômico e social: vincular a democracia à necessidade de revitalizar a comunidade e criar instâncias de participação democrática e de controle social.

Em todos os cantos deste País há um distanciamento, um imobilismo muito grande dentro dos partidos políticos porque não conseguimos estabelecer uma linguagem que mobilize o conjunto da sociedade. Quando passamos a estabelecer essa sintonia com a comunidade local, acredito que podemos estabelecer esse clima necessário à mobilização.

No nosso caso específico, tal qual aqui no Distrito Federal, desenvolvemos políticas globais que atendam a essas necessidades de melhoria da qualidade de vida da população. A população projeta futuro, traça cenários, imagina como melhorar a sua vida, mas o que ela espera de concreto dos agentes políticos e, principalmente, daqueles que estão governando é resposta de imediato para suas necessidades básicas. Para isso é fundamental que apresentemos e executemos.

Um programa para o nosso Estado — guardadas as especificidades de Estado na fronteira do País — tem que contemplar o conjunto da sua população, a formação dessa população, as suas relações históricas e, sobretudo, buscar uma identidade local. E nós desenhamos isso a partir da formação da população, qual é a constituição do povo brasileiro e, em particular, dos que vivem no Amapá. A sua composição é igual à do resto do Brasil, tem contribuição de índios, negros e portugueses e que estabeleceram relações econômicas também muito semelhantes no restante do País. Relações econômicas de dependência voltadas para os atendimentos das necessidades externas, sem contemplar as comunidades locais, sem dar resposta às suas necessidades. Então, desenvolvemos toda uma economia de utilização, de exploração de recursos naturais para atender às necessidades estratégicas do pós-guerra dos americanos, japoneses e europeus. Enchemos essa gente de minerais, mas sem atender minimamente às populações que ali vivem. Isso fez com que se criasse um duto de escoamento dessa riqueza sem impacto

social que pudesse trazer um desenvolvimento contínuo, uma perspectiva permanente de bem-estar social, de qualidade de vida.

Isso vale para o Brasil todo. Com raros momentos na História, o Brasil voltou a sua economia para o fortalecimento da qualidade de vida dos países industrializados. Isso levou a que esses países atingissem patamares de qualidade de vida infinitamente superiores ao da média da população brasileira e estabeleceu consumos completamente diferentes entre as populações do Brasil e dos países industrializados. O consumo energético médio de um americano para um brasileiro é de dez para um.

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Governador, parece-me que não houve debate no outro plenário. Solicitaria que suspendêssemos a exposição por um ou dois minutos, até que as pessoas se acomodem.

Para os que chegaram agora, o tema da exposição do Governador João Alberto Capiberibe é "Os Desafios da Esquerda Rumo ao Terceiro Milênio. Atuará como debatedor o Deputado Domingos Leonelli.

Por sugestão do debatedor, pedimos ao Governador que faça um breve resumo dessa parte inicial, porque o plenário teve uma outra dimensão e a participação da platéia, no meu entender, seria mais objetiva. Em seguida, poderemos avançar.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE - Eu comecei falando sobre democracia e fiz uma ligeira crítica sobre a forma como se dá a democracia representativa, a falta de controles sociais dos modelos de desenvolvimento aplicados ao nosso país, voltado para a satisfação das comunidades externas, sem a participação e integração do povo brasileiro. E estava dizendo exatamente que esse processo de desenvolvimento econômico levou a grandes concentrações e consumos médios entre os dois países, fazendo com que o americano consuma dez vezes mais energia e quatorze vezes mais papel do que o brasileiro. Isso demonstra claramente que nós desenvolvemos uma economia de dependência e de desvalorização dos nossos recursos, além do não atendimento das satisfações sociais internas.

Em rápidas palavras, o que acabei de expor é que há uma relação entre o processo democrático e a valorização das comunidades. O que pretendo mais ou menos conduzir é que, para que possamos recriar um processo econômico que nos satisfaça e nos atenda, precisamos de democracia. A democracia, necessariamente, tem que ser construída a partir das satisfações locais, das comunidades locais, da valorização de quem vive na localidade e do aproveitamento correto dos recursos, agregação de valor. Ou seja, num país da dimensão do

Brasil — aproveito para referir-me ao Estado que governo —, um país com tamanha riqueza precisa valorizar essas riquezas. Isso tem que ser objeto de negociação política, de nos situarmos para debater a forma de valorização das nossas riquezas e, evidentemente, das nossas populações.

Referi-me também no primeiro momento que nós desenvolvemos no Brasil como um todo e na Amazônia em particular uma exploração desses recursos, além de predatória, voltada para o atendimento e as satisfações externas. As populações locais ficaram marginalizadas dos benefícios econômicos. É um processo colonizador. E nós não conseguimos sair disso. O Brasil, com a dimensão que tem, com a população que tem, não consegue esboçar ou formular uma proposta de inserção no cenário internacional que coloque em evidência a necessidade da satisfação de suas necessidades internas.

O Brasil teria condições de formular e de sustentar a sua inserção nesse cenário internacional com garantias mínimas para a sua população. No entanto, essa é uma questão de ordem política. E esse ensaio, essa tentativa de o Brasil se inserir no processo que estamos observando com a classe hegemônica no poder faz com que nos aprofundemos nesse processo de exclusão social. O pacote demonstra claramente isto, vamos ter mais desempregados, mais pobreza generalizada no País. O que considero mais grave é que diminui a nossa capacidade de dialogar com as grandes potências e aumenta o fosso das diferenças entre ricos e pobres.

Acompanhei com atenção as palavras do Governador Cristovam e acho que temos que ter um discurso muito concreto para a população, um discurso que resolva seus problemas. Não dá para esperar se criar condições ideais para governar de forma hegemônica, a esquerda ter hegemonia no poder para depois oferecer qualidade de vida à população. Esta tem que ser uma conquista nossa, que temos compromisso com a sociedade e também em conjunto com a sociedade. Um discurso concreto nosso hoje pode ser em cima dessas questões mais urgentes e mais imediatas. A realidade hoje para a população do Amapá — e me parece que seja para quem mora no Rio Grande do Sul ou na Bahia — é que é necessário saúde mesmo e educação. Precisamos ter um mínimo de escolaridade no País até para podermos formar partidos políticos. Não se forma partido político com analfabetos. Os analfabetos não têm interesse porque não tem universo para compreender os debates políticos. Então, temos que formular uma proposta que mexa com as pessoas, que desperte o interesse das pessoas.

E nos parece interessante que o PSB formule, enquanto partido que começa a adquirir uma dimensão e uma densidade, não só como plataforma para a sociedade, mas também como orientação para alianças futuras, um programa claramente definido, que diga o que vamos fazer da economia do País ou das economias locais. Trabalhamos desde o Município até a questão nacional. Insisto

que temos que privilegiar e democratizar as nossas relações com as comunidades locais. O partido não pode ser verticalizado, ele tem que enriquecer-se das experiências locais. Temos inúmeros Prefeitos dentro do partido que, certamente, estão desenvolvendo ações muito concretas com as suas comunidades. Se quisermos um partido forte a nível nacional, temos que conhecer essas experiências que estão sendo desenvolvidas, essas soluções que estão acontecendo a nível das comunidades locais. A partir do reconhecimento de que a democracia se faz onde as pessoas vivem, acredito que possamos ter um partido que congregue e cresça com coerência.

Uma outra questão que considero fundamental nesses doze anos de reorganização do partido é que tivemos um crescimento constante, porém não houve uma avalanche dentro do PSB. Acho que isto nos favorece, de certa forma, para que possamos definir as linhas. E este congresso é fundamental para isto. Todas as idéias que vi desde hoje pela manhã que vi em discussão são novas, são ações novas dentro do partido que temos que abraçar. Acredito que a palestra feita pelo Cristovam hoje corresponde muito às aspirações dos militantes do partido. Estive conversando depois com alguns militantes do partido e eles acharam profundamente interessantes as observações do Governador Cristovam em relação à economia, à política de definirmos o PSB um partido voltado para a solução do problema da exclusão social. E essas soluções têm que ser simples, criativas, vindas da base, daquelas pessoas que fazem o cotidiano deste País, associadas, posteriormente, é claro, a nível nacional. Que tenhamos um respeito maior, que o partido se comprometa em definitivo com o processo democrático, esse que surge onde as pessoas vivem.

Uma outra questão que também acho fundamental é a compreensão da dimensão do Brasil. Acho que temos obrigação de formular — nós, do PSB — políticas capazes de compreender a dimensão do País e de compreender as diferenças regionais. Políticas nacionais para diversas regiões do Brasil, levando em consideração os seus estágios de desenvolvimento. É nítida a diferença entre as diversas regiões do País.

Uma questão que eu queria destacar é que o Brasil tem dimensões continentais e mais de 50% da superfície deste País está na Amazônia. Por incrível que pareça, a Amazônia é hoje a marca mais conhecida do Brasil fora do Brasil, só perdendo para a Coca-Cola. Depois da Coca-Cola, a marca mais conhecida é a Amazônia. O Brasil é um ilustre desconhecido em relação à Amazônia. A importância que se dá à Amazônia fora do Brasil não tem correspondência interna. Nós não conseguimos colocar na agenda de discussão a questão Amazônica. No máximo, discutimos aspectos dela, como a questão indígena ou do desmatamento. No entanto, a importância estratégica da Amazônia para o País, nós ainda não conseguimos incluir nas preocupações dos nossos partidos. Principalmente dentro

do PSB ainda não conseguimos colocar com clareza a importância estratégica dessa região.

Tivemos uma experiência agora recentemente. O Brasil tem fronteira com quase uma dúzia de países. Nós, na Amazônia, temos fronteira com a França, com a União Européia. Quando se falava isso há três anos parecia uma idéia absurda. Lembro-me de que um dia, conversando com um jornalista, disse que o Amapá estava na interseção do Mercosul — e o Brasil é o líder dessa guerra de mercados — e a União Européia. Disse que possivelmente teríamos uma estrada ligando o Brasil à União Européia. O jornalista me perguntou se a estrada ia cortar o oceano! Expliquei que temos lá um departamento francês, que a nossa Diplomacia insistia que se tratava de uma colônia.

Essa reformulação de conceitos eu considero muito importante entendermos. O conceito de colônia é para quem vive sobre um estado como esse. E as pessoas que vivem na Guiana não a consideram colônia. Eles não se sentem franceses, mas fazem parte da França com todos os direitos, inclusive os cômodos direitos que a sociedade francesa consegue ofertar aos seus cidadãos. Eles vivem muito bem, têm um padrão de vida excelente. Nas eleições o Partido Independentista tem 10% dos votos.

Portanto, quem tem que definir se é colônia ou não são aqueles que lá estão. Para nós é importante, consideramos como fronteira de um país industrializado. Podemos tirar proveito dessas vantagens que essa circunstância geográfica pode nos oferecer. Assim como também o Brasil como um todo, com os seus 160 milhões de habitantes, com a sua população e com a sua cultura extremamente diversificada, com todo um potencial de recurso tem que se sentar numa mesa de discussão internacional. Nós sabemos que não podemos ser auto-suficientes, vamos precisar estabelecer relações de trocas comerciais e tecnológicas. Só que precisamos ter negociadores que representem os nossos interesses. E esses negociadores, evidentemente, têm que surgir através de um governo que também represente o interesse do conjunto da população brasileira e não dos seus setores da classe dominante aí representadas pelos sucessivos governos.

Gostaria de ter perguntado ao Cristovam como é possível desenvolver uma experiência de políticas contra a exclusão social, porque, neste caso, se tem que definir políticas públicas e sociais que contemplem de fato. Uma coisa é eu fazer um discurso aqui, outra coisa é eu ir lá para Samambaia — o bairro do Cristovam, o meu é o Nova Esperança — conversar com a comunidade. Lá não dá para fazer discurso. Lá, na hora em que eu falar em saúde, tenho que ter o atendimento. É preciso definir e tem gastos. Como se faz para conciliar? O Cristovam poderia ter nos explicado como faz para conciliar a expansão de políticas sociais para os excluídos com o atendimento da oligarquia que está aí, parece-me. O dinheiro não dá para atender às duas coisas. Se se faz política para os excluídos,

vai ter que tirar de algum lugar. Não se vai rodar a máquina para fabricar dinheiro. Essa é a grande tarefa que ele falou do maestro, do concerto com "c". Aqueles que são beneficiados pelas políticas de combate à exclusão nem sempre compreendem que, para que sejam satisfeitas suas necessidades, há que se provocar insatisfeitos. É preciso tirar de um setor e transferir para outro setor. Não dá para atender às duas coisas: manter o apetite da oligarquia, com todos os seus mecanismos viciados no poder e, ao mesmo tempo, fazer políticas sociais. Pelo menos esta é a minha experiência.

O teste vai ser importante para nós, no meu caso e no do Cristovam. Vamos certamente ter a prova definitiva o ano que vem. Será que vamos conseguir que as políticas públicas voltadas para o combate à exclusão tenham compreensão política eleitoral? Acho que para o ano nós vamos ter oportunidade de ter uma resposta. Se tivermos uma resposta positiva, acredito que este é um novo caminho que se está abrindo.

Para finalizar, acho que o partido tem que estar aberto e disposto a enfrentar os novos paradigmas. Não é possível mais preocupar-se — como ao longo deste século nós nos preocupamos — com o desenvolvimento econômico para resolver os problemas sociais. Ora, tanto o mundo capitalista como o mundo socialista viveram da exploração dos recursos da natureza, na expectativa de satisfazer às necessidades sociais. A verdade é que nós hoje vivemos situações dramáticas, nos dois lados, em função de equívocos e erros cometidos no uso desses recursos, na irracionalidade e no abuso. Durante todo este século imaginávamos que os recursos da natureza eram inesgotáveis. Só que agora eles começam a dar sinais de que não é verdadeira essa tese da utilização permanente, duradoura e que os recursos são inesgotáveis. Não é verdadeiro. Os recursos dão sinais de que a pressão exercida é exagerada e que é preciso contabilizar esses custos também.

O PSB tem que assumir a discussão de que a utilização dos recursos da natureza tem custos pesados e eles precisam ser contabilizados. Quando se usa o solo para o cultivo intensivo, isto certamente provoca danos à natureza que não estão contabilizados no custo de produção. Vai chegar o momento em que nós vamos ter um solo compactado que não produz mais nada, estéril e inútil. E como recuperar isso? Não acumulamos recursos para poder recuperar os danos que estão provocando.

Como disse o Cristovam — e acho muito interessante — é difícil alguns setores e até companheiros nossos entenderem que não é possível permitir que se faça um aglomerado urbano nas cabeceiras de uma bacia hidrográfica. É preciso agir, porque se tem conhecimento de que se se contaminar as nascentes, tudo será contaminado. E, muitas das vezes, em função até de um sentimento, que não sei muito bem como classificar, até os nossos companheiros se colocam contrários a determinadas medidas necessárias para o bem comum.

Um outro ponto que me referencia para o que podemos fazer enquanto Esquerda num processo como este é promover a cidadania. Como se promove a cidadania? Melhorando a qualidade de vida do cidadão. As ações nessa direção têm que merecer o nosso integral apoio.

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Governador, desculpe-me interrompê-lo. O tempo de V.Exa. esgotou-se, vamos conceder-lhe mais cinco minutos para terminar a exposição.

O SR. JOSÉ ALBERTO CAPIBERIBE - Vou concluir.

Uma questão decisiva para fortalecer o PSB é que ele não deixe de ser um partido preocupado com aquele trabalhador que tenha carteira assinada; ou seja, aqueles que participam da economia formal. O PSB tem que estar na luta sindical, tem que estar no movimento estudantil, enfim, tem que estar onde haja organização social. Mas não é só. A sociedade hoje é composta daqueles que têm carteira assinada e daqueles que não a tem. O PSB tem que ter uma visão do conjunto da sociedade e tem que estar preocupado com soluções conjuntas para a sociedade. A expectativa é de que este congresso possa formular políticas que contemplem o conjunto da sociedade: do índio ao empresário, no meu caso. No caso aqui não seria nem dos excluídos, mas dos inimpregáveis ao empresário. Acho que é a oportunidade que o partido tem de assumir uma cara com profunda identidade social, com profundo compromisso político com a sociedade brasileira. Acho que esta é uma oportunidade, é uma chance que nós temos de surgir como um grande partido, com cara e com decisão muito firmes e que nós todos, militantes do partido, possamos cumpri-la.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Parabenizo o Governador Capiberibe pela sua exposição.

Antes de abrir a palavra para o Plenário, vou criar uma exceção. Vou convidar para fazer parte da mesa o Presidente do outro Grupo de Debates, Vice-Governador Casagrande, já que houve um aditamento à platéia da platéia do outro plenário.

Passo a palavra ao Vice-Governador do Espírito Santo, José Renato Casagrande.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE - Só uma questão de ordem.

Constam do temário diversos pontos, um deles é a política de alianças. Não sei se você fez alguma divisão inicialmente na discussão ou se deveremos fazer essa discussão em bloco, como está aqui no programa.

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Na primeira parte eu abri para discutirmos "Os Desafios da Esquerda Rumo ao Terceiro Milênio." Vou permitir ao Plenário — e foi aprovado — o questionamento por parte da platéia. Retorno ao debatedor e, em seguida, o segundo tema poderá ser abordado, tanto pelo expositor, como pelo debatedor. Na verdade, dos temas, um é pontual. Desta forma, avançaremos com mais pragmatismo. Sobre a exposição do Governador Capiberibe o Plenário tem, por ordem de inscrição, dois minutos para proceder aos questionamentos.

Aqueles que quiserem se inscrever, basta levantar o dedo.

O SR. FERNANDO - Peço a palavra para uma questão de ordem.

Pelo próprio regimento do Congresso, iríamos discutir agora à tarde a questão da consolidação e a construção do PSB. Como foi colocado aqui pelo Vice-Governador Casagrande, este primeiro tema foi discutido hoje no grande plenário pela manhã.

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Também nas reuniões da tarde a exposição seria este tema. O segundo tema da reunião da tarde seria a Política de Alianças. Então, a exposição de cada um dos expositores seria o Partido no Terceiro Milênio.

Existem dez inscrições.

Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Vice-Governador Renato Casagrande.

O SR. JOSÉ RENATO CASAGRANDE - Boa tarde a todos!

Cumprimento o Governador Capiberibe, os Deputados Alexandre Cardoso e Domingos Leonelli, todas as delegações, em especial a delegação do meu Estado, Espírito Santo, presente neste evento.

O Governador Capiberibe tem sido muito feliz nas suas exposições, a quem peço desculpas por ter interrompido a explanação. Por falta de debatedor e de expositor no nosso grupo, tivemos que nos deslocar para este.

A discussão da democracia baseada na realidade local é um tema que o Capiberibe sempre coloca nos debates. Ele é fundamental para que possamos estabelecer uma forma de comunicação mais fácil e mais direta com a sociedade e aquela sociedade que nós queremos defender prioritariamente, que são os excluídos.

Nós, dos partidos de Esquerda, temos uma prática de estarmos discursando, desenvolvendo nossas ações sociais para que essas pessoas sejam atendidas. No processo eleitoral, geralmente essas pessoas votam em candidatos

de partidos adversários aos nossos. Então, temos algumas questões que levam a isso: primeiro, a prática política adotada a nível nacional, a prática do clientelismo. Segundo, nós não estabelecemos uma comunicação que permita que essas pessoas sejam esclarecidas das propostas que nós temos para essa sociedade. Quando estamos lá na comunidade fortalecendo o movimento popular, fortalecendo as entidades, fortalecendo em especial o Município, temos a condição de levar essa discussão e nos fazendo entender para essas pessoas que nós queremos desenvolver essa política. O fortalecimento dessas estruturas municipais é um caminho vital para que a gente chegue a resultados na área econômica, através do planejamento econômico do Município ou de uma determinada região, na área social e na área política.

O partido tem demonstrado nos últimos ano, em especial neste último ano, um potencial de crescimento muito grande. Temos crescido, haja vista a representatividade verificada neste congresso que estamos realizando neste momento. Essa consolidação partidária, que é o grande tema deste congresso, passa e tem que passar pelo fortalecimento do partido no Município. Então, o nosso planejamento político também no Município nos leva a ter uma condição melhor de desenvolver as nossas ações. Vamos trabalhar para que possamos fortalecer essas entidades.

O Governo Federal, através das medidas provisórias e dos projetos de lei, tenta, cada vez mais, estabelecer um controle econômico e político do órgão máximo da instituição máxima. Temos que ir puxando para que possamos fortalecer a Federação. Um dos subtemas do nosso congresso é o fortalecimento dos Estados para que possamos ter o fortalecimento da Federação e, em conseqüência, as descentralizações das atividades para que os Municípios também sejam fortalecidos.

Todos os desafios que temos a enfrentar hoje no campo da Esquerda passam, primeiramente, pelo fortalecimento do partido. Não temos como enfrentar esses desafios se não tivermos um PSB cada vez mais forte. E o PSB está crescendo.

Um dos desafios que o Governador do Distrito Federal apontou hoje na parte da manhã é a unidade da Esquerda para um objetivo imediato, que é a eleição de 98. Vamos ter que conseguir essa unidade. Agora, temos que pensar além da unidade das esquerdas, porque em todas as análises que fazemos do desenvolvimento da Esquerda a nível mundial, ela só conseguiu avançar quando consegui puxar também parte do Centro. Então, temos que puxar parte de lideranças de partidos, de setores de partidos para que estejam conosco nesse projeto de unidade da Esquerda. Isso vai se configurar num programa. Esta é uma meta imediata que todos temos para que possamos consolidar o partido com uma velocidade maior e para que nós possamos estar conseguindo nos comunicar com essa parcela da sociedade excluída numa velocidade também maior.

Algumas questões a mais que são colocadas e que devem fazer parte da nossa reflexão neste momento de definição muito grande do PSB é a relação interna nossa. Estamos conseguindo, nos últimos anos, estabelecer uma relação de mais fraternidade dentro do partido. O Governador Miguel Arraes, Presidente do Partido, coloca isso freqüentemente nas suas falas. Além da relação política, da nossa ideologia e do nosso programa, temos que ter essa relação de fraternidade para que também possamos permanecer, por um tempo maior, nesse crescimento uniforme que nós estamos tendo e que esse crescimento possa se transformar para se transferir para o conjunto partidário.

Com a palavra o Deputado Domingos Leonelli.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MODERADOR (Deputado Alexandre Cardoso) - Com a palavra o Deputado Domingos Leonelli, por dez minutos, com mais cinco de prorrogação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS LEONELLI - Quero parabenizar a todos os companheiros, especialmente o Governador Capiberibe e me congratular com todos. Acho que estamos atualizando o nosso debate. Estamos colocando num nível muito alto as questões mais candentes do País hoje.

Quero me permitir comentar as intervenções feitas, especialmente a do companheiro Governador e as outras que foram feita, sob um determinado ângulo em que tenho insistido. Creio que muitas das questões aqui colocadas — vou correr o risco até de desagradar, mas sou obrigado a dizer a verdade — são feitas às vezes de uma forma um pouco cômoda em relação a uma visão que tenta simplificar e acaba dificultando.

Por exemplo, toda vez que temos esse forte apelo, ao mesmo tempo em que Capiberibe coloca a questão ampla da inserção do Brasil na economia global, que não corresponde a um diálogo respeitoso com o mundo — e é verdade isso, não estamos nos protegendo — diz que é preciso perguntar o que fazer com a economia nacional e também com as economias locais. Coloca, portanto, questões muito amplas, tem a coragem de dizer que o nosso Partido deve ser o partido da luta contra a exclusão social basicamente, mas aí vem um certo vício democrático, um certo vício de visão a que me disponho debater para que tornemos mais complexa a nossa discussão.

É a nossa ilusão nas soluções de base, essa ilusão de que a solução dos problemas brasileiros pode vir de uma pseudodescentralização também anotada em várias outras intervenções. Não foram poucas as intervenções aqui que voltaram à questão da necessidade da descentralização, da solução de base, da solução local.

Eu queria, em primeiro lugar, desmistificar isto. Queria dizer que não tem base científica nem na História, na nossa experiência política. Nenhum partido se desenvolveu à base da base. O Partido, assim como cada dirigente de cada bairro, de cada cidade, de cada Município, de cada rua, ele é um dirigente que se coloca e coloca suas idéias perante a população e é a base dessa colocação que a população reage. Do contrário, ele pode virar apenas um tipo de vereador demagogo, que escuta o que o povo quer e reproduz apenas. Aquilo não liberta o nosso povo. Se você apenas escutar e reproduzir o que o povo quer, o que ele quer é óbvio, você tende a enganá-lo.

Um partido capaz de transformar a realidade tem a obrigação de levar para a rua, para o bairro, para a chamada base a questão nacional. Tem que explicar que está faltando dinheiro. Aliás, o Capiberibe disse muito bem a questão colocada pelo Governador Cristovam hoje pela manhã, como expandir gastos sociais, sem recursos? Como atender à necessidade do esgoto, do asfalto, do transporte, da escola, da saúde, do médico sem dinheiro? E o André colocou isso bem — ou você discute a questão tributária nacional ou você discute a questão nacional, que é onde se decide como chega o dinheiro para atender à reivindicação daquela rua, ou nós vamos estar correndo o risco de querer enganar o nosso povo, achando que a solução total pode ser dada apenas transformando o companheiro desempregado em empregado. Acho esta uma solução revolucionária, criativa, transformadora, mas não é completa. Não podemos nos enganar, nem enganar ninguém, dizendo que isso é possível para resolver as questões.

Essa questão do geral e do particular, do nacional, do estadual e do local. Este é um tema que, felizmente, o nosso companheiro Zezito voltou a colocar. Não se pode discutir a questão do desemprego apenas dando a solução da enxada ou da carroça para ser recolhido o lixo. Esta é uma solução, tem que ser encarada, temos que pensar em tudo. Mas é preciso enfrentar a questão nacional e internacional, a questão da globalização.

Aliás, é bom não confundir isso. Ouvi ontem alguém falar sobre globalização como se fosse imperialismo. São conceitos diferentes. A globalização é a vitória do imperialismo que já ganhou essa parada internacional e já internacionalizou o capital. Não tem mais imperialismo como tinha antigamente não. A questão é muito pior, hoje é muito mais grave. Há uma economia globalizada sim, que não nos cabe mais discutir se há ou se não há, ou achar ruim, feio ou bom. Cabe-nos, sim, ver como nós vamos participar dessa economia globalizada. Não há possibilidade de nós condenarmos, de nós criarmos pejorativos, adjetivos, chorarmos no pé do caboclo com relação a isso. Não tem choro nem vela. A globalização está aí e envolve o mundo todo. Envolve a China Comunista, envolve a Rússia pós-socialista, envolve a África, envolve os Estados Unidos, a Alemanha e a Suécia de forma diferenciada. Em uns ela significa ganhos e também

perdas. Todos os países do mundo são prejudicados, são afetados pela globalização de uma forma ou de outra. Não pensem que nos Estados Unidos tudo é beleza de Deus em relação à globalização. Não. Quando o governo americano é obrigado a taxar a laranja, a taxar o nosso suco para não deixar entrar lá, não faz isso porque gosta. Ele sabe que tem prejuízos na imagem, nas relações com o mundo. Ele faz isso porque não tem jeito, porque a globalização leva a economia também norte-americana a ter problemas. Só que lá tem decisão nacional e eles se protegem. Aqui nós fazemos o contrário. Nós usamos a globalização para uma perda da nossa identidade nacional.

O socialismo moderno tem que discutir é como nos inserirmos na globalização. Isso é essencial. Fernando disse bem, não tem como lamentar a globalização, é como vamos nos inserir nela. E mais, creio que nós não podemos ter a ilusão de que a decisão brasileira é absoluta. O Brasil não decide o que quer em relação a isso. Nenhum país decide o que quer em relação a isso.

Não existe país mais poderoso nacionalmente do que a China. Nem as alterações democráticas institucionais ele atendeu. Está lá, é uma ditadura do proletariado. É um sistema socialista tradicional. Agora, aberta na área econômica. Não porque ela queira ou porque goste, é porque não tem jeito mais. Nós temos que captar recursos internacionais, sim. Como Cuba luta desesperadamente para colocar um hotel estrangeiro lá. Todos querem o capital estrangeiro. O problema é como quer.

O que quero dizer é que nós não podemos ter a ilusão de que podemos voltar à década de 50 e resistir à entrada do capital estrangeiro. E temos de dizer isso para a nossa base. Caso contrário, vamos estar enganando o nosso povo. O que é ruim não é que a empresa estrangeira se instale aqui. Era bom que, em vez de uma fábrica de sapato em Franca, tivéssemos duas. Uma nacional e uma estrangeira concorrendo. Não tinha problema nenhum. Se este Governo quisesse abrir o mercado das telecomunicações e deixasse que o capital viesse e implantasse aqui três Embratel era ótimo. Não teria problema algum. O problema é que estamos substituindo a empresa nacional, aquela que gera emprego aqui, em vez de fabricar aqui estamos importando o produto que gera emprego lá fora. É isso que os Estados Unidos não permitem que se faça lá. Para isso eles usam política tarifária. Eles não usam retórica nacionalista. Continuam dizendo que são abertos, internacionalistas, internacionais, globalizados etc., mas são mais nacionalistas do que ninguém. Colocam a tarifa e as alíquotas de importação aonde querem para impedir e proteger a sua economia.

É o que nos falta aqui. Temos um Governo que, além de trair o próprio programa do partido, está traindo o Brasil hoje nesse sentido. O enfrentamento da globalização não pode se dar na ilusão de que nós vamos impedir a globalização do mundo e vamos nos safar dela. É impossível. Temos que nos inserirmos soberanamente.

Quero me valer aqui de uma colocação feita pelo último companheiro que falou, de Diadema. A questão do socialismo. Eu não creio, sinceramente não creio que nós possamos colocar — e aí concordo com o Governador Cristovam — a questão do socialismo como a nossa bandeira imediata para o País. Temos que colocar em discussão hoje o que seria uma visão socialista do processo brasileiro. Mais do que retomar a bandeira da implantação do socialismo democrático, mesmo o socialismo democrático no Brasil. Não é esta a etapa da nossa realidade brasileira.

Nesse sentido, apresentei ao Congresso um pequeno trabalho, uma pequena idéia, que vou me referir a ela depois, que se chama "Revolução Retomar o Elo Perdido". A grande perda da nossa Esquerda não foi exatamente a questão do socialismo. Creio que foi desnorteada, impactada não só pela queda do Muro de Berlim, como pelo desmoronamento total de um sistema mais ou menos definido de um estado socialista, que era um modelo, as mudanças tão profundas na China, em Cuba mesmo, e a idéia de que a dissociação entre revolução e insurreição. Está comprovado que não tem lugar no mundo mais para um tipo de revolução insurreicional clássica. Você arma um exército popular, toma o poder e desbaraça o estado e reconstrói outro estado feito de trabalhadores, marinheiros e camponeses. Isso não cabe mais, até porque os trabalhadores já são de outro tipo, já não é a classe operária industrial mais. Ela está deixando de existir fisicamente. O destino da classe operária hoje durante o capitalismo, mesmo antes porque Marx previu isso no comunismo. Está acontecendo no capitalismo o que deveria acontecer no comunismo. Quer dizer, a classe operária está acabando, está deixando de existir. A tendência natural é que não tenha classe operária mais. O trabalho é realizado por máquinas. E nós não temos que lamentar isso, temos que saudar isso. Isso é muito bom. Aquele trabalho era alienante, escravizante, era um trabalho que enriquecia e escravizava. Enriquecia uns e escravizava outros.

Agora, isso gera uma nova condição no mundo, isso gera uma nova realidade inclusive política. O caráter da revolução tem que mudar também. Discutia isso com alguns companheiros da Bahia, inclusive discutimos ontem em relação a homenagem ao Che Guevara. Foi uma ótima palestra, mas achei que faltou um pouco se dizer o que significa o Che. Che Guevara significa a rebeldia, o componente de rebeldia e de insurreição que há na revolução, É uma espécie de carimbo, de marca. Mas a revolução mesmo não foi o Che que fez, foi Fidel que fez durante 30 anos em Cuba. É lá que é feita a revolução no dia-a-dia, na construção. A rebelião é bonita, é emocionante, ela nos comove a todos. Mas a revolução é tarefa cotidiana, feita ao longo de anos de construção suada, difícil, desgastante, ninguém sai herói de uma revolução depois de completada. Só depois de muitos e muitos anos, depois de morto. Fidel é um herói hoje já com muito desgaste. Nós todos sabemos disso.

Esta idéia de revolução mudou, mas, a meu ver, não deixou de existir. Proponho que o nosso Partido — talvez não pudesse ser num congresso tão amplo, ou poderia sê-lo — convocasse representações que discutissem a retomada do sentido da revolução. Inclusive nós temos uma condição privilegiada. Temos que fazer como Mao-Tsé-Tung, transformar as nossas dificuldades em vantagens. O PT, o PCdoB têm a vantagem de ser partidos basicamente assentados sobre o mundo sindical e associativo. Eles têm a vantagem de representar segmentos organizados economicamente. Isso lhes possibilita base material, trabalho, enfim, tudo aquilo que um sindicato, uma associação, com apoio da Igreja Católica etc. Nós somos o partido — o Governador Miguel Arraes tem dito isso com muita propriedade e tem insistido nisso — das grandes massas populares. Vejo aqui muita gente de bairro popular, sabendo que, pior do que sofre o empregado de uma estatal, que às vezes sofre, muito pior sofre o que não tem emprego no bairro, sofre a tragédia do desemprego, da exclusão, do subemprego. Este é o desafio do Brasil, este é o desafio revolucionário.

Não há possibilidade de enfrentarmos a globalização com este Estado que aí está. É muito caro. Tem privilégios, sim. Tem mordomias, sim. Tem safadeza, sim. Vai ser preciso enfrentar. Não há possibilidade de reformularmos o País, sem que o nosso povo ainda tenha muitas restrições durante muitos anos.

Pergunto: qual é a força capaz de conduzir o nosso povo a poder fazer sacrifício, sabendo que chegará a algum lugar? Só a Esquerda. Só a Esquerda que não roubou e não deixou roubar. Só a Esquerda que, desesperadamente, errando ou acertando, se dedicou ao seu povo. Esse é um patrimônio moral de toda a Esquerda brasileira. Acho que alguns segmentos da Esquerda, como o nosso Partido, o PSB, tem a possibilidade, não tendo os vínculos, as vantagens e também as desvantagens de ser um partido vinculado de forma tão nítida a organizações corporativas poder trabalhar a idéia de uma revolução a longo prazo de um movimento transformador da realidade, com um novo tipo de governo e de processo de reconstrução.

Era o que queria dizer, muito obrigado. (Palmas.)

Grupo de Debate - Plenário Nereu Ramos

EXPOSITORA: Ex-prefeita LUIZA ERUNDINA
DEBATEDORA: Deputada MARIA AUGUSTA FELDMAN
MODERADOR: Ex-ministro JAMIL HADDAD
RELATORA: Dra. EMÍLIA DUARTE

29 de novembro de 1997
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. MODERADOR (Jamil Haddad) - Estamos dando início à sessão para discussão do tema: 1 – CONSTRUÇÃO DE UM GRANDE PARTIDO NACIONAL E POPULAR, através de um projeto de inclusão social que assegure: 1.1 – a preservação da autonomia nacional; 1.2 – fortalecimento da Federação; 1.3 – a consolidação e unificação dos movimentos populares; 1.4 – a solução das desigualdades sociais e regionais; 2 – POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PSB PARA 1998. A Expositora do tema é a nossa companheira Erundina, que terá de vinte a vinte e cinco minutos para apresentar a sua exposição. Posteriormente, haverá comentários do Debatedor, que é a nossa colega Maria Augusta, do Rio Grande do Sul. Após, serão permitidas perguntas ou intervenção dos integrantes do plenário pelo período de três a cinco minutos. Finalmente, submeter à deliberação do grupo o relatório temático ao final do debate.

Para iniciarmos a nossa discussão, passo a palavra à companheira Luiza Erundina para fazer a exposição do tema.

A SRA. EXPOSITORA (Luiza Erundina) - Boa tarde aos companheiros e companheiras da mesa, do plenário, boa tarde ao companheiro Jamil. Eu gostaria de propor inicialmente que revíssemos um pouco a estrutura do tema que nos foi proposto para esse debate: a construção de um grande partido nacional e popular. O que é construir um partido nacionalmente e como dar base popular, caráter popular a esse partido. Com relação a dizer que a construção de um grande partido popular se fará através de um projeto de inclusão social, penso que um projeto de inclusão social deve ser resultado de uma decisão política de um grande partido nacional e popular que pretende intervir na realidade, mudar essa realidade no sentido de corrigir injustiças, distorções, e com isso incluir os setores excluídos da sociedade. Tanto é verdade que há necessidade, observando um pouco da estrutura do próprio tema pode-se ver que os subtemas que se seguem à proposição geral não correspondem muito, em termos de dimensão, ao que está estabelecido nos limites da estrutura geral do tema. O que quero dizer com isso? Em primeiro lugar, temos que partir do que se entende por um partido político de âmbito nacional e um partido político de base popular que esteja inserido no tempo, no espaço, e que, portanto, dê conta das demandas, das aspirações e dos compromissos políticos que um partido político deve ter com aquele seguimento de classe, com aquela classe social, que é a referência desse partido, ou a quem esse partido pretende representar.

Nesse sentido, gostaria de retomar um pouco a própria história do PSB, que foi ontem colocada no ato de abertura, e percebe-se que o PSB já foi um grande partido político no Brasil com uma presença importante em momentos de grandes decisões políticas do País e com lideranças bastante representativas, significativas, lideranças intelectuais, lideranças que estavam ligadas a um segmento da sociedade, com um forte compromisso com as camadas populares, com os setores populares, mas não necessariamente ligados ou parte desses setores

populares. O que quero dizer com isso? O PSB, nas suas origens, é um partido de grande figuras nacionais, com uma proposta socialista, com uma estratégia de intervenção política importante nos grandes momentos da vida e do processo político nacional, porém, salvo melhor juízo, e no caso os socialistas históricos poderão me corrigir, não me parece que tenha sido um partido de massa em algum momento da sua história, que tenha sido um partido com uma forte base popular, seja sindical, seja social no sentido mais amplo do termo. É um partido que se configurou historicamente sempre como um partido de vanguarda, de quadros, de lideranças intelectuais como estratégia política. Interferiu decisivamente na história e rumos do nosso país ao ponto de ter sofrido perseguição, restrição e até obrigado a interromper suas atividades, a viver na clandestinidade por algum tempo e sofrer aCreio que isso corresponde muito àquilo que está expresso no pensamento do Gramsci e que se encontra exposto no salão principal do Congresso Nacional.

Temos no painel a seguinte frase de Antônio Gramish: "Na verdade, posso dizer que um partido jamais se completa e se forma no sentido de que cada desenvolvimento cria novas missões e encargos". Isso quer dizer que a cada tempo, em cada momento da história de uma sociedade, um partido, como um ente vivo e um ente que deve estar a serviço, pelo menos de uma parte da sociedade a que diretamente vinculado, sofre certamente as mudanças que ocorrem na sociedade e em relação àquele setor em particular que esse partido representa.

Isso nos leva a concluir que o PSB deve se situar hoje, neste momento, e tentar se reconstruir na sua proposta original, não negando naturalmente os princípios, os compromissos doutrinários, as suas bases éticas, os seus compromissos políticos, mas evidentemente esses elementos devem ser recompostos, elaborados, recolocados e reconstruídos para situar o partido no tempo, nesse espaço, nesse momento da vida nacional e o papel que cabe ao partido na atual conjuntura. Não é uma tarefa fácil, é extremamente difícil, até porque supõe o esforço de elaboração teórica, um esforço de reflexão, de construção de idéias, de paradigmas que não podem ser os mesmos do passado, embora o passado não deva ser simplesmente referido, mas ponto de partida para se reelaborar, se reconstruir as bases teóricas, doutrinárias, filosóficas que inspiram os princípios e nos orientam na nossa militância política e na nossa atuação nos diferentes campos onde militamos.

Aí é que está o grande desafio, e hoje o Governador Cristovam Buarque, entre o rol de desafios que os partidos de esquerda, dentre eles o PSB, precisam vencer, entre outros está exatamente o de ter que reelaborar a sua proposta, redefinir o que se entende, qual o socialismo que o PSB pretende e como expressar concretamente em um projeto político e em uma ação política, na vivência entre interno e externo ao partido, aquilo que decorre de uma concepção de qual o socialismo defendemos e qual socialismo queremos que seja a base, o

fundamento para definir a nossa estratégia, o nosso projeto político e a nossa intervenção na realidade.

A realidade nacional de hoje, com todas as contradições, com toda a complexidade e com toda a instabilidade, são traços que definem, dentre outras coisas, o momento político que vivemos em nosso país e no mundo.

A construção de um grande partido nacional, colocando o PSB nisso, é no sentido de que o PSB se torne uma referência para a sociedade brasileira, e para tanto terá que ser um espaço de reconstrução do socialismo numa perspectiva moderna e radicalmente democrática. Penso que embora não se possa dizer qual o socialismo que propomos e como pretendemos vivenciar essa concepção socialista de vida e de política, temos que partir já do entendimento de que terá que ser o socialismo em uma concepção moderna, que dê conta das mudanças, das transformações na realidade brasileira e no mundo e também terá que ser um espaço radicalmente democrático. A perspectiva do socialismo reforça com grande insistência a dimensão democrática, radicalmente democrática da proposta socialista que pretendemos negociar como norte, como orientação da nossa atuação política.

Além disso, o partido terá que se credenciar como alternativa de poder e como articulador das forças políticas e sociais, com base em um projeto capaz de dar conta dos graves e complexos problemas e que se expressam de vários ângulos: do ponto de vista econômico, social, político, cultural. Portanto, o PSB tem condições de se credenciar como referência política e como articulador político das outras forças, não somente do campo de esquerda, mas da direita democrática, no sentido de unificar essas forças, de estabelecer consenso entre elas e, a partir daí, estabelecer compromissos comuns no sentido de intervir de forma eficaz e conseqüente na realidade.

Essa certamente, como eu dizia antes, não é uma tarefa fácil. Supõe-se dois movimentos devidamente integrados: um movimento que se faz através de um processo interno de construção partidária, quer dizer, aquele partido da década de quarenta, cinqüenta, sessenta, da década mais recente, ou o que interrompeu suas atividades na década de sessenta, retomando na década de oitenta. Então, quanto a pensar em PSB na década de noventa, tem-se que pensar não só enquanto a sua concepção socialista, doutrinária, ideológica, mas também tem que ser pensado na sua organização e estrutura como instituição, que precisa ser uma estrutura, uma organização e uma forma de gerenciar a prática política, a ação política e a vida partidária adequada aos novos tempos. Não podemos ter um partido com uma estrutura, com uma organização e com um *modus vivendi* de operar que seja o mesmo das décadas passadas. Temos, portanto, que recriar, em primeiro lugar, a base teórica, conceitual, filosófica e doutrinária da nossa proposta político-partidária e, de acordo com essa nova reconstrução teórica, temos que repensar a estrutura partidária, rever a organização interna do nosso partido, os

mecanismos e instrumentos de ação política e a própria convivência e as relações internas no partido. Portanto, temos aqui uma tarefa importante, que é rever internamente a estrutura e a organização partidária.

O outro movimento é um processo externo de articulação com os setores populares e de interlocução com os diversos seguimentos da sociedade civil, portanto há uma dupla tendência, dois movimentos simultâneos, interferindo um no outro, que ocorrem internamente ao partido e externamente, no sentido de capacitar o partido como aparelho, como organização, como estrutura, para poder ser um instrumento a serviço dessa concepção teórica, doutrinária e a serviço de um projeto político a ser implementado e a ser um elemento de disputa na sociedade enquanto forças políticas que disputam o poder.

O processo interno de construção partidária é uma tarefa importante na minha avaliação. Antes de tudo, temos que, ao lado de todo esse esforço de construção teórica, a revisão da estrutura e da organização partidária deve-se dar de forma competente e profissional. Temos que evitar o espontaneísmo, a improvisação. Às vezes, nós da esquerda temos pouco cuidado, pouca preocupação com o caráter da profissionalização, o aspecto competente das tarefas políticas, sobretudo quando se trata da tarefa organizativa, e a forma de gerenciar, no caso, um partido político. Portanto, temos que estruturar e organizar o partido de forma competente e profissional, rompendo com o espontaneísmo e a improvisação e também rompendo com a burocracia e a centralização excessiva dos aparelhos partidários da esquerda tradicional, quer dizer, uma das limitações, a meu ver, dos partidos de esquerda é o excesso de burocracia, a excessiva centralização e a ineficiência ou inexistência de canais e de mecanismos de articulação entre base e direções partidárias, e isso faz com que o partido fique engessado e pouco dinâmico na sua convivência, nas suas relações com os vários seguimentos da sociedade. Portanto, organizar e estruturar o partido de forma competente, de forma profissional, romper com a burocracia e com a centralização, enfim, fazer uma revolução cultural. Os partidos tradicionais de esquerda em geral preservam e têm muita dificuldade de se dispor a mudar os padrões culturais, as formas de operar a ação política, e isso termina fazendo com que o partido perca a sua eficiência, a sua eficácia e ele termina não conseguindo operar as suas metas, os seus objetivos e as suas estratégias políticas, portanto, uma revisão profunda da nossa estrutura partidária, dos padrões culturais autoritários e a criação de novos paradigmas orientadores das relações internas ao partido, que deverá certamente determinar, orientar o nosso comportamento e a nossa militância política. Isso no sentido do processo interno, o que nos cabe para preparar o partido para as tarefas que lhe cabem no atual momento da história política brasileira. Esse trabalho de reforma, de reestruturação, de reorganização, de mudanças culturais internas ao partido é uma condição importante.

No campo da luta social há ainda o processo externo, que também

deve ser revisto e reconstruído no sentido de capacitar nossos militantes para contribuir na organização dos setores populares a partir de interesses sociais específicos. Evidentemente, movimento é movimento, partido é partido, mas um partido que se pretende popular, e portanto ter uma base de apoio, de sustentação e ser referência para as camadas populares da sociedade, tem que ter uma tarefa de contribuir na politização desses movimentos na sua organização e na construção inclusive de propostas políticas a serem defendidas e a serem conquistadas por esses movimentos.

Para intervir no seio dos movimentos de forma eficiente, competente, e respeitando inclusive a autonomia e a independência dos movimentos, que são dois entes distintos: partido é partido e movimentos são movimentos, porém, a presença do partido nos movimentos deverá se dar através dos militantes que atuam, que militam nesses diferentes movimentos e devem atuar levando propostas, levando políticas a serem elaboradas pelo partido, e uma forma de os militantes interferirem de forma conseqüente nos movimentos é serem capazes de, no espaço da luta social, fazer propostas e influir inclusive na disputa interna que exista nesses movimentos. Evidentemente, sem atrelar, sem cooptar e sem fundir movimento com partido, portanto, para cada movimento social popular cabe ao nosso partido, junto com a militância que atua nesses setores, elaborar políticas, unificar as propostas, para que onde haja um militante do PSB em qualquer dos movimentos populares haja as mesmas posições, o mesmo discurso, a mesma forma de intervir, ou pelo menos levando políticas que o partido deve, juntamente com todos os militantes que atuam nesses movimentos, construir para ser um instrumento a partir do qual se faz a presença do partido nos movimentos e faz com que o partido influencie politicamente e politize também os movimentos. É, portanto, a dimensão externa do partido do ponto de vista das bases populares que devem ser preocupação nossa no sentido de ajudar na organização, na politização e na construção de políticas a serem defendidas, a serem base da disputa da luta política desses movimentos.

Um outro campo de atuação do partido e que precisa ser recriado e reconstruído para os tempos de hoje é o partido da luta institucional. Tem-se um partido na sociedade, no movimento popular e tem-se o partido no campo institucional. Hoje o PSB detém uma grande quantidade de prefeituras, de mandatos legislativos, não apenas de vereadores, mas de deputados estaduais e federais, além de dois governos estaduais. É a presença do partido no campo institucional. Isso não pode se dar de forma aleatória, ou seja, cada parlamentar, cada executivo do partido ou cada mandato possa se fazer de forma aleatória, sem ter uma diretriz básica e geral do partido, unificando naturalmente a política do partido no campo institucional.

Ao mesmo tempo, não deve o partido invadir a instância institucional de quem detém o mandato. Este, embora tenha vínculo partidário, que seja conquista

do partido que elegeu determinados militantes, porém a responsabilidade, a competência legal pelo mandato é da pessoa que o disputou e o conquistou com o partido. Cabe ao partido definir uma política geral para atuação no parlamento, porém dando o nível de autonomia aos detentores de mandatos naquilo que a própria legislação, a própria competência formal estabelece para o desempenho desses militantes. Portanto, deve haver uma articulação entre o partido e os seus militantes que atuam no campo institucional, sejam prefeituras, estados, executivos, legislativos. Por outro lado, os militantes que atuam no campo institucional devem manter um vínculo permanente e sistemático com o partido, seja para levar as informações e os elementos de que o partido necessita para construir a sua política para o parlamento, e o parlamento, por sua vez, é capaz de elaborar, reelaborar e construir no sentido de informar e de orientar a atuação dos militantes no campo institucional. É uma outra perna da atuação partidária, além da perna nos movimentos populares, nos movimentos sociais e nos vários seguimentos da sociedade. A outra perna da ação político-partidária é exatamente o campo institucional, que hoje tem um peso e uma importância muito grande, e se não se caminhar simultaneamente, interferindo e integrando as duas dimensões, corre-se o risco da atuação do partido no campo institucional avançar e adquirir uma força e uma expressão que pode estar desequilibrada em relação à presença e à condução pelos militantes da ação política no campo social, no campo dos movimentos populares. Deve haver uma preocupação de articular, de integrar essas duas dimensões da ação político-partidária para que inclusive uma contribua com a outra, inspire a outra, reforce a outra para poder não tornar um partido que é apenas movimento ou um partido que é apenas ação institucional. Se não houver equilíbrio entre essas duas pernas, entre essas duas dimensões, corre-se o risco de se tornar um partido sem a configuração que se quer dar, que é um partido nacional, popular, de massas e socialista.

O processo externo de articulação deve-se dar não somente com os setores populares, mas também com os diversos seguimentos da sociedade e as diversas forças e partidos políticos. O nosso partido, por estar num momento em que está sendo referência e atraindo inclusive setores de outros partidos de esquerda e com vocação e proposta socialistas, nosso partido hoje também tem uma responsabilidade pela articulação política e pela unificação das forças de esquerda, que se pretende que se amplie para o campo do centro-democrático, no sentido de criar uma condição de construir uma proposta alternativa como resposta para os graves e complexos problemas do País, mas também ser um instrumento de disputa política, de disputa pelo poder, e quem sabe viabilizar uma disputa no campo eleitoral e eventualmente poder construir uma alternativa de poder no País, que é o que aponta na direção de se articular e se viabilizar uma aliança de centro-esquerda no País, que se deve dar não só em torno de nomes ou de candidaturas, mas sobretudo deve-se dar a partir da construção de um consenso em torno de algumas idéias básicas, de algumas idéias eixo, de algumas idéias força, a partir das

quais essas forças se articulem, se acertem em torno de uma dada candidatura e de uma dada proposta de programa e de projeto alternativo para o País que seja não somente resultado de uma reflexão, de um debate e de uma proposta dos partidos entre si, mas, se se der a partir de um processo de debate com a sociedade, seja uma proposta inclusive que incorpore os anseios, as aspirações, a visão, pelo menos de alguns setores organizados da sociedade, para que quando se transforme em um programa político-eleitoral, defendido por uma candidatura, já tenha um nível de identidade por parte da sociedade, o que dará mais legitimidade e mais força a essa proposta política.

O PSB hoje é um partido que pode até ter candidato próprio, disputar nessas instâncias que estão colocadas aqui a nível dos estados, do governo federal e do parlamento, porém não se deve precipitar, nem muito menos superestimar as nossas forças, a nossa capacidade de disputa política, mas muito mais entender que o nosso partido hoje tem uma condição de articulação política, de abertura política e de tentar unificar e somar forças no sentido de viabilizar, como já dissemos, um projeto alternativo para o País e uma conjugação de forças não somente partidárias, mas também da sociedade, em torno dessa proposta que deverá se disputar nas próximas eleições, no próximo ano.

Todas essas são tarefas de extrema importância para o nosso partido, e certamente com vistas a construir um projeto que vise, entre outras coisas, implantar um programa que viabilize a inclusão dos setores excluídos e que viabilize justiça social, igualdade e oportunidades, bem como a correção das distorções e das injustiças patentes na nossa realidade.

Certamente, tem-se que pensar e repensar sobre o papel do estado para poder conduzir e comandar essa sociedade. Temos que fazer também uma reflexão e uma construção teórica sobre o que de estado temos, de que estado carecemos, e certamente não pode ser esse estado que está aí, um estado cartorial, elitista, autoritário, centralizado, corrupto, pesado e caro para a sociedade. Terá que ser um estado transparente, democrático, sob o controle e fiscalização da sociedade, e para isso temos que construir mecanismos de controle e fiscalização da sociedade sobre o estado, então temos que fazer uma reflexão, um debate e uma reconstrução da nossa proposta do ponto de vista da concepção do papel do estado, da estrutura desse estado como meio, entre outras coisas, para viabilizarmos um projeto para o País que se oriente no sentido de corrigir as injustiças, as distorções, de incorporar os amplos setores que estão excluídos da sociedade.

Na revisão do estado e do seu papel, evidentemente está incluída a questão da federação. Entre os subitens da nossa proposta de reflexão, há a questão do fortalecimento da federação. Em minha avaliação, somente teremos uma federação forte se o pacto federativo estiver sendo revisto, ou seja, a distribuição das competências e dos poderes entre as três esferas. Sabe-se hoje o quanto a

esfera local de poder, que é o município, não só agora, mas em toda história político-administrativa do Brasil, os municípios foram a instância de poder com menos poder. Por quê? Porque é exatamente a instância potencialmente com mais poder, pois é a instância mais próxima do cidadão, com mais possibilidade de ter a participação, o controle, a fiscalização e a pressão direta dos cidadãos e da sociedade civil como um todo. Por isso, na concepção autoritária, elitista e centralizadora do estado brasileiro é compreensível, explica-se o fato de não se dar poder aos municípios porque no dia em que os municípios tiverem muito poder, certamente a distribuição e a forma como o estado vai se comportar na sociedade será muito diferente daquela como se comporta hoje. Portanto, em um projeto nosso deve estar prevista uma reflexão e uma definição de que estrutura federativa queremos e, evidentemente em uma concepção democrática de sociedade e de estado, deve estar indicada a necessidade de fortalecer os municípios como instância de poder do estado e que se situa no âmbito em que o poder local poderá ser exercido diretamente. Aí é a possibilidade de se estimular e de se viabilizar a democracia direta, convivendo com a democracia representativa, a democracia formal, que é uma forma de consolidar não somente a federação, mas de consolidar a democracia, fazendo uma revisão da distribuição dos poderes entre as três esferas, dando mais poder à esfera municipal, estimulando, orientando e contribuindo para a construção do poder local, que deve ter como resultado o exercício da cidadania política, que passa pelo exercício da democracia direta, da democracia participativa no âmbito sobretudo do município, no âmbito local, no âmbito, portanto, das prefeituras.

O fortalecimento da federação exige, da nossa parte, uma reconstrução da concepção e do papel do estado no nosso país.

A consolidação e unificação dos movimentos – em primeiro lugar, eu não falaria antes de consolidação. Os movimentos, nos últimos tempos, a não ser um ou outro, têm passado por um momento de refluxo. Não se pode dizer que os movimentos populares, os movimentos sociais estejam em seus momentos mais altos de mobilização, de participação e de interferência na conjuntura, a não ser o movimento como o dos sem terra, um ou outro que encontramos por aí, mas não é um momento como houve em um passado recente, de grandes mobilizações em torno das questões urbanas, inclusive questões da mulher, do negro, de outros seguimentos da sociedade que têm interesse específico. O movimento de saúde também teve outros momentos de maior expressão enquanto mobilização, participação e influência desses seguimentos ligados a esses setores. A nossa tarefa não é consolidar aqueles que existem e que são fortes, mas sobretudo temos que estimular, retomar a organização popular, a construção de novos movimentos, politizar esses movimentos e torná-los ativos e vivos, porque infelizmente não é o que constatamos nos dias de hoje.

A unificação dos movimentos tem inclusive mecanismos que existem,

não é o caso de criar novos mecanismos. Temos a Central de Movimentos Populares, que é um mecanismo importante, mas, em minha avaliação, está bastante partidarizado. É preciso que essa Central de Movimentos populares seja mais ampla, mais plural no sentido de absorver a heterogeneidade e a diversidade que é própria dos movimentos sociais populares. Sem dúvida alguma, trata-se de um mecanismo que devemos fortalecer, devemos participar dele e disputar o poder dentro desses espaços. Essa disputa dentro dos espaços dos movimentos não deve ser uma transposição e uma reprodução da disputa entre partidos ou internos a partido. Tem-se que disputar posições, disputar propostas, disputar níveis de políticos na definição dos caminhos, dos rumos, das estratégias da ação desses movimentos, mas procurar não fazer dos movimentos populares um espaço de disputa político-partidária, o que a meu ver é atentatório aos movimentos e pode contribuir inclusive para a morte, para a desativação e para divisão interna desses movimentos. Mas eu apontaria como mecanismo importante a ser valorizado por nós a Central de Movimentos populares; além do movimento sindical, as centrais do movimento sindical, que são instâncias, são mecanismos e instrumentos construídos pelos trabalhadores, pelos setores populares com o apoio, ajuda e participação dos partidos, então temos que ter certamente políticas muito claras, muito precisas e preparar a nossa militância para intervir de forma adequada, de forma politizada e de forma democrática nesses espaços.

A solução das desigualdades sociais e regionais, assim como a inclusão dos setores excluídos, devem ser objetivos, metas e compromissos de uma proposta do nosso partido para o Brasil e que supõe um projeto de desenvolvimento nacional, um desenvolvimento com justiça social, com igualdade e oportunidades, um desenvolvimento não só que promova o crescimento econômico enquanto elevação dos índices de indicadores econômicos, mas que seja um desenvolvimento também social e um projeto que não subordine o social ao econômico, como acontece hoje com a política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, em que toda a preocupação é com o econômico e mesmo assim ele não consegue viabilizar nem mesmo o chamado desenvolvimento econômico ou o crescimento econômico, já que o PIB está em um patamar inferior à média histórica de crescimento do PIB nacional. Quer dizer, nem sequer o crescimento do bolo, como se dava à época dos milagres. Essa política neoliberal de economia não consegue fazer com que cresça o bolo, ou seja, que a economia cresça, muito menos consegue que a qualidade de vida, os indicadores sociais se expressem de melhor qualidade exatamente porque o que se faz aí não é um desenvolvimento global, integral, em que econômico e social se colocam em igualdade de importância, até mesmo devendo o econômico estar à serviço do social, mas infelizmente é o que não ocorre nos dias de hoje.

Certamente um programa de desenvolvimento nacional que preveja um desenvolvimento econômico, social, político e cultural tem como conseqüência

necessária a incorporação dos setores excluídos da sociedade e a promoção do desenvolvimento nos seus diferentes níveis, a nível local – dos municípios - , a nível regional, e isso compatibilizado com o grande plano estratégico nacional, não somente de curto ou médio prazo para um governo de quatro anos, mas uma perspectiva de médio e longo prazo para que não haja solução de continuidade e que se possa, de fato, ir alcançando progressivamente essas metas a que nos propomos, ou seja, igualdade, oportunidade, justiça social, corrigir as injustiças, incluir os setores excluídos e certamente isso supõe reformas estruturais de fôlego que são todas aquelas pautadas em nosso plano de lutas, que passa pela reforma agrária, pela reforma urbana, pela reforma do estado, pela reforma tributária e fiscal, por políticas sociais, como acesso universal aos direitos sociais fundamentais básicos, como o direito à saúde, à educação, a saneamento básico, a transporte coletivo etc.

Isso tudo é uma construção que cabe a todos nós fazer e não pode ser uma tarefa de gabinete, de alguns iluminados ou de alguns especialistas, mas é um esforço de reflexão em processo, em que, na medida do possível, todos nós, e não somente nós, mas também os outros partidos e a sociedade, tenhamos canais e instâncias onde possamos contribuir na construção de uma proposta que se constrói em processo com a nossa atuação e intervenção se dando ao mesmo tempo, para que com isso nos capacitemos e estejamos à altura do papel político que nos cabe enquanto partido socialista e um partido que se situa no tempo e que retoma os seus pressupostos filosóficos, doutrinários e ideológicos, mas situados de forma moderna, de forma atual e de forma radicalmente democrática nos tempos que vivemos hoje.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Jamil Haddad) - Antes de passar a palavra à Deputada Maria Augusta Feldman, eu gostaria, após essa brilhante exposição da companheira Luiza Erundina, declarar que tenho pensado e tenho conversado muito a respeito do processo sucessório de 1998. Todos se recordam de que a Frente Brasil Popular, na primeira campanha de Lula, nasceu no meu gabinete no Senado da República. Foi uma campanha excepcional, conseguimos levar propostas à população brasileira, fomos ao segundo turno, em que tivemos o apoio de Leonel Brizola e perdemos a eleição por cinco milhões de votos. Veio a segunda campanha eleitoral, a campanha subseqüente, e o companheiro Lula e nós não fomos sequer ao segundo turno. Em uma análise realista do processo político nacional chegamos à conclusão de que só a esquerda não tem condições ainda de ser governo e acho eu - tenho explanado essa visão - que somente uma candidatura de centro-esquerda é capaz de nos levar ao poder. No caso, coloco um problema que é básico: qualquer candidato de centro-esquerda. Não vamos discutir hoje nomes. O que desejamos é que seja um candidato de centro-esquerda

que amplie a possibilidade de sermos governo para podermos, junto a ele, implantar um novo projeto político nesse país, e aí teremos que - como disse Luiza Erundina - elaborar um projeto político que atenda aos pressupostos levantados pela Erundina de benefício do social, de benefício do homem da nossa pátria, pois não vamos acompanhar o candidato ou porque ele é bonito ou porque ele tem alguns condicionamentos que são favoráveis à sua candidatura. Ele terá que aceitar, na realidade, um projeto político que será elaborado pelo partido, junto, se possível, com os demais partidos de esquerda, pois temos que tentar até o último instante a unidade partidária; a unidade não partidária, mas unidade com os partidos de esquerda, e daí considero essencial que se diga o seguinte: caso não seja possível, é preciso que o partido diga em alto e bom tom que tem nomes para apresentar para a sociedade. O partido tem Luiza Erundina, Célio de Castro, Almino Afonso, nomes de respeitabilidade nacional. Não vamos aceitar ir à reboque de outros partidos como se tivéssemos com uma coleira em nosso pescoço. É preciso que definamos claramente esse problema. Não vamos resolver hoje, não vamos resolver nada neste congresso a respeito de nomes para a sucessão presidencial, mas temos um princípio de que devemos participar da nossa luta política, tentar a todo custo um projeto de centro-esquerda. O essencial é derrubar este governo. O ideológico neste momento é até secundário, porque o País não agüenta mais quatro anos desse projeto neoliberal e excludente do social.

Eram essas as palavras que eu gostaria de colocar aqui neste momento. Passo a palavra à nossa querida Debatedora Maria Augusta Feldman, nossa colega deputada, do Rio Grande do Sul, para que possa apresentar as suas colocações.

A SRA. DEBATEDORA (Maria Augusta Feldman) - Boa tarde aos nossos companheiros de partido. É com satisfação e surpresa que participo desta mesa. Como Debatedor designado estava o nosso colega Bernardo de Souza, do Rio Grande do Sul, que por motivos de saúde não pôde vir ao congresso. Estou eu aqui cumprindo uma tarefa partidária com prazer, mas com certeza sem o preparo e, sem dúvida, não com o brilhantismo que teve a companheira Erundina e que teria o companheiro Bernardo, por terem se preparado para essa situação.

O SR. MODERADOR (Jamil Haddad) – Não apoiado.

A SRA. DEBATEDORA (Maria Augusta Feldman) - Mas estamos aqui para debater e para explicitar as nossas posições convergentes ou divergentes, provocando o próprio debate.

Cumprimento a Erundina mais uma vez pela forma didática, objetiva e franca com que ela se explicita, com que ela se expõe. Digo isso porque a Erundina é uma companheira nova no partido e eu inclusive comentava com ela em Porto Alegre e ela dizia que pela situação em que ela ingressou no partido, pelo nome nacional que tem a Erundina, acaba a Erundina sendo solicitada para falar

das questões nacionais em nome do partido, quando ela estava chegando no próprio partido. Então, cumprimento a Erundina pela franqueza e pela coragem de se expor, colocando suas posições. Vejo isso com tranqüilidade porque é justamente o que queremos em nosso partido, a possibilidade de explicitar as nossas posições com liberdade e poder mostrar as divergências ou não, possivelmente para possibilitar reflexões na construção desse partido socialista, com democracia e com liberdade.

Dizia a Erundina na sua intervenção que o nosso partido, no tempo, passou por diferentes posições e de certa forma um partido pequeno e que nunca conseguiu ser um partido de massa. É verdade. Até porque a própria história política do nosso país fez com que este partido abortasse tal intenção quando no auge dos anos sessenta assumimos um papel relevante no Congresso Nacional com nomes e figuras expoentes, como o Jamil, que aqui está e outras figuras que não vou citar agora para não ocupar este tempo. Já cumprimos o papel histórico pelos nossos projetos, pelas nossas ações, pelas nossas campanhas da escola pública, enfim, não vou citar porque vocês ouviram tudo ontem, mas quando estávamos para assumir isso veio o golpe de 1964, daí fomos encolhidos pelo tempo. Sem dúvida, é um partido sempre ligado a grandes nomes, mas principalmente há grandes nomes comprometidos com a nossa ideologia, com a nossa história e com os nossos objetivos, embora – vejam bem – não digo projeto, digo objetivos, porque o que nos falta ainda são projetos.

Dentro dessas posições e da coerência do PSB, quero dizer que o Partido Socialista Brasileiro, que se embasou sempre na luta de projetos e campanhas, sempre ao lado dos excluídos, da grande camada da população, fomos aquele partido que sempre defendemos os preceitos constitucionais e penso que este é um ponto que nos orgulha e que deve nos orgulhar, porque sempre fomos contra o casuísmo, essa é a nossa grande referência.

Avançando um pouco, até para entrar no grande tema, diz a Erundina que temos que ser um partido que possa atender a nossa sociedade, uma sociedade que sofre por tudo o que se vivencia hoje e principalmente por esse projeto que assola não apenas o nosso país, mas o mundo, e que subjuga o mundo, principalmente os países subdesenvolvidos, ou, como alguns dizem, os países em fase de desenvolvimento. É preciso também saber como atender uma sociedade que se transforma – diz a Erundina assim - , mas que se transforma com uma velocidade maior do que os próprios partidos. Pela própria interferência da mídia, pela própria venda que a mídia faz dos grandes projetos, que não são os nossos, porque não temos, e a sociedade aceita, acomoda-se, passa a ter um novo balizamento e um novo desejo, ou pelo menos explicita um novo desejo, tentando se acomodar em um novo tempo, mas que não é o tempo que ela quer, não é a sua transformação o que ela precisa, não é o desejo que ela tem, muito menos o que queremos para ela, mas ela se acomoda.

Como nós, enquanto partido, na velocidade da mídia, da venda dos seus projetos, podemos vender os nossos projetos se não definimos qual efetivamente é o nosso projeto? Aí passa a nossa grande questão. Quando se fala na eleição do próximo ano, perguntamo-nos: temos que ter nomes, temos que fazer aliança? Temos, tudo temos. Temos que construir um projeto. Mas que tempo para esse projeto? Esses são alguns questionamentos.

Eu gostaria de falar no partido PSB, um partido que se reconstrói no tempo e no espaço e que tem que assumir, sem dúvida, um papel na atual conjuntura e que assume até um papel de articulador político, e estamos querendo vender com muita força esse papel de articulador. Mas como desenvolver, como exercer este papel? Quero entrar direto nessa questão. Quando estamos falando em aliança – e temos que fazê-la – para tentar contrapor e vencer, não deixar que esse projeto neoliberal se expanda e nos engula. É preciso que façamos alianças, que nos fortaleçamos. Daí eu me pergunto, e diz o Jamil: independente de nomes. Eu concordo. Uma aliança mais ampla. Também concordo. Concordo com tudo o que foi dito no sentido da necessidade de um novo projeto, de uma nova ação, de nos credenciarmos para essa eleição futura. Mas com quem? E aqui me preocupo mais. Até há pouco tempo ouvimos das lideranças e da companheira Erundina a aliança dos partidos da esquerda com centro-esquerda. Hoje já escuto a companheira Erundina falando da aliança da esquerda com a direita democrática.

A SRA. EXPOSITORA (Luiza Erundina) - Com a direita não, centro-democrática.

A SRA. DEBATEDORA (Maria Augusta Feldman) - Melhorou. Fiquei extremamente preocupada com essa colocação. Talvez tenha sido um equívoco. Tomei nota e me preocupei. Já me preocupa muito o centro-esquerda na medida em que temos que ver a quem servir e com quem servir.

Mesmo que não falemos em nomes, um processo eleitoral e uma eleição se dão em cima de nomes. Precisamos sim ter nomes que possam vender um projeto que temos que construir, mas que tenha a capacidade de, verbalizando, transformar este projeto em algo vendável, que acarrete simpatia e venda esse projeto com paixão. Quando olhamos esse quadro da esquerda – também tenho que ser franca – digo a vocês que penso que Lula não é capaz de vender esse projeto. Por quê? Não que ele não tenha toda história, não que ele não tenha convicção, não que ele não tenha ideologia, ocorre que já existe uma resistência da própria sociedade. Às vezes ele não terá tempo de dizer qual a nossa proposta porque os nossos eleitores vão dial do rádio ou o canal da TV se possível. Mas precisamos buscar alternativas, buscar alternativas mas não destruir as nossas propostas, não vender a nossa ideologia, não fraquejar nos nossos objetivos de transformações sociais e de uma sociedade mais igual. Daí eu me pergunto quem, ou "quens", se é que se pode usar no plural, pois não basta o discurso de alguns no presente.

Eu não quero ser radical dizendo que as pessoas não têm o direito de mudar. Todos podem mudar, é importante que revisem posições e se apresentem com novas propostas, porque isso significa inteligência. Quem fica estático no tempo e não reavalia posições não demonstra inteligência necessária, portanto, qualquer pessoa, do campo que tenha sido, tem toda a capacidade e até o dever de reavaliar posições, de ter novas posições e defendê-las com segurança. O passado para mim pouco importa, porque teve um com passado – falávamos hoje – tão avançado, tão socialista, tão comprometido com nossa causa e hoje faz diferente. O passado não me importa. Quero saber se o discurso do presente hoje será com certeza o compromisso do futuro. Essa é a nossa grande questão. Por que isso? Porque se temos que construir um projeto, se temos que construir a aliança, e se queremos vencer para ocupar o espaço de poder – eu quero ter o poder, mas ter o poder para quê? Quero ter o poder para transformar. Quero também ter o poder para impedir o avanço que aí está desse projeto que nos consome, mas não basta só ter o poder para impedir o avanço, é preciso ter o poder para impedir o avanço e caminhar em direção dos nossos objetivos, e para isso tenho que ter a segurança de que aqueles com quem me alio, que até podem ter o discurso do presente afinado com o meu, afinado com o da Erundina, com o do Jamil e com o de todos nós, façam também esse mesmo discurso e se comprometam com esse projeto amanhã. Isso passa muito na questão das seguranças e da força dos partidos políticos. Daí entra muito na avaliação da Erundina na questão dos partidos enquanto estruturados organicamente, com estrutura profissional, mas principalmente partidos com uma estrutura de respeito às suas militâncias. Um partido que exerça também na sua plenitude a democracia, as suas composições, e penso que estamos com algumas dificuldades, porque o nosso partido efetivamente está crescendo bastante e é bom que cresça.

O nosso partido hoje, sem dúvida, tem uma outra representação em termos nacionais. Com grandes nomes, que dão um novo "status" político ao partido e que nos faz inclusive sermos capazes de ousar dizer que podemos ser o grande articulador deste campo. Entretanto, o crescimento de um partido não se dá somente de forma quantitativa, ele tem que ocorrer de forma qualitativa. Tenho estado muito feliz com as adesões que temos recebido, são importantes para nós, mas tenho que estar extremamente preocupada em fortalecer, em qualificar, em politizar a nossa militância para que essa militância possa, com os grandes nomes que tem, com esse projeto que queremos construir, ser capaz também de vender o nosso partido nos movimentos populares, nos movimentos sindicais, para que essa militância politizada e qualificada possa ser aquele militante que vende, não somente o partido, mas que multiplica suas idéias, e concordando plenamente, Erundina, queremos que o nosso partido seja um aparelho, não para aparelhar, mas que seja um aparelho para multiplicar a nossa ideologia na busca da transformação.

Para não me alongar demais, porque a minha função aqui é provocar, eu diria o seguinte: em relação à questão da federação, vivemos hoje uma federação forte, quer se buscar uma federação forte com um grande pacto federativo que está quebrado, porque com o discurso da descentralização, com o discurso do regime de colaboração, com o discurso da parceria, a federação vai remetendo aos municípios cada vez mais responsabilidade; transfere responsabilidade retendo os recursos, portanto tornando inviáveis ou muito difíceis as administrações tanto municipais quanto estaduais, e daí sofremos porque os nossos prefeitos, os nossos governos estão sofrendo justamente essa política de retenção, qual seja, retém o recurso e repassa a responsabilidade. Dessa forma, acabam os nossos governantes municipais e estaduais sendo subjugados e sofrendo por parte do governo as pressões e não podendo desenvolver inclusive os nossos projetos, o que prejudica muito a nossa ação enquanto Partido Socialista Brasileiro no contexto das administrações que temos vivenciado.

Eu diria mais, que precisamos, dentro desse modelo que queremos construir, dentro desse projeto que queremos viabilizar, ter acima de tudo uma estabilidade econômica sim, mas queremos ter uma economia a serviço da ética, não a serviço dos grandes, como aí está, esquecendo-se da ética.

Paro por aqui dizendo a vocês que não pensem que quando falo que precisamos pensar no projeto e cuidar com os nomes e cuidar com as alianças, não queiram ver em mim uma partidária, uma companheira rançosa, não, sou muito aberta; penso que o nosso partido é socialista, mas há muito tempo é moderno, porque ele já se criou na modernidade falando em socialismo, democracia e liberdade. É um socialismo que é moderno há muito tempo, desde a sua história, por isso ele é presente, por isso ele permanece e por isso que podemos falar nele com tranqüilidade e defendê-lo com mais tranqüilidade ainda. Não quero que pensem que é ranço, quero que vocês saibam que a preocupação de preservar essa ideologia, de não comprometer esta sigla, mas de buscar, sem dúvida, até para responsabilidade que temos como cidadãos, independente de parlamentares, com o não-avanço deste projeto, mas com a certeza de que é preciso construir um futuro bem alicerçado para que amanhã não estejamos preocupados que fizemos hoje uma aliança com este nome ou aquele nome, que o nosso projeto foi esquecido, que a aliança foi rompida, que a ideologia não foi respeitada e que estamos novamente com um modelo que não é o que queremos. Portanto, é preciso que as idéias do presente daqueles que queremos que sejam nossos aliados tenham a garantia de que serão as ações do futuro, e para isso precisamos sim de um partido forte, de uma militância forte, de um partido democrático e de uma aliança efetivamente bem formulada, bem acordada, bem escolhida e muito bem pensada, bem pensada a partir deste congresso, não fora dele, e que aqui não pensemos em nomes, mas temos que embasar critérios, temos que dar diretrizes, porque senão

corremos o risco de ver o nosso partido fazendo uma aliança ou defendendo um nome que não é aquilo ou aquele de que pensávamos ou queríamos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. MODERADOR (Jamil Haddad) - Compõe ainda a Mesa a companheira Emília Duarte, Relatora.

Reunião Plenária para apreciar, discutir e aprovar as resoluções do VI Congresso

Eleição do Diretório Nacional, Dos Conselhos de Ética e Fiscal e dos Delegados do Partido junto ao TSE

30 de novembro de 1997
Plenário Ulysses Guimarães
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Brasília - DF

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) - Companheiros, quero informar também que como ocorreu na instalação, as galerias permanecem abertas. Em nome dos organizadores do Congresso, lamentamos a escolha do local que não permite a presença de todos os delegados. Felizmente temos mais delegados do que comporta a Câmara.

Vamos então dar início aos trabalhos desta manhã, pedindo a colaboração de todos os companheiros. É fundamental a nossa participação, a nossa unidade. Estamos aqui todos em torno de nosso Partido, precisamos estar unidos e unificados em função da construção partidária e em função do pleito presidencial. Não teremos a presença que precisamos ter se não tivermos unidos e unificados. Nada aqui nos separa e estamos aqui unificados em torno do socialismo e das nossas lideranças. (Palmas.)

Aqui não existe Rio Grande do Sul, Amazonas, Pernambuco, existe PSB e as nossas lideranças. (Palmas.)

Companheiros, este é o Partido de Arraes, de Jamil, de todos nós. Este é o Partido que grita que o socialismo é a sua unidade!

Solicito ao companheiro Carlos Siqueira que se faça presente, para encaminharmos o debate. Vamos dividir, como sabem os companheiros, na parte da manhã onde teremos homenagens que serão prestadas pelos companheiros de Pernambuco, vamos fazer a avaliação dos sete grupos que se reuniram ontem, ler o relatório final, discuti-lo e aprová-lo, há um encaminhamento de política elaborado pela Comissão Executiva Nacional que será oferecido e em seguida partiremos para a eleição unitária do nosso Diretório, que vai em seguida eleger a nossa Executiva, que vai dirigir o processo sucessório presidencial à candidatura do PSB, às articulações do PSB, a presença do PSB no pleito presidencial.

Companheiros, passoa a palavra ao querido amigo Djalma Paes, Presidente do Diretório de Pernambuco, que vai prestar uma homenagem às diversas delegações presentes. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiros, é fundamental a unidade para que o nosso partido tenha força e é com esse sentimento que o Diretório de Pernambuco vem a este Congresso. Portanto, gostaríamos de dar um pouco da nossa cultura, do nosso artesanato para que fosse levado de lembrança a todos os Estados e a todos os Diretórios da Federação como uma pequena lembrança dos companheiros de Pernambuco para os demais Estados.

Convido, então, começando lá do Sul, um companheiro do Diretório do Rio Grande do Sul, para que pudéssemos fazer a entrega de uma pequena lembrança. (Palmas.)

O SR. LUIZ CARLOS DE CESARO - Em nome de toda a

gauchada nós queremos agradecer aos bravos companheiros de Pernambuco essa lembrança e dizer também que existe a contrapartida de nossa parte com relação a esse pessoal maravilhoso daquele lugar que é um verdadeiro paraíso do nosso Brasil. Viva o nosso partido, viva todos nós e que façamos um encontro com muito amor e muito companheirismo.

Muito Obrigado, em nome do Rio Grande do Sul.

O SR. DJALMA PAES - Gostaria de convidar um companheiro de Santa Catarina. (Palmas.)

Convidaria agora um companheiro do Paraná. (palmas.)

O SR. SEVERINO NUNES (Presidente do PSB/PR) - Em nome da delegação do Paraná quero agradecer aos conterrâneos pernambucanos por essa homenagem aqui hoje prestada.

Muito obrigado, companheiro. Viva o Paraná, o Pernambuco e o Brasil! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Convidamos um companheiro de Santa Catarina. (Palmas.)

O SR. GELSON ALBUQUERQUE - Companheiros de Pernambuco, obrigado, Estado que tem essa delegação maravilhosa. Obrigado a todos os companheiros e vamos fazer desta Convenção a Convenção da unidade, que nada nos separe. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro de São Paulo. (Palmas.)

O SR. - Companheiro, é muita honra receber esse grandioso troféu socialista brasileiro e agradeço muito. Que isso seja para uma unidade entre nós, socialistas brasileiros.

Vamos em frente. Estamos aí, pessoal. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro do Rio de Janeiro (Palmas.)

O SR. - A delegação do Rio de Janeiro agradece entusiasmada, lembrando mais uma vez que a nossa delegação aposta na unidade do PSB. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro de Minas Gerais. (Palmas.)

O SR. MARCUS ALEXANDRE - Em nome do PSB de Minas Gerais, mais especificamente em nome também de todos esses companheiros brasileiros, trazemos o nosso abraço de Minas Gerais e o abraço pela unidade que, certamente, fará do Brasil o grande partido, a verdadeira representação popular.

Muito obrigado em nome de Minas Gerais. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro de Goiás. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros de Goiás, antes disso gostaria de dar um aviso aos delegados que porventura ainda não fizeram o credenciamento, que ficará até às 11h30min e, a partir daí, será encerrado definitivamente no dia de hoje, porque a partir desse horário provavelmente já começaremos o processo de votação das matérias relacionadas aos assuntos discutidos nos grupos.

Portanto, até às 11h30min estaremos fazendo credenciamento no setor do *hall* do Anexo II desta Câmara. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiros, além de entregar essa lembrança do Diretório do PSB do Estado de Goiás, nós da delegação de Pernambuco, também gostaríamos de entregar ao companheiro Luiz Gonzaga Contart, um dos fundadores do partido. (Palmas.)

O SR, LUIZ GONZAGA CONTART - Goiás sente-se honrado e agradecido de participar de mais um Congresso. Agradecemos a Pernambuco pela grande presença e pelo troféu que nos oferece.

Salve Miguel Arraes! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheira do Mato Grosso do Sul. (Palmas.)

A SRA. - Em nome das mulheres e dos socialistas de Mato Grosso do Sul, agradecemos a Pernambuco a gentileza da lembrança e estamos torcendo para que saiamos deste Congresso mais fortalecidos para a construção de um partido combativo, de luta e que conquiste as ruas do Brasil! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro da delegação do Mato Grosso. (Palmas.)

O SR. - Em nome da comitiva de Mato Grosso queremos agradecer a comitiva de Pernambuco pela lembrança maravilhosa e dizer que estamos torcendo e temos a esperança de que o PSB é o partido de amanhã.

Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Aos companheiros de Tocantins. (Palmas.)

O SR. - Tocantins agradece a Pernambuco a gentileza e parabeniza a delegação de Pernambuco que tão bem representa as tradições libertárias e revolucionárias de Pernambuco.

Viva o Partido Socialista Brasileiro, viva Pernambuco, viva nosso Presidente Miguel Arraes! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro do Diretório do Distrito Federal. (Palmas.)

O SR. GUSTAVO BALDUINO - O PSB do Distrito Federal agradece aos companheiros de Pernambuco essa homenagem e essa lembrança, entendendo esse como o símbolo da unidade do partido em todo o Brasil e do seu crescimento em todo o país.

Nós nos sentimos honrados, estamos fazendo a nossa parte aqui no Distrito Federal. Para nosso orgulho no Distrito Federal o PSB está organizado em 100% das zonas eleitorais e vamos continuar crescendo para um dia, quem sabe, ter uma bancada tão numerosa e aguerrida quanto a dos companheiros do Pernambuco. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro da delegação do Espírito Santo. (Palmas.)

Companheiro da Bahia. (Palmas.)

Companheiro de Sergipe. (Palmas.)

O SR. - Sergipe quer mandar sua saudação a todos os Congressistas brasileiros, dizer da satisfação de ver o partido crescer e lembrar um verso do poeta alagoano, que diz o seguinte: *"Tudo nasce pequenino, crescendo ficando maior. O meu Brasil é diferente, cresce ficando menor".*

Viva o Partido Socialista Brasileiro. Acaraju quer dizer que admiramos o Presidente do Partido, Miguel Arraes, admiramos até o seu pigarro. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro de Alagoas. (Palmas.)

Companheiro da Paraíba. (Palmas.)

O SR. RUI MACEDO (Presidente do Diretório PSB/PB) - Em nome dos socialistas da Paraíba, queremos agradecer aos companheiros socialistas de Pernambuco por essa lembrança e dizer que a Paraíba está aqui presente em defesa da unidade do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Agora, companheiros, gostaríamos de fazer homenagem a um companheiro que recentemente retornou, para muita satisfação, ao nosso Partido, que é o nosso Deputado Federal Almino Affonso. (Palmas.)

Aos companheiros do Rio Grande do Norte. (Palmas.)

O SR. - Em nome da Presidente Regional do PSB no Rio Grande do Norte, Prefeita Wilma Faria, agradeço aos bravos companheiros de Pernambuco e aqui trago a nossa mensagem de unidade do combatente Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro da Bahia. (Palmas.)

O SR. - Agradecemos aos companheiros de Pernambuco que nos fizeram essa homenagem e o nosso desejo é sair deste Congresso com a força do Partido Socialista Brasileiro na luta pela democracia no País.

Vamos conclamar a todos os socialistas a lutar em seus Estados, Municípios, Distritos para construirmos uma sociedade mais justa, mais igualitária, para que possamos no futuro dizer que somos socialistas de verdade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - O companheiro do Ceará. (Palmas.)

O SR. Dep. EUDORO SANTANA - Companheiros, em nome da nossa delegação, gostaríamos de agradecer aos companheiros de Pernambuco, irmãos nossos do Nordeste, pela lembrança e dizer que como Presidente do partido no Ceará estamos bastante contentes de ver o crescimento do partido e reconhecer que este Congresso não só é o maior já realizado na história do PSB, mas acima de tudo que é mais importante nós ontem observamos praticamente todas as comissões, os grupos reunidos e pudemos constatar a qualidade do debate, a qualidade dos militantes que estavam ali não só comprometidos com o partido, mas acima de tudo com a necessidade de construirmos um projeto alternativo para este País. Que levem em consideração a necessidade de incluir no processo de desenvolvimento deste País a grande maioria da população que hoje dele está excluída.

Quero dizer da nossa responsabilidade, da unidade do nosso partido, porque só construiremos a unidade dos partidos de esquerda do Brasil se primeiro construirmos a unidade do nosso partido. Por isso quero dizer da responsabilidade deste Congresso, sob a Presidência dessa grande figura que é o Governador Miguel Arraes, líder inconteste em todo o Brasil.

Obrigado, companheiros! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro do Piauí. (Palmas.)

O SR. LUIZ E RIBAMAR NASCIMENTO, LULA - Agradecemos a Pernambuco essa lembrança generosa e carinhosa em nome do PSB do Piauí, em nome de todos os socialistas do Piauí e em nome do fortalecimento da Federação Brasileira, em nome do Prefeito de São Raimundo Nonato, Padre Herculano Negreiros, em nome do Deputado Olavo Rebelo, que se filiou recentemente ao PSB no Piauí, em nome da Federação queremos conclamar a todos aqui presentes, de Norte a Sul, para que continuemos a luta para que o PSB continue sendo aquele partido que vem a ser o partido da unidade nacional. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiros, agora queríamos fazer uma homenagem especial, não só da delegação de Pernambuco, mas justamente com os companheiros do Pará e vamos entregar o troféu àquele socialista que,

apesar de todas as dificuldades, está aqui conosco erguendo a bandeira do nosso partido, que é Januário da Silva, Presidente do Diretório de Santa Luzia, do Pará. (Palmas.)

O SR. JANUÁRIO DA SILVA - A delegação do Pará agradece à delegação de Pernambuco essa homenagem, e que essa homenagem sirva para a união do PSB, para um PSB brasileiro.

Meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro de Roraima. (Palmas.)

Antes de o companheiro de Roraima chegar, quero também, em nome da delegação de Pernambuco, fazer uma homenagem especial a uma companheira que veio somar ao nosso partido, trazer sua bravura, sua luta, que é a companheira Luiza Erundina. (Palmas.)

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Companheiros, quero agradecer e dizer que fiquei ainda mais contente porque meu pai era celeiro

Obrigada. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Aos companheiros do Amazonas. (Palmas.)

O SR, ALMINO AFFONSO - Pelo Amazonas vai receber o Governador Serafim Correa. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - O nosso futuro Governador do Amazonas, o companheiro Serafim. (Palmas.)

O SR. SERAFIM CORREA - Inicialmente em nome da caravana do Amazonas agradeço aos companheiros de Pernambuco pela homenagem que fazem a todos nós e digo da alegria do nosso Estado por ter hoje presidindo este Congresso um conterrâneo nosso lá das barrancas de Humaitá, o nosso querido e ilustre amazonense Almino Affonso.

No Amazonas conseguimos construir uma frente ampla, porque lá a exigência para derrotar o atual estado de coisas é de que a frente seja ampla. No plano nacional defendemos a unidade do PSB e mais do que isso a construção de uma frente de centro-esquerda, para que possamos igualmente disputar em condições as eleições presidenciais.

Muito obrigado a Pernambuco e viva o PSB! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheira Prefeita do Município de Pimenta Bueno, de Rondônia. (Palmas.)

A SRA. INÊS ZANOL - Em nome dos companheiros de Rondônia agradecemos aos companheiros e às companheiras de Pernambuco pelo presente.

Em nome também do PSB de Rondônia trazemos aqui a certeza de que é possível o PSB contribuir efetivamente na construção de uma sociedade melhor e participar na unidade, sem sombra de dúvida, para as eleições de 1998.

Reafirmamos aqui a presença da mulher junto com o PSB na construção dessa mesma sociedade. Obrigada. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiros do Amapá. (Palmas.)

O SR. Em nome do povo amapaense, terra onde começa o Brasil, onde passa a linha que divide o mundo em dois hemisférios, quero agradecer à delegação de Pernambuco, essa terra que além de muitas coisas temos um político que eu diria, talvez um dos mais importantes que temos neste País, essa figura legendária da política brasileira que é o nosso Miguel Arraes.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Vamos fazer também uma homenagem ao Governador do Amapá, que é também pernambucano. (Palmas.)

Convido a companheira Deputada Janete Capiberibe para receber, em nome do nosso Governador. (Palmas.)

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Em nome do povo do meu Estado, que habita aquela imensa floresta amazônica eu gostaria imensamente que todos os companheiros de Norte a Sul do Brasil conhecessem, principalmente os companheiros do Nordeste e do Sul o Amazonas. Agradeço a Pernambuco essa homenagem feita ao nosso grande Governador socialista que implanta um programa de governo revolucionário ali onde começa o Brasil.

Muito obrigada ao povo de Pernambuco, obrigada, Miguel Arraes! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Companheiro do Acre. (Palmas.)

Convido o companheiro do Espírito Santo. (Palmas.)

O SR. VICE-GOVERNADOR RENATO CASAGRANDE - O Espírito Santo quer agradecer a Pernambuco por essa homenagem e cumprimentar pela sua delegação a todos os participantes deste Congresso que nos entusiasma. Quer cumprimentar de maneira particular a delegação de Pernambuco, a mais numerosa, a mais entusiasmada, a mais vibrante e a mais pujante deste Encontro. Este Congresso nos faz acreditar no futuro deste partido, no futuro deste País, um País socialista mais fraterno e mais justo.

Viva o socialismo e viva o Brasil! (Palmas.)

O SR. DJALMA PAES - Convidaria a delegação de Alagoas, na pessoa da sua Prefeita de Maceió, Kátia Born. (Palmas.)

Em nome da delegação de Pernambuco quero também homenagear a Executiva Nacional do nosso partido, nas pessoas dos companheiros Roberto Amaral e do pernambucano Carlos Siqueira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Amaral) - Companheiros, agradecendo em nome da Executiva a homenagem prestada pelos companheiros, e de certa forma estou convencido de que posso, em nome do plenário, agradecer aos companheiros de Pernambuco a homenagem que prestam a todos nós, a todos os Estados.

Solicito um minuto de atenção aos meus companheiros e companheiras. Já está entre nós o Presidente da Mesa. Abri os trabalhos na sua ausência e já está conosco o velho companheiro das lutas do socialismo, da democracia, que veio trazer mais vigor, mais vibração ao nosso partido e às esquerdas brasileiras, que é esta legenda que não é amazonense nem paulista, porque é uma legenda brasileira, o nosso companheiro Almino Affonso. (Palmas.)

Disse a ele que queria fazer essa transmissaõ com um pouco de evento, não queria passar simplesmente a cadeira e o microfone. Quero dizer ao Almino que a partir deste momento ele vai ter a honra - posso dizer isso - de presidir a mais importante plenária do mais importante Congresso do Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.) Porque em nome dos Congressistas quero dizer ao Almino que este não é apenas o Congresso do Cinqüentenário, não é apenas o Congresso da consolidação do Partido Socialista Brasileira, este é, acima de tudo, o Congresso da nossa unidade. O Almino vai encontrar aqui um plenário vibrante, ardoroso, que briga e que discute, porque assim agem os democratas, mas um plenário que está unificado em torno do seu partido, das suas lideranças. Todos aqui temos uma liderança comun, que é o programa do Partido Socialista Brasileiro, o compromisso de unificar o partido, o compromisso de irmos juntos para a campanha eleitoral.

Pela unidade do partido, em nome das suas lideranças, passo a presidência dos trabalhos de um plenário unificado ao companheiro Almino Affonso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros e companheiras, começamos os trabalhos da plenária que deve discutir o relatório das várias decisões das comissões ontem reunidas, debatê-lo, emendá-lo e finalmente decidir sobre ele, mas quero fazê-lo com três palavras sumárias, duas de agradecimento e uma de explicação.

O agradecimento ao nosso companheiro Vice-Presidente Nacional do Partido, companheiro Roberto Amaral, pela forma extremamente gentil com que me anunciou, mais do que generosa, e aos companheiros de Pernambuco, por esta lembrança que vou guardar com enorme carinho. (Palmas.)

A explicação é um pedido de desculpas pela demora com que estamos começando estes trabalhos. Vocês podem imaginar, foram sete comissões ontem que, ao longo da tarde, debateram, elaboraram e isso até ser reduzido a uma síntese não foi fácil. O trabalho alongou-se ontem à noite, agora de manhã até chegarmos a uma síntese que possa traduzir com fidelidade os trabalhos ontem à tarde realizados. Daí a explicação da demora com que começamos o nosso debate.

Solicito ao nosso companheiro Carlos Siqueira, que faça a leitura na íntegra do Relatório, para que em seguida possamos franquear a palavra e começarmos os debates.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Antes saudamos a todos os companheiros deste importante Congresso do Cinqüentenário do Partido Socialista Brasileiro e também o Congresso da consolidação do nosso partido e da unidade.

Antes de fazer a leitura, com a permissão da presidência e a pedido do nosso companheiro Djalma Paes, Presidente Estadual do PSB de Pernambuco, entregar a última lembrança aos companheiros valorosos do Estado do Maranhão. (Palmas.) Companheiro Gaudêncio, Secretário de Organização do PSB do Maranhão, companheiro que tem sustentado a luta pela preservação dos interesses do nosso partido naquele Estado. É com muito prazer que vai receber agora do Presidente Deputado Djalma Paes a nossa lembrança. (Palmas.)

O SR. GAUDÊNCIO - Só gostaríamos de registrar a presença dos companheiros do Maranhão e dizer que nosso empenho é pela consolidação do PSB no Maranhão desde 1985.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Pedimos aos companheiros que tomem assento porque iremos iniciar a leitura do Relatório-Geral, que é o documento político do Congresso. Ele procura refletir na medida do possível as posições adotadas, discutidas e submetidas à deliberação nos sete grupos constituídos ontem e que funcionaram no Anexo II desta Câmara dos Deputados.

Após a leitura passaremos à discussão.

"I - CONSTRUÇÃO DE UM GRANDE PARTIDO NACIONAL E POPULAR.

Em momento da maior gravidade para os destinos do país, reúnem-se os socialistas no VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Trata-se do Congresso do Cinqüentenário que é, igualmente o Congresso da Consolidação Política, e da perspectiva de significativo avanço eleitoral no pleito previsto para o ano vindouro.

Constata-se que, na raiz da consolidação do PSB, está a afirmação de uma linha reta de coerência e abertura a distintos segmentos sociais que acompanha a vida partidária em suas mais diversas fases. A intervenção do PSB na política brasileira, assim, tem-se caracterizado permanentemente pela defesa dos interesses nacionais, pela defesa dos excluídos, do trabalho e dos trabalhadores, da reforma agrária e da cidadania, da democracia e dos valores da igualdade e da justiça social.

Estes legados têm origem e são continuidade do ideário dos fundadores do PSB, que inscreveram em seu programa, em 1947, a associação do socialismo com liberdade, ideário que reanima nossas crenças e torna ainda mais atual nossa luta, pois a construção do socialismo com liberdade e democracia é tarefa contemporânea, possível e necessária.

O Partido deve, em conseqüência, se afirmar como uma força política nacional e não como agremiação de uma classe, porém, como um Partido que vê o país a partir das perspectivas dos setores populares, e assim procurar se constituir em uma entidade que expresse a real necessidade e preocupações da maioria substancial da população brasileira que ainda continua excluída do planejamento social e do processo político.

O desafio está posto, o PSB terá que ousar, crescer e se tornar alternativa de poder. Para tanto, é indispensável considerar, entre outros, os aspectos a seguir mencionados, que traduz com objetividade, o teor dos debates ocorridos nos grupos de discussão, que foram submetidos e aprovados pela Assembléia Plenária final do VI Congresso Nacional do PSB

Um projeto de democracia não pode ser feito com exclusão do papel mediador que é exercido pelos partidos políticos. Existem no entanto dois tipos de partidos: o de quadros, do tipo americano, e o de massas, que pressupõe a integração do partido com os movimentos sociais. O PSB não possui ainda grandes vínculos com os movimentos sociais, trabalhadores rurais, negros, mulheres, estudantes.

Somos ainda um partido em crescimento e devemos levar em conta essas observações na sua construção. Por enquanto sua presença é muito mais visível nos Legislativos Estadual e Federal e o partido só se tornará uma grande alternativa quando for a expressão dos movimentos sociais.

Portanto o PSB ainda não é um partido de massas e esse é o grande desafio que sua militância deve enfrentar urgentemente, transformá-lo em partido de massas, sendo um espaço para a reconstrução do socialismo democrático, conceitualizando o socialismo que defendemos, tornando-se uma referência para a sociedade brasileira, credenciando-se como alternativa de poder e como articulador

das forças políticas e sociais, combatendo o espontaneísmo, a burocracia e a improvisação através de um processo interno de construção partidária e de um processo externo com os setores populares.

Devemos construir a imagem de uma identidade do PSB. Portanto a construção partidária através dos núcleos de base, da formação política de quadros, da Fundação João Mangabeira, incentivando a sua regionalização, da inserção do partido nos movimentos de massa, no movimento sindical e nos movimentos comunitários, agilizando-se internamente e mobilizando suas bases.

A construção do PSB passa também pelo desafio de 1998, ou seja, ultrapassar a barreira dos 5%, a fim de assegurar nossa existência legal e nossa presença efetiva como oposição, formulando táticas eleitorais que viabilizem o crescimento de nossa bancada federal

A Preservação da Autonomia Nacional

O Brasil, País que se caracteriza na América Latina por ter conseguido manter sua unidade nacional, hoje corre o risco de vê-la desintegrar porque o processo de globalização pode fazer com que interesses regionais passem a relacionar-se preferencialmente com interesses internacionais, em prejuízo do país.

A privatização das estatais, que cumpriam um papel importante na conformação da unidade nacional, é outro fator debilitante. É bom frisar a questão da preservação da autonomia nacional que tem em nosso continente um aspecto peculiar. Enquanto a América espanhola era um todo e foi posteriormente toda subdividida o Brasil conseguiu manter essa unidade nacional.

Historicamente lembremos que José Bonifácio foi fundamental nessa unidade. Defendeu a monarquia como estratégia da preservação da autonomia e unidade nacionais.

Hoje o Estado para preservar a autonomia nacional deve exercer suas funções essenciais e estratégicas, protegendo o mercado interno ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento científico e tecnológico, adotando a reforma do Estado e a reforma fiscal.

A preservação da autonomia nacional passa também pela adoção de uma política cultural. A preservação da autonomia nacional só é possível com um governo comprometido com o povo brasileiro, através da ruptura das conexões que prendem o nosso país aos centros internacionais do poder e através de um projeto nacional que garanta nossa inserção soberana no processo da globalização".

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Interrompo por um minuto o nosso Primeiro Secretário para fazer um apelo aos companheiros. Esse documento é fundamental, porque é a síntese das nossas discussões de ontem. Mais uma vez temos culpa porque deveria ter sido entregue antes, para que antes

todos lessem e pudessem acompanhá-lo melhor, mas se não se acompanha agora vai ser difícil depois uma votação, eu diria, legítima. Então, peço encarecidamente aos companheiros que se privem por alguns momentos de conversa para ouvirmos o texto e depois podermos decidir com mais clareza e convicção.

Perdoem-me essa convocação. (Palmas.)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Obrigado Presidente.

Continuando,

" Nosso país agrega condições estruturais com potencial humano, tecnológico, com reservas biológicas, capazes de garantir a ruptura.

O Fortalecimento da Federação

A Federação é um modo de organização do Estado. Pressupõe outros níveis de organização. Hoje há sérios riscos contra a Federação. O Governo Federal vem paulatinamente assumindo atribuições que tradicionalmente pertenciam aos Estados, esmagando desta forma a autonomia dos mesmos. Exemplo disso é a chamada Lei Kandir. Com ela produziu-se uma perda brutal de renda para os Estados e Municípios. Em razão desses fatos é preciso estar atento para as ameaças contra os interesses regionais articulados pelo governo federal.

O PSB tem o dever de defender o fortalecimento da Federação. Embora o ordenamento federativo não seja uma condição imprescindível da democracia, ela corresponde melhor a idéia democrática de poder do que um ordenamento unitário.

Devemos denunciar a quebra do pacto federativo, o enfraquecimento dos Estados e dos Municípios. O PSB deve posicionar-se quanto ao fortalecimento da Federação, pois um país forte passa necessariamente pelo reconhecimento dos Estados e dos Municípios em todos os sentidos.

A Consolidação dos Movimentos Populares

Esses são como uma força propulsora que indica um caminho de representação dentro do partido. Sem isso o PSB se distanciará das lutas sociais e não crescerá como partido de massas, capaz de incorporar as reivindicações populares em sua ação política.

O PSB não deve aparelhar os movimentos populares. O que devemos fazer é construir uma ponte que incorpore as reivindicações dos movimentos populares e o partido repercuta essas reivindicações em seus âmbitos de atuação. Se assim agirmos, teremos um grande futuro e cresceremos rapidamente, com uma posição privilegiada na sociedade.

Devemos, portanto, capacitar nossos militantes para que contribuam na organização dos diversos setores populares a partir de interesses sociais ou específicos. A atuação nos seus movimentos deve ser feita de forma democrática, com base em propostas concretas elaboradas pelo partido, com a participação de seus militantes dos movimentos populares, sendo sempre ressalvada a autonomia e a independência desses movimentos. (Palmas.)

O PSB deve assumir a defesa de todos os excluídos e não deve-se limitar apenas aos trabalhadores organizados do mercado formal, para não resvalar na defesa do corporativismo. O PSB deve abrir canais para a apresentação de soluções dadas pela população e também em canais de participação popular.

A Solução das Desigualdades Sociais e Regionais

A educação é um elemento importante nesse processo, oferecendo maiores condições para os excluídos. Nesse sentido o PSB deve apoiar e estimular nosso povo a compreender, como já está compreendendo, a necessidade de ele próprio defender os seus interesses regionais, fortalecendo o seu mercado interno, produzindo em forma dinamizada os alimentos e os bens de primeira necessidade, incentivando os bens de uso coletivo, descentralizando a produção com base na produção local, incorporando tecnologias avançadas ao novo modelo, dando autonomia relativa às localidades, dinamizando as pequenas e médias atividades produtivas, adequando a infra-estrutura econômica e social ao novo modelo, desenvolvendo as indústrias regionais e nacionais de natureza estratégica e redistribuindo a propriedade dos meios de produção.

II - POLÍTICA DE ALIANÇAS PARA AS ELEIÇÕES DE 1998

Todos os esforços devem ser concentrados na luta contra o neo-liberalismo. Portanto não temos porque nos precipitar na indicação de nomes presidenciáveis. A política de alianças para as eleições de 1998 se subdivide em:.

a) Alianças Regionais. Definiu-se por consenso na maioria dos grupos a autonomia regional na definição de coligações, conquanto que ela seja submetida à Executiva Nacional quando ultrapassarem os limites da esquerda;

b) Aliança Nacional. Seis grupos adotaram a proposta de uma opção por uma aliança de centro-esquerda a ser definida até os próximos seis meses, após a elaboração de um programa de um governo que apresente um projeto diferenciado com nossas propostas alternativas. Um grupo optou pela constituição de uma frente constituída pelos 4 partidos PT, PSB, PCdoB e PDT. Frente esta que poderá ser ampliada com a participação de outros partidos de esquerda, podendo eventualmente receber o apoio de partidos do centro.

O divisor de águas hoje é quem está a favor ou contra o governo neo-liberal de FHC. Temos que juntar todos aqueles setores e pessoas que se

oponham a esse modelo selvagem imposto pelo atual Governo. Por isso é preciso construir uma alternativa política que viabilize uma candidatura de centro-esquerda. Nem Getúlio Vargas teve tanto controle como tem o Presidente Fernando Henrique Cardoso hoje. Sendo assim, precisamos abrir um leque, o maior possível, para ampliar as possibilidades de vitória contra FHC e seu modelo econômico".

Companheiros, foi lido o Relatório. Agora passaremos a ler as propostas que foram aprovadas nos grupos também.

"Propostas.

Deverão constar dos Anais as teses apresentadas nos Congressos Estaduais e que foram submetidas às deliberações dos plenários".

As teses:

"Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A caminho do Terceiro Milênio, Fernando Mousinho.

Construção de um grande partido nacional e popular através de um projeto de inclusão social. Delegação do Amapá.

Revolução - Retomar o elo perdido. Reflexão proposta pelo Deputado Domingos Leonelli.

Moção dos socialistas de Saõ Paulo ao VI Congresso Nacional do PSB. Moção de denúncia pela quebra do pacto federativo. Astor, do Rio Grande do Sul".

Segue-se outras propostas:

"Que a Executiva Nacional do PSB defina uma política de formação para os militantes e dirigentes do partido, realizando cursos anualmente.

Que a Executiva Nacional defina critério para que o filiado socialista que deseja ser candidato a qualquer cargo público seja obrigado a atender ao critério definido. Exemplo, curso de capacitação política.

Exigir da Executiva que as secretarias ligadas à estrutura da Executiva efetivamente funcionem e ofereçam respostas consistentes ao conjunto do partido.

Que a Secretaria de Organização do PSB elabore normas referentes à criação, funcionamento, competência e atribuição dos núcleos de base.

Determinar que se realize no primeiro trimestre do próximo ano um Encontro Nacional dos Secretários Estaduais de Organização, para fazer um balanço da implementação dessa política.

Que as experiências administrativas dos companheiros socialistas que ocuparam cargos executivos sirvam de subsídios para a elaboração dos

programas de governos de nossos candidatos à Executiva no próximo ano. Exemplo, o vitorioso programa de desenvolvimento sustentável do Amapá.

Que a Executiva Nacional defina critérios políticos para a formação das coligações com vistas às próximas eleições.

Recomendar às bancadas na Câmara e no Senado Federal uma permanente e decidida defesa da Federação contra as investidas articuladas pelo atual Governo contra ela.

Sugerir à Executiva Nacional do PSB que estude possibilidades de isentar do pagamento da contribuição partidária dos filiados comprovadamente sem condições financeiras de honrar so deveres partidários.

Criar o ano Paulo Freire em 1998.

Furar a barreira da mídia. Criar fatos políticos, usar rádios comunitárias, buscar correspondentes internacionais.

Suprimir o art. 61 do Estatuto do PSB, substituindo o seu conteúdo pela seguinte redação: "Cada Diretório Estadual fixará as normas de contribuição dos filiados dos respectivos Estados, bem como sobre o destino das contribuições. Luiz Carlos de Césaro. (Palmas.)

Companheiros, essa proposta infelizmente não pode ser submetida a este Plenário porque trata-se de uma mudança da nossa norma básica, que é o nosso estatuto partidário. Daí porque teríamos de fazer uma convocação específica, porque assim determina o próprio Estatuto e a Legislação. De modo que ficaria essa proposta talvez como um indicativo para que a Executiva oportunamente pudesse convocar um Congresso específico com essa finalidade.

Então não podemos, por conseguinte, submetê-la à deliberação deste Plenário.

Seguimos com outras propostas:

I - Criação de uma comissão de direitos humanos nos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional, onde serão promovidas ações no sentido de diminuir a exclusão social dos cidadãos brasileiros;

II - Criação de proposta de geração de renda e de emprego para a população excluída, devendo fazer parte de todo o governo peessebista;

III - Fomentar ações educativas para jovens e adultos a fim de assegurar o acesso à educação e ao emprego.

IV - Lutar pela garantia dos direitos trabalhistas e sociais garantidos em nossa Constituição;

V - Lutar pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas,

propiciando assim maior tempo para o trabalhador investir em lazer, educação, etc. Essa redução, sem precisar investir um centavo, resultará em 3 milhões de novos empregos;

VI - Engrossar a luta pela reforma agrária e pelos movimentos pelos assentamentos dos trabalhadores rurais de forma mais enfática e pôr incentivos às agroindústrias de pequeno e médio portes, administradas pelos assentados;

VII - Incentivar a criação de cooperativas de trabalhadores como alternativa de geração de emprego e renda;

VIII - Repudiar em todas as instâncias os atos descriminatórios aos cidadãos seja por raça, credo, sexo ou qualquer outro fator;

IX - Promover estudos sobre o impacto do desemprego para os afro-descendentes e paras as mulheres.

Assinado por Edvaldo Lubek, Secretário de Organização do PSB de Diadema e por Elizete Menezes, vereadora também do Município de Diadema.

Proposição à Mesa do VI Congresso do PSB:

- Propomos que o Plenário aprove o documento que defende que a PEC 169, apresentada pelo PSB gaúcho, seja aprovada pelo Congresso na votação do dia 3.

- Que as teses discutidas nos Congressos do partido sejam analisadas, operacionalizadas através de documento elaborado pelo partido. Sejam feitos seminários sistematicamente como método de democratização do conhecimento. Que o PSB esteja presente em todos os atos populares através dos seus militantes.

Companheiros, acabamos de ler o Relatório. Na medida do possível os Relatores fizeram esforço e trabalharam até uma e meia da manhã, digitando este documento, para que pudéssemos hoje estar aqui o apresentando. Este documento, estou seguro, reflete na medida do possível a riqueza das discussões que ocorreram nos diferentes e distintos grupos em que foram divididos os Congressistas na tarde de ontem.

Devolvo a palavra ao Presidente Almino Affonso.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vários companheiros têm me visitado aqui à Mesa para pedir que eu faça dois apelos. Primeiro uma reiteração do que já fiz. Nós precisamos nos poupar um pouco das conversas laterais, sob pena de o debate se tornar impossível. (Palmas.)

Sem nenhuma quebra de delicadeza com os que estão lá no fundo, os companheiros me dizem que precisamente os que estão no fundo conversam mais livremente e isso chega até aqui como rumor que torna difícil realmente a leitura ser ouvida.

Tenho também aqui um abaixo-assinado de não-fumantes. (Palmas.) Este abaixo-assinado, como vocês podem imaginar, pede àqueles amantes do fumo que façam o sacrifício e quem sabe dêem uma volta aqui ao lado, lá no fundo também tem uma cafeteria, onde se pode fumar mais livremente. E que aqueles que não fumam têm o direito de exercer o direito de não fumar pelo fumo alheio. (Palmas.)

Vamos começar o debate. Recordo algumas normas do Regimento Interno. Primeiro, os companheiros que queiram opinar diretamente sobre os temas inscrevem-se, como se fez ontem, e têm o direito de falar durante 3 minutos. Vou pedir que me ajudem para não precisar ser desagradável interrompendo, porque imagino que vários vão querer falar e se cada um falar muito além dos três minutos será um número menor que logrará opinar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - O que de ontem passou, passou. Eu entendi, companheiro e vou responder a sua questão de ordem. Não é sobre os assuntos gerais do mundo, é sobre o relatório. Nós vamos discutir agora o relatório e os oradores vão falar sobre as várias matérias contidas, porque é imensa a lista das coisas. Se alguém quiser além disso falar sobre outros assuntos não vai ser viável.

Segundo, abre-se também de imediato o prazo para as emendas. Os companheiros que entendam que o texto merece ser emendado redigirão a sua emenda de maneira clara, referindo-se ao tópico, à linha, assinando com clareza e dando a origem.

Pleiteia também o Regimento que cada emenda seja isolada por tema e não uma série de temas em cada emenda, o que dificultaria a votação.

Com esses pontos, peço aos companheiros que se inscrevam e passarei a dar a palavra pela ordem de inscrição.

Tem a palavra o companheiro Ronaldo Lessa.

O SR. RONALDO LESSA - Sr. Presidente, companheiros, três assuntos foram discutidos exaustivamente ontem, não contemplados nesse relatório. Primeiro com relação aos movimentos populares. (Palmas.) A proposta aprovada no nosso grupo é que a exemplo do Movimento Sindical e da Juventude os Movimentos Populares escolham os seus membros na Direção do partido. Essa foi a primeira proposta.

A segunda questão é quanto à informatização. Principalmente no Nordeste sabemos da importância da informatização no pleito eleitoral, para que seja respeitada a vontade do povo. A fraude sobretudo no Nordeste é grande. (Palmas.) Então pedimos que complemente com isto: Lutar junto ao Tribunal

Superior Eleitoral pela informatização. A eleição da maneira como existe hoje é uma forma de manter *status quo* sobretudo no Nordeste, onde ainda há o controle da direita.

O terceiro aspecto foi com relação à nossa estratégia referente às alianças para 98. Primeiro, nosso grupo aprova a coligação de centro-esquerda, mas acha que da mesma forma que é legítimo o Partido dos Trabalhadores ou o PCdoB terem candidatos e colocar nomes, até que uma convenção defina, até que se faça a unidade dessas forças, o Partido Socialista Brasileiro tem também hoje tamanho, desenvoltura e nomes nacionais para apresentar hoje o nome para disputar na mesa a Presidência da República. (Palmas.)

Sendo fiel, Sr. Presidente, aos nomes inclusive que saíram entre dezenas de elencos de grandes nomes que o partido tem nacionalmente, mas dois nomes de expressão foram lembrados ontem. Primeiro o nosso Presidente Miguel Arraes como Presidente da República, e segundo outro nome de grande expressão nacional, a companheira Luiza Erundina.

Gostaria, portanto, que pudéssemos dar essa contribuição ao País não como imposição, não para ser o dono da verdade, mas para que o PSB mostrasse que tem também nomes para aí sim, não podermos ser pautados, Sr. Presidente, quando o Presidente da República toma um ato a imprensa procura o candidato que ele quer que seja o seu opositor.

Nós precisamos ter a nossa pauta, colocar os nossos nomes para que a sociedade possa decidir.

Era só isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Pediria ao companheiro que nos honrou agora com a sua primeira intervenção, como foram especificamente emendas de temas faltantes no Relatório, segundo sua intervenção, que ele faça emendas para que possamos em momento oportuno decidir. Peço isso a todos aqueles que forem interferindo, para que em seguida nos dêem as emendas, a fim de que não nos percamos.

Com a palavra o companheiro Eudoro Santana.

O SR. EUDORO SANTANA - Sr. Presidente, companheiros e companheiras, o nosso grupo também tratou de um assunto, aliás levantado em dois grupos, penso eu, de mudar o texto de um dos grupos. Na discussão dos grupos eram dois textos: construção de um grande partido nacional e popular e o outro era política de alianças. Houve uma proposta, e eu queria esclarecer aos companheiros, nós não podemos falar em construção de um partido quando o PSB já está construído e é um partido que precisa ser consolidado, isto sim.

Então a proposta inclusive aprovada no nosso grupo, que estou aqui

fazendo por escrito, é substituir o termo "construção de um grande partido nacional e popular" para não deixar dúvidas que já surgiram no passado, problema de fusão, por exemplo, do PSB com o PPS e colocar claramente "consolidação do PSB como um grande partido nacional e popular". Para deixar claro a construção do próprio PSB. (Palmas.)

Um segundo ponto, Sr. Presidente, é que na discussão das propostas, das leis, das intervenções com relação ao Nordeste que, prejudicado fortemente com a Lei Kandir, aí clocada com muita clareza, faltou o problema do Fundo de Estabilização Fiscal, um seqüestro ao Nordeste brasileiro, principalmente às Prefeituras. O Partido Socialista Brasileiro que aqui votou contra os presentes votou contra a prorrogação desse Fundo de Estabilização Fiscal que, repito, seqüestra dinheiro das Prefeituras e dos governos dos Estados do Nordeste brasileiro. Que também conste da nossa resolução a nossa condenação à prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal.

Era isso, Sr. Presidente, e tenho por escrito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Pedro Dallari.

O SR. PEDRO DALLARI - Companheiros e companheiras, inicialmente trago saudação da delegação de São Paulo ao VI Congresso do Partido Socialista Brasileiro. A delegação de São Paulo que é presidida por um baiano, o nosso Presidente Regional Gilson Menezes. Delegação que ficou extremamente honrada com a indicação por este Plenário de um dos seus integrantes mais ilustres, o amazonense Almino Affonso para presidir o Congresso. (Palmas.) Delegação de São Paulo que contribui também com uma das suas representantes mais ilustres, a paraibana Luiza Erundina. (Palmas.)

São Paulo trás de maneira unitária posição favorável à defesa de uma aliança de centro-esquerda, porque entende que o Partido Socialista Brasileiro vive momento de extraordinário crescimento e não podemos aprovar neste Congresso uma proposta que restrinja a possibilidade de construirmos alianças capazes de derrotar Fernando Henrique Cardoso. (Palmas.) O PSB de Arraes não tem medo de aliança.

Aprovar, companheiras e companheiros, como querem alguns companheiros aqui, legitimamente, exercendo um direito que deve ser respeitado, uma aliança restritiva aos quatro partidos de esquerda significa aceitarmos que não podemos cumprir um papel dirigente e ampliador na vida política brasileira. (Palamas.)

Em São Paulo, companheiras e companheiros, significa - e vou explicar - aceitar inclusive, com apoio deste Congresso se aceitarmos essa visão restritiva, o veto inclusive ao crescimento do PSB. Quando trouxemos Luiza Erundina

para o partido,a maior liderança de massas popular do Estado de São Paulo que há menos de um ano recebeu 2 milhões de votos só na cidade de São Paulo.

O Partido dos Trabalhadores, na semana seguinte, esse que hegemonizará essa aliança restrita de quatro que alguns aqui querem defender, decidiu ter candidato próprio ao Governo de São Paulo, vetando o nome de Luiza Erundina. Nós não aceitamos isso, companheiros e companheiras. Discutimos em igualdade de condições com os outros partidos, mas não podemos aceitar a aliança que nos querem impor, que não é aliança, é adesão, é submissão. Nós temos de assumir o nosso papel. (Palmas.)

A proposta de aliança de centro-esquerda não restringe a proposta que os companheiros que defendem a aliança dos quatro partidos estão defendendo. Ela é mais ampla, ela dá mais possibilidades para o nosso partido. Ela permite que saiamos unidos, os quatro partidos de esquerda? Permite. Ela permite que possamos agregar outras forças que estão contra o Governo Fernando Henrique? Permite. Não vejo sentido, portanto, companheiras e companheiros, e trago a posição unitária de São Paulo em não restringirmos o nosso próprio crescimento. Temos de aprovar o apoio ao nosso crescimento, não o contrário.

Finalizo, companheiras e companheiros, concordando com o nosso companheiro Lessa de que esse partido tem sim condições de ter cara própria no embate eleitoral do ano que vem. Tem candidatos para isso, tem Arraes, tem Luiza Erundina, como foi lembrado, temos Célio de Castro, nosso Prefeito de Belo Horizonte, e em São Paulo existe um apoio forte ao Deputado Federal José Pinotti, liderança que trouxemos para o nosso partido. (Palmas.) Nós não temos medo de alianças.

Concluo, portanto, companheiras e companheiros, fazendo um apelo para que este Congresso, honre, satisfaça o desejo que a população brasileira tem de mudar este País e a esperança que a população tem no nosso partido, no Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros, vamos ter mais 8 minutos para receber emendas, para termos formas de ir organizando os trabalhos. Há aqui uma contradição, não tem como fugir. Nós temos de aguardar as emendas na medida em que forem falando, não há como, o Regimento nesse particular não é muito claro mas eu não tenho voltas. Mas precisamos limitar, a partir de 8 minutos, os inscritos para falar, senão não terminaremos esse trabalho hoje nem à meia noite. Então até meio dia em ponto vamos parar a inscrição dos oradores.

Com a palavra o companheiro Gilmar Mangueira.

O SR. GILMAR MANGUEIRA - Companheiros, presidente da Mesa Deputado Almino Affonso, Carlos Siqueira, nosso Secretário, nós do Movimento Popular já apresentamos a emenda, já está redigida e já foi entregue à Mesa, onde estamos repicando que o Movimento Popular organizado, que se reuniu inclusive ontem, tem uma vaga no Diretório Nacional e também tem uma vaga, sendo que o secretário ou a secretária seja eleita pelo nosso movimento. Isso em nível nacional. (Palmas.)

Também já estão convocados todos os Movimentos Sociais, como deliberado ontem, pois vamos nos reunir aqui no Salão Verde, a partir das 12 horas, para deliberarmos quem serão as indicações pelos Estados, que deverá ser respeitada por este Congresso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Tem a palavra o companheiro, Deputado José Pinotti. (Palmas.)

O SR. JOSÉ PINOTTI - Sr. Presidente, companheiros do PSB, quero aproveitar esta oportunidade em que estamos todos reunidos para me apresentar aos senhores. Entrei recentemente no Partido, junto com meu caro amigo Almino e minha cara amiga Luiza Erundina, de São Paulo, e gostaria que os senhores me conhecessem mehor, já que todos não me conhecem. Eu sou Médico Ginecologista, Professor da Univerdidade de São Paulo, fui Reitor da Universidade de Campinas, a Unicamp, fui secretário de Educação do Governo Montoro e em seguida fui Secretário da Saúde do Estado de São Paulo e sou Deputado Federal da bancada hoje do PSB e pela liderança do nosso Deputado Alexandre Cardoso.

Digo aos senhores que a leitura que fiz do documento, a leitura que fiz do coração e da sensação de todos os companheiros do PSB nas discussões de ontem é a de que todos entendem com clareza que esse modelo de gestão implantado perversamente pelo Governo Fernando Henrique é um modelo artificial, equivocado, que causa exclusão social, que aumenta a dívida interna e externa, que destrói com saúde, com educação, que agrava a exclusão social e que gerou essa crise pela qual estamos passando.

A solução dessa crise foi uma solução que levou a uma acentuação desse modelo com mais agravos, mais desemprego, mais exclusão social, menos saúde, menos educação. Estamos assistindo ao País caminhar para o abismo e só existe uma forma de acabarmos com isso e dirigirmos o País para um desenvolvimento sustentado, humano, que é a proposta do PSB: trocarmos de modelo. Para isso, temos de trocar de Governo e pôr esse Governo que está aí para fora, porque ele é contra o País e contra o povo brasileiro. (Palmas.)

O quadro político que se estabelece hoje no País é de uma direita que está na extrema direita, capitaneada pelo Sr. Fernando Henrique, e de uma

esquerda que ainda não se modernizou, e um espaço enorme que se abre no centro-esquerda e no epicentro desse espaço está o PSB. A solução, como todos os oradores que me antecederam, como sinto no coração dos peessebistas, para expulsar o Governo Fernando Henrique daí nasce da centro-esquerda e quem a domina, quem a lidera é o PSB, pelas mãos do Governador Arraes. (Palmas.)

Pessoalmente quero dizer que tenho acompanhado antes e agora as atitudes e a liderança do Presidente Arraes e não posso deixar de dizer que concordo plenamente com todas as medidas políticas que ele tomou, porque foram essas medidas políticas que fizeram o PSB crescer, que o fizeram ser hoje a grande opção de organização, de uma esquerda moderna, de ocupação do espaço de centro-esquerda e de expulsão deste Governo que está aí, para que possamos desenvolver o País através de um desenvolvimento justo, que traga cidadania para todos os brasileiros, inclusive e principalmente para os excluídos.

Exatamente por isso, companheiro, devemos fortificar o PSB. Todas as atitudes aqui presentes hoje, todas as intenções que pude ver no rosto, nas palavras e nos pensamentos dos companheiros do PSB são intenções de fortificação do partido e exatamente por isso concordo plenamente que pelo menos se discuta em profundidade a tese de termos candidato próprio, porque um partido com a força do PSB, um partido com a sua história de uma esquerda moderna, um partido com os nomes que o PSB tem não pode ficar à reboque de nenhum outro partido. (Palmas.)

Concluo, dizendo que quero ser considerado como recém-ingressado no partido, como um de vocês. Se eu puder ter em algum momento alguma possibilidade de ajudar, ajudarei, mas peço encarecidamente que me considerem como um entre todos, nem melhor nem pior. Sou um soldado nessa luta pelo socialismo brasileiro, porque acredito na sua vitória.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Senador Ademir Andrade. Em seguida falará o companheiro Luiz de Césaro.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Comunico que terminou o período de inscrições, neste momento estou recebendo a última inscrição, para que outros companheiros já fiquem sabendo. O número de inscritos, que é um número muito grande, terá a palavra pela ordem.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Companheiros militantes do Partido Socialista de todo o Brasil, percebo que este Congresso importante que realizamos neste momento decidirá por jogar a decisão mais para a frente. Percebo que há um entendimento das lideranças maiores deste partido no sentido de que

até para negociar aquilo que é importante para o partido ele não deva tomar posições nítidas a respeito da eleição de 1998.

Quero entretanto, já pensando no futuro e já pensando na responsabilidade que cada um de nós temos com este País, que os senhores que são lideranças, que os senhores que são militantes, que os senhores que têm consciência política e responsabilidade, ouçam com muita atenção o que lhes diz o povo nas suas cidades, ruas, locais onde moram, colégios ou universidades onde estudem. Ouçam o que lhes diz o povo e pensem no que o povo quer para que nós possamos derrotar Fernando Henrique Cardoso e o seu projeto. (Palmas.)

Quero dizer aos companheiros que o que o povo está nos dizendo, pelo menos essa é a minha percepção, é que nós que temos história neste Brasil, que temos passado de luta e de construção partidária, de companheiros que deram a sua vida para que estivéssemos aqui hoje é que temos de nos dar as mãos. O povo brasileiro não quer ouvir de nós que o PSB vá para um lado, o PT vá para outro, o PDT para outro e o PCdoB para outro. (Palmas.) Não é isso que o povo quer de nós.

O povo quer de nós a união e essa união já começa a se dar nos Estados do Brasil, já começa a se construir. E aqui dou um exemplo: Maceió, onde a companheira Kátia Born disputou com Heloísa a Prefeitura da capital de Alagoas, um acirramento total entre o PT e PSB, mas lá em Maceió a aliança já está consolidada, sendo Ronaldo Lessa candidato a Governador e Heloísa, que disputou com a Kátia, candidata a Senadora numa frente de esquerda naquele Estado. (Palmas.)

Essa aliança basicamente do PT/PCdoB e PSB já está consolidada nos Estados do Amazonas, do Amapá, do Pará, de Alagoas. As perspectivas são enormes no Estado de Sergipe e em grande parte dos Estados brasileiros. Portanto, não seremos nós aqui em cima que haveremos de criar um caminho diferente do que está sendo construído na base pela consciência, pela capacidade do povo trabalhador que sabe o que quer numa hora e num momento tão importante quanto este.

Portanto, quero dizer ao meu amigo Deputado de São Paulo, que falou antes de mim: a nossa comissão ontem não restringiu, companheiros, a uma aliança fechada de quatro partidos. Não foi essa a nossa posição. A nossa comissão disse: a base desta aliança tem que ser esses quatro partidos, porque eles estão vinculados à história de luta e de organização da sociedade brasileira. (Palmas.)

E que outros partidos possam integrá-la e ampliá-la, mas eu não vejo um único nome de outro partido que não seja os desses quatro que tenham vinculação de luta com a organização e a sociedade brasileira. Por isso, sem limitar a frente, o que pedimos na nossa comissão e o que lá aprovamos e trazemos à

deliberação do Plenário, pedindo naturalmente porque estamos percebendo que a nossa posição é minoritária, mas partido com democracia não se pode ter receio de apresentar a sua posição, que aliás não foi uma posição nossa, mas uma posição unânime de mais de 80 pessoas que participaram daqueles debates. (Palmas.)

A nossa posição foi sem limitar a frente, mas estabelecendo que os nomes do Presidente e do Vice-Presidente sairiam desse grupo, que seria o centro dessa frente PT/PDT/PSB e PCdoB.

E concordo com meu companheiro Ronaldo Lessa quando diz que o nosso partido tem nomes e nós podemos indicar para essa frente, sem nenhum problema e até com muito orgulho o nome do companheiro Miguel Arraes como candidato do Partido Socialista Brasileiro a essa frente. (Palmas.)

Da mesma forma como temos um nome que já vinha sendo citado por todos nós há muito tempo, o do companheiro Célio de Castro, Prefeito de Belo Horizonte, até mesmo o nome da companheira Erundina, que entrou no nosso partido pelo Estado de São Paulo. Portanto, nós temos nomes.

Encerro as minhas palavras pedindo a vocês todos que tenham consciência, pensem com tranqüilidade. Ouçam o povo deste Brasil! No Congresso que virá, que será o Congresso da decisão, tenho certeza de que não será outro caminho que o PSB tomará que não seja o da aliança com esses partidos que têm história com a vida do povo brasileiro. Caso contrário, nos veremos só, abandonados pela nossa militância, que terá mais consciência do que se uma decisão errada for tomada.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Luiz de Césaro e em seguida falará o companheiro Mariano Gonçalves.

O SR. LUIZ DE CÉSARO - Companheiros, tenho percebido nos vários encontros deste ano dentro do PSB uma discussão quase que restrita à questão da aliança para vencer as eleições ano que vem. As propostas que até agora afloraram nas discussões não avançam, contudo, para uma questão que no nosso entendimento é de fundamental importância. Seja qual for a aliança que venhamos a aprovar, o fundamental não é a aliança em si, mas sim qual o programa, quais as medidas que essa aliança, uma vez vitoriosa, deverá implementar no Governo a partir do primeiro dia. Haja vista o fato de que neste País morre-se de fome e as pessoas que morrem de fome não têm tempo para esperar modificações futuras para a melhoria da cidadania.

Há questões estruturais que devem ser encaminhadas. Nos vários encontros feitos percebemos que há já um acúmulo de conhecimento nos vários partidos de esquerda que apontam para uma mesma conclusão a respeito de um

Governo com o perfil que nós perseguimos, qual seja, em primeiro lugar é necessário sepultar completamente esse modelo econômico. Para sepultarmos esse modelo econômico, contudo, deveremos e isso o partido tem de ter claro, porque será muito difícil governar. O partido deverá romper com algumas conexões que o submetem aos centros internacionais de poder. O Brasil deve, substancialmente, construir a sua soberania para garantir a sua autonomia, a sua independência como pressuposto para então levar à justiça social uma outra cidadania nos nossos interiores.

Vejam bem o caso da Bolsa de Hong Kong. Bastou que a borboleta batesse as asas lá que caiu uma tempestade aqui no Brasil. Imediatamente o Governo brasileiro fez aumentar a miséria no nosso povo, duplicando as taxas de juros, mostrando que o País não tem soberania nenhuma, não sabe se proteger das mudanças dos fatos, enfim, dos acidentes que acontecem em nível internacional.

Precisamos nos defender e para isso precisamos, portanto, romper com algumas conexões internacionais. Mas desconectar o nosso País significa ferir interesses muito poderosos. O nosso governo se for sério, se for um governo para que as coisas efetivamente se modifiquem deverá dizer que será difícil e que deveremos consolidar forças nas bases dos nossos mumicípios para garantir um governo que durante algum tempo terá sérias dificuldades.

O nosso governo em seguida verá por exemplo a sua produção industrial decair, tamanha serão as pressões construídas e jogadas contra nós. Deverá enfrentar a mídia, que é antibrasileira, comprometida com o capital internacional, e assim por diante. Deveremos consolidar um estoque de conhecimento a partir de outro projeto de desenvolvimento industrial que integre as universidades, centros de pesquisas, as empresas e até o exército brasileiro nesse processo, como forma de garantirmos então uma outra direção de desenvolvimento que não esse que é um modelo reflexo e portanto restrito, voltado aos interesses da minoria interna e do capital internacional. O povo ficará alijado.

Se queremos, portanto, um governo que se modifique devemos aprofundar a questão do conteúdo dessa aliança e lutarmos por ele. A questão do nome será secundária.

Contudo, esse nome que viermos a aprovar deve sim ter a sua história, para que seja de confiança e mereça o meu desprendimento enquanto cidadão. Não pode ser alguém por exemplo que nunca conheceu uma rua miserável, não sabe o que é fome e veio de uma universidade norte-americana, com uma cabeça que não tem nada a ver com a nossa. Deve ser uma pessoa do povo, dos nossos partidos, porque do contrário não haverá segurança para que as modificações sejam feitas. Não queremos um governo que diga que vai mudar e logo em seguida nada mude. Nós, socialistas, temos como característica demonstrada ao longo de nossa história a mudança efetiva. E é a ela que devemos

perseguir, com muita seriedade, reflexão, responsabilidade, porque neste momento da vida do PSB nós não podemos errar a decisão a respeito da nossa participação no ano que vem.

Unidade interna em primeiro lugar, segundo unidade das forças progressistas e em terceiro lugar o avanço dessa unidade até onde for necessário para que sustentemos uma campanha vitoriosa no ano que vem.

Muito obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros, antes de dar a palavra ao seguinte inscrito, eu quero, com o Plenário, tomar uma decisão. Está previsto que à tarde votaremos o Diretório, às 14 horas. Tenho inscritos 43 companheiros, afora os que já falaram. Não preciso fazer nenhum cálculo aritmético, não dá para os 43 falarem. Quero pedir encarecidamente que se observe o prazo, o tempo de duração. Não quero ser deselegante com ninguém interrompendo, mas é desagradável porque de repente um que fale a mais é um prejuízo dos que não conseguem falar. Então é um apelo veemente que faço para que nos limitemos aos 3 ou 4 minutos, com 5 no máximo, mas não mais do que isso.

Quero propor então que o nosso trabalho aqui da manhã termine a 1h30min, já com a votação do Relatório, porque senão vamos passar pela tarde e terminaremos não cumprindo as nossas tarefas previstas. Pergunto se o Plenário está de acordo com esta proposta. (Palmas.)

Não sei se o entusiasmo foi muito grande, mas vou dar por descontado que foi aprovado.

Com a palavra o companheiro Mariano Gonçalves e o seguinte será o companheiro Célio de Castro.

O SR. MARIANO GONÇALVES - Companheiros, desde 1957, nas escadarias do Municipal, com Almino Affonso, Santiago Dantas e muitos homens iminentes e ilustres aprendi uma coisa: a grandeza quem faz é o participante e o seu ideal. Por isso não concordo com o exórdio do nosso Relatório quando diz que somos um partido pequeno. Não vim para o PSB em 95 apenas por causa dos erros e os desacertos do PDT. Vim porque vi em Miguel Arraes, Saturnino Braga, Jamil Haddad e tantos companheiros que faziam parte do PSB um quadro limpo, sem misturas, sem essas manchas que há nos PMDBs da vida, nos PSDBs que só lucram quando alguém leva vantagem em alguma coisa em detrimento da desgraça da Nação.

O que me preocupa, companheiros, é o que dizer ao povo nas ruas. Tanto o jovem Senador que acabou de falar como vários oradores se preocuparam em como fazer a imagem de um partido grande. Eu digo: quando ontem fiz essa proposta de que se faça uma campanha nacional para diminuir esse parlamento,

esta Casa inútil e provo que é inútil: este ano votaram o que além da prorrogação do mandato de Fernando Henrique? Votaram o quê? Ganharam 16 mil em convocações extraordinárias e terminaram nada votando, a não ser o que o senhor mandou. O senhor FHC. Então isso não engrandece nenhum partido, isso achincalha e avilta o Parlamento.

Por isso devemos ir à rua dizer coisas que o povo quer ouvir. Os senhores querem ter uma idéia do que se pode falar: diminuir os legislativos, porque a maioria aqui não vem ou quando vem é terça-feira e volta na quinta, e a despesa da Nação é um pesadelo com essas casas legislativas.

Os companheiros ontem disseram: "Ah, você está no caminho inverso, você está querendo cortar o legislativo". Eu não, quero apenas que aqueles que não têm vocação, aqueles que vão como na Assembléia do Rio, onde os Deputados são acusados de só dar cargo a quem devolve o dinheiro, como na Câmara de Vereadores, onde aumentaram mais dois cargos e triplicaram os salários, para que a prefeitura pague, e quem vai pagar o povo? Nós que sofremos um aumento de IPTU.

Então o PSB tem um momento histórico de ir às ruas, propor ao povo que aos poucos vá podando essa árvore inútil e a transformando em uma árvore mais frondosa, com pessoas realmente identificadas e sérias para dignificar as casas legislativas de todo o Brasil. Não falo só daqui, mas das Assembléias, das Câmaras de Vereadores.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiro...

O SR. MARIANO GONÇALVES - Companheiro, não usei nem dois minutos. Como V.Exa. eu tenho boa noção do tempo em que falo. Sou falador desde os 8 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Acontece que tenho um relógio à mão.

O SR. MARIANO GONÇALVES - Já vou encerrar, companheiro. Queremos que o povo ouça e os nossos Senadores e Deputados têm um momento histórico. Alguém aqui já falou no privilégio das famílias dos militares? Nada. No entanto o Presidente consegue e aqui é uma festa, todo mundo dando pulinhos, assobiando, vitória! Vitória de quê? Deles, que têm as emendas do Orçamento, essa pouca vergonha, essa mancha que se passa aqui nesta Casa.

Por isso, quero propor aos companheiros do PSB que vão às ruas combater os gazeteiros que ganham dinheiro sem trabalhar. Agora vão passar para 12 mil e 700 em vez de 8 mil e eu pergunto: quantos merecem ganhar isso aqui nesta Casa? São poucos como Alexandre Cardoso, Fernando Lyra, Miro

Teixeira, José Genoíno que dignificam esta Casa. Há muitos, já diziam, 300 picaretas e é por aí. (Apupos.)

Quero encerrar, companheiros, dizendo: assim é que nos dividimos. Quando não temos a paciência de divergir e de discordar. Em meus 40 anos de atividade política nunca vi uma coisa como esta, porque quando eu discordo eu não aplaudo, mas jamais vaiarei um companheiro. Isso é socialismo, companheiros?

Muito obrigado, Presidente, mas eu gostaria de dizer que vou continuar nos Tribunais Federais, no Supremo usando de todas as maneiras para combater aqueles que não trabalham e só mamam nas tetas do povo.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Quero que o Plenário me ajude. O companheiro protestou mas eu faço questão de dizer que de relógio contado foram 8 minutos. Não dá. Rigorosamente não dá, não é democrático que alguns tenham 3 e de repente algum imponha 8. Para mim é muito desagradável estar fazendo isso mas é minha tarefa, ou eu deixo aqui a Presidência para alguém mais suave.

Com a palavra o nosso companheiro Célio de Castro, pedindo licença para anunciar que em seguida a ele falará a companheira Luiza Erundina.

O SR. CÉLIO DE CASTRO (Prefeito de Belo Horizonte) - Sr. Presidente Almino Affonso, companheiras e companheiros delegados do VI Congresso do Partido Socialista Brasileiro, estou consciente da responsabilidade que tenho de falar num Congresso desta natureza e pretendo exercitar essa responsabilidade abrindo mão da veemência, para tentar construir uma análise da situação existente hoje em nosso País.

Penso que posso localizar um sentimento que perpassa toda a sociedade brasileira. Há um desejo de participação muito forte, decisões isoladas, por mais legítimas que sejam a sociedade não aceita mais. A sociedade quer participar do processo e não apenas ser convocada para homologar e legitimar decisões.

Esse sentimento, esse desejo que a sociedade brasileira manifesta hoje de maneira muito clara é que define a responsabilidade das decisões que vão ser tomadas no Congresso do Partido Socialista Brasileiro.

Se há um desejo na sociedade hoje é que as propostas sejam discutidas e parece-me que a responsabilidade maior nossa, neste momento, é construir um processo capaz de discutir com a sociedade um projeto alternativo ao projeto hoje existente que penaliza todos os segmentos sociais.

Nesse sentido, parece-me legítimo propor que esse processo seja fundado numa racionalidade que não de início feche as portas a qualquer discussão com a sociedade. Parece-me que a construção de um projeto político passa por um processo de discussão com a sociedade. Esse processo tem de ser levado de

maneira totalmente aberta. Eu diria que esse processo parte de um princípio fundamental: hoje a sociedade não aceita decisões fechadas, alianças estreitas, ela quer uma abertura de alianças para a própria sociedade.

Nesse sentido, parece-me justo propor que a aliança política que temos de propor à sociedade para discutir seja ampla. O fundamento de uma aliança política é uma discussão ampla, com todos os setores. Tenho defendido em nível nacional e vou aqui hoje mais uma vez reiterar essa proposta: uma aliança política progressista de centro-esquerda. Essa aliança tem dois pressupostos básicos: o primeiro é a unidade construída não através da retórica, mas a unidade política de toda as forças de esquerda que o PSB lidera hoje de maneira tão definitiva. Conseguir essa unidade das forças de esquerda, elas têm que ampliar com um diálogo para a sociedade, fazendo com que possamos construir aquilo que é o desejo da sociedade, basta escutá-la. Uma aliança progressista de centro-esquerda, que fundamenta, sim, a possibilidade da construção de um projeto a ser amplamente discutido com toda a sociedade.

Reitero, então, perante os delegados e delegadas do Partido Socialista Brasileiro, a necessidade de aprofundar essa proposta, sem nenhum sectarismo, sem nenhum exclusivismo, mas o País espera de nós uma atitude madura de construir uma aliança política de centro-esquerda para fazer face e derrotar o projeto atualmente vigente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com imenso pesar recebo a informação de que a nossa Prefeita, Ministra, uma das maiores lideranças de São Paulo, não deseja falar.

(Manifestações no Plenário.)

A SRA. LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, companheiro Almino Affonso, companheiras, companheiros delegados neste VI Congresso do Partido Socialista Brasileiro, não pretendia falar não porque não quissesse falar, é que percebo que há uma enorme lista de pessoas desejosas de falarem e eu abriria mão da minha inscrição exatamente para que pudéssemos ouvir o maior número de companheiros que se acham inscritos. (Palmas.)

Além disso, estou plenamente contemplada na fala, nas posições aqui defendidas de alguns companheiros como o Pedro Dallari, que inclusive falou pela nossa bancada de São Paulo, e pelo Prefeito Célio de Castro, entre outros que, por entender que o nosso povo não tem mais condições de agüentar 4 anos de um Governo Fernando Henrique Cardoso, por entender também que a população não tem mais tempo de esperar o atendimento aos seus direitos sociais básicos, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao transporte coletivo, direito à cidadania é que esse povo espera que as esquerdas,

que as forças democráticas e progressistas entendam que é preciso viabilizar uma composição de forças mais ampla e com uma candidatura que não vai defender-se a si mesma ou a um programa seu, mas estará defendendo. (Palmas.)

Quando se encaminha e se defende uma proposta de uma candidatura de centro-esquerda significa que nós estaremos defendendo um programa mais amplo para o nosso País, que deve incluir as aspirações, os anseios e os direitos fundamentais das mulheres, dos homens, dos aposentados, dos excluídos deste Páis. Essa população está cansada de esperar que as esquerdas cheguem ao poder para poder atender a esses direitos e a esses anseios populares.

Desejaria muito que as esquerdas do Brasil estivessem com condições políticas objetivas de bancarmos uma candidatura nossa, um programa só nosso, mas ainda é uma hipótese remota, muito distante e que chegaremos lá um dia, mas para chegarmos lá um dia nós temos de ir acumulando, somando, nos ampliando e certamente não há outro partido capaz de articular essa proposta senão o Partido Socialista Brasileiro. (Palmas.)

Companheiras e companheiros do PSB, não é por acaso que vim para o PSB. Eu teria outras alternativas. Fui convidada por outros partidos e não fiz nenhuma condição para vir para o PSB. Não exigi nada do PSB e continuo não exigindo nada do PSB, só quero o direito de nesse partido ter um espaço democrático, um espaço que me permita dialogar com as outras forças políticas, porque eu me sinto, graças a Deus, identificada e legitimada por esse povo sofrido, nordestino do Nordeste, nordestino do Sul e é em nome deles que peço aos companheiros do PSB neste VI Congresso que entendamos que a hora ainda não é de uma candidatura só de esquerda, a hora é de acumular e acumular, é ter um programa democrático e popular, representado pelas forças populares e o nosso partido tem de ter a responsabilidade histórica e a competência política de viabilizar esse projeto que não é do PSB, não é das esquerdas, mas é do povo sofrido do nosso País.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros, nós conseguimos mandar reproduzir o relatório no número suficiente para entregar a cada liderança de cada bancada. Não temos para dar para todos, mas cada Líder de cada bancada dos vários Estados pode vir à mesa tomar o seu Relatório para mais facilmente acompanhar as decisões na hora oportuna.

Com a palavra o companheiro José Cícero Santos. Dou a palavra em seguida ao companheiro Paulo Maia. Dou a palavra à companheira Thaís Helena. Dou a palavra ao companheiro Saul Calvete.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, estou apresentando uma emenda substitutiva quando o texto fala: "educação é um elemento importante". Substituir por "fundamental, prioritário, urgente", que simplesmente importante. Na verdade vim a esta tribuna por detalhes que fogem

aparentemente. É verdade, é tarefa do PSB a construção da unidade das esquerdas, mas não é tarefa exclusiva do PSB a unidade das esquerdas. Não se pode colocar no ombro do PSB a culpa de uma união que não fuja por aqueles que nunca chegaram ao PSB propondo acordos. Se alguém vai ter a culpa são aqueles que sempre vieram ao PSB para que esse partido assinasse um termo de rendição, porque sempre chegaram aqui no PSB impondo as suas condições em nome da unidade das esquerdas e sempre prejudicaram o PSB, porque olhavam primeiro e sempre para o seu próprio umbigo. Ninguém sofreu mais críticas do que o próprio PSB quando vitorioso.

O companheiro Célio de Castro estava aqui, saiu aqui para servir-se Prefeito em Belo Horizonte. Com muita legitimidade trouxe a candidatura dele para Prefeito e o principal opositor de Célio de Castro foi um dos partidos de esquerda.

A citação de Maceió foi importante, a principal crítica da nossa candidata foi o outro partido de esquerda, Portanto, companheiros, unidade de esquerda sim, mas não submissão, naõ permanente estado de covardia diante de esquerda. Não foi para isso que Luiza Erundina e tantos outros vieram para o PSB. Vieram porque esse partido sabe para onde quer ir e não pode sair de seu trilho, em nome de uma unidade que sempre esteve presente nesse partido. Não como termo de rendição, como alguém que sabe para onde quer ir.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra a companheira Thaís.

A SRA. THAÍS - Boa tarde. Sou delegada do Rio de Janeiro e na realidade a minha contribuição aqui é muito pequena, eu me fiz aqui um questionamento e creio que estou aqui mais por uma honra de tentar saber qual é a experiência que uma pessoa sente ao estar nesse pódio, diante deste Plenário, diante de uma mesa com tantas figuras ilustres.

A minha contribuição é muito pequena mas eu gostaria de que todas essas resoluções que hoje foram encaminhadas à Direção do partido viessem a constituir um documento final de tal ordem que constasse nesse documento a postura que todos nós deveremos ter de agora em diante, para 1998, principalmente como orientação para os Parlamentares futuros, uma vez que teremos que ter uma linguagem mais ou menos uniforme e dar às nossas bases informações precisas. Os questionamentos vão ser muito grandes e para justificarmos uma mudança de opinião, uma mudança de opção para o PSB precisaremos apresentar resultados sob a forma de dados que justifiquem modelos substitutivos a esse que está vigorando pelo Governo Fernando Henrique.

Então precisamos de dados objetivos, formas que possam convencer

as nossas bases a fazer essa troca, a fazer essa nova opção. Precisamos convencer realmente todas essas pessoas que ainda têm dúvidas a respeito do que é o PSB e qual é a sua proposta.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Saul Calvete.

O SR. SAUL CALVETE - Companheiros socialistas do Brasil, há 35 anos advogo na advocacia trabalhista do Rio Grande do Sul para vários sindicatos. Uma das coisas pelas quais se lutou muito no Rio Grande e que acredito que em vários pontos do Brasil também foi fazer com que os empresários, os maus empresários assinassem as carteiras de trabalho de seus empregados. Uma das coisas que se ditou muito foi para que pagassem as horas extras trabalhadas, uma das coisas pelas quais se lutou foi para que pagassem 13°, férias. No entanto, supreende que uma comissão deste Congresso tenha aprovado o rompimento do direito do trabalho, da consolidação das leis do trabalho, quando aprova as cooperativas de trabalho. Não somos contra o cooperativismo, em absoluto. Defendemos a coletivização até do capital, defendemos o cooperativismo da propriedade, mas não podemos defender, como socialistas que somos, a exploração de mão-de-obra do trabalhador.

Empresas gaúchas de calçados, vigiadas pelos sindicatos da região, tinham de cumprir suas obrigações com as leis trabalhistas. Saíram do Rio Grande, foram para o Ceará explorar a mão-de-obra do trabalhador cearence, através das malfadadas cooperativas de mão-de-obra, que são exploradas por meia dúzia de empresários desonestos.

Por isso, Excelências, acho que houve um engano nesse Relatório quando constou que foi aprovada na comissão, quando não foi aprovada a cooperativa do trabalho. Na minha comissão, presidida pelo ilustre Jamil Haddad, isso não foi aprovado.

Excelências, no entanto uma coisa que foi aprovada por unanimidade não constou aí. Foi aprovado por unanimidade que o nosso partido lutaria contra a flexibilização das normas trabalhistas, ou seja, o nosso partido lutaria para que o trabalhador tivesse sua carteira assinada, para que não houvesse exploração do trabalhador sem carteira assinada, como quer Fernando Henrique Cardoso. Ele quer flexibilizar na esteira de um movimento internacional contra os direitos trabalhistas.

Sr. Presidente, peço que seja retificada a ata onde consta que foi aprovada a cooperativa do trabalho e peço que conste que este Plenário se posiciona contra a flexibilização nas normas trabalhistas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Ulisses Riedel.

O SR. ULISSES RIEDEL - Sr Presidente Almino Affonso, meus companheiros, em primeiro lugar quero apontar uma questão simples mas que acho que deve ser examinada. O nosso Relatório começa dizendo que somos um partido pequeno. Talvez fosse o caso de acrescentar uma expressaõ dizendo pequeno numericamente, porque na verdade o nosso partido é um grande partido. Um partido que tem Miguel Arraes como Presidente só pode ser chamado de um grande partido, um partido que tem figuras como de Erundina, de Almino Affonso certamente é um grande partido e acho que o PSB é um grande partido e por isso que nós todos estamos aqui. Ele só é pequeno numericamente.

Gostaria de acrescentar algo ao que foi dito pelo companheiro que me antecedeu, o Dr. Calvete. É uma questão técnica mas que precisa ser examinada com cuidado. Todos nós somos favoráveis ao cooperativismo, especialmente aquele em que os trabalhadores são os proprietários das empresas, em que sistema igualitário eles trabalham dentro das empresas, mas isso tem sido adulterado. Hoje encontramos aqueles antigos bóia-frias formando cooperativas em que é explorada a sua mão-de-obra em nome de um falso cooperativismo. É preciso saber distinguir uma coisa da outra. Uma coisa é o cooperativismo onde o trabalhador é o proprietário da empresa, outra coisa é a terceirização da mão-de-obra em nome de um cooperativismo.

Procurei para facilitar redigir por escrito, e vou encaminhar à Presidência, a proposta que está no lastro daquilo que foi dito pelo companheiro que me antecedeu, ou seja, acrescentar ao Relatório o apoio à criação de empresas onde os que nelas trabalhem sejam os seus proprietários em sistema solidário e igualitário e contra as cooperativas e mão-de-obra. Acrescentar também aquilo que foi dito aqui que é importante, a nossa oposição à flexibilização dos direitos trabalhistas.

É isso. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vou pedir autorização do Plenário para uma inversão na ordem de inscrição. Há um companheiro que tem deficiência visual, que necessita retirar-se por razões de ordem pessoal, o Dr. Valton de Miranda. Ele deveria falar depois e peço autorização do Plenário para conceder-lhe a palavra. (Palmas.)

Com a palavra o companheiro Valton de Miranda.

O SR. VALTON DE MIRANDA - Sr. Presidente Almino Affonso, companheiros e companheiras, sou fundador deste partido junto com Jamil Haddad, com Roberto Amaral e tantos outros companheiros que naquela época caberiam no que hoje chamam a "topic" e estamos nessa luta há muito tempo. Eu tenho

durante todo esse percurso colocado algumas teses dentro desse partido e tenho escrito sobre um assunto que acho que geralmente se deixa de lado num momento de grandes decisões, principalmente quando se avizinha o processo eleitoral.

Na condição de psiquiatra e psicoterapeuta tenho escrito sobre a influência da subjetividade na política, tenho escrito sobre a influência da paranóia na política, tenho escrito sobre a influência dos mitos criados, das mitologias de última hora. Tenho escrito isso com o objetivo de colocar que política não é somente o dado macrossocial objetivo, mas tem a condição de sujeito, a condição daquele que participa e daquele que deforma a vida política. Nós já assistimos a isso no Brasil com Jânio Quadros, já assistimos à paranóia na política com Collor de Melo, nós já assistimos a isso acontecer. Quero crer que nós não podemos psiquiatrizar nem psicanalizar a política, mas certamente não podemos deixar de lado essas questões.

Além disso, temos de examinar condições objetivas todas as vezes em que tenhamos de tomar grandes decisões no sentido da nossa política de alianças. Aí quero crer que esses elementos subjetivos devam ser levados na devida consideração, porque o vácuo político que em alguns momentos acontece neste País é muito bem ocupado por indivíduos que se constituem como mitologias, como messias, como salvadores de última hora, e isso nós estamos acostumados a ver acontecer no nosso Ceará, as mitologias criadas através de um competente esquema de *marketing* político. E nós não estamos dispostos a deixar que as coisas evoluam sem que sejam os nossos companheiros devidamente avisados do que pode acontecer nesse tipo de desenvolvimento. Nós não somos de modo algum cegos, no sentido da compreensão interna do processo. Eu posso ser cego para fora, mas não sou cego para dentro. (Palmas.)

Nesse sentido queremos deixar muito claro que a base da nossa concepção de aliança são realmente os quatro partidos que historicamente têm lutado pelo povo brasileiro. (Palmas.) Certamente não somos também estreitos a ponto de estabelecer isso dentro de um engessamento férreo de dizer que é impossível ampliar isso no sentido de uma compreensão e de uma concepção de centro-esquerda, mas defenderemos que nessa concepção de centro-esquerda não sejamos tragados pelo personalismo, pela mania do salvador de última hora, até porque desconfiamos que o projeto político de alguns que se colocam na perspectiva do centro são mais direitistas do que muitos daqueles que estão na nossa visão. Até porque compreendemos que esse direitismo não pode ser camuflado da maneira como está sendo, porque na verdade existe embutida na proposta de muitos que estão se colocando na posição de centro uma idéia de direita fundamental e mais radical do que a do próprio Fernando Henrique Cardoso. (Palmas.)

Para finalizar, temos de ter consciência, responsabilidade para compreender não só o fato objetivo da política, a questão política concreta como

esse tipo de influência subjetiva, personalística, paranóica que às vezes se apodera do processo político.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra o companheiro Gustavo Balduíno.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO - Presidente, solicito primeiro um esclarecimento à Mesa. Gostaria que a Mesa informasse o número de delegados credenciados a este VI Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Eu não tenho à mão, mas a memória me diz que é em torno de 800.

O SR. GUSTAVO BALDUÍNO - Obrigado. Peço à Mesa que me avise com 3 minutos. Companheiros e companheiras do VI Congresso do PSB, a pauta colocada para este Congresso nos grupos de trabalho ontem implicava em dois pontos: um segundo ponto que, a meu ver, menos importante, política de alianças para 1998. O primeiro ponto a meu ver muito mais importante para o Partido Socialista que é a construção partidária. Parece-me que os relatórios e as intervenções aqui feitas no dia de hoje privilegiaram de forma equivocada o segundo ponto.

Ontem tivemos a oportunidade de contribuir no debate sobre a importância do que é construir um Partido Socialista. Ao nosso ver temos a obrigação neste Congresso de sair daqui com algumas decisões, algumas deliberações que privilegiem a construção de um partido socialista, sobretudo porque imaginamos e temos a certeza de que a intervenção do Partido Socialista não se pode restringir à intervenção da conjuntura, as eleições que se dão rotineiramente neste País. Temos a clareza de que um partido socialista tem de estar armado e preparado para transformar a sociedade sendo poder, ganhando as eleições, mas sobretudo no dia-a-dia.

Por isso defendemos que o mais importante para esse partido é priorizar a política de formação de núcleos. É importante sabermos que somente a partir dos núcleos vamos construir um partido verdadeiramente socialista.

Temos também a clareza que para nós aproveitarmos e qualificarmos o crescimento assustador, satisfatório e gratificante que o partido está vivendo no País inteiro é preciso que nossos companheiros tenham um processo de formação política com base no socialismo. Por isso é importante priorizarmos neste Congresso a formação política dos nossos filiados recentes e dos nossos tradicionais filiados. Mais do que isso, companheiros, está garantido de fato um partido socialista que tem a capacidade de intervir no segundo ponto, que é a política de aliança de forma contundente e de forma concreta, garantir a democracia interna desse partido.

Por isso todos aqueles que têm a sua formação política, a sua pretensão política no PSB têm de ser o direito e a oportunidade de se manifestar desde o primeiro núcleo de base, lá no último extremo do País, como em Brasília, como no Norte, como no Sul, e aí sim estaremos construindo um partido socialista.

Quanto ao segundo ponto, companheiros, quero informar que o Congresso do PSB no Distrito Federal deliberou por ampla maioria uma política de centro-esquerda para alianças em 98. Esse mesmo Congresso sugere a este VI Congresso Nacional como um dos nomes possíveis de aglutinar essa política de centro-esquerda o nome do atual Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Outros nomes podem compor, mas mais importante do que isso, companheiros - e aí falo em nome pessoal, não em nome do Congresso - mais importante do que aglutinar um conjunto de forças políticas de centro-esquerda é termos um programa que referencie de fato uma política de centro-esquerda. Com esse programa tenho a impressão de que as nossas possíveis divergências podem ser superadas de formas mais tranqüila, porque não há como imaginar que teremos uma política de centro-esquerda, como já foi dito anteriormente, que exclua aqueles 4 partidos que devem ser básicos, mas a partir desses partidos devemos ampliar. E ampliar de que maneira socialista? A partir de um programa socialista.

Temos a clareza de que já está sendo trabalhado um programa. Então a partir desse programa qualquer companheiro, qualquer força política deste País que queira aderir a esse programa vai qualificar e ampliar um programa de centro-esquerda.

Para concluir, em nome dos outros inscritos, quero dizer que este não é um Congresso que vai deliberar sobre nomes, mas é um Congresso que tem de armar o partido para se organizar e para isso temos de ter clareza que as questões regionais vão ser determinantes na política de aliança nacional. É ingenuidade política, tapar o sol com a peneira imaginar que vamos decidir aqui, desconsiderando as questões regionais. Por isso chamo aos companheiros à reflexão para entenderem que onde for possível o PSB está à frente das disputas majoritárias e devemos implementar onde for possível o PSB constituir uma aliança de esquerda. E onde for possível o PSB constituir uma aliança de centro-esquerda com partidos que não estão entre aqueles quatro, vamos também implementar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Com a palavra a companheira Georgina. O próximo a fazer uso da palavra será o Deputado Beto Albuquerque.

A SRA. GEORGINA - Depois de ouvir tantos oradores, principalmente a companheira Erundina, pensei não falar mais, mas resolvi como sertaneja e nordestina que não gosta de voltar atrás.

A primeira coisa que quero dizer aos companheiros é que é um prazer muito grande e muito me entusiasma estar no Partido Socialista Brasileiro para que junto com nosso Presidente Dr. Miguel Arraes e com Erundina lutemos para transformar tantas injustiças no nosso meio. (Palmas.)

Ontem no nosso trabalho de grupo foi com muita clareza e brilhantismo, inclusive a mesa composta por várias mulheres e para isso gostariamos de colocar nos anais deste Congresso a criação da coordenação das mulheres, para compor a Executiva, porque o nosso partido precisa lutar junto com os homens, com as crianças, idosos e todas as categorias, principalmente aquelas mais sofridas como são os trabalhadores rurais, os quais estou aqui representando, pois sou uma trabalhadora rural. Por isso, companheiro, precisamos fortalecer a participação em todos os espaços, nas prefeituras, nas câmaras de vereadores, nas assembléias legislativas, porque futuramente também teremos condições de ser até Presidente da República, porque a mulher tem condições de enfrentar todos os espaços. Mas isso depende de as companheiras terem oportunidade, lutar e se organizar, para que possamos chegar até lá.

Por isso companheiras e companheiros, ficamos muito felizes e vamos cada vez mais fortalecer o nosso partido, para que em todos os recantos de nossa comunidade, na nossa periferia onde moramos, possamos ter um grupo de homens e mulheres que façam parte do Partido Socialista Brasileiro para que possamos derrubar FHC que está matando muito trabalhador e muita mãe de família, muita criança morrendo de fome porque não tem o que comer.

O meu muito obrigado e viva o Partido Socialista Brasileiro! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Com a palavra o companheiro Deputado Beto Albuquerque. O próximo será o companheiro Nivaldo Queiroz.

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, estimados companheiros e companheiras, é um consenso nosso que não há outro caminho neste País senão empreender a contrução política que possa derrotar o avanço do neoliberalismo.

Fernando Henrique Cardoso é como praga de gafanhoto em lavoura. Depois que passa não sobra absolutamente nada. E se não queremos que esse projeto continue, prospere, precisamos derrotá-lo. Isso é um consenso entre nós todos.

Mas para derrotar esse projeto precisamos de juízo, juízo com a história que haveremos de construir. Quem faz política o faz para deixar à sociedade algum legado de história. E o PSB tem de deixar o seu legado histórico.

Já ouvi falar dentro desse partido em nomes como por exemplo

Ciro Gomes. Ora, Ciro Gomes é Fernando Henrique menos 10% e nada mais do que isso. (Palmas.) Eu já ouvi falar em Itamar Franco. Itamar Franco é FHC menos 20%. O que nós precisamos é construir uma alternativa política que signifique mudar 100% e não apenas 10 ou 20%.

Quando escuto falar aqui aliança de centro-esquerda eu não vejo sinceramente, companheiros, nenhuma objeção neste Plenário. Resta saber, entretanto, se queremos essa aliança do centro para esquerda ou se a queremos da esquerda para o centro. Eu tenho convicção de que é preciso ampliar, sim, o leque de alianças. Não tenho nenhum problema de uma frente de esquerda receber apoios de setores progressistas do centro, mas sinceramente eu teria vergonha de subir num palanque encabeçado por uma candidatura de centro que nunca teve compromisso com o povo brasileiro. Os partidos do centro majoritariamente nesta Casa onde estamos votam todos os dias contra o povo. Todos os dias. (Palmas.) E por que razão haveria eu de crer que uma candidatura do centro para a esquerda poderia dar confiança às mudanças de 100%?

Dessa forma, caros e estimados companheiros, defender-se aqui, deliberar-se aqui que a candidatura de centro-esquerda ou da esquerda para o centro que deva surgir neste País tenha de sair do núcleo do PSB, do PT, do PDT, do PCdoB é apostar na coerência, e um partido como o nosso não precisa falar em Cristovam, em Itamar, não precisa aventar Ciro quando se tem Arraes, Erundina, Célio de Castro. (Palmas.) O que queremos é uma aliança da esquerda para o centro, mas com a cabeça de chapa comprometida com a confiança histórica, e para isso essa cabeça de chapa está aqui dentro do PSB ou estará lá no PDT, ou no PT ou no PCdoB, mas temos de sair daqui - tem razão o companheiro Lessa - com o indicativo de que o PSB tem candidato a Presidente e não tem um só, tem vários, porque é um grande partido. Tem que enaltecer Arraes, Erundina, Célio de Castro. E o centro que se quiser nos procure, nós não temos de procurar o centro. Temos de abrir as portas para conversar com o centro, mas temos de manter a hegemonia do processo, até porque, companheiros, se é para ganhar a eleição por ganhar vamos conversar então com Antonio Carlos Magalhães porque ele ganha a eleição para nós. Então esse não é o problema. Ganhar a eleição de qualquer jeito não tem sentido, é trair o povo brasileiro. Tem que ganhar para mudar 100%.

Por isso, gostaria de mais objetividade aqui, porque tem gente falando de centro-esquerda e meio que querendo dizer: olha, neste Plenário tem gente que quer candidatura só de esquerda, não é verdade. Não há esse debate neste plenário. Todos nós queremos uma frente ampla. A discussão aqui está em quem será a confiança da cabeça. Um Itamar do PMDB? Um Ciro Gomes do PPS? Que PPS coisa alguma? Fernando Henrique menos 10%? Quer dizer, por que não abrirmos o jogo? Nós queremos uma aliança de centro-esquerda sim, mas queremos a cabeça de chapa do PSB, porque a vergonha de assumir isso? Não há razão para isso. (Palmas.) Estamos grandes demais para termos medo de enfrentar essa gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, considerando uma tremenda loucura o que ouvi do texto e que vamos discutir isso daqui a seis meses. É tudo que Fernando Henrique quer, que nós da oposição só venhamos a decidir quando a eleição já estiver perdida. (Palmas.) Isso tem de ser para ontem, não adianta eu estar na rua, no Movimento dos Sem-Terra, amaldiçoando o neoliberalismo sem poder dizer para o povo que caminhos seguir, sem poder dizer: olha, o meu candidato é Miguel Arraes, o me candidato é Erundina. O que adianta amaldiçoar se não se pode mostrar caminho em junho do ano que vem? Por favor, é pegar o caixão e comprometer a história.

Viva o PSB de Norte a Sul, viva a sua unidade, é isso que nós precisamos construir.

Concluo dizendo que para buscar a unidade da esquerda temos que sair deste Congresso unidos e acho que não há nenhuma razão para que não reconduzamos à Presidência desse partido o Governador Miguel Arraes.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Com a palavra o companheiro Divaldo Queiroz e o próximo orador será o companheiro Irineu Messias.

Fazemos um apelo aos srs. oradores pelo número de inscrições que existe no sentido de abreviar os seus discursos porque uma e meia, conforme proposta já aprovada, sugerida pela Presidência da Mesa, o Deputado Almino Affonso, ficou certo que nesse horário vamos encerrar as falações e se não falarem todos alguém vai ser preterido, o que não é o objetivo da Presidência.

Portanto, fazemos um apelo para que sejam abreviados os discursos, para que possamos uma e meia, impreterivelmente, encerrar esta sessão.

Com a palavra o companheiro Irineu Messias.

O SR. IRINEU MESSIAS - Boa tarde companheiros Congressistas, boa tarde Sr. Presidente, a razão de estarmos aqui é porque na leitura do Relatório foram apresentadas algumas propostas pertinentes ao Movimento Sindical do partido, quando se dizia que o PSB deveria apostar nos movimentos sociais e principalmente no sindical.

Como pertenecente ao segmento do Movimento Sindical do partido queremos dizer que o partido já tem sim participado efetivamente do Movimento Sindical. Tanto isso é verdade que temos e fizemos o I Congresso Nacional dos Sindicalistas do PSB, onde tivemos uma presença significativa dos companheiros. E não só isso, como também demos mais um pontapé para consolidarmos a nossa tendência no Movimento Sindical, que é o SSB, Sindicalismo Socialismo Brasileiro.

Nesse Congresso também foram eleitos companheiros para compor a Coordenação Nacional do Movimento Sindical do PSB, o companheiro José Carlos, de São Paulo, do Distrito Federal e a minha pessoa, que sou do Estado de Pernambuco.

De tal forma que é uma clara demonstração de que o nosso partido tem crescido em todos os segmentos, principalmente no Movimento Sindical, quando vários sindicalistas de outros partidos têm engrossado a nossa fileira, porque acredita na proposta do Partido Socialista Brasileiro.

Companheiros, para também não ficar apenas ao Movimento Sindical, quero me ater também à política de alianças. Acho mais do que correto termos, sim, em função da conjuntura política que está colocada, de termos sim uma candidatura de centro-esquerda, mas nós temos que deixar claro, caso permaneça a imposição de qualquer outro partido do bloco de oposição que nós temos nomes. E digo mais, o nome que o PSB deveria apresentar caso permanecesse essa imposição seria o nome da companheira Luiza Erundina e digo o porquê, outros nomes foram propostos aqui, os dos companheiros Almino Affonso, Miguel Arraes, Célio de Castro, mas quero dizer que precisamos do companheiro Célio de Castro na Prefeitura de Belo Horizonte, porque será com certeza o próximo Governador de Minas Gerais. Precisamos do companheiro Almino Affonso, porque é uma das palavras abalizadas do Congresso, mas também precisamos do nosso Governador Miguel Arraes porque Pernambuco não pode ser governado pelo ódio.

Muito obrigado. (Palmas.)]

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Com a palavra o companheiro Mário Sander e o próximo será José Airton da Luz.

O SR. MÁRIO SANDER - Companheiros e companheiras, queremos neste momento reforçar as definições que tiramos na nossa comissão, a comissão de nº 6, onde foi discutido amplamente e principalmente a política de alianças, porque entendemos que como a eleição do próximo ano é decisiva, que vai definir a história do nosso País. Se entregarmos a reeleição para Fernando Henrique vamos levar mais 50 ou 100 anos para poder assumir as rédeas deste País. Vai ser um desastre para o País perdermos a próxima eleição.

Por isso reveste-se de grande importância definirmos a política de aliança. E definimos na nossa comissão, por unanimidade, que essa política de aliança tem de ser sim, de centro-esquerda, como todos aqui têm falado, mas tem de ter uma candidatura que seja identificada como os partidos de esquerda neste País que têm história e tradição de defender o nosso povo. Não podemos abrir mão do momento histórico que vivemos, de entregarmos essa oportunidade de mudar a um candidato aventureiro, que não tenha compromisso com o nosso

povo brasileiro, que não tenha compromisso com as mudanças do nosso País. Precisamos ver que este é um momento sério e de responsabilidade. Por isso temos de entregar a missão de mudar este País a um candidato que tenha história, tradição e que principalmente tenha amor a nossa Pátria e aos excluídos. Esse candidato eu não vejo outro a não ser dos partidos de esquerda. Os partidos que se dizem de centro eu não posso ver nem um nome que preencha esses pré-requisitos. Não podemos fechar só com os partidos de esquerda, mas o nome tem de ser capitaneado pelo nosso partidos que têm identificação popular. Podemos abrir o leque sim, podemos deixar que os outros partidos do centro nos apóiem, integrem, ajudem a fazer o programa, governe conosco, mas sob a tutela do nosso candidato de esquerda.

Não é possível entregarmos essa oportunidade histórica de mudança para alguém que não vai significar a mudança. A mudança só existe dentro dos partidos que sempre pregaram a mudança, não em aventureiros que aparecem de última hora, tentando se mascarar, com a opção de mudança e vai continuar a mesma coisa.

Para encerrar, nós do PSB precisamos definir um nome do nosso partido para colocar na mesa de negociação, para podermos ter a oportunidade de dizer ao povo brasileiro que o PSB tem um candidato, tem um programa para oferecer a essa aliança de centro-esquerda. É isso que precisamos. Até o momento nós não definimos isso ainda e o partido tem de definir quem é o nome, é Erundina? É Arraes? Tem de ver quem é. Não podemos nos omitir, o partido tem de definir o nome. Também para finalizar não podemos deixar que essa decisão só saia daqui a seis meses. Nós não temos a mídia à mão, a nossa televisão é o nosso militante, são aqueles que vão de porta em porta, de casa em casa levar a nossa mensagem. Nós não temos uma Rede Globo na mão. Para isso precisamos ter tempo para trabalhar, precisamos do programa definido e do candidato definido o mais rápido possível, senão não vamos conseguir fazer nada. O que levamos quatro meses para fazer de casa em casa eles conseguem em 3 minutos na televisão. Então aí a urgência de definirmos un candidato de programa de centro-esquerda identificado com as mudanças neste País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Com a palavra o companheiro José Airton da Luz e a próxima oradora será a Deputada Maria Augusta.

O SR. JOSÉ AIRTON DA LUZ - Saúdo os companheiros e a Mesa e quero dizer que sou representante dos estudantes do Rio Grande do Sul e quero dizer que nós, estudantes, estamos apoiando essa frente ampla, da qual nós estudantes precisamos de um Presidente melhor. Sabemos que aqui no PSB existe esse Presidente.

Os estudantes já estão cansados de suas escolas serem sucateadas,

cansados de também ter de pagar aquela mensalidade, vocês também são pais e sabem de como é preciso que as crianças, que os jovens tenham ensino gratuito e bom. Mas é preciso também um Presidente que esteja lá defendendo a classe estudantil.

Quero dizer também da nossa participação fora Collor, pois todos os brasileiros viram que os cara-pintadas foram às ruas junto com os estudantes para tirar esse governo. Eles também estão apoiando essa frente ampla. Não sabemos qual vai ser o Presidente, mas estão apoiando e precisamos daqui hoje sairmos unidos como também aqui o companheiro que me antecedeu precisamos também urgentemente saber quem vai ser esse representante do povo brasileiro.

O PSB também tem no Rio Grande do Sul pessoas capacitadas, tem sindicalistas na frente, está lutando e está crescendo e cada vez mais crescer muito mais, mas precisamos do apoio de todos vocês. Quero deixar uma frase que é a seguinte: *Nenhum de nós é tão forte quanto todos nós juntos.*

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Com a palavra a companheira Deputada Maria Augusta. O próximo será o companheiro João dos Santos.

A SRA. MARIA AUGUSTA FELDMAN - Companheiros da Mesa, companheiros Congressistas, o abraço do Rio Grande do Sul aos companheiros socialistas do nosso Brasil. (Palmas.)

Em primeiro lugar quero destacar a importância da dinâmica deste Congresso ontem nos trabalhos dos grupos, que possibilitou, com muita clareza e com muita força, a expressão da nossa militância. É assim que se ouve a base, é assim que se respeita a base de um partido, e os trabalhos de grupo nos possibilitaram ouvi-los e, portanto, aí a riqueza do Relatório e a riqueza do próprio debate que se instala neste Congresso.

Um destaque em relação ao Relatório, e a companheira Georgina aqui já falou, é preciso sim, companheiros, nós, mulheres, ocuparmos não só o espaço do Parlamento, mas os espaços das nossas instâncias partidárias, dos diretórios municipais, dos diretórios regionais, do diretório nacional e das executivas. O partido tem de oferecer e possibilitar. Não é favor, é um espaço que nós conquistamos pela nossa luta, pela nossa garra, pela nossa coerência e pela nossa experiência.

Em nome das mulheres aqui está essa reivindicação que é de todos nós. E não deveria ser só das mulheres, deveria ser um espaço reclamado por homens e mulheres que querem e buscam a igualdade do povo brasileiro. (Palmas.)

Fala-se aqui e se discute aqui - e esse é o grande tema - política de

alianças. Sem dúvida é necessária uma ampla coligação para combater esse projeto neoliberal. Mas essa ampla coligação tem de ser iniciada, resgatada e garantida primeiro pela unidade do campo das esquerdas. Primeiro precisamos unir as esquerdas. A partir daí fazer a ampliação, buscando nos contrapor, sim, e tendo aí a garantia de nos contrapor ao projeto neoliberal. Quero sim, que uma aliança ampla, um projeto forte, una candidatura viável. Quero ser poder enquanto ideologia. Não necessariamente enquanto partido, mas enquanto ideologia para buscar transformação, para ter projeto de transformação social.

Agora, eu preciso ter a segurança não só de um projeto, eu preciso ter a segurança da execução desse projeto. Por isso que digo: há a necessidade de que essa coligação inicie unificando os partidos do campo da esquerda primeiro, e a partir daí se amplie. E esse é um compromisso do PSB, é um compromisso de um partido que cresce, que tem história, que tem ideologia e que hoje tem outra configuração e outra expressão nacional.

O PSB, buscando essa coligação, buscando essa aliança ampla não pode ser adesista. Ele tem de estar na igualdade da composição, não se submetendo a nome, não aceitando só nomes, mas apresentando também os seus nomes. Eu como militante num Congresso aqui no PSB não tenho o direito de falar em outros nomes que não sejam nomes do meu partido. (Palmas.) Eu num Congresso do PSB posso dizer que quero apresentar nomes do meu partido para uma discussão dos conjuntos dos demais partidos buscar o nome que seja mais viável, mais amplo, o nome que extrapole o conjunto, a soma das siglas, o nome que expresse a nossa proposta, o nosso programa, a nossa ideologia. Isso no conjunto dos partidos. Mas aqui eu tenho de pensar nos nomes que o meu partido tem, e tem. Vários já foram citados, vários já foram lembrados, mas quero me restringir a falar em dois e somente em dois. Inlusive lembrando e ouvindo os companheiros de Pernambuco, mesmo dizendo da importância de Arraes no Governo de Pernambuco quero dizer a vocês que não pode deixar também de ser lembrada a história de Arraes. A responsabilidade de Arraes hoje inclusive na expressão que assume o nosso partido em nível nacional. Por essa história, por essa trajetória Arraes é um nome que tem de ser lembrado, tem de ser posto na mesa, tem de ser brigado e resgatado. (Palmas.)

Como mulher, companheiros, não só por ser mulher, porque também não é qualquer mulher, tem que ter história. Eu quero aqui destacar e lembrar o nome da guerreira, da companheira Erundina, experiente, coerente politicamente que, tenho certeza, extrapola também a nossa sigla, que extrapolará sem dúvida o conjunto das siglas, porque representa e representará não só as mulheres do PSB, não só os homens do PSB, sem dúvida os homens e mulheres do nosso Brasil.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Com a palavra o companheiro João Santos e posteriormente João Ananias.

Quero lembrar ao Plenário que faltam 4 minutos para encerrar a sessão.

Com a palavra o companheiro João Ananias e posteriormente o companheiro Kalled de Oliveira.

O SR. JOÃO ANANIAS - Sr. Presidente, companheiras e companheiros, a maioria dos companheiros que aqui vieram se detiveram sobre a questão das políticas de aliança do nosso partido para as eleições de 98. Temos posições bastante claras, com as quais concordo que temos de fazer uma aliança de centro-esquerda mas frisando a questão de quem deve puxar esse bloco - aí concordo fundamentalmente com o Deputado Beto Albuquerque - tem que ser os partidos aliados historicamente na luta, no sofrimento, nas derrotas que já sofremos ao longo desse processo histórico.

Mas eu queria apontar uma questão em relação ao tema primeiro, construção de um grande partido nacional e popular. Estou vendo no Relatório, Sr. Presidente, algumas contradições que são, ao meu ver, impossíveis de constarem no Relatório de um Congresso do Partido Socialista. Além de não ter posições afirmativas, como deveriam ter em relação às políticas neoliberais do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Existem aqui algumas coisas graves. Por exemplo, a preservação da autonomia nacional, só é possível com um governo comprometido com o povo brasileiro. Tudo bem. Através da ruptura das conexões que prendem o nosso País aos centros internacionais do poder. Tudo bem. Se através de um projeto nacional que garanta a nossa inserção soberana no processo de globalização, eu acho que isso rompe, isso é rasgar a doutrina do PSB, quando propugnamos aqui uma entrada soberana na globalização, como se fosse possível isso, como se fosse possível um País periférico como o nosso, que está servindo de bucha, que tem sido historicamente espoliado, entrar de cabeça erguida no processo de globalização.

Proponho a retirada desse parágrafo, é uma agressão ao PSB. E proponho Sr. Presidente, companheiras e companheiros Congressistas, que nesse documento afirmemos claramente a nossa posição contra privatizações, a nossa posição contra as medidas absurdas que nos enxovalham, que nos massacram, que nos põem de joelhos, em posições subalternas. Não é possível que aceitemos que decisões aqui discutidas e tomadas possam ser desrespeitadas posteriormente por quem quer que seja, pela bancada seja estadual ou federal desse nosso partido. É fundamental que tiremos aqui, Sr. Presidente, uma posição clara. E a bancada do Ceará não vai ler, mas encaminhar uma moção contra a política de privatização do Governo Fernando Henrique.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Companheiros e companheiras, conforme decisão do Plenário, a proposta do Presidente Almino Affonso, esta reunião está programada para encerrar exatamente agora, mas não queremos tolher aqueles que ainda têm um recado para dar, mas também não podemos esperar muito em função da hora. Solicito aos dois oradores finais que sejam breves, porque já extrapolamos a hora.

Companheiro Kalled e o companheiro Vice-governador do Espírito Santo será o próximo, Renato Casagrande.

O SR. KALLED DE OLIVEIRA - Companheiros, quero iniciar dizendo que estou orgulhoso do Partido Socialista Brasileiro por este Congresso que estamos realizando. Temos acompanhado a história, a trajetória, a vida orgânica do nosso partido e ontem nas reuniões de grupo, hoje nesta plenária nós vemos um saldo de qualidade na capacidade de discutir, na capacidade de organizar-se do nosso partido que é algo que não pode ficar sem registro.

Quero trazer também o nosso cumprimento inclusive à Direção Nacional do partido que permitiu que este Congresso de um partido, vitorioso, fosse possível.

Quero ainda dizer que é natural que esse partido vitorioso tenha o desejo da vitória e incluo nisso o desejo da vitória eleitoral no próximo ano, mas quero dizer também que é preciso que nos acautelemos. A política de alianças, que é o centro dessa discussão, não é por acaso.

Quero lembrar de um grande intelectual brasileiro que cumpriu um papel fundamental na vida deste País também há muito pouco tempo optou por uma política de alianças e de uma das pessoas mas respeitadas dentro da esquerda deste País passou a ser uma figura odiada. Refiro-me ao Presidente Fernando Henrique. O erro na sua política de alianças fez com que as velhas oligarquias voltassem através da sua voz ao poder neste País. Por isso é preciso ter cuidado.

A política de alianças é, sim, uma questão delicada, fundamental. Somos favoráveis a uma frente de centro-esquerda, acreditamos que precisamos ampliar, mas sem perder os nossos compromissos históricos, sem perder a referência de toda a nossa luta, sem perder a referência naqueles que nos antecederam. Não tenho medo de afirmar que temos sim responsabilidades com os nossos aliados históricos. Não tenho medo de afirmar que temos compromissos com os companheiros do PCdoB, do PT, do PDT, que temos compromissos com todos aqueles que juntamente conosco têm tentado construir no dia-a-dia nos nossos Estados, nas nossas cidades, alternativas.

Quero por último, companheiros, para não exorbitar do tempo, dizer

que iniciamos este Congresso homenageando a memória de Paulo Freire e de Che Guevara. Sejamos coerentes com essa introdução que fizemos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Lyra) - Companheiros e companheiras, para encerrar esse período das manifestações convido o companheiro Vice-Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE - Sr. Presidente, Deputado Fernando Lyra, primeiramente quero, em nome da delegação do Estado do Espírito Santo, dar um abraço a todos os Congressistas, todas as delegações que estão participando desse grandioso Congresso do Partido Socialista Brasileiro e é com essa palavra grandiosa que quero inicialmente solicitar também uma correção no primeiro parágrafo no nosso documento, que diz que o PSB não possui ainda grandes vínculos. Poderíamos fazer uma mudança, dizendo que o PSB possui vínculos que precisam ser ampliados com a sociedade.

Da mesma forma que somos ainda um partido pequeno. Queria colocar que somos ainda um partido em consolidação e que tem crescido muito em nível nacional.

Mas, Sr. Presidente, queremos falar também da questão das alianças, de forma muito rápida, para concordarmos com alguns dos nossos companheiros e com a nossa companheira Erundina, especialmente. Nós ontem assistimos à explanação do Governador Cristovam Buarque que nos expôs sobre os desafios que temos de enfrentar em nível nacional e o primeiro deles estamos vislumbrando a eleição de 1998. É esse o grande desafio imediato que temos. E só conseguiremos enfrentá-lo se tivermos um partido forte, um partido consolidado. Este VI Congresso consolida a visão ampla que o PSB desenvolve a sua política em nível nacional. E é nessa amplitude que vamos ter de estar discutindo as eleições de 1998. Está a posição colocada de ser uma frente de esquerda, ou de centro-esquerda. Está baseado numa única posição do PSB e dos partidos de esquerda: que nos posicionemos contra a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. E esse posicionamento não pode ser apenas para marcar posição. Temos de ir para o pleito para tentarmos de fato ganhar as eleições do ano que vem. Para isso vamos ter de estar discutindo com outros partidos sobre quem vai ser o candidato, de qual partido vai ser o candidato, nós vamos verificar lá na frente. Mas o PSB tem de estar discutindo com o PMDB, o PSB tem de estar discutindo com o PPS e especialmente além de estarmos discutindo com os três partido de esquerda temos também de discutir com as entidades da sociedade. A aliança não pode ser só aliança de partidos políticos. Tem que ser uma aliança com essas entidades da sociedade que têm representatividade e credibilidade.

O PSB tem de colocar os nossos dois nomes, Miguel Arraes e Erundina, na mesa de discussões com esses partidos. (Palmas.)

Outra questão importante é que a candidatura majoritária sempre enche mais os nossos olhos, sempre puxa mais a nossa discussão, mas eu peço a cada delegação aqui presente que não se esqueça das chapas de estadual e de federal. É importante para o PSB consolidar a sua bancada nas assempléias legislativas e é importante aumentarmos a nossa bancada no Congresso Nacional. Então não vamos desvirtuar a nossa discussão simplesmente com as candidaturas majoritárias seja em nível nacional, seja em nível de estado. Que possamos dar a importância necessária a nossa chapa estadual e a nossa chapa de Deputado Federal.

Muito obrigado e um bom Congresso a todos (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros e companheiras, como todos verificam estamos terminando o horário que concordamos, sem poder ter dado a palavra a todos. Vou dizer aquilo que acho que deve ser a tarde. O plenário é sempre soberano e desfaz, decide de outra forma.

Minha proposta é a seguinte: interrompemos agora, até porque de repente começam a haver as chamadas necessidades básicas e o plenário vai esvaziar de qualquer maneira. Voltaríamos a nos reunir às 15 horas, o mais tardar 15h15min para cumprir duas tarefas fundamentais: a de votar o Relatório e as respectivas emendas. Pediria atenção aos demais colegas porque são decisões que depois cobramos e ficamos parecendo antipáticos. Se os companheiros estão de acordo às 15, 15h15min recomeçaremos para votar o Relatório e as emendas. Cumprido esse papel nós iremos começar a fazer a eleição do Diretório. Como votação de Diretório é um jogo de forças políticas, é possível quem sabe que haja a necessidade de um pouco mais de tempo para acertos, diálogos, etc. Se isso houver, teremos tempo livre. Havendo tempo livre acho que poderemos reabrir a tribuna e os companheiros que não falaram agora continuariam falando à tarde, dando o seu recado que é absolutamente legítimo. Mas não assumo o compromisso, abro uma hipótese. Lamentavelmente ainda não consegui multiplicar o tempo. Dizem que é bom, mas ainda não consegui.

Se os companheiros estiverem de acordo fica suspensa a sessão e às 15 horas retornaríamos. (Palmas.)

(Está suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros e companheiras, vamos convesar um pouco sobre como trabalhar agora. Pediria aos companheiros que se sentassem para decidirmos como tomar as decisões agora.

Vejamos, primeiro quero que vocês me ajudem. Vocês são militantes tradicionais, sou um noviço, o que vale dizer que estou pronto aqui para aprender lições.

Nós temos um Relatório, que foi lido pela manhã e que contempla o que foi discutido em cada uma das comissões, embora vários colegas tenham mostrado omissões, mas em tese, neste Relatório, que foi lido pela manhã...

(Conversas paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Eu vou pedir licença a todos porque nós vamos entrar em hora de decisão, senão uma meia dúzia decide pela maioria, o que não é correto. (Palmas.)

Um Congresso tem coisas boas e às vezes coisas chatas. O chato é quando começamos a demorar e vamos cansando, mas é a hora das decisões, temos de estar atentos. Mas eu dizia então...

(Conversas paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Eu vou desistir de continuar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - A minha proposta é a seguinte: porei em votação o Relatório tal como foi apresentado, ressalvadas todas as emendas. Então ficaremos com o texto global aprovado e ressalva-se o que não foi objeto de consenso, porque houve divergência. É um procedimento que se adota na Câmara. De modo geral é um procedimento dos Parlamentares.

Acrescento uma outra proposta: há muitas emendas que na verdade são aditivas, acrescentam uma palavra, corrigem uma imprecisão, quando se fala por exemplo em construção do partido, demonstra-se que não é construção, é consolidação do partido. Enfim, há várias emendas que não entram no mérito das propostas anteriormente discutidas nas comissões. Considero que o Plenário poderia delegar à futura comissão executiva, através da Mesa, a aceitação delas. Elas estão aceitas e serão incorporadas nos Anais do Congresso.

Vocês viram que há muitas propostas que vão além do temário do Congresso. O Congresso tem um temário específico que é relativo à consolidação do partido nacional e popular. Esse é o centro do debate do Congresso. Mas houve, como é natural, um número grande de propostas das mais diferentes índoles. Vou-lhes dar um exemplo: propõe-se que este seja considerado o ano Paulo Freire. Não é objeto de um debate, acho, ninguém se opõe, acho. Como fazer com que o partido dê a Paulo Freire ao longo do ano as homenagens é um problema operacional que a futura comissão executiva fará. Não vejo por que discutirmos proposta dessa índole. E há várias outras propostas que na verdade são recomendações para que a Executiva leve em conta e as execute.

Então eu diria que as propostas também seriam desde já aceitas pela Mesa, entregues à futura comissão executiva, que tratará de cumpri-las.

Há algumas moções, duas ou três. Essas moções serão lidas ao final, também creio que terão aprovação, mas de toda maneira tenho o dever de dar conhecimento, porque em nenhum instante dei.

O que é eventual objeto de uma preocupação do Plenário? As duas posições divergentes, que na minha opinião não são rigorosamente antagônicas, a respeito da política de alianças, considerando-se que há uma proposição que me parece majoritária, pelo Relatório resultante das várias reuniões das seis comissões, que defende a tese da política de alianças com os partidos que permitam uma candidatura de centro-esquerda. E uma outra proposição, defendida por algumas figuras de valor em nosso Congresso, que dão ênfase a uma candidatura de esquerda, sem que isso signifique a exclusão do centro desde que nós encabecemos a chapa. É um espírito que predomina numa outra proposta e que foi formalmente defendida apenas numa das sete comissões.

Esse tema justifica-se quem sabe ainda uma palavra de um que defenda a tese do centro-esquerda, um que defenda a tese divergente e em seguida votaremos. Votaremos de que forma? Acho quo podemos fazê-lo por votação simbólica. Se ela for expressiva e todos concordemos que o resultado é evidente não há dúvidas, está votado. Se não houver clara manifestação de maoiria acho que teremos o dever de ir a uma votação nominal de cada um dos delegados. Acho que com esse critério alcançaremos uma proposta final, aprovada, com consenso majoritário, sem que ninguém possa alegar que a Convenção não teve e a marca democrática, que é a tradição deste partido do qual os que já eram e os que somos devemos nos orgulhar.

É a síntese do que eu queria propor. Se o Plenário estiver de acordo, passo a executar o que acabo de dizer. (Palmas.)

Para uma questão de ordem.

O SR. - Além da questão da aliança, houve um grupo, o Grupo IV, que fez uma proposta que não diverge das duas que V.Exa. expôs, pelo contrário, diz que a proposta de aliança aprovada por este Congresso deve estar acrescida de um nome do PSB para que eu faça, quando se encontrar o nome de consenso dessa frente de centro-esquerda , mas que o PSB apresente neste Congresso um nome para Presidente da República. Essa proposta existiu. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso). - Quero fazer uma ponderação. Peço a gentileza de que me ouçam. Há uma intervenção importantíssima nos seus alcances políticos. De acordo com as regras do nosso Estatuto, quem propõe as candidaturas, assim como as alianças, é a comissão executiva. É uma norma estatutária. Eu estou chegando a esta Casa mas tenho o dever de saber o que diz o Estatuto.

Ora, no caso que pus na disjuntiva há uma proposta da Executiva.

A Executiva claramente, em reunião realizada há três dias, reiterando uma reunião já realizada em Pernambuco, propôs uma linha de aliança tendente à chapa de centro-esquerda. Então é uma proposta. O Plenário do Congresso analisa uma proposta. A Executiva em nenhum instante propôs como reivindicação nome nosso. Eu suponho que ninguém estará mais afeito a defender a presença do PSB com grandeza nessas próximas eleições do que a futura Executiva, mas suponho que talvez ela terá maior maleabilidade em analisar como compor a chapa futura se ela já não estiver predeterminada por uma decisão do Congresso. Se o Congresso disser à Executiva: pode casar com todo mundo, desde que seja com o Joaquim, estaremos com uma dificuldade muito grande de fazer as negociações políticas.

Insisto em dizer que não posso contrariar uma norma estatutária. Não tenho poderes para isso. (Palmas.) Se em qualquer lugar que eu estiver na base do PSB em São Paulo, em qualquer lugar, se houver perspectivas de que o partido tenha um candidato nominalmente PSB podem ficar certos de que terei o maior entusiasmo em defender o nome seja do Miguel Arraes, seja da Erundina, seja do companheiro Prefeito de Belo Horizonte. (Palmas.) Mas volto a dizer que se nós colocarmos agora como uma decisão nossa o que fica à Executiva amanhã nas suas negociações se ela já leva um prato pronto?

Para um questão de ordem.

O SR. - Sr. Presidente, V.Exa. está conduzindo o Plenário para dizer que está fechado e se não for o PSB não é, ou então tem que casar com o Joaquim. Não é assim. Nós indicamos que são quatro partidos e vamos esperar o quê? Queremos o centro para quê?

(Apupos no Plenário.)

O SR. - Obrigado, companheiros. Socialismo é liberdade, liberdade é socialismo, não é isso, não é autoritarismo.

O SR. - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - A questão de ordem é uma por vez, dá licença. Foi apresentada uma e vou responder. Questão de ordem é quando estou contrariando uma norma do Regimento.

O SR. - Mas o observação de V.Exa. em relação às duas pessoas tiradas aqui não reflete a realidade do que foi colocado. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - O eminente companheiro não me deixou responder ao primeiro. Se eu responder ao primeiro ouço você com o maior gosto.

Eu acho que não ganhamos nada em esquentar os humores antes do tempo. (Palmas.) Quem sai perdendo é cada um de nós se este Congresso não

terminar brilhantemente, é o PSB. Logo eu não tenho nenhum gosto em atropelar ninguém. Volto a dizer aos velhos companheiros do PSB, sou um noviço nesta Casa, não estou querendo contrariar regras de ninguém. Agora, a Executiva tem um documento a esse respeito, que vai ser enviado agora para ser lido no plenário e o Plenário aprovará ou não. Se o Plenário não aprova, muda. Agora, insisto em dizer que eu pessoalmente presidindo sou obrigado a fazê-lo com as regras estatutárias, que são as que nos dirigem. (Palmas.)

De toda maneira, como a proposta que foi levantada por um dos companheiros numa questão de ordem, que implicaria acrescentarmos já agora o nome de um candidato nosso, como isso não altera as duas outras proposições que fiz, que resultam das discussões, acho que podemos ir avançado e se tiver que acrescentar um nome sobra tempo para isso sem nenhum prejuízo.

Para uma questão de ordem.

O SR. - Sr. Presidente, o senhor colocou as duas propostas como sendo uma de centro-esquerda e uma do PSB. Na verdade, Sr. Presidente, sem o prejuízo de o PSB indicar um nome, o que foi colocado aí também foi uma candidatura que saia dos quatro partidos de esquerda e não necessariamente só do PSB. Foi colocada essa proposta aqui.

(Intervenções paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vamos ouvir com respeito a todos os companheiros. Ninguém aqui deixa de ter a legitimidade de manifestar sua opinião. Vamos ouvir a opinião do companheiro. (Palmas.)

O SR. - Então, Sr. Presidente, o que foi apresentado e inclusive defendido pelo companheiro Beto, pelo Senador do Pará, que a candidatura, mesmo que seja de centro-esquerda, saísse do seio dos partidos sabidamente de esquerda e que nós deveríamos indicar candidatos do PSB também. E não que seja ou PSB ou centro-esquerda. E o senhor disse assim.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vocês devem ter ouvido o que ele falou. Suponho que ouviram o que eu falei. Não há nenhuma contradição. Eu disse que há duas propostas que resultaram das reuniões e uma delas tem além do mais a proposta da própria Executiva anteriormente. Uma delas é uma proposta de candidatura de centro-esquerda e uma outra que tinha como cerne uma aliança das esquerdas.

Um dos companheiros que ainda há pouco falou acrescentou que em uma das reuniões houve ademais a exigência de que um desses candidatos saia da legenda específica do PSB. Essa última que estou objetando em relação aos problemas estatutários. As duas primeiras serão objeto de uma decisão do Plenário. Acho que não há nenhuma contradição no que foi dito. (Palmas.)

O SR. - Sr. Presidente, com todo respeito que temos aos companheiros, sobretudo ao companheiro Ronaldo Lessa, queria que o companheiro me esclarecesse de que forma eu posso pedir a essa Plenária que escolha um nome para ser candidato a Presidente, quando essa questão não foi discutida nas bases, não foi discutida nos Municípios, nos Estados, conseqüentemente não temos condições de escolher um nome.

Então é evidente que essa questão não pode ser levantada no momento. O que deve ser levantado no momento é se queremos fazer um aliança de centro-esquerda ou uma aliança de esquerda. A questão do nome vem depois. Não cabe essa questão do nome do candidato a Presidente neste momento. Era essa questão que queria que V.Exa. encaminhasse. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - A observação do companheiro é irrespondível. Os Estatutos erram mas não são tontos. Os Estatutos dizem coisas que resultam da experiência política. Por que o Estatuto diz que quem propõe é a Executiva? Porque a Executiva teve uma tarefa, ou deve ter tido no momento oportuno, de ouvir os Municípios, as lideranças regionais, nacionais, tomar em conta às vezes uma liderança de altíssima grandeza para que não transite tanto a outra que transite melhor, tudo isso cabe à Executiva balancear para num certo instante propor e o Plenário nas sua onipotência decidir. Por isso há essas regras que devem ser obedecidas em nome de uma solução democrática, uniforme, respeitada e coerente.

Sendo assim, vou voltar ao ponto de partida ...

O SR. - Sr. Presidente, reformulo para não agredir aos Estatutos do partido, mas para respeitar uma vontade que se sente que é da maioria do partido. Pode este Congresso, portanto, recomendar à Executiva do partido que antes de analisar nomes de outros partidos para ser candidato a Presidente da República analise internamente os nomes do PSB e não estar lançando nome de outros partidos. (Palmas.) É uma recomendação.

O SR. - Isso é outra proposta.

O SR. - Não é, companheiro.

O SR. - É outra, não é a original, companheiro.

O SR. - O senhor não está com a palavra. O Presidente me deu a palavra, por favor. Estou reformulando, Presidente, a questão de ordem é que há um sentimento no partido de que não percamos tempo em discutir outros nomes sem que os nossos nomes sejam colocados para a frente e no momento adequado a Executiva com as outras Executivas escolha o nome. (Palmas.)

O SR. - Essa não é a discussão, companheiro, insisto que não é .

O SR. - A nossa proposta não é agredir a Executiva, não é agredir ao Estatuto, mas recomendar que o partido coloque um nome para discussão da frente que queremos construir em torno da Presidência da República. (Palmas.)

O SR. - Sr. Presidente, a questão que foi colocada pelo Ronaldo Lessa ele colocou de uma forma e depois fez outra colocação. Na realidade o que nós queremos, ele está dizendo o óbvio. É lógico que a Executiva, como disse V.Exa., vai saber o momento exato para escolher o nome que nós precisamos. É lógico. Agora, o que queríamos é que colocássemos os pontos nos "is" e começássemos a discutir as propostas concretas. Quais são elas? Nós queremos uma frente de esquerda ou queremos uma frente de centro-esquerda para disputar a Presidência da República? Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Nós temos duas formas de trabalhar. Uma obedecendo as regras, outra tumultuando, não há uma terceira. Suponho que vamos obedecer as regras. As regras quais são? Quando há uma questão de ordem a Presidência decide sobre ela. Quando o Presidente decidiu a questão de ordem tem de ser acatada ou se tira o Presidente, porque então não tem cabimento. (Palmas.)

Eu considero que podemos avançar da seguinte forma, sem nenhum atropelo.Nós vamos discutir, proponho, através de uma palavra e de outra as duas teses centrais. Segundo, vamos votar as duas teses centrais. Terceiro, se os companheiros que defendem que além disso se acrescente uma decisão, que considero antiestatutária, de já incluirmos um nome é uma preliminar que eu não posso, como Presidente, acatar. Eu teria que submeter a uma decisão do Plenário nominalmente, um a um, porque é uma responsabilidade que transcende à Mesa. A Mesa é transitória, vocês são a base, a vida do partido. Eu sozinho não decido isso, primeiro, porque contraria o Estatuto, segundo porque no meu senso não é de boa política, no meu entender, mas se a maioria decidir que é, a maioria tem mil vezes mais razões para decidir sobre a vida do partido. Mas nessa etapa esse problema pode perfeitamente aguardar que façamos a primeira decisão. Vamos começar pela primeira decisão e o que resultar nós veremos.

O SR. - Pela ordem. Presidente, nós na reunião do Partido Nacional e Popular tivemos discussão muito apronfundada sobre esse problema e o próprio Coordenador daquela reunião, Deputado Almino Affonso, levantou uma questão muito interessante. Quem estivesse contra o neoliberalismo estaria na pauta da aliança para as próximas eleições. Nós temos Miguel Arraes. Quem tem Miguel Arraes, quem tem Erundina, quem tem Célio de Castro, quem tem Ronaldo Lessa, quem tem Almino Affonso não precisa andar na rabeira de ninguém. (Palmas.)

Mas, meus amigos, como existe um projeto antineoliberal de derrotar Fernando Henrique Cardoso, precisamos ceder. Se houver um nome melhor nós devemos aceitar. Essa é a minha opinião. Tenho a impressão de que o PSB pela

primeira vez não é caudatário de ninguém, está na hegemonia de uma campanha. Mas também ele não tem o direito de radicalizar. Se houver um nome superior, um nome que reúna todas as forças brasileiras, a sociedade e não só o PSB, que tenhamos a unidade das forças democráticas da sociedade brasileira, dos trabalhadores de todo o segmento, então teremos um candidato do Partido Socialista Brasilleiro. Mas se não tivermos, se houver um outro nome eu acho que devemos apoiá-lo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Eu vou responder pela derradeira vez, porque acho que as questões de ordem uma vez postas e respondidas ou são acatadas ou não há Mesa.

O SR. - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Dá licença, companheiro que eu termine de falar pelo menos. Eu insisto em que não vou mais receber questão de ordem sobre o tema porque senão não tem sentido as respostas. (Palmas.)

A minha resposta é de duas índoles. A primeira é mais uma norma estatutária, que diz o seguinte:

Art. 49 O processo de seleção dos candidatos partidários aos pleitos eleitorais será conduzido pela respectiva Comissão Executiva.

Além disso, quero fazer uma ponderação política, se me permitem. A nossa grande batalha agora é derrubar um regime que até agora tem chance de se manter, que tem uma política econômica social trágica para este País. E não é o imediato, é hoje e o amanhã. É em nome disso que eu rompi com este Governo e que estou aqui. (Palmas.)

Logo um dos pontos centrais da estratégia que o partido, não apenas o nosso, mas todos os partidos de esquerda é verificarem qual a forma mais adequada que nos permitirá dar a batalha e ganhar. Não é só a batalha para termos uma bandeira, é uma batalha para ganhar.

Vou tomar a liberdade de fazer uma ponderação relativa a outro partido, mas só para raciocinar. Por que até agora o Lula não é o candidato oficial do PT? Por que não é? Porque essa liderança tem consciência de que ou amplia o espectro ou tem pouca chance de vencer a candidatura do Sr. Fernando Henrique. É em nome disso que o próprio PT adia, adia, adia a sua decisão em nome de uma razão maior. Nós não estamos nos apequenando não tendo uma candidatura própria de imediato. Quem sabe se amanhã não é uma candidatura nossa a que vai reunir a todos. Pode ser, temos todas as condições para poder tê-la, mas ela precisa resultar desses entendimentos para que seja sólida.

Uma campanha eleitoral não é um problema qualquer, é um problema de estratégia que pressupõe programa, mas pressupõe aceitabilidade que dá uma maioria. É em nome desses cuidados que a Executiva tem essa prerrogativa de análise e em nome das tais regras que eu como Presidente não posso decidir sozinho a inclusão disso.

Vou pôr em votação as duas primeiras e no final, se não houver convicção disso que estou falando, ponho em voto nominal, mas não tenho condições de alterar a regra que achei que é, porque está no Estatuto.

Vamos então levar adiante.

O SR. - Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Não dá para levar questão de ordem até de madrugada, companheiro. É o mesmo assunto?

O SR. - Um encaminhamento pelo menos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Eu vou ouvir a última questão de ordem, por delicadeza, porque ele vai repetir as mesmas e eu vou repetir a mesma.

O SR. - É uma questão de ordem , Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - A questão de ordem tem limites em qualquer plenário.

O SR. - Está em processo de votação.

O SR. - O limite que temos aqui na verdade é a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Não, a democracia tem regras, senão é anarquia, não democracia. (Palmas.)

O SR. - Presidente, regime de votação não tem questão de ordem.

O SR. - Presidente, antes de mais nada ...

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vamos ouvir com respeito a última questão de ordem sobre esse tema. E não é por indelicadeza, é que eles vão repetir a mesma e eu vou repetir o mesmo, fica sem lógica. Vou ouvi-lo.

O SR. - Presidente, a minha questão de ordem tem um fundamento. Uma questão bastante importante nesse processo. O Partido dos Trabalhadores não decidiu, eu tenho certeza disso. Concordo plenamente, Presidente, que o Partido dos Trabalhadores ainda não decidiu sobre seu candidato, mas ele tem um indicativo da sua candidatura e o PSB não tem esse indicativo.

Eu queria, Presidente, informar que essa proposta para o Congresso é uma proposta política, não estatutária. É uma proposta política e congressual, em que todos aqui são representantes das suas bases municipais e estaduais. Quer dizer que nós temos o poder de indicar também um nome para ir para a mesa de negociação, junto com o PT, já que o PT também já indicou esse nome. (Palmas.)

Então, Presidente, a nossa visão não é decisória, mas indicativa e queremos que seja respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vamos pôr em andamento o que propus e que parace ter a aceitação enormemente esmagadora, sem prejuízo de tomar em conta as propostas que acabo de ouvir, ao final. Vamos avançar.

Proponho que alguém que defenda a tese da candidatura de centro-esquerda tenha a palavra e proponho em seguida que alguém que tenha posição que eu chamaria de candidatura de esquerda tenha a palavra. Faremos um breve confronto de idéias e faremos uma votação.

Com a palavra o Deputado Pedro Dallari.

O SR. PEDRO DALLARI - Companheiras e companheiros, uso do microfone para encaminhar favoravelmente à proposta apresentada pela Comissão Executiva Nacional e aprovada em seis dos sete grupos que se reuniram na tarde de ontem. (Palmas.) Favorável a que este Congresso endosse a constituição de uma aliança de centro-esquerda para derrotar Fernando Henrique Cardoso e o projeto neoliberal. (Palmas.)

Essa proposta se contrapõe àquela defendida legitimamente pelos companheiros que defendem a primazia de uma frente de esquerda, que reúna os quatro partidos que vêm já discutindo nesse campo: o PSB, o PDT e o PC do B, que seja apoiada apenas pelas outras forças políticas. É a proposta que foi aqui apresentada por ilustres companheiros do nosso partido. E tenho orgulho de fazer parte de um partido que tem entre suas fileiras um Senador como Ademir Andrade, um Deputado como o Beto Albuquerque. (Palmas.)

Portanto, o que estamos aqui discutindo são diferentes posições políticas e a existência desse debate só demonstra o caráter plural e democrático do nosso partido, que deve ser motivo de orgulho para nós todos. Não há espaço aqui para nenhuma radicalização de posições pessoais, porque o que nos move é o espírito de solidariedade que é a marca fundamental dos socialistas.

A questão central que está por trás da proposta da aliança de centro-esquerda é derrotar Fernando Henrique Cardoso e o que estamos vendo, companheiros, é que esse sentimento se avoluma na sociedade brasileira. A sociedade brasileira que esteve iludida pelo projeto encabeçado por Fernando Henrique

Cardoso vai constatando, percebendo, crescendo no sentimento de oposição a esse Governo. E o nosso partido, o Partido Socialista Brasileiro, tem se destacado na cena política como o partido que tem inclucive se predisposto a abrigar as forças políticas que se aproximam para combater Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, o PSB - e concordo com os companheiros que contestaram a idéia de que o PSB é um partido pequeno, porque ele não é - se agiganta, cresce na capacidade de promover a aglutinação de forças que ultrapasse o campo restrito da esquerda. (Palmas.)

Portanto, companheiros, se nós estamos aglutinando forças em oposição a Fernando Henrique, se o PSB é um veículo dessa aglutinação, se nós estamos incorporando forças para derrotar não podemos aprovar aqui uma resolução que nos limite, que nos estreite, que nos estrangule. Nós temos de crescer. (Palmas.)

Com todo respeito que merecem os companheiros que pensam de maneira adversa, apostar no crescimento do PSB é apostar na capacidade de constituirmos uma aliança que tradicionalmente as forças políticas que tiveram hegemonia na esquerda até agora não foram capazes de construir. Nós podemos construir, nós podemos colocar a nossa força a serviço da constituição de uma aliança que derrote Fernando Henrique Cardoso, e esse é o objetivo central.

Concluo, portanto, companheiros, e a proposta defendida pela Executiva, e não à toa, apoiada por seis dos sete grupos, é a proposta capaz de dar uma resposta concreta ao sentimento da sociedade de impor uma derrota a Fernando Henrique Cardoso.

Como já disse na minha manifestação da manhã, não temos de ter medo de alianças. O PSB de Arraes, de Erundina não tem medo de fazer alianças. (Palmas.) Não tem medo de dialogar. Não precisamos ter uma canga que nos limite, nós podemos construir um alternativa real no Brasil e vamos fazê-lo. Apoiar a idéia de um aliança de centro-esquerda é apoiar o crescimento do Partido Socialista Brasileiro e o VI Congresso Nacional do nosso partido tem de apontar nesse sentido. Essa é a posição que deve ser aprovada e para a qual eu peço voto dos delegados a esse Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Vou dar a palavra agora ao companheiro que defenderá o que é parte do grupo que pensa de maneira diferente e que segundo todos me disseram estarão representados pelo companheiro Beto Albuquerque, com muita honra. (Palmas.)

O SR. BETO ALBUQUERQUE - Companheiros do plenário, na verdade não se trata necessariamente de um debate entre favoráveis e contrários a uma tese que já pela manhã disse que me parece ser um consenso dentro deste

plenário, que é derrotar o projeto neoliberal, derrotar a continuidade do Governo Fernando Henrique Cardoso e de todo o seu descompromisso com a sociedade brasileira.

Tentamos construir várias bancadas que tinham alguma objeção quanto ao conteúdo pouco explícito do debate que está em jogo neste plenário, uma alternativa que me parece, Sr. Presidente, possa vir a ser um consenso deste Congresso e em sendo consenso possa ser uma tomada de força do Partido Socialista Brasileiro.

As bancadas do Pará, do Rio Grande do Sul, do Ceará, companheiros também de Alagoas, enfim, do Amapá que discutíamos um outro contexto procuramos encontrar um caminho de entendimento dentro deste Congresso e é exatamente isso que me cabe neste momento aqui apresentar. Tenho certeza de que sem abrir mão de convicções que possamos ter num ou noutro momento divergentes poderemos sair daqui com um cacife forte de negociação na construção daquilo que possa a vir derrotar Fernando Henrique.

O texto que estamos propondo no sentido de construir essa unidade é o seguinte:

"O VI Congesso Nacional do PSB decidiu aprovar a seguinte decisão:

I - Promover todos os esforços para a construção de uma aliança de centro-esquerda...".

Permitam-me aqui fazer um parêntese que não se trata, portanto, de definir uma candidatura de centro, mas uma aliança de centro-esquerda.

"... que unifique amplos setores da sociedade para derrotar o projeto liberal e executar um programa de governo que assegure a retomada do desenvolvimento do emprego, a defesa da economia nacional, das conquistas sociais e impeça a desestruturação da Federação.

O Congresso Nacional do PSB decide que sua direção nacional tomará todas as iniciativas para viabilizar, no momento oportuno, a apresentação de um nome que possa unificar todas as forças dispostas a contribuir para a concretização desse projeto.

O PSB assume o compromisso de apresentar à sociedade um programa de governo que responda a esse projeto e convoca seus militantes e a sociedade a colaborarem nesse esforço".

O que queremos com esse esforço de buscar a construção da unidade é não embretarmos a disputa interna do partido, não embretarmos o partido em soluções obviamente apressadas e tampouco deixamos as portas abertas para qualquer risco que pudesse vulnerar a situação do Partido Socialista Brasileiro.

Creio que com esse conteúdo é possível se construir neste plenário não a disputa daquilo que tem de ser um consenso entre nós, derrotar Fernando Henrique Cardoso e construir uma aliança de esquerda neste País. (Palmas.)

Então, Sr. Presidente, nós estamos aqui para apresentar essa alternativa de texto que evidentemente pressupõe a retirada dos dois anteriores e que nós pudéssemos em cima desse, quem sabe, construir o consenso no Congresso Nacional do partido.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Como os senhores verificam, estávamos sangrando em saúde. O bom senso é um coisa que há muito tempo se diz que todos temos. Todo mundo aceita não ter fortaleza física igual, todo mundo concorda não ter beleza igual. Ninguém acha que todo mundo tem a mesma inteligência, mas todos nós achamos que temos bom senso. O bom senso prevaleceu. Acho que a posição que os companheiros acabam de apresentar é absolutamente coerente com o que muitos dos demais estavam defendendo, e é na base dela, com tudo que já se tinha dito antes, ela consolida a decisão, acho, esmagadoramente majoritária do plenário.

Para que não se diga que é uma interpretação minha, quero ter a alegria de perguntar: ergam as mãos aqueles que concordam com isso. (Palmas prolongadas.)

Considero que diante dessa manifestação, para concluir essa parte e não ficar nenhuma idéia de escamoteação, a Mesa considera que a outra argumentação está prejudicada diante dessa decisão esmagadora. (Palmas.)

Assim sendo, temos o Relatório aprovado, a emenda que teria eventual divergência afunilou no consenso, as demais quase literalmente são emendas de acréscimos, de melhor clareza, a Mesa as incorpora e entrega à Comissão Executiva futura para que as cumpra, o mesmo fazendo em relação às propostas.

Assim, essa etapa está encerrada. (Palmas.)

Tem a palavra o companheiro Carlos Siqueira que lerá uma chapa, que resulta de conversações das várias lideranças sociais deste nosso Congresso.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros e companheiras, é com muita satisfação que neste momento temos a honra de passar a ler os nomes de uma chapa de consenso que foi discutida hoje durante o dia com todas as lideranças partidárias de distintos segmentos da nossa agremiação e que reflete a unidade do Partido Socialista Brasileiro em todo o País. (Palmas.)

Primeiramente, vamos ler os nomes dos membros titulares do Diretório Nacional:

Do Paraná, o companheiro Severino Nunes De Araújo; do Rio Grande do Sul os Deputados Beto Albuquerque, Bernardo De Souza e Maria Augusta; de São Paulo Luiza Erundina De Souza, Jacó Bittar, Almino Affonso, Márcio França, Gilson Menezes, José Pinotti, Pedro Dallari; do Rio de Janeiro Roberto Amaral, Alexandre Cardoso, Jamil Haddad, Jaime Cardoso; de Minas Gerais Célio De Castro, Waldo Silva, Margarida Vieira, Marcus Alexandre Vieira, Wilson Arnaldo Pinheiro, Antonio Guedes; do Espírito Santo Renato Casagrande, Hélio Gualberto; de Alagoas Kátia Born, Ronaldo Lessa, Francisco Tenório; de Pernambuco Miguel Arraes De Alencar, Eduardo Campos, Adilson Gomes, Pedro Eugênio, Carlos Siqueira, Fernando Lyra, Djalma Paes, Sérgio Guerra, Jorge Gomes, Eduardo Coutinho, Fernando Bezerra Coelho; da Paraíba Nadja Pallitot, Gilvan Freire; do Rio Grande do Norte Wilma Faria, Rogério Marinho; do Ceará Valton Miranda, Eudoro Santana; do Piauí Deputado Olavo Rebêlo De Carvalho Filho; do Maranhão Vereador Pavão Filho; do Amazonas Serafim Correa; do Tocantins Murilo Sérgio Silva Neto; do Amapá Governador João Alberto Capiberibe, Deputada Raquel Capiberibe; do Pará Senador Ademir Andrade, José Itabirici, Orlando Bordalo; da Bahia Beto Lélis, Uldurico Pinto, Domingos Leonelli; de Sergipe Antonio Carlos Valadares, Pedro Valadares; do Distrito Federal James Lewis, Gustavo Balduino; de Goiás Darci Accorsi; do Mato Grosso Jefferson Arruda, Eliene José De Lima; representante do Movimento Sindical José Carlos Pereira Da Silva e Ireneu M. de Araújo. (Palmas).

A seguir vem o colégio de suplentes, pela ordem:

César Callegari, Miguel Batista, Edmundo Carvalho, Sileno Guedes, Marcelo Ayres, Marlos Duarte, Arnaldo Mauro, Yves Ribeiro, José Antonio Almeida, Renato Pereira, Rui Tendinha, Otílio Prado, Saturnino Braga, João Henrique, Benedito Monteiro, Francisco Paulo Nogueira Filho, Fernando Alves, João Ananias.

Conselho Fiscal - Titulares:

Roberto Franca Filho, Jacy Ribeiro de Proença, Izael Nóbrega.

Conselho Fiscal - Suplentes:

Antônio Porfírio, Antônio de Souza Barbosa, José Fred Vieira.

Conselho de Ética - Titulares:

Fernando Vasconcelos Coelho, João Augusto Figueiredo de Oliveira, Sebastião de Barros Abreu.

Conselho de Ética - Suplentes:

Ivan Rodrigues da Silva, Henrique José Antão de Carvalho, Roberto Freitas Moraes.

Delegados do PSB junto ao Tribunal Superior Eleitoral:

Evandro Lins e Silva, Carlos Roberto Siqueira de Barros, Roberto Átila Amaral Vieira, Ulisses Riedel.

A vaga do representante da Juventude na Executiva Nacional continua assegurada e será preenchida por indicação do Congresso da JSB que será realizado em março de 1998.

Proponho também que componham o Diretório Nacional como membros honoríficos *ad eternum* os companheiros históricos do Partido Socialista Brasileiro: Evandro Lins e Silva e Antônio Houaiss.

Companheiros, estamos no processo de votação.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, estamos em processo de votação, a Mesa não concedeu a palavra, é interessante que os companheiros observem os esclarecimentos porque a questão relacionada com a juventude, antes de ler a chapa do Diretório Nacional, eu havia feito os necessários esclarecimentos. A Juventude tem a vaga assegurada na Executiva Nacional a partir do momento em que fizer o seu Congresso, conforme determinam as normas estatutárias e regimentais do Partido (Palmas.)

Portanto, estamos aguardando apenas que ocorra esse fato. Li o Diretório e o coloquei em votação, e constatei o seguinte: houve uma unânime aprovação. Se há alguém que discorda da chapa que levante o crachá.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Não houve qualquer discordância da proposta que apresentamos. Declaro aprovada a chapa do Diretório Nacional, que dirigirá o Partido Socialista Brasileiro a partir de hoje até 1999 (Palmas.)

O SR. - Era só uma questão de esclarecimento à Mesa, não quero fazer defesa de proposta. É esclarecimento, companheiro!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Companheiros, há também uma proposta de Executiva Nacional, que é unânime e representa a unidade das lideranças socialistas e de todos os segmentos partidários.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro Secretário Nacional do PSB) - Passo a ler agora a proposta de constituição da nova Comissão Executiva Nacional, que será submetida dentro de poucos instantes à deliberação do novo Diretório Nacional, a qual tem a seguinte composição:

Presidente Miguel Arraes De Alencar, Presidente De Honra Jamil Haddad, Primeiro Vice-Presidente Luiza Erundina De Souza, Segundo Vice-

Presidente Roberto Átila Do Amaral Vieira, Terceiro Vice-Presidente Ademir Galvão Andrade, Secretário Geral Almino Affonso, Primeiro Secretário Carlos Roberto Siqueira De Barros, Segundo Secretário Renato Casagrande, Secretário De Finanças Uldurico Pinto, Segundo Secretário De Finanças Alexandre Cardoso, Sec. Com. Social e Propaganda James Lewis Gorman Júnior, Secretário De Meio Ambiente Gustavo Balduino, Secretário De Política Agrária Eudoro Santana, Secretária De Mobilização Popular Wilma Maria De Faria, Secretário De Ação Parlamentar José Pinotti, Secretário Do Movimento Sindical José Carlos Pereira Da Silva, Secretário De Organização Waldo Silva, Sec. de Cult. e Formação Política Ronaldo Lessa, Secretários Especiais João Alberto Capiberibe, Jacó Bittar, Beto Albuquerque, Líder No Senado Antonio Carlos Valadares, Líder Na Câmara Deputados Alexandre Cardoso.

(Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Almino Affonso) - Companheiros e companheiras, antes de terminarmos eu quero cumprir um dever, atendendo a reiterados pedidos de companheiros nossos, para prestarmos uma homenagem a algumas das figuras mais importantes de qualquer partido, que são os Vereadores. Atendendo a essa sugestão de muitos eu peço que os Vereadores do Partido fiquem de pé, para que possamos aplaudi-los. (Palmas.)

Quero ainda, agradecendo a enorme honra que me deu o nosso Presidente Governador Miguel Arraes, ao indicar o meu nome para ser Presidente deste Congresso. O meu agradecimento aos militantes pela atenção com que aturaram às vezes as minhas exigências. Quero louvar e aplaudir uma das sessões mais bonitas que já vivi em minha vida política, tantas e tantas vezes calejada ao longo do tempo, pelo caráter democrático, pelo caráter aberto, conflitante algumas vezes, mas fidalgo, leal, fraterno, marcas que não esquecerei como sendo as marcas do Partido Socialista Brasileiro.

Pedi ao nosso Miguel Arraes que falasse, mas ele dizia: "*Nós já estamos na hora em que a palavra perde sentido, porque os gestos são mais altos*". Não sou eu que vou quebrar esse conselho, cheio de sabedoria, mas peço licença a vocês apenas para deixar uma imagem.

Cheguei e vi, desde que bati às portas do Partido Socialista esse emblema, que é esta pomba, admiravelmente desenhada pelo Picasso e aqui ao longo do dia vendo, não sei quantas vezes, me dei conta que ela traz, assim como na legenda bíblica, o ramo de oliveira ao bico e me indaguei porque o diabo desse ramo de oliveira para nós? Tenho de repente a impressão de que o Partido Socialista com os seus 50 anos de vida militante, de tantos serviços prestados à causa democrática e à causa social, tem hoje a grande tarefa, como esta pomba que leva ao bico o ramo de oliveira, de levar a todos os quadrantes de nossa terra, a todos

os movimentos sociais, aos jovens, às mulheres, aos negros, aos trabalhadores do campo e da cidade a grande mensagem de esperança, a grande mensagem de confiança na pátria, a grande certeza de que lutando nós vamos superar a desgraça que se abateu sobre nós com o Governo de Fernando Henrique e que nós vamos construir com o trabalho de todos e a unidade das esquerdas, ampliando um leque no que for respeitável e necessário, para vencermos as eleições em 1998 e restaurar no povo a confiança no seu próprio destino.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

Reunião da Plenária de encerramento do VI Congresso Nacional do PSB

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO VI CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

1- Consolidação do PSB como um Grande Partido Nacional Popular

Em momento da maior gravidade para os destinos do país, reúnem-se os socialistas no VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Trata-se do Congresso do Cinqüentenário que é, igualmente o Congresso da Consolidação Política, e da perspectiva de significativo avanço eleitoral no pleito previsto para o ano vindouro.

Constata-se que, na raiz da consolidação do PSB, está a afirmação de uma linha reta de coerência e abertura a distintos segmentos sociais que acompanha a vida partidária em suas mais diversas fases. A intervenção do PSB na política brasileira, assim, tem-se caracterizado permanentemente pela defesa dos interesses nacionais, pela defesa dos excluídos, do trabalho e dos trabalhadores, da reforma agrária e da cidadania, da democracia e dos valores da igualdade e da justiça social.

Estes legados têm origem e são continuidade do ideário dos fundadores do PSB, que inscreveram em seu programa, em 1947, a associação do socialismo com liberdade, ideário que reanima nossas crenças e torna ainda mais atual nossa luta, pois a construção do socialismo com liberdade e democracia é tarefa contemporânea, possível e necessária.

O Partido deve, em conseqüência, se afirmar como uma força política nacional e não como agremiação de uma classe, porém, como um Partido que vê o país a partir das perspectivas dos setores populares, e assim procurar se constituir em uma entidade que expresse a real necessidade e preocupações da maioria substancial da população brasileira que ainda continua excluída do planejamento social e do processo político.

O desafio está posto, o PSB terá que ousar, crescer e se tornar alternativa de poder. Para tanto, é indispensável considerar, entre outros, os aspectos a seguir mencionados, que traduz com objetividade, o teor dos debates ocorridos nos grupos de discussão, que foram submetidos e aprovados pela Assembléia Plenária final do VI Congresso Nacional do PSB

Um projeto de democracia não pode ser feito com a exclusão do papel mediador que é exercido pelos partidos. Existem, no entanto, dois tipos de partidos: o de quadros, do tipo americano, e o de massas, que pressupõe a integração do partido com os movimentos sociais. O PSB não possui ainda grandes vínculos com os movimentos sociais (trabalhadores rurais, negros, mulheres, estudantes, etc.), somos um partido em crescimento, e devemos levar em contas estas

observações na sua construção. Por enquanto, sua presença é muito mais visível nos legislativos: estaduais e federal; porém, o partido só se tornará uma grande alternativa quando for também a expressão dos movimentos sociais. Portanto, o PSB ainda não é um partido de massas e esse é o grande desafio que sua militância deve enfrentar, urgentemente, transformá-lo em partido de massas, sendo um espaço para a reconstrução do socialismo, conceitualizando o socialismo que defendemos, tornando-se uma referência para a sociedade brasileira, se credenciando como alternativa de poder e como articulador das forças políticas e sociais, combatendo o espontaneismo e a improvisação por meio de um processo interno de construção partidária e um processo externo de articulação com os setores populares.

Devemos construir a imagem de identidade do PSB portando a construção partidária através:

- dos núcleos de base;
- da formação política de quadros;
- da Fundação João Mangabeira, incentivando a sua regionalização;
- da inserção do partido nos movimentos de massa, no movimento sindical e nos movimentos comunitários;
- agilizando-se internamente e mobilizando suas bases.

A construção do PSB passa também pelo desafio de 1998, ou seja, ultrapassar a barreira dos 5%, a fim de assegurar nossa existência legal e nossa presença efetiva como alternativa de poder e formulando táticas eleitorais que viabilizem o crescimento de nossas bancadas federal e estaduais.

Entre outras providências, o PSB deve assumir a luta nacional pela informatização das eleições previstas para 1998, como instrumento de combate as fraudes, e conseqüentemente, visando garantir que a lisura do pleito eleitoral reflita rigorosamente a vontade popular.

A - A Preservação da Autonomia Nacional

O Brasil, país que se caracteriza na América Latina por ter conseguido manter sua unidade nacional, hoje corre o risco de vê-la se desintegrar. Por quê? O processo de globalização - pode fazer com que interesses regionais passem a relacionar-se, preferencialmente, com interesses internacionais, em prejuízo do país. A privatização das estatais, que cumpriam um papel importante na conformação da unidade nacional, é outro fator debilitante.

É bom frisar a questão da preservação da autonomia nacional tem em nosso continente um aspecto peculiar, enquanto a América espanhola era um

todo e foi, posteriormente, toda subdividida, o Brasil conseguiu manter essa unidade nacional. Historicamente, lembremos que José Bonifácio foi fundamental nessa unidade. Defendeu, à época, a monarquia como estratégia da preservação da autonomia e unidade nacionais.

Hoje o Estado para preservar a autonomia nacional deve exercer suas funções essenciais e estratégicas, protegendo o mercado interno, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento científico e tecnológico, adotando a reforma do Estado e a reforma tributária.

A preservação da autonomia nacional passa também pela adoção de uma política cultural.

A preservação da autonomia nacional só é possível com um governo comprometido com o povo brasileiro; através da ruptura das conexões que prendem o nosso país aos centros internacionais do poder e através de um projeto nacional que garanta nossa inserção soberana no processo da globalização. Nosso país agrega condições estruturais com potencial humano, tecnológico, com reservas biológicas capazes de garantir a ruptura.

B - O Fortalecimento da Federação

A Federação é um modo de organização do Estado. Pressupõe outros níveis de organização. Hoje há sérios riscos contra a Federação. O governo federal vem, paulatinamente, assumindo atribuições que tradicionalmente pertenciam aos estados, esmagando desta forma a autonomia dos mesmos. Exemplo disso é a chamada Lei Kandir, prejudicial ao fundo de estabilização fiscal. Com ela produziu-se uma perda brutal de renda vitimando estados e municípios. Em razão desses fatos, é preciso estar atento para as ameaças contra os interesses regionais articulados pelo governo federal. O PSB tem o dever de defender o fortalecimento da federação. Embora o ordenamento federativo não seja uma condição imprescindível da democracia, ela corresponde melhor a idéia democrática de poder do que um ordenamento unitário.

Devemos denunciar a quebra do pacto federativo, o enfraquecimento dos estados e dos municípios. O PSB deve se posicionar quanto ao fortalecimento da federação, pois um país forte passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos estados e dos municípios em todos os sentidos.

C - A Consolidação dos Movimentos Populares

Estes são como uma força propulsora que indica um caminho de representação dentro do partido. Sem isto, o PSB se distanciará das lutas sociais e

não crescerá como partido de massas capaz de incorporar as reivindicações populares em sua ação política.

O PSB não deve aparelhar os movimentos populares. O que devemos fazer é construir uma ponte que incorpore as reivindicações dos movimentos populares e o partido repercuta essas reivindicações em seus âmbitos de atuação. Se assim agirmos, teremos um grande futuro e cresceremos rapidamente, com uma posição privilegiada na sociedade.

Devemos portanto capacitar nossos militantes para que contribuam na organização dos diversos setores populares, a partir de interesses sociais ou específicos. A atuação no seio dos movimentos deve ser feita de forma democrática, com base em propostas concretas elaboradas pelo partido, com a participação de seus militantes nos movimentos populares, sendo sempre ressalvadas a autonomia e a independência desses movimentos.

O PSB deve assumir a defesa de todos os excluídos e não deve se limitar apenas aos trabalhadores organizados (mercado formal), para não resvalar na defesa do corporativismo. O PSB deve abrir canais para a apresentação de soluções apresentadas pela população e também através da participação popular.

D - A Solução das Desigualdades Sociais e Regionais

A educação é o fator primário, fundamental, urgente e insubstituível do processo de incorporação dos excluídos. Nesse sentido, o PSB deve apoiar e estimular nosso povo a compreender, como já está compreendendo, a necessidade dele próprio defender os seus interesses regionais:

- fortalecendo seu mercado interno;
- produzindo em forma dinamizada os alimentos e os bens de primeira necessidade;
- incentivando os bens de uso coletivo;
- descentralizando a produção com base na produção local;
- incorporando tecnologias avançadas ao novo modelo;
- dando autonomia relativa às localidades;
- dinamizando as pequenas e médias atividades produtivas;
- adequando a infra-estrutura econômica e social ao novo modelo;
- desenvolvendo as indústrias regionais e nacionais de natureza estratégica;
- redistribuindo a propriedade dos meios de produção;
- e, para a neutralização e eliminação das discriminações contra as mulheres e os negros, o PSB, adotará em todos os níveis de administração e atuação legislativa, a adoção de políticas públicas de promoção da igualdade.

Aliança Nacional:

1. Promover todos os esforços para a construção de uma candidatura de centro-esquerda, que unifique amplos setores da sociedade, para derrotar o projeto liberal e executar um programa de governo que assegure a retomada do desenvolvimento e do emprego, a defesa da economia nacional, das conquistas sociais e impeça a desestruturação da federação.

2. O Congresso Nacional do PSB decide que sua direção nacional, liderada pelo Presidente, Governador Miguel Arraes, tomará todas as iniciativas para viabilizar, no momento oportuno, a apresentação de uma candidatura que corresponda a este projeto político e unifique todas as forças dispostas a contribuir para sua concretização.

3. O Partido Socialista Brasileiro assume o compromisso de apresentar à sociedade um programa de governo que responda a este projeto e convoca seus militantes e a sociedade a colaborar neste esforço.

Alianças Regionais:

As Secções Estaduais do PSB têm autonomia para celebrar as coligações estaduais, conquanto que elas sejam obrigatoriamente submetidas à deliberação da Comissão Executiva Nacional, quando ultrapassarem os limites dos partidos de esquerda.

Brasília DF, 30 de Novembro de 1997

TESES APRESENTADAS NO VI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

A POLITIZAÇÃO DO PARTIDO

VALTON MIRANDA

A apresentação de números e estatística sobre o desemprego, a fome e a miséria em expansão planetária já se tornou fato tão banal que não comove mais ninguém e, principalmente por isso, os máximos organismos mundiais - FMI, Banco Mundial e OCDE - publicam essa vergonha da humanidade com a maior desfaçatez e sem-cerimônias para pedir um endurecimento das políticas trabalhistas e sociais objetivando " aumentar o desemprego conjuntural que levará a melhores salários e acelerará a produtividade".

Essas organizações transmultinacionais da economia privada do mercado liberal não fazem charme, não fazem concessões humanísticas, eleitorais ou público-sociais. É, por esta razão que, para o analista político comprometido com os princípios básicos do socialismo, é fundamental ler, ouvir, refletir Candessus antes de Clinton e Roberto Campos antes de Fernando Henrique Cardoso.

A explicação possível, na minha opinião, para compreender como uma situação de tamanha crueldade pode instaurar-se duplicando em 50 anos a concentração mundial da riqueza e triplicando a miséria, sem protestos, sem revoltas, mas com passividade e indiferença, somente poder ser explicada, juntando os ingredientes que menciono abaixo.

A natureza e funcionamento destes componentes só podem ser assimilados e/ou conhecidos tomando-se o conjunto destes fatores no contexto social. Assim, a despolitização programada e executada que atinge os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, a intelectualidade, as academias tem nexo e congruência quando colocada ao lado do medo consciente-inconsciente que, juntamente com a subversão do fato pela palavra midiática, formam um tripé diabólico que leva bilhões de seres humanos a aceitar a lógica do algoz.

O enfraquecimento, pulverização e destruição da vida político-partidária é uma proposta colocada explícita e charmosamente pelo pós-modernismo francês. Trata-se, evidentemente, da formalização teórica das idéias mais rudes do funcionário Fukuyama, que estabelecem o fim das ideologias e da história.

Portanto, a instauração do medo como fenômeno coletivo-afetivo no mundo ocidentalizado e a transformação do fato segundo a lógica do Capital fetichizado, coloca a política e seu instrumento de ação mais eficaz, o partido,

inteiramente a mercê das flutuações da bolsa, do mercado informatizado e das ações virtuais e futuristas.

É neste contexto onde os suportes sociais mostram-se claudicantes que ao partido cabe resistir. Uma resistência contra inimigos que o atacam na base, nos flancos, e, acima de tudo, através do personalismo, do ídolo-criado, do Messias construído artificiosamente e/ou do Salvador cuja embriogênese encontra-se na superfície da Terra-Mãe e na histórica predisposição ancestral dos povos para construir mitos.

Entretanto, existe uma grande distância entre o mito espontâneo surgido nas grandes crises históricas e a mitologia-criada pela convergência dos elementos acima citados.

O surgimento de ídolo acompanha inelutavelmente, na esfera subjetiva, o caminhar da política no plano real. A inclinação preponderante da equação, no sentido subjetivo, pode não somente significar a destruição da vida partidária, mas, também, a instauração do autoritarismo subliminar ou aberto. É o que acontece, respectiviamente, na Europa Ocidental e na Rússia, enquanto na América Latina uma nem sempre sutil fugimorização instala-se, mostrando a sua face de Janus nas sucessivas reeleições presidenciais.

O partido político sofre as consequências da indiferença social atrelada ao medo coletivo e do elevadíssimo nível de personalização das lideranças aliado ao deslocamento das questões políticas para os movimentos sócio-comunitários e grupos de reivindicação direta como negros, mulheres, homossexuais, etc. O partido diante do mais forte desprestígio mundial, consequentemente, torna-se fácil presa da despolitização arquitetada pela novíssima ordem capitalista.

O papel de um partido socialista brasileiro como instrumento-equipamento-máquina-organização capaz de atuar politicamente com eficácia deve levar em conta, além de tudo isso, a sua específica condição de ser uma estrutura grupal da esquerda e oposição.

Este fato tem como consequênciua , a necessidade de ultrapassar a atual forma de fazer oposição no nível puramente institucional e parlametnar visto que, neste plano o partido encontra-se sob total controle dos mecanismos de dominação capitalista e além disso, não alcança ressonância entre aqueles que compõem o campo, em ampliação, da exclusão. O caso mexicano é modelar para exemplificar esta situação. O surgimento da guerrilha zapatista, com características muito mais de movimento defensivo que ofensivo, mostra o aparecimento de um caminho novo, mas também evidencia a possibilidade potencial de quebrar a férrea lógica do sistema de dominação capitalista. É preciso levar em conta, neste caso, que o movimento guerrilheiro mexicano surpreendeu a vigilância da dominação global e apresentou um caminho de vinculação comunitária e popular inteiramente

novo. Portanto, a política de organização do partido e seu tipo de vínculo com a base popular estão intrínsecamente articulados às concepções de tática e estratégia no enfrentamento do sistema mundial de dominação.

A idéia de vanguarda foi -continua sendo - tão nefasta aos partidos marxistas e socialistas como o é atualmetne o personalismo. Em ambos os casos escamoteia-se o papel do partido como instrumento da política de organização e vilipendia-se a democracia interna. O vanguardismo, herdeiro do bolchevismo, deu origem a toda forma de autoritarismo e também o voluntarismo, uma vertente mais ideologizada do personalismo.

A personalização que desemboca no messiansimo e no mito-criado é uma componente ideológica do pensamento de direita que visa a despolitização no plano partidário, teórico e prático.

Ao contrário, dos partidos socialistas europeus, o PSB não demarcou até há pouco tempo a sua fronteira com o pensamento marxista e, portanto, a natureza da sua diferença com os partidos comunistas.

Esta é a questão que desde João Mangabeira deixa um vácuo teórico por onde penetram alternativa e/ou concomitantemente, o personalismo-messiasnismo, o vanguardismo e posições francas de direita.

O PSB é um paradoxo teórico - principalmente nos últimos anos - que agora neste próximo congresso nacional precisa resolver e superar conceitual e praticamente. Evidentemente, a atual fase de desenvolvimento capitalista no Brasil exige uma articulação de todas as forças democráticas para enfrentar o despotismo econômico, cujo desrespeito pelas condições humanas existente no país revela a essência de uma ética do absurdo que pretende substituir a moral da utopia. Entretanto, creio que é impossível compatibilizar os nossos princípios marxistas com o gerencimanto global do Estado. Isso significa que a tática socialista não pode se restringir à ação parlamentar e não deve ter ilusões quanto à mudançcas estruturais do Estado no curso do presente momento histórico.

A proposta que coloco não é uma opção pela guerrilha - porque seria uma tola repetição - mas, encaminhar a organização partidária para a superação da sua fase romântico-mangebeirista e buscar forma de inserção comunitário-popular dentro do espectro da exclusão. O alcance do Poder maior da Nação coloca-se, deste modo, como estratégia a longo prazo estabelecendo a maior importância atual da movimentação tática.

O presente documento é apresentado como proposta para discussão ao Congresso Nacional do PSB num momento político conturbado e rico da vida nacional.

OS DESAFIOS DA ESQUERDA RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO

JOÃO BATISTA SANTOS PSB/MA

A primeira certeza que se tem é de que o Termo Esquerda está mais vivo e presente no Mundo contemporâneo de que em qualquer outra época. É o que nos afirma o Filósofo e Jurisconsulto Italiano Norberto Bóbbio:

> "As palavras - Esquerda e Direita - continuam a ser empregadas seriamente a propósitos de políticas, de partidos, de movimentos, de alinhamentos, de jornais, de programas políticos, de disposições legislativas". (op. cit. pág. 12, ref.5)

Assim, não passa de balela e falácia daqueles que falseiam a verdade dos fatos históricos.

Outra constatação importante e fundamental é de que o Socialismo se caracteriza por ser um fenômeno Histórico condicionado as circunstâncias objetivas de cada povo com suas especificidades. É, portanto, um processo global, complexo, permanente, evolutivo e revolucionário em dadas condições, mas exige a participação consciente e responsável dos trabalhadores, para acelerar, efetivamente, sua realização, pois como advertia LÊNIN, em "Que Fazer?",

O Consenso é universal a esse respeito:

> "Direita e Esquerda tem hoje uma via autônoma. Tornaram-se categorias universais da Política. Fazem parte das noções de base que informam genericamente o funcionamento das sociedades contemporâneas". (Marcel Gauchet, in, História da Direita e da Esquerda, pág. 14 - Milão, Anabasi, 1994)

A Igualdade é a idéia força de todos os movimentos de Esquerda. Sobre esta questão símbolo não há exceção entre os doutos, a começar por Bóbbio. (Op. ret. cit. p.16). E ele mesmo justifica com proficiência:

> "As ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. A árvore da ideologia está sempre verde. Esquerda e Direita não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma Indevida simplificação".

A transcendência e a liberdade são elementos conaturais de todo ser humano, assim, qualquer restrições a essas categorias, desfigurarão a pessoa humana tornando-a incompleta e, portanto, incapaz de realizar suas potencialidades e faculdades na busca da felicidade. A dignidade do cidadão está neste pressuposto absoluto.

Eis porque o Socialismo em suas múltiplas dimensões (históricas, econômicas, sociais, culturais, estéticas, transcendentais,) condicionadas por circunstâncias conjunturais e estruturais, comporta ainda a utopia como idéia-força a materializar-se no futuro, obviamente relacionada ao processo dinâmico, dialético, contraditório e antagônico que ocorre na sociedade e em todas as instituições sociais. A simbiose é global. As relações são interdependentes.

Os trabalhadores, as massas populares, os marginalizados de todos os benefícios, privilégios, oportunidades e os injustiçados de todas as categorias, são os sujeitos históricos de todas as transformações e a Esquerda e o Socialismo serão os instrumentos para realizarem os objetivos concretos de todas as gerações de trabalhadores.

Elevar a educação-informações dos trabalhadores e das massas populares, para patamares maiores de consciência político-partidário e sindical-associativo, afim de que a participação de todos em todas as questões, ocorra com base na razão, no conhecimento científico, na perspectiva da crítica e autocrítica responsáveis sob a coordenação e supervisão da vanguarda dos trabalhadores organizados nos partidos de esquerda e dos socialistas.

Reconhecer, objetivamente, que os direitos fundamentais e os sociais garantidos na Constituição, são apenas formais, mas que por se só não se efetivarão, se não for pela pressão e lutas dos trabalhadores, reivindicando em escala universal todos os direitos, em todas as instâncias ininterruptamente através de todos os órgãos nacionais e internacionais.

Ressaltar que as questões sociais tem prevalência sobre as questões econômico-financeiras e que o capital, a riqueza, o poder são instrumentos a serviço de todos os homens e mulheres que são iguais em direitos e obrigações. Sem a igualdade de todo ser humano, não haverá progresso, desenvolvimento, democracia, socialismo, fraternidade, bem-estar social, felicidade, bem como na unidade de todos por todos em cada País e Nação.

Os movimentos sociais de natureza coletivo e não profissionais são fundamentais para acelerar os processos democráticos e qualificar as lutas de todos os partidos de esquerda e socialistas, haja vista que objetivam libertar segmentos de pessoas e resguardar a natureza, o ecossistema e meio-ambiente e a própria humanidade dos riscos da extinção da espécie humana no Globo Terrestre. (Feminismo, gays, indígenas, ciganos, minorias étnicas e religiosas, ecologia e ecossistemas, direitos humanos fundamentais, pela Paz e antinuclear, disseminação de armas atômicas e bacteriológicas, aquecimento do Planeta e o buraco de ozônio, extinção das florestas, guerras regionalizadas, ditaduras e governos autocráticos, concentração de capitais, ciência e tecnologia sob o domínio de alguns governos e conglomerados econômico-financeiros, comunicação de massa instantânea, etc.).

Democratizar mais e mais a Democracia através de instâncias

descentralizadas e desconcentradas nas esferas públicas e privadas, com a participação efetiva, consciente e responsáveis dos trabalhadores e suas organizações profissionais e associativas e político-partidárias em todos os níveis municipais, estaduais e federais.

A partir da qual e simultaneamente com a mesma, realizar o Socialismo que:

> "defende os valores da liberdade, igualdade, comunidade, fraternidade, justiça social, bem como a sociedade em classe, a cooperação, o progresso, a paz, a prosperidade, a abundância, a felicidade. Os socialistas que se opõem à opressão, a exploração, a desigualdade, ao conflito, à guerra, à injustiça, a pobreza, a desumanidade". (Giddens, op. cit. pág. 64)

Assim, por este ideário e cosmovisão da realidade social, é que tem sido as lutas populares em todas as frentes, tendo a chama do Socialismo iluminado as mais negras trevas da ignorância, da violência e do arbítrio, dos governos ditatoriais e autocratas; do egoísmo e da injustiça dos dominadores do Capital e do Poder Político; sobrelevando-se sobre todas as demais ideologias, uma das características fundamentais do Socialismo:

Porque para a esquerda e para os partidos socialistas, o verdadeiro e bom Governo é aquele que:

> "deveria promover a busca da felicidade, e tanto o bem-estar social quanto o individual deveriam ser definidos; a felicidade também é promovida pela seguridade do espírito e do corpo; auto respeito e oportunidade de auto-realização, além da capacidade de amar". (Idem, idem, op. cit. pág. 206)

A busca da felicidade e da realização pessoal tem sido uma esperança vivida por toda a humanidade. Agora os trabalhadores e as massas populares mais informados e educados pela globalização, tornaram-se mais conscientes e responsáveis pelo movimento socialista, estando, assim, mais perto a realização material de todos os sonhos e utopias objetivamente consideradas nas atuais circunstâncias históricas e sobretudo em face da falência e da derrogada geral de todos os sistemas político-ideológicos contemporâneos, constatados por todos os filósofos, historiadores, sociólogos, políticos e doutrinadores.

O que existe é a Democracia Burguesa Capitalista em dimensões variadas no Mundo Contemporâneo, mas que também não resolveu os problemas básicos dos indivíduos e dos cidadãos em qualquer País de Primeiro, Segundo, Terceiro ou Quarto Mundos:

Desemprego generalizado, desqualificação profissional em relação à informática e a computação; criminalidade crescente e velhice abandonada; juventude afogada nas drogas e no sexo; repressão e violência contra trabalhadores estrangeiros; renascimento de grupos nazistas e fascistas; concentração da Ciência

e da Tecnologia sob domínio de alguns países; exploração e influência nos países ainda de fraco desenvolvimento; exploração dos trabalhadores dos países do mundo ainda atrazado, com baixos salários e sem qualquer garantia legal; todos esses fenômenos estão acontecendo nos principais países do 1° Mundo. Ali também a democracia ainda é um sonho para a maioria dos trabalhadores.

No resto do mundo em desenvolvimento as questões são mais profundas e estruturais, alcançando todos os setores da sociedade: miséria das massas populares e pauperização de todos os trabalhadores; ignorância e doença entre as classes pobres; desemprego e desqualificação profissional pela impossibilidade cultural dos trabalhadores; educação inadequada oferecida pelo Estado; Universidade sem as mínimas condições de autonomia financeira e sucateamento dos institutos superiores; falta de segurança e violência contra os habitantes da periferia das grandes cidades; milhões de pessoas sem casa para morar; estrutura fundiária e sem produtividade; trabalhadores sem terra num País Continental; crianças e adolescentes abandonados; presos apodrecendo nos presídios sem recuperação; Sistema Judiciário caro, burocrático, ritualístico e dissociado da realidade; leis-ultrapassadas e em contradição com as forças vivas da Nação; a saúde pública na UTI e as empresas privadas de serviço de saúde em pleno enriquecimento; sistema policial sucateado e corrompido pelos baixos salários e pela falta de reciclagem em seus quadros; é o caos generalizado e a desesperança entre os trabalhadores.

Mas, nesse espectro fantasmagórico e tétrico, continua a esperança como possibilidade real, haja vista que a humanidade possui todas as condições materiais e espirituais para resolver seus próprios problemas, pois, afinal de contas, se há forças reacionárias e conservadoras resistindo às mudanças positivas, por outro lado, com muito mais intensidade, existe, no dizer do Professor Giddens,

> "Uma ética de uma sociedade pós-tradicional globalizante implica o reconhecimento da sacralidade da vida humana e o direito universal a felicidade e à auto-realização ligado à obrigação de promover a solidariedade e a uma postura de respeito perante ações e seres humanos ou não atuais e futuros. Longe de vermos o desaparecimento de valores universais, talvez esta seja a primeira vez na História da Humanidade em que esses valores apresentam um verdadeiro ponto de apoio". (Idem, ibidem, op. cit. pág. 286 Giddens, Anthony)

Permanecem, portanto, atuais, as palavras proféticas do Apóstolo Paulo de Tarso, enviadas aos Coríntios, na Grécia, no final da primeira metade do Século Primeiro da Era Cristã:

> "Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estas três, mas a maior destas é o amor". (1ª Carta de Paulo aos Coríntios, cap. 13, versículo 13). (19)

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CAMINHO DO TERCEIRO MILÊNIO

FERNANDO MOUSINHO - PSB/DF

Em maior ou menor medida, ao longo do processo sócio-histórico, a unidade dialética entre os dois fenômenos, sociedade e natureza, vêm acumulando danos até certo ponto irreversíveis, devido a padrões de consumo extremamente irracionais e a falta de compromisso com o uso adequado e com a reposição dos recursos naturais, estimulados por modelos de desenvolvimento supostamente voltadas para o bem-estar coletivo.

Os arautos da nova ordem econômica mundial, onde é notável a hegemonia norte-americana, hegemonia esta baseada especialmente num aparato bélico ímpar na história da humanidade, apregoam aos quatro cantos que "já não existe o fantasma ideológico do comunismo, que constituiu uma trava ao desenvolvimento da sociedade humana". "Que se acabou a guerra fria e a humanidade está avançando em direção a uma "globalização" sem barreiras e diferenças entre as nações do mundo". Começou a nova era, a era da "paz americana".

Mas essa euforia que canta a vitória e as supostas virtudes universais da "globalização", da "modernidade", do "neoliberalismo", eufemismos para o que na realidade é capitalismo, não é suficiente para escamotear a verdade. O recrudescimento do desemprego em escala mundial é uma evidência, tanto no mundo desenvolvido como no mundo subdesenvolvido, cuja estimativa está na ordem de 30% da força de trabalho engajada.

De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o nível de emprego no setor é o mais baixo desde 1971, e que o Plano Real, a versão brasileira da ideologia da "globalização", é o responsável por quase a metade do desemprego da década nas principais regiões industriais do país. Em São Paulo, o desemprego promovido pelo Plano representa 43% do registrado entre 1989 e 1996. A crise social nacional registra cerca de 7 milhões de desempregados. Registros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirmam que 16% das crianças brasileiras, entre 10 e 14 anos de idade, são exploradas como mão-de-obra barata. Sob a égide do "livre mercado", todas as crianças são livres para conviver com a violência das ruas e engrossar as redes de prostituição e do narcotráfico, que conta hoje com 340 milhões de pessoas.

No afã de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo mundo afora a ideologia da "globalização", estribada no protecionismo, na dívida externa e no intercâmbio desigual, nutre as guerras de baixa intensidade, atiça

conflitos inter-étnicos e fronteiriços, explora e saqueia os países do terceiro mundo, e o que é mais grave, liquida rápida e progressivamente as condições naturais de vida.

Os países capitalistas desenvol-vidos são os responsáveis por aproximadamente 70% do total das emissões de gases de efeito estufa, sobretudo o CO^2 oriundo do uso extensivo de combustíveis fósseis, particularmente o petróleo, a fonte energética da atualidade e do capitalismo.

Porém, ao mesmo tempo é notável o interesse que a sociedade em geral vem manifestando ultimamente a respeito da relação intrínseca entre homem e natureza e suas repercussões sócio-ambientais. O caráter internacional do tema, inclusive com preocupação com o desenvolvimento social, ganha corpo na Conferência de Estocolmo (1972), evidenciando que "o homem não pode dominar a natureza como um conquistador domina outro povo, pois pertencemos à natureza, e o domínio que exercemos sobre ela deve estar voltado para o conhecimento de suas leis e aplicação correta".

A interação harmoniosa entre homem e natureza é o primeiro passo em direção ao estabelecimento de uma nova ordem mundial. Uma reestruturação política e econômica de todo o mundo forjada na ética, na cultura, na eqüidade e na cidadania plenas.

Diferentemente do "modelo de produção industrial e agrícola altamente concentrador, que força um modelo também concentrador de produção de energia, baseada em fontes tradicionais, com destaque preponderante para o petróleo, previsto para se exaurir nos próximos cinqüenta anos.

No caso brasileiro, as reservas de petróleo atualmente existentes são capazes de suprir as necessidades internas por mais 11 anos, enquanto a produção atende aproximadamente a uns 30% da demanda nacional atual, mas não se descarta a possibilidade da descoberta de novas reservas. Em contrapartida, o Brasil conta com um potencial significativo de reservas hídricas e de biomassa, e especialmente as nossas miniquedas, que todavia não foram aproveitadas com seriedade. Porém quero salientar a biomassa, mais especificamente a cana-de-açúcar, como a fonte energética do futuro do Brasil, por várias razões.

A mais significante contribuição ambiental do Pró-Álcool foi "uma significativa redução dos dois mais agressivos poluentes, o monóxido de carbono e hidrocarbureto, em São Paulo, de 57% e 64% respectivamente, a despeito do aumento da densidade de combustíveis devido a substituição da gasolina pelo álcool... quanto ao teor de chumbo, temível contaminante, que mostrou, de 1979 a 1983, uma redução entre 70 e 80%".[8]

A economia de divisas produzida pelo Pró-Álcool é certamente seu grande sucesso e principal justificativa. Apenas no ano de 1985 a economia de

divisas brasileira foi na ordem de 1,7 bilhão de dólares, chegando a, aproximadamente, 10 bilhões de dólares desde o início do Programa.

Os aspectos negativos também não foram poucos. A dívida do Pró-Álcool com o setor financeiro é de R$ 4 bilhões e com a Petrobrás é na ordem de R$ 5 bilhões. Os indicadores sociais também são vergonhosos. Estima-se que nas destilarias e usinas de açúcar a taxa de analfabetismo chega a 74,8% para homens e 77,6% para as mulheres, enquanto a taxa de mortalidade infantil é de 124 por mil nascidas vivas. Sem contar com a exploração de trabalho infantil que só o estado de São Paulo, no ano de 1990, empregava 57 mil crianças (IBGE).

Mesmo sendo comprovada a viabilidade econômica, social e tecnológica - tecnologia esta genuinamente brasileira e que atinge patamares de qualidade cobiçadas com freqüência por uns e imitados por outros países do primeiro mundo -, e não ser danoso ao meio ambiente, o Programa Nacional do Álcool só alcançará sua sustentabilidade plena se inviabilizar o vício de assalto aos cofres públicos, humanizar as relações sociais de trabalho na produção, inclusive adotando uma política de renda familiar mínima.

Exposição fotográfica sobre a história do PSB, realizada no Hall do Anexo II da Câmara dos Deputados, por ocasião do VI Congresso Nacional do PSB

Governador Miguel Arraes, Pres. Nacional do PSB, acompanhado do Primeiro Secretário do Partido, Carlos Siqueira, durante a inauguração da exposição histórica do PSB, por ocasião do VI Congresso Nacional do Partido.

CONSTRUÇÃO DE UM GRANDE PARTIDO NACIONAL E POPULAR

SEBASTIÃO ABREU PSB/DF

O VI Congresso Nacional do PSB, a se realizar nos dias 28, 29 e 30 de novembro, em Brasília, tem tudo para ficar na história como o Congresso da Consolidação Partidária. Estamos vivendo um momento em que nosso Partido se afirma como opção para numerosos socialistas que até aqui militavam em outras agremiações da esquerda. Graças ao bom desempenho do PSB, em importantes cidades, nas últimas eleições, novas e valiosas adesões são recebidas em quase todos os quadrantes do território nacional.

É hora de pensarmos seriamente na consolidação do Partido que já temos, para chegarmos ao Partido que queremos.

Se alguém se der ao trabalho de pedir ao presidente do Diretório local a relação dos filiados do PSB em seu município, vai verificar que no seu bairro, na empresa em que trabalha ou na escola que freqüenta existem outras pessoas filiadas ao Partido. Constatará que o PSB não é tão pequeno assim.

Por que, então, entra ano, sai ano - e lá se vão dez anos! - em muitos Estados e Municípios somente uma meia dúzia de companheiros age como se fossem eles os únicos socialistas do lugar? Por que só eles falam pelo PSB, dão entrevistas, comparecem a eventos políticos e são sempre os candidatos do Partido em qualquer eleição?

Já no relatório apresentado ao II Congresso, o companheiro Roberto Amaral, então Secretário-Geral, denunciava a causa dessa distorção:

"No plano geral da organização partidária, ressalte-se não nos haver sido possível, até aqui, a implantação dos Núcleos de Base por local de moradia, trabalho, estudo, categorias profissionais ou de interesses."

Oito anos se passaram e pouco avançamos na implantação dos **Núcleos de Base**. Na maioria absoluta dos municípios as bases do PSB ainda hoje são representadas não pelos Núcleos disseminados pelos bairros, fábricas, escolas e movimentos comunitários, mas sim por burocráticos e cartoriais Diretórios Zonais ou Municipais, exatamente como determinava a legislação autoritária, que a serviço das classes dominantes procurava inviabilizar a participação popular na militância política.

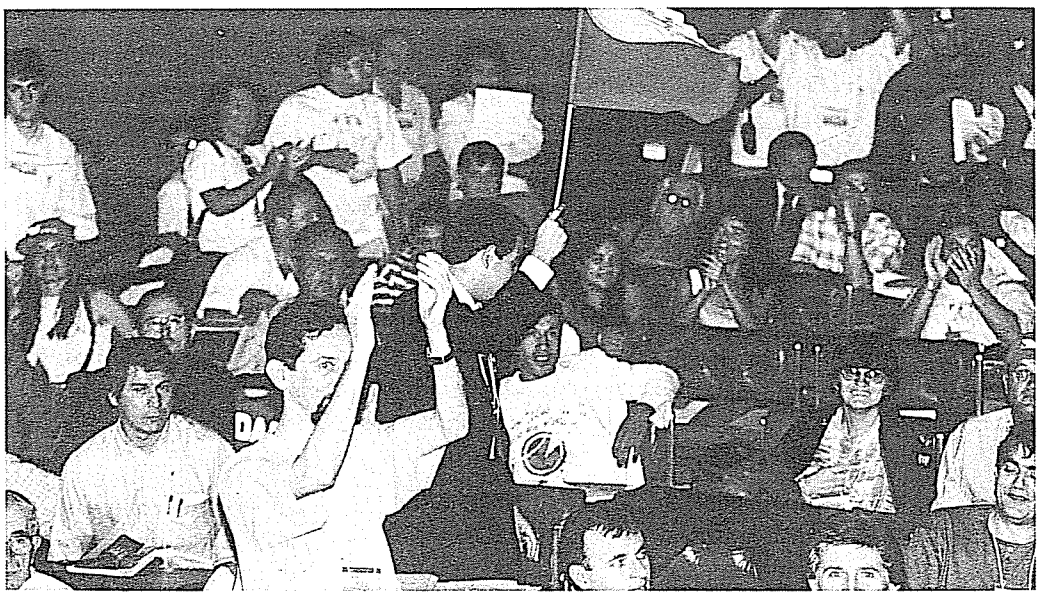
Até março do ano passado podia justificar-se o pouco empenho das direções nacional, estaduais e municipais na implantação dos **Núcleos de Base**. O estatuto partidário ainda não tinha sido aprovado definitivamente e cada um podia dar-se ao luxo de descumprir este ou aquele mandamento estatutário.

Agora não. Estão em pleno vigor todos os artigos do estatuto e a consolidação do Partido só pode começar pelo compromisso de todos os filiados de acatá-los, compromisso, aliás, que todos já assumiram ao assinar as fichas de filiação e recadastramento.

Visando a contribuir para o debate no processo congressal que se inicia, apresento à consideração dos companheiros proposta de resolução no sentido de que o VI Congresso determine ao Diretório Nacional a elaboração, pela Secretaria de Organização da CEN, das normas referentes à criação, funcionamento, competência e atribuições dos **Núcleos de Base**. Tais normas deverão ser submetidas à aprovação do Diretório Nacional em sua primeira reunião após o VI Congresso e transmitidas aos Estados e Municípios para imediata aplicação, sob pena de dissolução dos Diretórios recalcitrantes.

Proponho, ainda, que o Congresso determine a realização, já no primeiro trimestre do ano vindouro, de um **Encontro dos Secretários Estaduais de Organização**, com a finalidade de fazer uma avaliação do trabalho de implantação dos **Núcleos de Base** e discutir uma estratégia nacional de organização do Partido.

É evidente que os **Núcleos de Base** não serão a varinha de condão que realizará o milagre de transformar o nosso hoje pequeno PSB no grande partido de massas que queremos. Mas a mim não resta dúvida de que somente a partir deles chegaremos lá.



Militantes do PSB, durante a sessão de encerramento do VI Congresso Nacional do Partido

PSB - ONTEM E HOJE: COMPROMISSOS E LUTAS

VALDIR ROCHA D´ANGELIS - PSB/PR

Socialistas

O Partido Socialista é um dos mais antigos de nosso País e por nunca ter tido um caráter centralista e por jamais ter abandonado a dialética marxista, é que se constitui no Partido de esquerda que menos se decepcionou com o fracasso do comunismo estatal. A nossa pregação Histórica pelo Socialismo Democrático nos deixa na vanguarda da construção de um socialismo que tenha a cara deste País e que expresse os anseios e emoções de nossa gente.

Muito antes de sua fundação oficial em 1947, o PSB já era uma força política presente no cenário nacional. Em 1902, havia o PSB tentado pela primeira vez a formação de um partido de caráter nacional, publicando no Jornal "O Estado de São Paulo". no dia 28 de agosto, seu Manifesto, onde defendia a jornada de 8 horas de trabalho, a proibição do trabalho para menores de 14 anos, o voto feminino, a abolição dos impostos indiretos e a adoção do princípio da progressividade, através de uma legislação tributária baseada nos impostos diretos e proporcionais a renda.

Em 1935 os socialistas integravam a ALN, Aliança Libertadora Nacional. Em 1945 foi criada a Esquerda Democrática, um movimento defensor do socialismo democrático que lutava contra a ditadura do Estado Novo e que congregava correntes liberais, comunistas, reformistas e políticos que apoiavam a candidatura de Eduardo Gomes. Em abril de 1947, no Rio de Janeiro, deu-se a mudança do nome Esquerda Democrática para Partido Socialista Brasileiro.

Companheiros. O PSB tem como um de seus principais instrumentos democráticos os Congressos do Partido. Do Congresso Municipal participam, tem direito a voto, palavra e a influir nas diretrizes do Partido, todos os seus militantes indistintamente, bem como qualquer militante pode ser eleito delegado ao Congresso Estadual. Os Congressos do PSB, tanto Municipal como Estadual, tem liberdade de discussão, mas devem incluir em suas discussões a pauta central de convocação do Congresso Nacional. É a maneira democrática do Partido ouvir toda a sua militância sobre as grandes questões nacionais.

O Congresso Nacional do PSB, se realizará em Brasília, onde se discutirá, principalmente:

1. Os desafios da esquerda para o próximo milênio;

2. O Projeto de construção de um grande Partido Nacional e Popular

que assegure a Preservação da Autonomia Nacional; o Fortalecimento da Federação; a Consolidação dos Movimentos Populares e a solução da Desigualdades Sociais e Regionais.

Sobre estes temas, este Congresso - Fórum máximo de decisões do Partido no Paraná - não pode deixar de aprofundar a discussão e tomar posições. Como contribuição a esta discussão solicito a paciência e atenção dos companheiros para aquela que julgo a mais importante. Uma discussão que antecede a pauta proposta acima. Se não tivermos uma posição clara sobre os caminhos do capitalismo mundial, sobre a inserção da América-Latina e do Brasil neste grande projeto de globabilzação com características neo-liberal, dificilmente teremos clareza de um projeto nacional.

A História do Capitalismo é uma história de crises cíclicas. A História do capitalismo é a da busca incessante de saídas para continuar a dominação e espoliação que sempre foram suas principais "virtudes". O que foi a crise de 29 se não a crise da incapacidade de produção, que abrigou o capitalismo a incorporar a planificação na economia, que era um instrumento eminentemente comunista. Assim temos a instalação do Estado Keiniano, o Estado que se torna produtor em setores estratégicos e regulador do mercador. Esta foi a estratégia capitalista para resolver a crise dos anos 30, a incorporação de teses socialistas.

É deste período a frase de Ford "Para que o capitalismo seja eficiete é preciso que o trabalhador possa consumir o que produz". E surge a era da produção em massa e do consumo em massa. Para sobreviver, o capitalismo se transforma em social-democracia - é o Estado do Bem Estar Social.

E qual é a crise de hoje? Este Estado previdenciário implodiu com a capacidade de acumulação do capitalismo. As despesas com o Bem-Estar Social e o tamanho da máquina estatal para realizar tudo isso, tirou a capacidade de acumulação de riquezas de amplos setores capitalistas. E o que era solução nos anos 30, se tornou um problema hoje. O Estado se torna também um impecílio ao capital sem pátria - o capital transacional. O óbvio é que a diminuição do tamanho do Estado leva a impossibilidade de qualquer Estado competir com esse capital internacional. Apenas um exemplo: Em 48 horas o que valia um dólar no México, passou a valer 7 centavos, por uma simples decisão de alguns grupos internacionais retirarem seu dinheiro de lá.

Do ponto de vista ideológico a saída do capitalismo é acabar com o Estado que está atrapalhando. Acabar com os direitos sociais que custam muito dinheiro e impedem a acumulação. Ayéke, um dos principais ideólogos do neo-liberalismo, em seu livro "Caminho da Servidão", afirma "Democracia e igualdade levam a servidão. A liberdade do mercado leva a prosperidade".

A saída para o capitalismo é voltar a Lei do Mercado. O que havia

sido desmercantilizado como saúde e educação voltam a ser mercadorias. Do ponto de vista político é a legitimação da violência e da exclusão. Um exemplo das implicações éticas e morais desta "nova" visão capitalista: Em recente análise, um técnico do Banco Mundial, em relatório sobre Meio Ambiente, analisando todos os investimentos do Estado, chegou a conclusão que um jovem de 15 anos, alemão teria custado para a sociedade 6.000 dólares, enquanto que um jovem terceiro mundista, por exemplo, um Peruano, teria custado 1.000 dólares. Daí a brilhante conclusão que os detritos mundiais deveriam ser mandados e estocados nesse países onde a vida humana custa menos.

O dilema que se coloca hoje e para o ano 2000 (um dos principais temas do nosso Congresso Nacional), é entre a BARBÁRIE E O SOCIALISMO.

Na concepção de Gramisc, a crise é o momento em que o velho ainda não morreu e o novo não se implantou, e nestes momentos o capitalismo se torna mórbido. É essa morbidez que assistimos ao vermos epidemias se espalhando pela terra, enquanto a saúde é mercantilizada; a fome dizimando milhões de irmãos, enquanto o planejamento é transferido para o senhor absoluto "O Mercado".

Por outro lado, o fracasso do socialismo nos países comunistas é uma taxinha no nosso calcanhar. Incomoda e por vezes machuca. Mas não podemos nos esquecer que o capitalislmo levou 5 séculos para chegar onde chegou, se é que chegou a algum lugar. Não é uma experiência de apenas 70 anos que vai candenar o socialismo como inviável, impraticável ou impossível.

Aprendemos com a experiência soviética que não se faz socialismo sem democracia. E isso reforça aquilo que consta do nosso programa partidário, desde 1947, a crença no Socialismo Democrático. Aprendemos com Cuba que mesmo com minguados recursos financeiros é possível dar educação e saúde para toda a população.

Aprendemos com o capitalismo que não existe solução para os grandes desafios da humanidade neste sistema. Aprendemos que não é possível que a humanidade não seja capaz de construir um sistema mais justo, onde possa haver abundância para todos.

Que fazer então?

Uma coisa nos parece clara hoje, e ela deve permear a discussão de um projeto nacional: o futuro vai depender da nossa capacidade de controlar os fundos públicos. O dinheiro público deve ter controle e destino democraticamente estabelecidos. Que o Estado precisa de controle e de reformas, esta também é uma convicção nossa. Que o Estado deve se retirar de setores produtivos que nada tem a ver com políticas estratégicas, nisso também concordamos. Mas na saúde devemos lutar pelo Estado máximo.

Na educação - Estado máximo. Nos setores estratégicos - Estado máximo. Ou temos aí a presença do Estado democrático ou se estabelece o monopólio privado e dos interesses transnacionais como estamos vendo no processo de privatização do Chile e da Argentina.

No entanto não basta recuperar, restaurar e repensar a atuação da esfera pública e ter o controle democrático, precisamos ter a clareza do que é uma educação democrática e uma saúde democrática para este país. Precisamos ter clareza sobre as formas e os meios de geração de empregos e riqueza para nossa população. Aí está o desafio para todos os socialistas deste país.

Companheiros Socialistas.

Temos o papel histórico de não abrir mão do ser humano, do homem. O papel histórico de colocar a tecnologia a serviço da construção de uma sociedade onde o ser humano e seu ambiente sejam respeitados e estejam no centro das ações. O papel dos socialistas é de restaurar o humanismo. A solidariedade internacional. A busca da felicidade, da paz e da fartura para todos, em todos os lugares.

* Waldir Rocha D'Angelis é consultor em Administração Pública, Professor Universitário e Membro do Diretório Estadual do PSB do Paraná.

REVOLUÇÃO, RETOMAR O ELO PERDIDO

DEPUTADO FEDERAL DOMINGOS LEONELLI - PSB/BA

- Uma reflexão inicial sobre a esquerda e a Revolução Democrática Brasileira
- Uma proposta ao VI Congresso do PSB

Revolução, o elo perdido

Um dos grande problemas da esquerda brasileira é a perda da perspectiva histórica revolucionária, cuja conseqüência é o terrível limite do corporativismo na ação social e a absolutização do oposicionismo na política institucional.

A desilusão sobre a possibilidade de alterar o sistema capitalista como um todo através de uma ruptura insurrecional marcou, praticamente toda a esquerda, na segunda metade do século XX. A falência de um determinado modelo socialista e do leste europeu e a efetiva universalização de alguns valores do capitalismo, como a empresa, enquanto célula básica da produção, da generalização do mercado e da mercadoria, e do conceito de Estado não proprietário, constituíram-se em fatores de desnorteamento da esquerda no Brasil e no mundo.

E a verdade é que não se conseguiu (re)formular uma alternativa ao modelo revolucionário pronto e acabado como eram os modelos soviético e chinês. Nesses modelos o Estado, a economia e a política possuíam um desenho simétrico e coerente, refletindo determinado desfecho histórico da luta de classes da primeira metade do século XX.

O que aconteceu é que a base material de produção se alterou, alterando também a natureza da ruptura própria das revoluções. E já existem reflexões sobre o tema que nos indicam um caminho revolucionário sem uma grande ruptura, mas, sim, com muitas rupturas que possibilitem saltos econômicos e sociais, mantendo e aprimorando as instituições políticas e sociais permanentes.

Esse caminho revolucionário, com democracia, é que precisa ser transformado em projeto nacional para o Brasil.

O Oposicionismo como ideologia termina por ajudar o governo combatido

Mas foi a desilusão revolucionária que levou a esquerda a concentrar toda a sua ação e o seu discurso contra o governo. Contra qualquer governo.

Contra, inclusive, os governos estaduais e municipais, conquistados pela própria esquerda.

Sem conceber uma nova proposta revolucionária, a esquerda concentrou-se no oposicionismo anti-governamental.

A ENCOL faliu? A culpa é do Governo. Não é o sistema capitalista brasileiro que é selvagem e frágil. É como se dissessem: se o Governo fosse bom a Encol não faliria.

Fingindo desconhecer o conteúdo de classe de cada fato concreto, transfere-se toda a retórica para a simples dicotomia: Oposição x Governo.

E assim, a denúncia, a ação, a mobilização contra as forças do capital, os capitalistas e latifundiários, só se dá mesmo no plano da reivindicação sindical e no limite - limite limitadíssimo - de cada corporação. Desiste-se da organização e da mobilização contra os elementos constitutivos do regime e concentra-se a crítica ao que responde de forma mediatizada pelo Estado: o governo.

Como não se dispõe de um projeto nacional transformador fica-se no limite da crítica ao governo.

Foi exatamente essa distorção, essa necessidade de ficar contra tudo que viesse do Governo que levou a maior parte da esquerda brasileira a ficar contra o Plano Real. E que ainda agora atribui ao Real a fome, o desemprego e a miséria por vezes desconhecendo o caráter estrutural e secular desses flagelos.

Mesmo sendo pouco, o povo sabe o que é bom para ele, desqualificando, portanto, o crítico e a crítica.

E o pior do pior: quando atribui à esquerda todas as mazelas brasileiras ao Real, confunde a justeza da crítica que efetivamente precisa ser feita ao Governo referente a taxa de juros que anula os esforços de produção e criação de novos empregos. Reduz o peso da crítica à desnacionalização exagerada e desnecessária da economia, a submissão do Governo em todos os planos aos monopólios da comunicação social e das telecomunicações, ao aumento das desigualdades sociais, a renúncia ao papel fiscalizador do Estado, em relação aos serviços públicos, à perigosíssima situação da segurança pública, à falência da saúde.

Por incrível que pareça o oposicionismo total e absoluto vem favorecendo seu principal e único alvo que é o Governo, na medida em que atribui ao Governo problemas que a opinião pública, embora confusamente, sabe que são da sociedade e do modelo do Estado.

Assumir a Perplexidade e Produzir Nova Estratégia

Ao invés de assumir essa momentânea perplexidade histórica e se

debruçar na busca de uma nova perspectiva revolucionária mais consentânea com a nova realidade do mundo, a esquerda tradicional e corporativa preferiu o caminho da simplificação: desconheceu as novas formas da luta de classe, desistiu de uma crítica estrutural ao capitalismo, confundiu Estado e Governo.

E ficou prisioneira de um oposicionismo paralisante.

Uma postura realmente revolucionária não se diminuiria em reconhecer eventuais acertos de Governos, e até apoiaria boas propostas, porque teria sua atenção maior voltada para a transformação da estrutura mais profunda do regime.

A uma nova esquerda realmente revolucionária - no sentido amplo da revolução brasileira - interessa organizar e mobilizar a sociedade para enfrentar e alterar as estruturas sócio-econômicas do capitalismo excludente, propiciador de condições indignas para o nosso povo e que ameaça a própria incolumidade física da pátria brasileira na medida que, em nome dos seus lucros, destrói florestas, apodrece o ar e as águas, afunda as periferias urbanas em lixo e poluição, convive com o grande negócio das drogas pesadas escravizadoras da nossa juventude.

A uma nova esquerda cabe combater Governos, de forma contundente e vigorosa, em todos os atos e medidas que signifiquem o compromisso desses governos com o aprofundamento da desigualdade, a super-exploração do trabalho e a abdicação do controle social sobre a economia.

A uma nova esquerda cabe identificar e denunciar com vigor a submissão, por exemplo, do Governo Fernando Henrique Cardoso às forças da direita, do PFL e do capital financeiro nacional e internacional.

Mas este capitalismo brasileiro que tanto tem de selvagem é também, contraditoriamente, moderno, produtivo e crescentemente inserido na nova realidade do mercado global.

Por isso, uma nova concepção da revolução brasileira - longe da idéia da insurreição armada - passa por uma verdadeira reforma do Estado, por reformas econômicas e sociais, por novas formas de organização de trabalho e da produção e também pela mobilização de um novo tipo de militância política que valorize a cidadania e compatibilize ética, responsabilidade e audácia para as transformações necessárias.

Proposta ao VI Congresso

Essa nova revolução democrática deveria se constituir na Agenda da Esquerda moderna e democrática brasileira.

E por suas características holísticas, não corporativas, o PSB pode ser o elemento catalisador de uma nova formulação da Revolução Democrática

Brasileira. Uma proposta capaz de incendiar de novo os corações e as mentes da nossa juventude, de recuperar para a militância ativa dezenas de milhares de socialistas, que acumularam experiências de anos de luta e, hoje, se encontram dispersos.

Não se mobiliza a juventude para uma mera jornada de administração pública por mais justa e correta que seja.

É preciso trabalhar, intensamente na construção de um programa e expressá-lo por bandeiras que juntem racionalidade científica e emoção política.

É preciso fazer com que a Esquerda seja de novo a vanguarda do pensamento, da utopia e da prática apaixonada da política.

É preciso assumir a coragem de governar revolucionariamente enfrentando o sistema de forças do poder econômico e da mídia.

É preciso rearticular o particular e o geral, juntar os grandes fatores de transformação do mundo com as coisas concretas do nosso dia-a-dia.

Alguns exemplos:

- associar a construção, hoje utópica, de um Governo Mundial capaz de controlar a volatilidade e a selvageria dos capitais financeiros que ameaçam o mundo, com a luta contra os juros altos no Brasil.

- associar a tarefa de governar com novas soluções concretas para cada rua, cada bairro e cada cidade, com grandes tarefas revolucionárias sociais para reduzir as desigualdades, como a erradicação do analfabetismo, a requalificação básica profissional dos trabalhadores brasileiros, a erradicação das doenças endêmicas, o combate profundo, no terreno da segurança e da psicologia social ao dramático problema das drogas.

- associar de forma clara para o povo as bandeiras da Reforma Agrária com nova estrutura de Agricultura Familiar, da Reforma Tributária com a pequena e média empresa.

- associar a erradicação do analfabetismo à qualificação massiva dos trabalhadores brasileiros nas indispensáveis áreas da informática, da telecomunicação e da micro-eletrônica para entrarmos com um mínimo de capacitação técnica no Século XXI.

- associar as lutas do cotidiano por água, esgoto, transporte, saúde, segurança e educação à compreensão dos estruturais problemas econômicos, tributários e ambientais do Brasil e do mundo, visando a reforma do Estado Brasileiro.

- associar ao cotidiano da implantação de rádios comunitárias à grande batalha da democratização dos meios de comunicação.

Nossa proposta é examinar neste Encontro Socialista sobre a Revolução Democrática Brasileira, os Desafios do Governador Cristovão Buarque, inclusive para checar suas possibilidades de realização, enriquecer a proposta e colocá-la numa perspectiva capaz de articular a ciência e a paixão.

A definição de projeto nacional transformador e revolucionário, que inclusive ultrapassa o tempo físico de um só governo, ajudará enormemente o enfrentamento ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Sendo muito mais que uma crítica oposicionista, corresponderá a uma denúnica profunda do caráter contra-revolucionário deste Governo e colocará não apenas numa opção de substituição de administração, mas de forma de governar, de estratégia e de objetivos históricos.

É exatamente esta visão de transformação estrutural e revolucionária capaz de viabilizar a paixão popular é que faria da esquerda a melhor opção de governo para o País.

Somente uma eficaz articulação entre honestidade com um programa claro de mudanças poderá obter do povo brasileiro a credibilidade e a disposição para aceitar e apoiar as inevitáveis dificuldades e restrições que ainda teremos por alguns anos, até a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Brasília, 29 de novembro de 1997

CONTRIBUIÇÃO DOS SOCIALISTAS DE SÃO PAULO AO CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Os socialistas brasileiros, inspirados nos mais elevados preceitos do humanismo e da democracia, consideram que o Brasil está qualificado para exercer a efetiva liderança do hemisfério sul com um projeto de desenvolvimento político, econômico e social que se constitua em alternativa capaz de fazer frente à dominação dos atuais pólos hegemônicos. Para tanto, nossa tarefa é contribuir para transformar o país numa potência singular, soberana, desenvolvida, democrática e socialmente justa.

1 - DENUNCIAR O MODELO ECONÔMICO

A política econômica vigente é contrária aos interesses da população brasileira e compromete nosso futuro como nação livre e soberana. A maneira subalterna e irresponsável como o país vem sendo submetido ao atual estágio de globalização da economia, obedecendo as diretrizes dos blocos internacionais hegemônicos, inviabiliza o nosso desenvolvimento e leva à exclusão social dezenas de milhões de brasileiros compelidos ao desemprego, à miséria e às mais degradantes condições de existência.

A desnacionalização de nossa economia resulta da destruição de parcela significativa da indústria brasileira e no colapso de nossa agricultura. Além disso, submetido à ideologia de um falso internacionalismo liberal, o país se desmonta sob uma política suicida de privatizações de empresas públicas estratégicas nos setores de energia, comunicação e recursos naturais, transferindo seu controle para monopólios privados. E esse desmonte prossegue com o abandono dos mecanismos de defesa contra a competição predatória das empresas multinacionais. Cada vez mais dependente de um capital internacional que prefere o lucro fácil da especulação financeira - para a qual se exige moeda estável e juros altos - o Brasil sangra suas riquezas e inviabiliza os investimentos produtivos.

Nenhum processo internacionalista resultará democrático e justo se for modificado sobre os escombros da identidade e da soberania das nações. Nesse sentido, a desejável integração internacional de nosso país naõ pode se dar em posição subalterna, dependente e fraca. Portanto, o aumento do controle sobre a participação dos capitais externos, a elevação da poupança interna, o fortalecimento do papel do estado como indutor do desenvolvimento, a estabilização da moeda, a implementação de políticas setoriais e regionais de modernização e crescimento econômico, a retomada dos investimentos públicos em infra-estrutura,

ciência e tecnologia, o estímulo aos investimentos produtivos pela iniciativa privada, a proteção à indústria e à agricultura nacionais voltadas ao atendimento do mercado interno, o estímuo aos pequenos e médios empreendedores e a solidificação da cooperação internacional com os países latino-americanos, saõ fatores essenciais para o necessário crescimento do nosso PIB e constituem objetivos estratégicos para o modelo de desenvolvimento que desejamos.

II - REALIZAR AS REFORMAS SOCIAIS

Para ser potência, o Brasil necessita realizar reformas profundas na sua base social, tendo por objetivo subverter o nosso processo histórico que tem impedido dezenas de milhões de brasileiros de participar dos benefícios do progresso material e cultural. Ostentando um dos mais elevados índices de desigualdade social, uma iníqua distribuição de renda e de oportunidades, o país revela a multiplicação dos sintomas de patologia social como a violência, as drogas, a degradação do meio ambiente e a deterioração das condições de sobrevivência em nossas cidades. As políticas vigentes não só agravam a crise da sociedade como também aviltam a identidade nacional e desqualificam o povo brasileiro para gerir o seu próprio destino.

A luta por justiça e bem estar social requer melhoria das condições para o efetivo exercício da cidadania. Para isso, são prioritários os esforços para a educação de boa qualidade para todos, mediante o aumento acentuado dos investimentos públicos para o setor. A justiça social requer o fortalecimento do poder público como provedor dos serviçoes de saúde, sua progressiva desprivatização e a implementação de políticas consistentes de medicina preventiva, a partir da elevação das dotações de recursos públicos para essa área. Depende ainda, de uma efetiva política de emprego, capacitação e requalificação da força de trabalho. Um projeto de desenvolvimento social envolve a realização, afinal, de reforma agrária que permita o acesso à terra e às condições de produção àqueles que nela querem e precisam trabalhar e produzir.

Ao denunciar o desmantelamento do Estado Nacional por aqueles que propugnam a idéia de "estado mínimo", devemos condenar o abandono das políticas sociais, destinadas às camadas desfavorecidas da população, combater as alternativas de desregulamentação das relações trabalhistas e criticar as iniciativas de pôr fim aos direitos sociais sob a égide da falsa necessidade de se reduzir o chamado "custo Brasil".

III - APROFUNDAR O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Os socialistas brasileiros combatem a política antinacional dos setores retrógrados das elites que hoje hegemonizam o poder político no Brasil. Está sob risco a nossa ainda frágil democracia quando se aliena a autonomia nacional, ao passo que se exacerba o poder Executivo sobre os demais poderes da República - o Legislativo e o Judiciário. A ameaça autoritária se manifesta com o intencional enfraquecimento das instituições de representação política, sindical e popular a par do aumento do controle dos meios de comunicação de massa e produção cultural pelo governo. Trata-se de uma tentativa de entorpecer a opinião pública para produzir a ideologia do "caminho único" como se nossa sociedade não fosse capaz de produzir um modelo alternativo de desenvolvimento.

Cumpre-nos empenhar todos os nossos esforços na defesa e fortalecimento dos mecanismos de ação democrática como os partidos políticos, os parlamentos, os sindicatos, as associações, as entidades estudantis, movimentos sociais e os meios de comunicação incentivando as formas de gestão participativa em organizações públicas e privadas.

Cumpre-nos, também preservar, fortalecer e modernizar o Poder Judiciário e as demais instituições fundamentais para o funcionamento do estado de direito, pilar do sistema democrático. Nesse contexto, é fundamental fortalecer as bases do pacto federativo brasileiro, combatendo os movimentos centralizadores e defendendo a integridade dos entes federados, particularmente os municípios, que devem ter fortalecidos os seus meios de atendimento à demanda pelos serviços públicos essenciais.

IV - BASES DA AÇÃO POLÍTICA DOS SOCIALISTAS

Os socialistas brasileiros devem contribuir para a formação de uma visão estratégica das transformações estruturais que alteram as relações políticas. Mais do que um simples projeto alternativo de governo, na presunção de civilizar as relações de dominação e exploração com algumas benesses no campo social, o país precisa é de um novo sistema econômico e político capaz de empolgar o seu povo e alcançar o seu desenvolvimento com autonomia e liberdade na consolidação de uma democracia de amplitude social.

Os socialistas deverão contribuir na formação de um amplo arco de alianças a partir de uma política de unidade do campo democrático, popular e desenvolvimentista que dê base à formulação e implantação de um novo modelo de desenvolvimento.

O PSB respeita as identidades e a autonomia dos diferentes partidos

políticos que integram esse campo. Contudo, entende ser fundamental o empenho de todos em superar as limitações impostas, seja pela lógica eleitoral interna dessas agremiações, seja por eventuais disputas regionais. A superação de tais condicionantes deve se dar em favor de uma ampla aliança social de centro-esquerda que nos capacite para a vitória e nos forneça uma sustentação qualificada na implementação do projeto que oferecemos à nação.

V - AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1998

Nosso objetivo maior é derrotar nas urnas o Governo Fernando Henrique Cardoso que hoje sintetiza os interesses dos setores mais retrógrados, antinacionais e antipopulares das elites brasileiras.

A recente e grave crise vivida pelo país retrata a artificialidade e o equívoco da atual política macro-econômica brasileira que, de forma acelerada, produz o agravamento dos já alarmantes índices de pobreza e exclusão social.

Maiores são, portanto, nossas responsabilidades de empreender uma análise profunda e acurada sobre os desdobramentos dessa crise, ao tempo em que devemos evitar toda precipitação na definição de nomes e candidaturas que, neste momento, restringiriam os entendimentos de formação de um amplo arco de alianças.

Entretanto, reafirmamos nossa convicção de que somente uma representação política do campo da centro-esquerda será capaz de unir e conduzir à vitória os setores majoritários da sociedade, com um novo modelo de desenvolvimento que nos realize enquanto nação livre, soberana, democrática e socialmente justa.

Brasília DF, 28 de Novembro de 1997

CONSTRUÇÃO DE UM GRANDE PARTIDO NACIONAL E POPULAR ATRAVÉS DE UM PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL.

A maior contribuição que o PSB do Amapá pode dar à construção de um Grande Partido Nacional e Popular são as políticas públicas praticadas de fato pelo Governo do

Estado **através do seu Programa de Desenvolvimento Sustentável.**

O PDSA na realidade é muito mais amplo nos seus objetivos, pois concebe ideologicamente todo um projeto de inclusão social previsto pelo manifesto do Partido, ainda que ao longo de quase 3 anos de Governo,tenha encontrado inúmeros obstáculos para ser bem entendido e melhor executado. As mudanças realizadas por esta proposta desde o início do Governo Capiberibe se refletem de forma benigna nas populações antes exploradas pelo capital e sem esperanças de construírem para si um destino digno, com confiança no futuro.

Embora seja um programa específico para o nosso Estado, o PDSA não se limita a ser operacionalizado apenas aqui. Entendendo-se as Desigualdades Regionais, o Partido Socialista Brasileiro visa discutir através do PDSA um projeto maior, mais ambicioso, que enquadra a visão de uma Amazônia para amazônidas. Uma Amazônia que à ilharga perto do fim do milênio, ainda guarda a maior reserva de biodiversidade animal e vegetal do planeta, além de incontáveis riquezas naturais que ainda despertam a cobiça e a ambição internacional para ela, em que pese a exploração da mão-de-obra regional, a pobreza de sua população e inúmeros elementos que a direita conservadora aqui plantou a título de desenvolvimento.

Ainda hoje a região se ressente dessas políticas de desenvolvimento praticadas ao longo de séculos desde a exploração das drogas do sertão, pela metrópole portuguesa, à política mercantilista de Pombal. E mais recentemente o "desenvolvimentismo" da ditadura militar que através da SUDAM financiou com dinheiro público projetos ilícitos para enriquecimento de uns poucos empresários apadrinhados e, pior ainda, para devastar milhões de hectares, transformando em pastos, irreversivelmente, ecossistemas ambientais.

Até a aplicação do PDSA a Amazônia experimentou modelos de desenvolvimento perniciosos para a região, haja vista a atuação dos órgãos responsáveis por essas políticas. Em pouco, ou em nada a Amazônia foi beneficiada com a exploração de seus recursos naturais. A sociedade regional experimentou ao longo de décadas o genocídio, a espoliação, a ausência de programas de saúde e a falta de assistência aos ribeirinhos e classes marginalizadas nas periferias das grandes cidades. Além disso, os amazônidas também viram com amargura maus políticos se locupletarem com o dinheiro da população, ouvindo o enredo falacioso do

"rouba, mas faz", disseminado por eles próprios, como se isso fosse um axioma ético de real valor. Esses mesmos maus políticos, preocupados em permanecer no poder só esqueceram de dar à sociedade condições para a mellhoria da qualidade de vida ou, no mínimo, de maior esperança: um sol que nascesse num dia claro e realmente banhasse de luz todos os homens e mulheres que sonham com uma sociedade igualitária.

Buscar a solução das desigualdades regionais e sociais não é tarefa fácil, pois uma está contida na outra, indissolúveis portanto, mas factíveis de mudanças para melhor. E cabe às estruturas partidárias socialistas estabelecer rumos a tomar com a coragem de propor mudanças que venham romper os elos do conservadorismo, e com o ideal democrático de dizer ao povo o que somos, o que queremos e o que não queremos diante dos processos globalizante em curso e do tudo aquilo que é imputado à sociedade pelos arautos do neoliberalismo.

Só ela pode fortalecer nossa vitalidade, nossa prática, e sobretudo, nossa identidade. Assim, precisamos ir mais além, até mesmo experimentando e consertando os erros de nossa prática, porque não aprender com eles seria ingenuidade. E o novo, aquilo que abre novas perspectivas para a melhoria da vida social e política, surge sempre do embate, da luta, do conflito ao qual estamos historicamente predestinados. Sem conflito não há História, não há ganhos nem esperança de quebrar estruturas para viabilizar o sistema ideológico do socialismo.

Haveremos de incorporar à vida partidária a prática de seus militantes, é a forma como estes podem promover a experiência crítica dos cidadãos, levando a eles a extensão da consciência de que podem ser, de fato, considerados cidadãos. Estender essa consciência é incluí-los socialmente, é transformá-los em pessoas que um dia virão contribuir de vontade própria para a construção de um grande partido popular, que é o PSB.

Mas o que vem a ser uma construção? Seria meramente um ato, efeito ou arte de construir? Ora, cada edificação exige uma estrutura, mesmo a pré-fabricada. Por isso cada militante é uma peça, um tijolo e argamassa para o PSB venha a se tornar um grande partido nacional e popular, e assim possa apresentar soluções para as desigualdades regionais e sociais.

Posto isto, o PDSA, colocado na prática pelo governo Capiberibe, vem salvaguardar o sentido ideológico do socialismo ao promover sua disseminação na Amazônia, enquanto experiência exeqüível que benefecia a sociedade como um todo, não mais dilapidando nossas riquezas naturais, ao contrário buscando agregar valor a atividades já praticadas pelas populações tradicionais.

A ação construtiva da política governamental que traz em seu bojo o PDSA, também gera qualidade de vida a partir do processo de conscientização para a preservação do meio ambiente. Um exemplo disso é

o trato dado pelo Governo amapaense àqueles que sempre receberam das velhas políticas o tratamento de excluídos, pois que nunca foram incluídos socialmente.

Nesse campo, a coragem de experimentar, mostrou que se pode incluir os excluídos historicamente, e dotá-los de amplas possibilidades para um novo mundo construído a partir da união, da cooperação e da solidariedade humana. Para isso basta torná-los cidadãos.

Por esse sentido os esforços do governo ficaram eivados de êxito, haja vista o apoio aos trabalhadores rurais, especialmente os castanheiros do sul do Estado, que até então eram intermediados na sua produção por compradores de outros estados, entregue a preços aviltados. Após a ação do Governo, passaram a vender a castanha à Secretaria de Educação que a inclui na Merenda Escolar. Com recursos captados no exterior, os castanheiros agora têm novas tecnologias no beneficiamento da castanha e deverão produzir, além da amêndoa desidratada e embalada a vácuo, óleo, leite, farinha, sabonete e geléia.

A preocupação e o cuidado com as populações indígenas levou à demarcação de suas reservas, à firmação de convênios com associações e repasse de recursos, para os demais grupos. Até então, nenhum Governo havia se preocupado com a saúde e com a preservação da identidade e cultura dos índios, da forma como é feita hoje.

É importante ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado, junto às Parteiras Tradicionais, dando visibilidade, apoio, formação a uma atividade que congrega centenas de profisionais que hoje se sentem orgulhosos de sua prática milenar em função do reconhecimento do poder público.

A contribuição do Governo amapaense para o crescimento do PSB é ampla porque consolida a unificação de movimentos populares, dotando-os de responsabilidade que os levam a auto-gestão, visto que o PDSA exclui quaisquer práticas do velho paternalismo, que ainda agora existe apenas como um fastasma das velhas políticas amapaenses.

Foi criada a Coordenadoria de Articulação com entidades não governamentais, que tem à frente a 1ª Dama e Deputada Janete Capiberibe. As ONG´s, sindicatos, cooperativas e associações têm grande representatividade porque também executam e não só discutem o Orçamento Público. Este é um grande avanço da esquerda brasileira.

Na educação podemos dizer que passamos na frente ao colocarmos dinheiro na Caixa Escolar dos estabelecimentos da rede pública estadual, pois os administradores (diretor, associação de país e comunidade), podem, através da contratação direta de serviços e produtos influir e beneficiar a comunidade escolar, como a fabricação de carteiras escolares, a partir de madeiras regionais.

Mesmo com todos esses avanços ainda há áreas que se resistem ao PDSA em função de seus interesses corporativos que sempre prejudicaram a

sociedade, cujos autores e interlocutores já sentem a ação do Governo na extirpação de seus privilégios.

São muitas as ações governamnetais que podem contribuir para o que queremos. Ao acabar com os privilégios e o clientelismo deixados pelos governos anteriores, o Governo do Amapá ainda luta tenazmente contra a perniciosidade de suas heranças: por exemplo, através de negociações vão se acabando as relações de submissão com as grandes empresas. Elas agora, em função da isenção de impostos dados por governos passados, tem em contra partida a obrigação de manter estradas ou dar a sua contribuição social à população do Estado.

O governo também vem trabalhando no sentido de fortalecer a cultura do povo. Com essa visão apoia a produção artística do Estado. Criou o Sambódromo e o Centro de Cultura Negra, com o real intuito de valorizar nossa arte, nossa gente e nossa cultura, consolidando, portanto, os movimentos populares advindos dessa área.

Atuando com força e determinação em todas as áreas, o governo realiza seu ideário socialista de dotar a sociedade dos valores éticos da cooperação e da solidariedade, ao estabelecer critérios capazes de soerguer o que os governos anteriores foram capazes de derrubar.

Na prática, o PSB realiza, através do Governo um formidável e modernizante sistema de desenvolvimento que poderá vir a ser um inaudito paradigma para a região e para os demais estados brasileiros, carentes de recursos financeiros, mas ricos em recursos naturais.

A maior contribuição do PSB do Amapá à construção de um grande Partido Nacional e Popular é a prática de formar cidadãos libertos e conscientes de que um grande país se faz com o desapego à riqueza individual e com edificação da cidadania, o grande pilar de uma sociedade fraterna e igualitária .

Esta é a nossa prática, pois o Partido Socialista Brasileiro não volta os olhos para os excluídos com a visão das velha políticas públicas. O PSB propõe um projeto de inclusão social, tendo por base o PDSA que aponta soluções para nossos problemas antigos e emergentes através do trabalho e da crítica.

Construir, então, um grande partido, também é seguir as orientações do programa da Executiva Nacional sob o lema **"SOCIALISMO E LIBERDADE"**, pois, como reza seu manifesto:

"UM PARTIDO SOCIALISTA MODERNO HAVERÁ DE ESTAR ABERTO À DESCENTRALIZAÇÃO MAIS COMPLETA DO PODER, ABERTO À INTERFERÊNCIA SISTEMÁTICA DOS CIDADÃOS, AO MESMO TEMPO EM QUE BUSCARÁ VALORIZAR A SOBERANIA POPULAR MEDIANTE O CONTROLE, PELO LEGISLATIVO, DAS ATIVIDADES DO ESTADO NUMA ECONOMIA PROGRESSIVAMENTE SOCIALIZADA.

RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO SINDICAL SOCIALISTA REALIZADO NOS DIAS 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 1997, NO AUDITÓRIO NEREU RAMOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA DF.

CMS - Coordenação do Movimento Sindical

SSB - Sindicalismo Socialista Brasileiro

PROPOSTAS APROVADAS

1 - Serão considerados sindicalistas os filiados detentores de mandato sindical e os filiados militantes, com atuação comprovada no movimento sindical, bem como aqueles filiados militantes , também com atuação comprovada, nas oposições reconhecidas pela Coordenação Nacional do Movimento Sindical do PSB.

2 - O I Congresso Nacional do Movimento Sindical do PSB, Define que o Movimento Sindical do PSB se organiza politicamente através da Corrente : SSB - Sindicalismo Socialista Brasileiro e indica como atuação o campo cutista ou independentes, reavaliando essa questão no próximo Congresso. Votação com uma abstenção.

3 - A SSB - Sindicalismo Socialista Brasileiro é contrária à proposta cutista de Sindicato Orgânico. Votação com duas abstenções.

4 - O I Congresso Nacional Sindical do PSB posisionou-se contrário ao Pacote do Governo FHC e aprovou o estímulo ao movimento sindical em mobilizar-se e integrar-se nas lutas e mobilizações contra essas medidas que aumentam a recessão e o desemprego, arrocho salarial.

5 - Sugerir modelo de políticas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento econômico que privilegia os interesses dos grupos econômicos, na mesma medida em que violentam e negam os direitos sociais da classe trabalhadora.

6 - Caracterizar a importância da manutenção dos postos de trabalho como fator de retroalimentação para o real crescimento da economia, uma vez que a imensa maioria daqueles que consomem são assalariados e, são esses os componentes que estrategicamente, até por obrigação dos próprios empresários, devem ser privilegiados por qualquer projeto alternativo, no sentido da manutenção de uma sociedade mais justa e, prospectivamente, mais duradoura na sua condição de vida. A geração de novos empregos deve considerar as necessidades de redução

da jornada de trabalho sem redução salarial, uma vez que maior quantidade de bens são produzidos hoje em menor período de tempo.

7 - Promover o pensamento socialista como uma base fundamental para a construção de movimentos de oposição à forma de atuação do atual governo, muito além das questões que envolvem o"poder pelo poder", mas, como condição de apresentar ao país medidas propositivas que possam favorecer à formação cultural e educacional, além da possibilidade de fixação de uma realística consciência nacional.

8 - Garantir a conquista da terra rural, através de uma Reforma Agrária efetiva, como uma questão de necessidade da sociedade brasileira, não somente pela simples posse da terra, mas em função de um programa Nacional de Fortalecimento da Atividade Agropecuária, principalmente a dos pequenos produtores, que possa contemplar a dotação de recursos em níveis compatíveis com as necessidades da atividade (em todos os seus estratos produtivos), com regras bem estabelecidas, uma vez que trata-se de um setor que apresenta respostas econômicas imediatas, com grande alcance social. A efetividade do direito aos remanescentes das comunidades dos quilombos à propriedade das terras historicamente ocupadas.

9 - Deve-se reprimir o abuso do poder econômico. Direitos que são características inseparáveis de cidadãos não podem ser concedidos à ficção jurídica que é a empresa.

10 - O Movimento Sindical Socialista deve participar, em conjunto com os diversos segmentos do PSB, da elaboração de uma política para o Brasil, capaz de dar enfrentamento ao novo Estado redesenhado por FHC, identificando uma bandeira de luta, em contraposição às propostas de Reformas apresentadas, ou seja, Previdência, Administrativa, do estado, Agrária, Relações do Trabalho, etc.

11 - Discutir amplamente as posições políticas das atuais Centrais Sindicais, sobretudo em relação à Ciols - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, cuja política está voltada para a promoção dos interesses dos países centrais do mundo capitalista, que tem interesses muitas vezes conflitantes com os trabalhadores dos países em desenvolvimento.

O movimento Sindical hoje só protege trabalhador com carteira assinada, devemos discutir a proteção ao desemprego, aposentado, jovens à procura de trabalho, trabalhador terceirizado, sem terras e trabalhadores informais. O movimento Sindical é um organismo vivo dos trabalhadores e um instrumento de sua organização. Como instrumento de organização da classe trabalhadora é mais do que reivindicações, deve conferir à luta um caráter político mais amplo de combate ao neo- liberalismo, objetivando a consciência de classe e a construção de

uma sociedade socialista, sob o controle dos trabalhadores. O movimento sindical deve se constituir de forma democrática, garantido ampla divergência de opinião e unidade na ação. Ter compromisso com a formação ideológica da base, participação crítica. Por um movimento sindical popular socialista que organize os trabalhadores e seja instrumento de luta contra o sistema capitalista que oprime e explora a classe trabalhadora.

13 - Responder às demandas, hoje colocadas para o conjunto do Movimento Sindical, é tarefa inadiável para os socialistas.

14 - Primeiramente, é fundamental fortalecer a CMS do PSB como estrutura que elabore; que provoque o debate no interior do partido; que integre a nossa ação sindical, enfim que caminhe no sentido de definir nossa linha de atuação nos sindicatos. Tal necessidade foi detectada no último Ativo Sindical do PSB. Através da iniciativa dos vários sindicalistas que participaram do evento, optou-se pela busca da organização desses sindicalistas num coletivo sindical, visando unificar a nossa atuação no Movimento Sindical.

15 - Socializar experiências dos diversos segmentos sindicais alinhados ao PSB, a nível nacional.

16 - Avançar na organização da nossa corrente sindical - SSB, tanto para fazer as necessidades do movimento sindical, como para oferecer aos sindicalistas e lutadores que rompem com as várias correntes da CUT e outras Centrais, criando-se assim uma nova opção da prática sindical e política.

17 - A organização da corrente Sindicalismo Socialista Brasileiro - SSB, passará necessariamente por aglutinar todos os socialistas num projeto consistente e alternativo ao conjunto do Movimento Sindical Brasileiro. Esta tarefa torna-se inadiável, visto ser cada vez maior o número de sindicalistas e militantes das CIPA's e dos Sindicatos que abandonam as fileiras do PT, do PC do B, do PPS e de outros partidos que buscam no PSB uma alternativa de ação sindical e partidária.

18 - Contrapor-se à política sindical desgastada, praticada pelas várias correntes e apontar uma alternativa de concepção e prática sindical orientada no socialismo democrático, de independência com liberdade e autonomia sindical, rechaçar o sindicato orgânico, combater as reformar neo liberalizantes de FHC e a forma de restruturação produtiva geradora do exército de desempregados atuais, é o grande desafio dos sindicalistas do PSB.

19 - A CMS eleita no I Congresso Nacional Sindical, elaborará o Regimento Interno, objeto do Artigo 13, parágrafo segundo dos Estatutos Do Partido.

DELEGADOS PRESENTES AO I CONGRESSO NACIONAL SINDICAL

NOME	CATEGORIA	ESTADO
Pedro Antonio Pasquini	S.T.P.L	SP
Severino S. de Oliveira	F.S.P.	ES
Edson Macedo	Professores	BA
José Eduardo	Rodoviários ABC	SP
Sidrônio A. Fonseca Nato	Eletricitários	DF
José Carlos Pereira	S.T.P.L	SP
Antonio Pereira	Metalurgicos	AM
Maria Andrade	S.A.S.E.CE.	CE
Joacyr da Silva	Economistas	CE
João Luiz Batista	S.P.D.F.	DF
João Henrique	Plásticos	SP
Ailton Claudino Andrade	Servidores Municipais	PE
Georgina D.R. e Silva	Professores	PE
Miguel Batista	Sind. P.O.	PE
Eunice Sales	Sindicato Rural	PE
Benedita O.F. Silva	S.A.E.	DF
Carlos J. Zimmer	Bancários	PR
Altevir Carlos Betinardi	Polícia Rodov.Federal	PR
Ricardo Alves	F.N.S. Saude	RJ
IrineuMessias	Previdenciários	PE
Francisco Nogueira	Serv.Publico federal	DF
José Alberto Barros	Sindisser	DF
Celso Ferreira	Serv.Público	PE
Maurício Muniz	Serv.Publico	PR
Edson Pedro da Veiga	Bancários	PR
Joilson A.C.do Nascimento	Professore	RJ
Ocenira dos Santos	SAE	DF

CMS - COORDENAÇÃO MOVIMENTO SINDICAL DO PSB

REGIÃO NORTE	ANTONIO JOSÉ DA SILVA PEREIRA
REGIÃO NORDESTE	JOACYR DA SILVA LEITE
REGIÃO SUDESTE	JOILSON ANTONIO CARDOSO DO NASCIMENTO
REGIÃO CENTRO OESTE	SIDRÔNIO A. FONSECA NETO
REGIÃO SUL	CARLOS JOSÉ ZIMMER

DIRETÓRIO NACIONAL
Efetivo - IRINEU MESSIAS DE ARAUJO
Suplente- FRANCISCO PAULO NOGUEIRA FILHO

EXECUTIVA NACIONAL
JOSÉ CARLOS PEREIRA DA SILVA

PROPOSTAS APROVADAS NO VI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Deverão constar dos anais as teses apresentadas nos congressos estaduais e que foram submetidas às deliberações dos plenários:

- meio ambiente e desenvolvimento sustentável: a caminho do terceiro milênio-Fernando Mousinho;

- construção de um grande partido nacional e popular através de um projeto de inclusão social-delegação do Amapá;

- revolução, retomar o elo perdido-reflexão proposta pelo Deputado Domingos Leonelli;

- contribuição dos socialistas do São Paulo ao VI Congresso Nacional do PSB.

- Que a Executiva Nacional do PSB defina uma política de formação para os militantes e dirigentes do Partido, realizando cursos anualmente;

- que a Executiva Nacional defina critério para que o filiado socialista que deseje ser candidato a qualquer cargo público seja obrigado a atender ao critério definido. Ex: curso de capacitação política;

- exigir da Executiva Nacional que as secretarias ligadas à estrutura da Executiva efetivamente funcionem e ofereçam respostas consistentes ao conjunto do Partido;

- que a Secretaria de Organização do PSB, elabore normas referentes à criação, funcionamento, competência e atribuições dos núcleos de base;

- que as experiências administrativas dos companheiros socialistas que ocuparam ou ocupam cargos executivos sirvam de subsídios para a elaboração dos programas de governo de nossos candidatos ao executivo no próximo ano. Ex: o vitorioso programa de desenvolvimento sustentável do Amapá;

- que a Executiva Nacional defina critérios políticos para a formação das coligações com vistas as próximas eleições;

- recomendar às bancadas na Câmara e no Senado Federal uma permanente e decidida defesa da Federação contra as investidas articuladas pelo governo federal contra ela.

- sugerir à Executiva Nacional do PSB que estude possibilidades de isentar do pagamento de contribuição partidária daquela filiados comprovadamente sem condições financeiras de honrar os deveres partidários.

MOÇÕES APRESENTADAS DURANTE O VI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

A Juventude Socialista Brasileiro reunida em seu Conselho de Estado no dia 29 de novembro de 1997, em Brasília, aprovou por unanimidade e decidiu apresentar ao Plenário do VI Congresso Nacional do PSB, a seguinte **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO E DA JUVENTUDE DO TIMOR LESTE POR SUA INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA:**

O Timor Leste nação localizada em pequena ilha próxima à Indonésia, de colonização portuguesa e inequívoca semelhança cultural com o Brasil, foi covardemente invadida e subjugada por tropas ditatoriais da Indonésia.

A tortura e opressão praticadas cotidianamente por tropas da Indonésia, contra o povo timorense, constitui um dos maiores massacres em curso no mundo atual. Na nação timorense, onde o povo originalmente utilizava a língua portuguesa, as forças da ditadura, consideram crime, violentamente combatido e punido o uso do português.

Assim, o Partido Socialista Brasileiro, aprova no seu VI Congresso Nacional, a presente **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO E DA JUVENTUDE DO TIMOR LESTE POR SUA INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA.**

MOÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO DOS SOCIALISTAS DE MORRINHOS

Estado do Ceará

Os socialistas de Morrinhos-CE, ouvindo e atendendo o clamor do povo organizaram a Prefeitura e a Câmara Municipal paralela protestando contra as sucessivas administrações corruptas e irresponsáveis.

Este ato de profunda consciência política repercutiu no Ceará, no Brasil e no mundo, constituindo-se numa referência de coragem, resistência e maturidade política. Este fato ocorrido na comunidade de Bom Jardim está sendo objeto de estudos em universidades, posto que, a evolução política desse Município está contribuindo efetivamente para a organização e avanço da luta popular, bem como para o desenvolvimento do PSB no Estado do Ceará apartir da base.

Todo apoio ao movimento Novo Morrinhos no Estado do Ceará.

PARTI SOCIALISTE
Le Premier Secrétaire

Monsieur Carlos SIQUEIRA
Premier Secrétaire du PSB
Partido Socialista Brasileiro
Câmara dos Deputados
Anexo II, Bloco das Lideranças
Sala 118
Brasília DF BRÉSIL

FH/SLF/RB n° 1942

Paris, le 7 Nov. 1997

Monsieur le Premier Secrétaire,

J'ai bien reçu votre courrier du 13 octobre dernier ainsi que l'invitation à participer à votre congrès qui se tiendra les 28-29-30 novembre 1997 à Brasilia.

Comme vous le savez peut-être, nous tenons également notre prochain congrès les 21-22-23 novembre, congrès auquel je vous convie bien entendu et je pense que Pierre Guidoni, Secrétaire nacional chargé des Relations internationales, l'a déjà fait lui—même. C'est lui également qui vous répondra quant à la participation d'un membre de notre parti à votre Vième Congrès national.

Avec mes remerciements, veuillez agréer, Monsieur le Premier Secrétaire, mes salutations les meilleures.

François Hollande
Premier Secrétaire Délégué

Montevideo, 27 de noviembre de 1997

Compañero

Primer Secretario Nacional del Partido Socialista Brasileiro

Doctor Don Carlos Siqueira

Brasília

Estimado compañero:

Imposibilitados de estar presentes en vuestro Congreso queremos expresarles por medio de la presente toda nuestra solidaridad con vuestra lucha por cambios profundos en la sociedad brasileña.

Aquí en Uruguay, en el marco del Frente Amplio y del Encuentro Progresista, nuestro Partido lleva adelante una constante labor en pro de la unidad de las fuerzas progresistas, único medio de poder vencer al modelo neoliberal, conservador y regresivo que ha degradado las condiciones de vida de nuestra gente. Labor ardua que exige dotarnos de mucha comprensión, tolerancia y a la vez firmeza, a fin de sortear las constantes dificultades que se presentan.

Cada país, cada nación, tiene sus propias realidades. Sin embargo, nuestros pueblos que viven el proceso de integración regional deben buscar - y en especial las fuerzas políticas de izquierda - articular una respuesta unida a lo que son medidas comunes de la derecha. Sólo si las fuerzas progresistas toman el timón de nuestros gobiernos podremos alcanzar un proceso de integración que garantice un crecimiento sostenido y una distribución justa de la riqueza.

Exitos en vuestro Congresso. Un fuerte abrazo a Miguel Arraes y recibid todos vosotros el saludo fraternal de los socialistas uruguayos.

Senador REINALDO GARGANO
Secretario General del Partido Socialista de Uruguay

Buenos Aires, 26 de noviembre de 1997

A:

Miguel Arraes de Alencar Presidente Nacional

Carlos Siqueira 1° Secretario Nacional

Partido Socialista Brasileño

Estimados Compañeros:

En nombre del Partido Socialista Popular les hago llegar a Ustedes el saludo fraterno de todos los compañeros de nuestro partido, deseándoles éxitos en las deliberaciones de vuestro VI Congreso Nacional, donde conmemoran el Cincuentenario del Partido Socialista Brasileño.

Compromisos partidarios contraídos con anterioridad impiden nuestra presencia en el mismo.

Fraternalmente en el Socialismo,

Rubén Giustiniani
Secretario General del Partido Socialista Popular de la Argentina

México DF, a 27 de noviembre de 1997

Sr. Miguel Arraes de Alencar

Presidente Nacional del Partido Socialista Brasilero

Brasília DF

Estimado Amigo:

Reciba Ud., un afectuoso saludo y la felicitación de la dirección nacional del Partido de la Revolución Democrática por la realización del VI Congreso Nacional del Partido Socialista Brasilero.

Habiendo recibido con oportunidad la invitación para acompañarlos en tan importante ocasión, desafortunadamente las fechas son demasiado cercanas a la toma de posesión del nuevo gobierno en la Ciudad de México, surgido del PRD y encabezado por el Ingeniero Cuauhtémoc Cárdenas. Nos resulta así imposible enviar una delegación. Estoy seguro que ustedes comprenderán.

Sin embargo, desde acá deseamos que los trabajos del VI Congreso sean todo lo exitoso posible.

Reciban, mientras tanto, un abrazo.

Atentamente
Democracia ya, Patria para todos

Dr. Ricardo Pascoe Pierce
Secretario de Relaciones Internacionales
Comité Ejecutivo Nacional

Ciudad de la Habana, 28 de noviembre de 1997

"AÑO DEL 30 ANIVERSARIO DE LA CIUDAD EN COMBATE DEL GUERRILLERO HEROICO E SUS COMPAÑEROS"

Exmo. Miguel Arraes

Presidente del Partido Socialista Brasileño

y Gobernador del Estado de Pernambuco

Estimado Arraes:

En nombre de nuestro Partido Comunista de Cuba, le transmito los más expresivos y fraternales saludos en el 50 Aniversario de la Fundación del glorioso Partido Socialista Brasileño, el cual durante todos estos años de existencia, ha sabido defender y poner en alto los intereses del pueblo y la nación brasileña.

Nuestro Partido comparte con ustedes la inmensa alegría y grandes expectativas que traen consigo el Congresso que hoy se inicia, convencido que sus dirigentes y su militancia sabrán encontrar las respuestas adecuadas a la compleja realidad concreta donde desarrollan sus acciones.

También, por este medio expresarles nuestro agradecimiento por las innumerables muestras de solidaridad que han demostrado con nuestra Revolución en los momentos más dificiles.

Saludos,

José Arbesú Fraga
Dpto. Relaciones Internacionales

Quito, 3 de diciembre de 1997

Compañero
CARLOS SIQUEIRA
PRIMER SECRETARIO NACIONAL DEL PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
Brasilia.-

Estimado compañero y amigo Carlos:

Una vez de regreso en mi país y a las labores cotidianas, deseo reiterar el agradecimiento más cumplido por las atenciones recibidas con motivo del VI Congresso Nacional del PSB.

Este agradecimiento deseo que se lo extienda también a los compañeros de la Dirección Nacional y a las personas que colaboram en la Secretaría del Bloque.

Al mismo tiempo, vayan las felicitaciones para los compañeros que fueron re-elegidos y elegidos para los cargos de dirección partidaria: de manera particular y especial para el compañero Miguel Arraes, a la vez digno Gobernador de Pernambuco y para Ustéd, compañero Carlos; quienes sabrán responder como siempre a las necesidades de desarrollo organizativo y de acierto en las decisiones en beneficio del pueblo brasileño.

Mil gracias por todo. FELICIDADES EN EL NUEVO AÑO y adelante.

Fraternalmente,

Dr. Hernán Rivadeneira J.
SECRETARIO GENERAL DE LA CSL.

CGR

O que é a história de um partido?

"O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política? Como nasce, os primeiros grupos que a constituem, as polêmicas ideológicas através das quais se elabora o seu programa e a sua concepção do mundo e da vida? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos, e algumas vezes da biografia política de um indivíduo. Logo, a moldura do quadro deverá ser mais vasta e compreensiva?

Dever-se-á escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os promotores, amparou-os com a sua confiança, com a sua lealdade, com a sua disciplina, ou que os criticou "realisticamente", dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas. Mas, será esta massa constituída apenas pelos adeptos do partido? Será suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., Isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existir através dos quais uma massa de partido manifesta a sua vontade? Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado. Logo, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social.

Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país."

Antonio Gramsci